



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)**

MATEUS JOSÉ DA SILVA SANTOS

**“DAS POTÊNCIAS NÃO-ALINHADAS”:
O EGITO E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE DE JÂNIO
QUADROS E JOÃO GOULART (1961-1962)**

**SALVADOR
2022**

MATEUS JOSÉ DA SILVA SANTOS

**“DAS POTÊNCIAS NÃO-ALINHADAS”:
O EGITO E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE DE
JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART (1961-1962)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social.

SALVADOR
2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237 Santos, Mateus José da Silva
“Das potências não-alinhadas”: o Egito e a política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962) / Mateus José da Silva Santos. – 2022.
265 f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Maurício Freitas Brito
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022.

1. Política internacional. 2. Egito. 3. Nasser, Gamal Abdel, 1918-1970. I. Brito, Antônio Maurício Freitas. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 327

MATEUS JOSÉ DA SILVA SANTOS

**“DAS POTÊNCIAS NÃO-ALINHADAS”:
O EGITO E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE DE
JÂNIO QUADROS E JOÃO GOULART (1961-1962)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal da Bahia, como
requisito para obtenção do título de Mestre em História
Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Maurício de Freitas Brito (Orientador)

Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

Prof.^a Dr.^a Laura de Oliveira

SALVADOR
2022



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA(o) ALUNA(o)	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Mateus José da Silva Santos	2020113622	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
"Das potências não-alinhadas": o Egito e a política externa independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962)".		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Antonio Mauricio Freitas Brito (Orientador – UFBA)		54826047568
Laura de Oliveira (UFBA)		01175581178
Muniz G. Ferreira (UFRRJ)		66930480720

ATA

Aos dois dias do mês de março do ano de 2022, foi instalada de forma remota a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Mateus José da Silva Santos, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social. Após a abertura da sessão, o professor Antonio Mauricio Freitas Brito, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela **aprovação** do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A dissertação atende plenamente as exigências do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia. Em seu desenvolvimento, o pesquisador realizou um profícuo diálogo com as fontes, elaborou uma competente contextualização histórica e empregou procedimentos analíticos adequados. Com base nestas considerações, a banca considera o trabalho como aprovado.

SSA, 02/03/2022: Assinatura do aluno:

SSA, 02/03/2022: Assinatura do orientador:

AGRADECIMENTOS

Escrever uma Dissertação de Mestrado no contexto da Pandemia de COVID – 19 fez desse trabalho um dos maiores desafios da minha vida acadêmica e pessoal. Diante de todas as questões psicológicas e físicas que marcaram subjetiva e objetivamente a vida de todos os brasileiros e brasileiras desde março de 2020, foi impossível desenvolver essa pesquisa sem sentir os efeitos de uma das conjunturas mais críticas da história republicana brasileira nas últimas décadas. Por isso, fazendo dessa produção científica um ato de resistência, dedico-a para todos aqueles e aquelas que sucumbiram diante do vírus biológico e do vírus político do negacionismo. Se é dever do historiador lembrar sobre aquilo que parte da sociedade quer esquecer, faço deste momento um ato de memória em favor da História.

Agradeço à Deus por ter me guiado nessa trajetória. Se cheguei até aqui com o sentimento de satisfação pessoal, devo a Ele todas as conquistas e as lições aprendidas ao longo desses anos. Na construção da minha caminhada, esteve presente comigo em todos os momentos, dando demonstrações de que é possível sim vencermos nessa vida, mesmo diante de todos os desafios terrenos. Sou grato pela possibilidade de fazer da minha história uma grande História de superação.

Aos meus pais, José e Marina, sou eternamente grato por terem me abraçado desde os primeiros passos da minha vida. Nas alegrias, nas tristezas, nos risos, nos choros e em todo o nosso cotidiano, o sentido de amor e carinho esteve presente nas nossas relações. Graças aos dois, tenho hoje mais do que um diploma ou um título. Na faculdade da vida, ensinaram-me a ser um cidadão com princípios e valores, sabendo viver e conviver em sociedade.

À família História 2015.1, em nome de Lucas Pacheco, Alline Pimentel, Maurício Silva, Gustavo Cainã, Marianna Teixeira Farias, Edivandro Leal Colaço, Lara Luz, Ícaro Carias, Victor Alejandro e Roger Freitas. Com vocês, meus tempos de graduação foram ainda mais importantes. Na valorização das nossas diferenças pessoais, enriqueci-me enquanto historiador e cidadão, aprendendo lições cotidianas que vão muito além das quatro paredes de uma sala de aula. Agradeço aos nossos encontros nos Restaurantes Universitários, nos corredores, nas bibliotecas e nos eventos culturais. Todos esses momentos foram fundamentais na minha trajetória.

Agradeço também aos amigos da turma de mestrado 2020, em nome de Igor Reis, João Naghettini e Yuri Augusto. Com vocês, compartilhei preocupações e perspectivas sobre a burocracia ufbiana, inquietações acadêmicas e pessoais. Somos todos vitoriosos por chegarmos até o fim de um mestrado que diariamente parecia incerto e desafiante diante das condições apresentadas.

Agradeço aos amigos e amigas que a UFBA me deu. A Universidade foi minha primeira e maior casa nos últimos sete anos, enriquecida a partir das interações com gente de todos os cantos. Desde as conversas esporádicas em longas filas de espera até aos debates acalorados em sala de aula, saio com a certeza de que essa experiência me marcou positivamente.

Agradeço também ao meu orientador Antônio Maurício de Freitas Brito. Nas incertezas do ensino remoto, o professor Maurício foi peça fundamental e decisiva para que tivesse forças para hoje estar aqui colocando um ponto final nessa dissertação. Além de ter abraçado essa proposta de pesquisa, sua atenção e carinho prestado ao longo de todo esse tempo me fez sentir menos só diante de um processo em que a solidão acadêmica foi acentuada pelo contexto da pandemia. A ele devo também as mais diferentes e precisas sugestões acadêmicas que melhoraram esse trabalho significativamente e meu perfil profissional enquanto historiador.

Estendo esse agradecimento também aos demais orientadores que tive ao longo da graduação. Aos professores Cláudio Alves Furtado, Lina Maria Brandão de Aras e George Evergton Sales Souza, sou grato pelas oportunidades oferecidas ao longo desses anos, além das indicações e conselhos desenvolvidos nos processos de pesquisa que coletivamente construímos. Aproveito também para agradecer a outros professores do corpo docente da UFBA, em nome de José Aurivaldo Saccheta Mendes, Victor Coutinho Lage, Milton Araújo Moura, Marcelo Pereira Lima, Maria de Fátima Pires, Catherine Prost e tantos outros que contribuíram, em maior ou menor medida, com minha formação enquanto pesquisador e professor.

Agradeço à banca de qualificação dessa dissertação, composta pelos professores Muniz Gonçalves Ferreira e Laura de Oliveira. Suas sugestões, inquietações, críticas e elogios foram centrais para os últimos momentos dessa produção e na elevação da minha perspectiva de, quem sabe, poder dar maiores saltos ainda nessa vida acadêmica.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pela bolsa concedida ao longo dos quase dois anos de Mestrado. O compromisso evidenciado com este pesquisador foi extremamente importante para que, em tempos tão difíceis, pudesse produzir ciência.

Agradeço também aos meus amigos Luiz Antônio e Uilliams Paz. Nos últimos anos, convivemos muito bem, alimentando nossos sonhos de traçarmos um bom caminho na formação profissional. Ao chegarmos próximo ao momento de encerrarmos nossos bons combates, reconheço o quanto todos os momentos vividos na *“Panterona House”* ou na

“*Federation*” foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui. Estendo esse agradecimento também aos meus demais amigos e amigas de Salvador, Cruz das Almas, São Paulo e outros lugares onde já passei por esse Brasil.

Em minhas palavras finais, quero agradecer também à parte da minha família que, mesmo distante ou perto, torceu por mim durante todo esse tempo. Tenho muito orgulho e gratidão de boa parte de vocês. Sei o quanto foram também importantes nos momentos em que mantivemos contatos saudáveis e alegres.

Por fim, agradeço a você que, mesmo conhecendo pessoalmente ou não, se interessou em ler este trabalho. O melhor sentimento para um historiador é saber ou sentir que sua produção alcança mais e mais pessoas. Nas críticas, nos elogios, nas sugestões ou nas questões, a produção de conhecimento é um ato coletivo, constituído no diálogo. Por isso, coloco-me à disposição para toda e qualquer interrogação ou afirmação sobre esse trabalho.

Assim, afirmo minha inteira responsabilidade sobre toda a produção dessa dissertação.

É necessário que cada país olhe à sua volta, a fim de saber o seu domínio vital e o verdadeiro papel que lhe incumbe no mundo.

Gamal Abdel Nasser (1963, p.100)

O Brasil não pode, portanto, ignorar esta poderosa força. Ela nos ensina muitas táticas e experiências na medida em que forem adaptáveis às nossas circunstâncias. A repercussão internacional de Nasser é maior que a do reformador turco Kemal Ataturk, nos idos de 1920.

Vamireh Chacon (1963, p.54-55)

Nenhum outro Estado – Nação exibe ainda com tanta neutralidade a ideia de que constituiria uma civilização em si mesmo – a expressão *civilização brasileira* não é mero apanágio prepotente da direita, mas um termo usado espontaneamente por historiadores e jornalistas de todos os espectros, inclusive da esquerda.

Perry Anderson (2020, p.12)

SANTOS, Mateus José da Silva. “**Das Potências Não-Alinhadas**”: o Egito e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). Orientador: Antônio Maurício de Freitas Brito. 2022. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

O objetivo principal desta dissertação é analisar os limites e as possibilidades de relacionamento entre brasileiros e egípcios durante os primeiros passos da Política Externa Independente. Considerando o complexo quadro envolvendo a existência de iniciativas favoráveis à ampliação dos laços entre os dois países a partir do início do governo Jânio Quadros e as tensões decorrentes do confronto entre diferentes perspectivas de Política Externa e leituras sobre o cenário internacional nos anos 1950 e 1960, discutiremos como as relações Brasil – Egito obedeceram aos sentidos de uma aproximação incômoda. Numa atmosfera de conflitos em torno da PEI, diferentes atores sociais disputaram seus rumos a partir de um confronto entre perspectivas sobre o lugar do Brasil do mundo, produzindo interessantes análises acerca das relações exteriores. Intelectuais como Eduardo Portella, diplomatas como Roberto Campos e Adolpho Justo Bezerra de Menezes, ex-parlamentares ligados à Política Externa como San Tiago Dantas e Afonso Arinos, além de militares como o Almirante Carlos Penna Botto alimentaram os debates acerca dos caminhos empreendidos pelos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). A partir de obras contemporâneas ou extemporâneas à PEI, além de artigos publicados na Revista Brasileira de Política Internacional, tais indivíduos apontavam para novas possibilidades para a PEB ou apelavam pela manutenção das linhas de ação tradicionais, levando em conta diferentes demandas domésticas e as oportunidades existentes num contexto de mudança no sistema e na ordem internacional. Identificando as diferentes percepções sobre o Egito, que variavam desde o sentimento de uma concorrência para o Brasil na conquista de uma liderança entre os países do continente negro e o mundo subdesenvolvido até aos questionamentos sobre o regime político liderado por Nasser e suas relações com outros atores na cena internacional, discutiremos as principais variáveis que constituíam a existência de um complexo quadro para aproximação entre brasileiros e egípcios. Num ambiente marcado pela desconfiança, medo, cautela e entusiasmo frente aos rumos da PEB, um Egito de oportunidades também foi impulsionado por Jânio Quadros. Por meio de textos de *O Cruzeiro* e dos memorandos encaminhados ao Itamaraty durante seu curto governo, destacaremos como o então candidato e, posteriormente, presidente da República foi um ator relevante dentro das possibilidades de aproximação, acenando positivamente para o Egito a partir de sua admiração pelo presidente Gamal Abdel Nasser e pela atribuição de papel estratégico ao país africano em suas concepções acerca da política internacional e das relações exteriores do Brasil. Se as características das políticas externas dos dois países impulsionavam o estreitamento de laços na esfera bilateral e multilateral, somado ao engajamento de distintos atores domésticos, o nível do debate intelectual sobre as relações exteriores a partir dos sujeitos da PEI evidenciava os incômodos existentes no cenário doméstico brasileiro para o aprofundamento de suas relações com o Egito e nas concepções acerca do papel do país africano na arquitetura internacional.

Palavras-Chave: Política Externa Independente; Egito; Gamal Abdel Nasser; Não-Alinhamento.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the limits and possibilities of the relationship between Brazilians and Egyptians during the first steps of the Independent Foreign Policy (IFP). Considering the complex situation involving the existence of initiatives favorable to the expansion of ties between the two countries from the beginning of the Jânio Quadros government and the tensions arising from the confrontation between different perspectives of Foreign Policy and readings on the international scenario in the 1950s and 1960s, we will discuss how brazilian-egyptian relations obeyed the meanings of an uncomfortable approach. In an atmosphere of conflicts around the IFP, different social actors disputed its course based on a confrontation differing perspectives of Brazil's place in the world, producing interesting analyzes about foreign relations. Intellectuals such as Eduardo Portella, diplomats such as Roberto Campos and Adolpho Justo Bezerra de Menezes, former parliamentarians linked to Foreign Policy such as San Tiago Dantas and Afonso Arinos, as well as military personnel such as Admiral Carlos Penna Botto fueled debates about the paths taken by the Jânio Quadros and João Goulart governments (1961-1962). From contemporary or extemporaneous works to the PEI, in addition to articles published in the *Revista Brasileira de Política Internacional*, these individuals pointed to new possibilities for the PEB or called for the maintenance of traditional lines of action, taking into account different domestic demands and existing opportunities in a context of change in the international system and order. Identifying the different perceptions about Egypt, which ranged from the feeling of competition against Brazil in the conquest of a leadership between the countries of the black continent and the underdeveloped world to the questions about the political regime led by Nasser and its relations with other actors on the international scene, we will discuss the main variables that constituted the existence of a complex framework for the rapprochement between brazilian and egyptian diplomacy. In an environment marked by distrust, fear, caution and enthusiasm in the face of IFP's directions, an Egypt of opportunities was also promoted by Jânio Quadros. Through texts by "O Cruzeiro" and the memoranda sent to Itamaraty during his short government, we will highlight how the then candidate and later president of the Republic was a relevant actor within the possibilities of approximation, waving positively to Egypt due to his admiration for President Gamal Abdel Nasser and for attributing a strategic role to the african country in its conceptions of international politics and Brazil's foreign relations. If the characteristics of the foreign policies of the two countries boosted the strengthening of ties in the bilateral and multilateral spheres, in addition to the engagement of different domestic actors, the intellectual debate about foreign relations from the subjects of the IFP evidenced the existing discomforts in the domestic scenario around the deepening of the relations between the two countries and the brazilian conceptions about the role of the african country in the international architecture.

Keywords: Independent Foreign Policy; Egypt; Gamal Abdel Nasser; Non-Alignment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1	Jânio Quadros e Josip Broz Tito.....	199
Figura	2	Jânio Quadros em Moscou.....	200
Figura	3	Jânio Quadros em conversa com Nikita Krushev.....	200
Gráfico	1	Países mais citados do continente africano nos bilhetinhos de Jânio.....	225
Gráfico	2	Países mais citados do Oriente Médio nos bilhetinhos de Jânio.....	225
Gráfico	3	Citações ao Egito nos bilhetinhos de Jânio Quadros.....	226

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	Memorandos por mês de produção.....	222
Tabela	2	Comércio Brasil – Egito e Brasil – União Sul-Africana (1956-1962).....	234

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Pacto Argentina – Brasil - Chile
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ASF	Anais do Senado Federal
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
CCR	Conselho de Comando Revolucionário
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CHDD	Cadernos de História e Documentação Diplomática
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FENU	Força de Emergência das Nações Unidas
FMI	Fundo Monetário Internacional
HRI	História das Relações Internacionais
IBEAA	Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política.
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RBPI	Revista Brasileira de Política Internacional
RAU	República Árabe Unida
SIM	Sociedade dos Irmãos Muçulmanos
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução.....	15
1. Brasil – Egito: variáveis históricas de estudo entre atores regionais.....	31
1.1. Egito: da frágil independência unilateral ao auge do nacionalismo árabe.....	33
1.2. A Política Externa Independente: faces internas e externas de um Brasil em transformação.....	47
2. De Araújo Castro a Bezerra de Menezes: o Egito e as múltiplas faces de um neutralismo ascendente.....	97
2.1. Existe vida além ou pela bipolaridade? Raízes históricas, socioeconômicas, políticas e culturais do Não Alinhamento.....	100
2.2. Neutralismo e a PEI: o traçado de uma atmosfera conflituosa.....	118
2.2.1. O Ocidente como limite? A rejeição do neutralismo a partir do Almirante Carlos Penna Botto.....	124
2.2.2. Há espaço para um neutralismo? As incertezas de Roberto Campos	132
2.2.3. Afonso Arinos e San Tiago Dantas em defesa da PEI: a singularidade da inserção internacional brasileira e o rechaço ao neutralismo	138
2.2.4. Faces de um neutralismo possível aos olhos de Eduardo Portella e Adolpho Justo Bezerra de Menezes.....	157
3. O Egito de Nasser nos olhares dos sujeitos da PEI: da condição concorrente à importância estratégica.....	172
3.1. Um Egito Concorrente? A utopia da liderança internacional brasileira e a influência egípcia no mundo afroasiático.....	173
3.1.1. Cruzada dos emergentes: embates entre um dito Brasil cristão e pró-Occidental e um Egito islâmico.....	176
3.1.2. Outros sentidos de liderança internacional a partir dos sujeitos da PEI.....	190
3.2. Jânio Quadros e a PEI: horizontes de aproximação entre Brasil e Egito.....	195
3.2.1. Jânio Quadros e Gamal Abdel Nasser: o traçado de uma admiração.....	198
3.2.2. O presidente que conheceu o ‘outro mundo’: a dimensão estratégica do Egito nas concepções de Política Externa de Jânio Quadros.....	220
Considerações Finais.....	244
Fontes.....	250
Referências Bibliográficas.....	253

INTRODUÇÃO

Era uma tarde do dia 7 de Março de 1961, no Senado Federal, quando o então Senador Novaes Filho realizou um forte discurso sobre uma agenda política que dividia olhares entre os mais diferentes atores políticos brasileiros contemporâneos. O assunto privilegiado foi a Política Externa empreendida pelo presidente Jânio Quadros. Para fundamentar suas perspectivas sobre o tema, o parlamentar se debruçou sobre um artigo do diplomata Roberto Campos, cujo centro da discussão residia na possibilidade ou não da adoção de um neutralismo tático por parte de um país como o Brasil.¹

Tendo como principais referenciais políticos neutralistas países como Iugoslávia, Índia, Indonésia e o Egito,² Novaes Filho rechaçou qualquer possibilidade de um Brasil fora do que considerava quase como uma posição natural no plano internacional: ao lado das ditas democracias ocidentais. Além de Estados subdesenvolvidos e com pouco a oferecer para os brasileiros, os neutralistas - citados por Roberto Campos e pontualmente mobilizados no discurso do senador - não representariam uma inserção internacional de natureza autônoma, isto é, distantes de uma rigidez de um mundo bipolar.³ Um país como o Egito, do “ditador” Nasser,⁴ apresentava-se como neutralista apenas pela força das circunstâncias, especialmente

¹ Nesta ocasião, o Senador Novaes Filho cita como fonte do artigo de Roberto Campos uma edição do jornal Correio da Manhã. Porém, cumpre destacar que o mesmo economista publicaria um artigo na RBPI sobre o tema do Neutralismo. Como se verá no segundo capítulo, discutiremos as posições expressas por Campos em relação ao Não-Alinhamento a partir desse segundo texto.

² A partir de 1958, com a união entre Egito e Síria, tal arranjo político passou a se chamar República Árabe Unida. Mesmo com a saída dos sírios em setembro de 1961, os egípcios mantiveram esse mesmo nome até 1971, quando este passou a se chamar República Árabe do Egito. Para fins desse texto, adotaremos preferencialmente o nome “Egito” para designar esse país, conforme reconhecido mais frequentemente.

³ Os termos Neutralismo e Não-Alinhamento serão usados como sinônimos ao longo deste projeto, seguindo o modo como as fontes sugeridas para esta pesquisa tratam o tema. Porém, convém lembrar que o chamado Neutralismo correspondeu a um tipo de inserção internacional característico de países da Ásia Meridional no contexto que sucede às suas independências, almejando uma maior autonomia nas relações exteriores a partir da rejeição da política de blocos da Guerra Fria. In: Tullo Vigevani. *Terceiro Mundo: conceito e História*. São Paulo: Ática, 1990. Já o Não-Alinhamento, possuindo os mesmos objetivos, teve suas bases conceituais firmadas nos anos 1960. A partir do diplomata Araújo Castro, observador da Reunião de Cúpula para a Preparação da I Conferência Não-Alinhada, em 1961, a ideia de Não-Alinhamento obedecia aos critérios de defesa da coexistência pacífica, apoio aos movimentos de libertação nacional, não participação em alianças ou acordo militares vinculadas ao conflito bipolar, além da rejeição à concessão de bases às superpotências. In: Relatório do Ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil à Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados. Álvaro da Costa Franco (Org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

⁴ BRASIL. Congresso. Senado. Discurso do Senador Novaes Filho. ASF. 6ª Sessão da 3ª Sessão Legislativa, Extraordinária, da 4ª Legislatura. 7 de Junho de 1961, p.275-316. Sobre a representação de Nasser como um “ditador”, Bruno Rezende Santiago Chagas afirma: “Mesmo situando o Egito como uma ditadura, o Senador pernambucano Novaes Filho mostra admiração pela ousadia com que o governo desse país reivindicou para si a posse de seu patrimônio natural, o Canal e a disposição dos egípcios à luta. Essa identificação do Egito como uma ditadura, e seu presidente um ditador, é corrente entre os partidos conservadores brasileiros, notadamente PSD e UDN que compartilhavam certa frieza quanto ao espírito de Bandung, e os Não Alinhados. Incoerência da

diante de um receio em relação ao vizinho Israel e a suposta falta de apoio entre os árabes para uma marcha em direção ao comunismo. Homens como o coronel egípcio, o iugoslavo Josip Tito e o indonésio Sukarno foram vistos pelo pernambucano como figuras opostas ao suposto espírito e a trajetória de formação do povo brasileiro, além de referências negativas de comportamento internacional e de exercício de liderança interna.

Meses depois, o Jornal *O Estado de São Paulo* publicava um editorial forte contra a Política Externa do presidente Quadros. Sob o título de “Guinada para a Esquerda”, o texto chamava atenção para o suposto histórico autoritário do presidente e a sua aproximação com líderes de mesma tendência ao redor do globo:

‘O Sr. Jânio Quadros foi sempre um adversário irreduzível do princípio básico do regime democrático, isto é, daquele princípio que vê na constituição orgânica dos partidos a condição sine qua non do funcionamento da democracia. O seu personalismo hipertrofiado demonstrou, em todos os instantes, a sua visceral incompatibilidade com a divisão de poderes, assim como com a disciplina e as limitações que essa divisão impõe a todos quantos detêm uma parcela de poder que o regime distribui equitativamente por todos quanto constituem em seu conjunto, o Estado. E uma vez chegado a Presidência da República, não sossegou enquanto não traspôs para o terreno da política exterior a sua ojeriza a tudo que é sistemático e orgânico. Daí o investir contra todos os tratados e obrigações contraídas pelo Brasil no curso da sua histórica contemporânea. E assim, por temperamento e vocação, S. Excelência tinha forçosamente de ser levado a demonstrar irrefreável aversão por homens como o primeiro-ministro inglês, sr. Macmillan, o chefe de governo da Alemanha Ocidental, sr. Adenauer, o presidente da grande República do Norte, sr. Kennedy, ou, ainda, o representante dos EUA na ONU, sr. Stevenson, e a **entrar irresistivelmente na órbita em que gravitavam o ditador Tito da Iugoslávia, o homem forte do Egito e Fidel Castro, de Cuba. Era uma fatalidade a que o arrastavam as suas tendências caudilhescas.** E é, no fim de contas, o que deixou claramente demonstrado anteontem, na Câmara dos Deputados, o seu preposto no Itamaraty, sr. Afonso Arinos de Melo Franco’.⁵

Consequências das perspectivas antidemocráticas do presidente da República, as mudanças na Política Externa do país eram vistas pelo periódico paulista como possuidoras de um sentido nítido: o deslocamento do país da órbita Ocidental e democrática em direção aos Estados neutralistas, inclusive o Egito e seu “homem forte”, Gamal Abdel Nasser.

História, grande parte dos líderes políticos e homens públicos brasileiros que se definiam nacionalistas, mostravam-se céticos ou distantes daquele que foi o mais importante movimento de libertação nacional do Terceiro Mundo. Outros destacados nomes do parlamento brasileiro igualmente rotularam Nasser como um ditador”. In: Bruno Rezende Santiago Chagas. *O Batalhão Suez e a projeção internacional do Brasil (1956-1967)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019, p.75.

⁵ Grifo Nosso. Mário Victor. *Cinco Anos que Abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.250.

O que aproximava os olhares de Novaes Filho e do editorial apresentado? Além de adversários de determinadas propostas da Política Externa Independente,⁶ tais sujeitos fizeram parte de uma verdadeira atmosfera conflituosa frente aos rumos da PEB, num contexto de agudas tensões internacionais em nível nacional, regional e mundial. De forma ainda mais acentuada, os temas de Política Exterior possuíam suas raízes na política interna,⁷ tendo em vista sua articulação com diferentes demandas domésticas do período, tais como a continuidade no projeto de desenvolvimento nacional, a superação dos entraves econômicos, além das perspectivas securitárias num contexto de Guerra Fria e de agitação social interna.

A partir de sua vinculação com diferentes expectativas sobre a organização social e política interna brasileira, a PEI se tornou alvo de disputa por parte de diferentes atores, possuidores de olhares distintos sobre a política internacional e expectativas variadas quanto às prioridades atribuídas à PEB. Diplomatas, militares, intelectuais e ex-parlamentares que posteriormente ocupariam a chancelaria ou se destacariam no cenário de crise constituíam parte de um complexo tecido de discussão sobre a inserção internacional brasileira, num quadro de diversificação da opinião pública sobre o tema.⁸ Nas telinhas, nos jornais, nas páginas dos livros e em demais espaços de difusão de ideias, a Política Externa e o cenário internacional se encontravam em constante debate, acentuando a importância destes temas nas disputas entre os diferentes projetos políticos naquele período.

Nesse contexto, além de Novaes Filho, homens como Carlos Penna Botto, San Tiago Dantas, Afonso Arinos, Roberto Campos, Adolpho Bezerra de Menezes, e Eduardo Portella foram apenas alguns dos muitos nomes que edificaram essa atmosfera, contribuindo politicamente por meio da produção de obras e artigos sobre este contexto das relações exteriores do país.

Dentro desse amplo leque de opções sobre os rumos da PEB, tendo como referência um processo de ampliação ou não da sua atuação internacional para além das fronteiras hemisféricas e ocidentais, o reconhecimento de diferentes visões de mundo e dos lugares do

⁶ Compreende-se a Política Externa Independente enquanto um conjunto de princípios e ações dentro de uma estratégia de multilateralização e mundialização da Política Externa. Vigente entre os anos dos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), a PEI se caracterizou pela defesa da descolonização, do desarmamento, da paz e do desenvolvimento, além da busca por novos mercados externos, da ênfase no conflito Norte-Sul e da construção de uma inserção internacional mais autônoma. Esta definição se encontra amparada nos estudos de Paulo Fagundes Vizentini, a quem reconhece na Política Externa Independente uma espécie de aprofundamento de iniciativas ensaiadas ou tomadas nas relações exteriores ao longo dos anos 1950. Paulo Fagundes Vizentini. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004a.

⁷ Jean-Baptiste Duroselle. *Todo Império Perecerá*. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

⁸ Tânia Maria Pechir Gomes Manzur. *Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964)*. Curitiba: Juruá, 2009.

Brasil dentro desse arranjo propiciava concepções heterogêneas sobre diferentes características da política mundial e seus atores entre os anos 1950 e 1960. O avanço dos movimentos nacionalistas nos continentes africano e asiático, a ascensão dos novos Estados independentes e as perspectivas de afirmação das agendas de interesse dos novos atores afro-asiáticos estimulavam a produção de análises que contemplavam essas e outras mudanças na cena internacional. Um dos atores centrais do mundo árabe, destaque entre os proponentes de uma maior integração africana e um dos principais expoentes do que viria a ser conhecido como Movimento dos Não-Alinhados, o Egito se tornava uma peça não desprezível dentro do quebra-cabeças montado pelos atores e, ao mesmo tempo, autores da atmosfera conflituosa em torno da revisão de determinadas características da PEB a partir da Política Externa Independente.

Considerando este cenário, esta dissertação investiga os lugares ocupados pelo Egito dentro das discussões em torno de uma proposta de Política Externa muito mais mundializada e multilateral,⁹ diante de uma situação internacional crítica. Seja como um possível concorrente brasileiro à liderança dos recém-independentes afroasiáticos¹⁰ ou como um dos representantes de um modelo político-constitucional comum aos chamados Estados neutralistas,¹¹ o país africano esteve presente nas construções desses sujeitos integrantes de um momento de elevada disputa política sobre os rumos da inserção internacional brasileira. Esta pesquisa discute como a condição de um país neutralista moldou as concepções sobre os egípcios na arquitetura internacional desenhada por estes homens, os quais refletiam sobre os movimentos empreendidos pelo Governo Jânio e seu sucessor Goulart considerando tanto as demandas e as incertezas da política doméstica quanto às mudanças na cena internacional desde os anos 1950.

Apesar de constituir um “projeto coerente, articulado e sistemático” entre os anos 1961 e 1964,¹² analisaremos a inserção do Egito nos debates sobre a PEI entre o início de mandato do presidente Jânio Quadros e o fim do Gabinete Parlamentar de Tancredo Neves, no qual San Tiago Dantas esteve como chanceler.¹³ Considerando a periodização proposta por

⁹ Paulo Fagundes Vizontini, *op. cit.*, 2004a, p. 15.

¹⁰ Adolpho Justo Bezerra de Menezes. *Ásia, África e a política externa independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

¹¹ Trechos de exposição do ministro Afonso Arinos na Câmara dos Deputados. In: Álvaro da Costa Franco (Org.), *op. cit.*

¹² Paulo Fagundes Vizontini, *op. cit.*, 2004a, p. 245.

¹³ O Gabinete Tancredo Neves foi encerrado em junho de 1962 sob a justificativa do cumprimento do prazo de desincompatibilização de seus membros para a participação nas eleições de 1962, ocorridas no mês de outubro. Classificado como “gabinete de União Nacional”, caracterizou-se pela apresentação de um plano de governo de defesa do desenvolvimento, da estabilidade, da integração e da justiça social, reunindo figuras de diferentes partidos políticos. Segundo Toledo, sua composição evidenciou a vitória das forças conservadoras no contexto

José Humberto Cruz,¹⁴ o recorte entre fevereiro de 1961 e junho de 1962 abarca quase que inteiramente duas fases da PEI, nas quais suas relações com o neutralismo estiveram entre as agendas mais controversas. Se durante o governo Quadros a aproximação com o Não Alinhamento foi classificada como “inevitável”,¹⁵ essa situação não encontrava condições favoráveis nos primeiros meses do novo regime parlamentarista, tendo em vista o quadro de desconfiança em torno de Goulart e a fragilidade do arranjo político constituído após a crise da renúncia de Jânio Quadros. Entre 1961 e 1962, destacaram-se às aproximações entre brasileiros e egípcios em fóruns multilaterais, tais como a Reunião de Cúpula dos Não-Alinhados no Cairo, a I Conferência do Movimento em Belgrado, além da participação de ambos os países na Conferência do Desarmamento em Genebra, enquanto “potências Não-Alinhadas”.

Porém, sem o estabelecimento de fronteiras rígidas em relação à periodização, a consideração de fontes produzidas antes da chegada de Jânio Quadros à presidência, assim como outras publicadas posteriormente serão necessárias para uma maior compreensão sobre a interação dos sujeitos privilegiados nesse estudo com os temas de política externa e política internacional. Ao vermos na Política Externa Independente a tradução imperfeita de contestações sobre a inserção internacional brasileira nos anos 1950, este recuo contribui na identificação de elementos da trajetória de atores como o diplomata Bezerra de Menezes que muito antes da PEI já discutiam criticamente o lugar a ser ocupado pelo Brasil no mundo. Da mesma maneira, considerando textos publicados posteriormente ao ano de 1962, incluindo reflexões produzidas por autores como San Tiago Dantas após a derrubada de Goulart. Estes fragmentos permitem identificar os modos como tais sujeitos viram a PEI após o seu fim com o golpe de 1964, rememorando tal experiência diante das mudanças propostas pelo início da ditadura.

do que ficou conhecido como uma solução de compromisso após a renúncia de Jânio Quadros. Apesar de ter sido o Gabinete de maior duração durante a curta experiência parlamentarista do Brasil, o período de Tancredo Neves foi também marcado por medidas controversas como o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, além das lutas em torno das reformas de base e da antecipação do plebiscito que possibilitaria o retorno do regime presidencialista. Sobre o gabinete Tancredo Neves, ver: Caio Navarro de Toledo. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo Brasiliense, 1985; Argelina Cheibub Figueiredo. *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à crise política (1961-1964)* São Paulo: Paz e Terra, 1993.

¹⁴ De acordo com José Humberto Cruz, apesar da existência de pontos de continuidade na PEI ao longo dos anos 1961 e 1964, é possível identificar ao menos três fases de acordo com as transformações em nível interno e externo. Num primeiro momento, que coincide com o mandato do presidente Jânio Quadros, a Política Externa se caracterizou pela aproximação com o neutralismo, apesar de rejeitar tal rotulação. Num segundo momento, entre agosto de 1961 e outubro de 1962, a PEI foi marcada pela inviabilidade de uma tática neutralista diante das dificuldades conjunturais em nível interno e externo. Por fim, uma terceira fase a Política Externa no governo Goulart teve centralidade no tema do desenvolvimento, além de se afastar conceitualmente do neutralismo. In: José Humberto de Brito Cruz. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente (1961-1964). *Cadernos do IPRI*, Brasília, n.2, p.65-78, 1989.

¹⁵ Idem, p. 49.

Conforme Antônio Carlos Lessa, as relações entre o Brasil e os países árabes constituem uma “dimensão pouco explorada” pela historiografia especializada em Política Externa.¹⁶ Tal constatação também engloba as interações entre egípcios e brasileiros. Nas diversas lacunas identificadas ao longo de mais de um século de relações, os tempos da PEI se tornaram intrigantes em nosso esforço inicial em mapear tais relações desde os anos 1950. Desde a graduação, identificamos páginas interessantes em nível bilateral e multilateral sobre os contatos entre o Rio de Janeiro e o Cairo, envolvendo migrações, honrarias entre chefes de Estado, participação brasileira em iniciativas de paz no Oriente Médio, dentre outros processos. Avançar temporalmente na direção da Política Externa iniciada pelo governo Jânio Quadros reside num esforço de compreensão sobre o lugar do Egito dentro dos movimentos de mundialização da PEB, contribuindo com a historiografia sobre a PEI a partir de um olhar que contemple um ator regional de relevo como o Cairo.

Diante da importância do Egito na arquitetura política do Movimento dos Não-Alinhados, analisar o modo como este país foi tratado por diferentes sujeitos interessados pelos rumos da Política Externa tem relevância historiográfica, pois permite identificar as tensões existentes na aproximação do Brasil com o neutralismo. Mesmo não aderindo ao Não-Alinhamento, as controvérsias existentes sobre o sentido da PEI no contexto da Guerra Fria estimulavam a disputa entre diferentes perspectivas sobre um mundo e um Brasil em transformação. Nos traçados da política internacional e da política externa a partir de intelectuais, diplomatas, ex-parlamentares e militares, os egípcios estiveram entre as principais referências do Não-Alinhamento. O país africano evidenciava um tipo de inserção internacional caracterizado pelo interesse em construir uma nova ordem internacional a partir das agendas de interesse dos países recém-independentes, tais como a descolonização, o desenvolvimento, o combate ao racismo e a defesa da paz.

Acusada de supostamente abandonar as tradições diplomáticas do país e desvinculá-lo do chamado Ocidente Capitalista e dito Democrático, as desconfianças de setores mais conservadores sobre a PEI estimulava o embate sobre os rumos das relações exteriores. Nesse conflito de ideias, a análise sobre o Egito guardava certa dose de particularidade, à medida que este era uma das principais referências do chamado neutralismo. A partir disso, entre defensores e críticos da PEI, foi possível encontrar concepções curiosas e, muitas vezes, concorrentes, estereotipadas, genéricas e imprecisas sobre as posições egípcias na cena

¹⁶ Antônio Carlos Lessa. Israel e o Mundo Árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil. In: Norma Breda dos Santos (Org.). *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: UNB, 2000, p. 149.

internacional, sobre sua principal liderança política, Gamal Abdel Nasser, e a organização política, social e cultural da sociedade egípcia.

Ainda no mergulho sobre a política mundial na visão de alguns desses homens dos anos 1950 e 1960, um papel particular deve ser atribuído ao presidente Jânio Quadros. Seu interesse pela política externa, visível antes mesmo de sua campanha em 1960, foi muito além de episódios como a Condecoração de Che Guevara ou o encontro com o presidente Arturo Frondizi em Uruguaiana. É possível identificar em Jânio tanto um processo consciente de formulação da PEB a partir dos seus memorandos – fontes que serão exploradas no capítulo 3 - quanto um esforço de articulação da sua construção política com os rumos da política internacional. Nesses dois movimentos, o Egito e o presidente Nasser aparecem como atores importantes. A admiração do brasileiro ao *rais* egípcio constituiu um capítulo especial dessa História, evidenciada nos olhares do próprio Jânio sobre o Coronel. Mas o lugar de importância de Nasser e do Egito não ocupou apenas a dimensão simbólica a partir da identificação de traços de uma identidade política compartilhada. O país africano esteve também numa condição importante dentro das formulações de Quadros sobre a PEB, como atesta nossa pesquisa sobre as orientações dadas ao Itamaraty em relação a PEI por meio dos chamados memorandos.

Tendo Jânio e os demais sujeitos como os verdadeiros protagonistas dessa nossa narrativa, nosso percurso intelectual terá como base a sugestão da existência de um momento de “aproximação incômoda” entre brasileiros e egípcios a partir do governo Quadros. Tal hipótese se sustenta, por um lado, nas aproximações entre os dois países a partir de princípios e ações de suas políticas externas com algum grau de convergência, além das intenções expressas pelo próprio presidente brasileiro em estreitar os laços com o país africano. Por outro, o Não-Alinhamento egípcio, avaliado à luz das mudanças propostas pela PEI, estimulava a produção de incômodos, como aquele apresentado por Novaes Filho, ao ver no Egito e em Nasser comportamentos internacionais incompatíveis com aquele que supostamente um país como o Brasil deveria seguir.

Cumprido destacar que a hipótese da “aproximação incômoda” não faz de nosso estudo uma análise profunda sobre as relações Brasil – Egito neste período.¹⁷ A partir dessa pesquisa,

¹⁷ Este trabalho foi desenvolvido ao longo dos anos de 2020 e 2021, no contexto da pandemia de COVID-19, que impactou o trabalho de vários pesquisadores, ao dificultar o acesso aos arquivos. Em nosso caso, a inviabilidade em ir ao Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro e ao Arquivo Central da mesma instituição em Brasília obrigou repensar os objetivos de nossa investigação. Ao invés de discutirmos as relações entre Brasil – Egito explorando a documentação diplomática produzida pela Embaixada no Cairo, passamos a discutir o Egito na Política Externa Independente, enfatizando as construções analíticas sobre aquele país num contexto de grande discussão sobre os rumos da PEB.

buscamos apresentar elementos que contribuam para pensar de forma mais crítica tais interações, bem como avaliar a experiência da PEI a partir de um ator relevante em seu processo de ampliação das fronteiras de atuação diplomática do Brasil. Os elementos aqui levantados apontam para as condições de existência de um relacionamento próximo entre brasileiros e egípcios, considerando tanto fatores favoráveis para a aproximação, impulsionados especialmente pelas características da PEI, quanto aos constrangimentos internos e externos que restringiriam movimentos mais assertivos na direção do país africano.

Ao pensarmos o Egito dentro das mais diferentes propostas e visões de Política Externa a partir das discussões em torno da PEI, buscaremos estabelecer um diálogo entre a História das Relações Internacionais, com ênfase na História da Política Externa Brasileira, a chamada Nova História Política e a História da República Brasileira entre 1945 e 1964. Tais intersecções contribuirão para as discussões das relações exteriores num contexto crítico da trajetória política brasileira, tendo como protagonistas uma pluralidade de sujeitos.

Modalidade historiográfica emergente especialmente a partir do século XX, a História das Relações Internacionais contribui com um repensar crítico sobre a interação entre Estados e outros atores transnacionais. Ao representar uma mudança em relação aos estudos da chamada História Diplomática, a HRI se caracterizou pela ampliação quantitativa e qualitativa na noção de documento, na produção de hipóteses e na renovação dos métodos de trabalho.¹⁸ Franceses como Pierre Renouvin e seu discípulo Jean Baptiste Duroselle contribuíram para a afirmação da HRI ao se preocuparem com a interação de fenômenos que influenciariam o curso das relações internacionais e a produção da Política Externa, a partir da noção de forças profundas.¹⁹

Essa ampliação no olhar do historiador, sugere a produção de uma HRI conectada com outros aspectos da vida social, política, econômica e cultural de um Estado ou de outro ator a ser privilegiado. Para Paulo Fagundes Vizontini,²⁰ a HRI não se constitui apenas do estudo de

¹⁸ Williams da Silva Gonçalves. História das Relações Internacionais. In: Mônica Leite Lessa; _____ (Orgs.). *História das Relações Internacionais: teoria e processos*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

¹⁹ Apresentado por Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle, o conceito de forças profundas diz respeito aos diferentes fatores ou elementos que influenciam na ação diplomática e na tomada de decisão em Política Externa. Os autores destacam aspectos como fatores geográficos, as condições demográficas, as finanças, etc. Ao permitir à História das Relações Internacionais incorporar os mais diferentes aspectos que caracterizam a vida de uma determinada sociedade e de um determinado Estado em seus estudos, tal noção contribuirá para as intersecções feitas ao longo dessa dissertação entre Política Externa, desenvolvimento econômico, nacionalismo e outras agendas que caracterizaram a luta política e social no Brasil ao longo dos anos 1950. In: Pierre Renouvin; Jean Baptiste Duroselle. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

²⁰ Paulo Fagundes Vizontini. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 2004b.

estadistas, mas também de outros agentes históricos individuais e coletivos que contribuem para a busca por uma totalidade na compreensão histórica.

Apesar do reconhecimento do papel da Escola Francesa das Relações Internacionais na construção desse novo tipo de História, a trajetória desses estudos em países como o Brasil não pode ser vista como mera replicação ou importação da tradição francesa. Como em outros países, por aqui se desenvolveu uma trajetória marcada também por especificidades. Nomes como José Honório Rodrigues, já nos anos 1960, apresentavam sinais de uma transição em relação aos estudos da História Diplomática, contribuindo com o desenvolvimento da HRI no Brasil. Sua progressiva institucionalização ocorreu a partir da década seguinte, com os estudos de pós-graduação em História na UnB, mas também por meio do aumento de estudos nessa área, produto não apenas de historiadores, mas de um complexo intelectual que reúne diversos campos, como as Relações Internacionais, a Sociologia, a Ciência Política, a Economia, além da produção vinculada ao próprio Itamaraty.

Tomando a História da Política Externa Brasileira como uma variável de estudo da HRI, pensaremos a PEI num cenário mais amplo, articulada ao contexto de luta pelo desenvolvimento, os debates sobre reformas sociais e a modernização do país, além do acirramento das contradições sociais, econômicas e políticas do país. Buscaremos também situá-la no âmbito da trajetória da PEB, dentro de uma perspectiva que reconheça uma pluralidade de atores e autores interessados na Política Externa do país. Entre intelectuais, diplomatas, ex-parlamentares e militares, buscaremos evidenciar como a atmosfera conflituosa em torno da PEI pode ser melhor compreendida a partir de produções variadas acerca da posição do Brasil no mundo. Analisaremos como algumas controvérsias sobre temas da Política Externa Independente ultrapassam os marcos temporais dessa fase das relações exteriores (1961-1964) ao remontarem tanto à trajetória da PEB ao longo dos anos 1950, como também aos desdobramentos da crise da experiência democrática brasileira.

A articulação da HRI com a Nova História Política reside num esforço intelectual respaldado por perspectivas como a de Pierre Milza.²¹ Este autor situa o encontro entre os historiadores do político e os internacionalistas dedicados ao estudo do contemporâneo, no qual os primeiros desenvolveram suas preocupações com o ambiente externo em suas análises, enquanto os últimos perceberam na política interna um ângulo importante para as explicações das relações internacionais. O próprio desenvolvimento da História das Relações

²¹ Pierre Milza. *Política Interna e Política Externa*. In: René Rémond (Org.). *Por Uma História Política*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Internacionais, conforme sugere René Rémond,²² pode ser uma das características do amplo processo de renovação da chamada História Política. O retorno do político à cena historiográfica foi marcado pelo reconhecimento de sua diversidade de ritmos, pelas suas conexões com outros tipos de História, pela difusão de novos métodos e objetos, além das interações com outras disciplinas.

Nesse processo, a redefinição de antigos objetos característicos da História Política constituiu também o que Francisco Falcon chamou de “novos caminhos do poder e da política na historiografia contemporânea”.²³ Pensada sob a perspectiva da História Política renovada, a Política Externa se reafirma como um objeto de interesse do historiador, apontando para novas possibilidades de trabalho, dentre elas a sua inserção enquanto uma dimensão da vida das sociedades e parte dinâmica do Estado e dos mais diferentes atores que lutam pelo seu controle.

Por meio dessa Nova História Política, reforçam-se as impressões sobre a inexistência de fronteiras espaciais e temporais rígidas ao estudo do político na História. Isso possibilita olhar para nosso objeto a partir do reconhecimento de diferentes ângulos, traçando uma narrativa a partir de seus múltiplos atores. A partir desse prisma, a diversidade de autores considerados nesta análise abarca desde homens inseridos diretamente no processo de formulação e execução da Política Externa até aqueles que não eram vinculados necessariamente à estrutura da chancelaria brasileira. Estes alimentavam expectativas sobre uma maior influência nos rumos das relações exteriores ou a compreendiam como uma agenda fundamental na concretização dos projetos de transformação do país.

A escolha de homens de posições e ideologias diversas dialoga com uma das características da Nova História Política, apontada por José D’Assunção Barros.²⁴ Ao traçarmos o plano dos indivíduos na análise, não reduzimos nosso estudo aos grandes homens das narrativas sobre a Política Externa Brasileira. Sem descartar figuras como San Tiago Dantas, Afonso Arinos e o próprio presidente Jânio Quadros, procuraremos “dar voz” também a outros sujeitos que, não ocupando lugares privilegiados na cadeia decisória da PEB, interessaram-se pelos seus rumos.

Esta pesquisa se orientou pela Política Externa como “o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente mas não necessariamente o Estado, em relação a outros

²² René Rémond (Org.). *Por uma História Política*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.109.

²³ Francisco Falcon. *História e Poder*. In: Ciro Flamarion Cardoso; Ronaldo Vainfas (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

²⁴ José D’Assunção Barros. *História Política: dos objetos tradicionais aos estudos dos micropoderes, do discurso e do imaginário*. *Escritas*: Revista do Curso de História de Araguaína, v.1, n.11, p.1-26, 2008.

Estados ou atores externos”.²⁵ Considerando em sua formulação e execução tanto o cenário doméstico quanto o cenário internacional, sua condição enquanto política pública reforça a interação de diferentes grupos, estimulados por diversas demandas, para influenciarem nos rumos da posição internacional do país.²⁶ Reconhecer a politização da Política Externa nos permite avaliar criticamente as construções contemporâneas e extemporâneas sobre os supostos interesses nacionais a moverem a inserção externa do país ao longo de sua trajetória.²⁷

Não se trata aqui de negar a existência de temas e perspectivas que possam ultrapassar períodos mais amplos ao longo da História da Política Externa, porém buscamos reconhecer que não existem relações exteriores fora de um quadro de disputa e luta por influência entre os diferentes atores que compõem a cena social e política de um país. Ainda que determinadas aspirações possam encontrar a simpatia de setores antagônicos, como se verá ao longo desse trabalho, suas diferentes visões de mundo constituem um objeto de interesse para um estudo sobre o papel da Política Externa num contexto de acirramento da luta política e social em um país como o Brasil. Para isso, parte da compreensão sobre a PEB entre os anos 1950 e 1960 passa pela análise sobre os 19 anos da experiência democrática brasileira, situada entre o fim do Estado Novo e o golpe civil-militar de 1964, reforçando também a concepção de Marc Bloch sobre as impossibilidades de explicação plena de um determinado fenômeno histórico sem analisar o momento histórico pelo qual este se encontra.²⁸

Constituída nos marcos de uma transição caracterizada pela permanência na mudança, a República Brasileira no Pós-Estado Novo conviveu com crises, impasses, momentos de estabilidade e emergência de diferentes atores coletivos ou individuais na cena política.

²⁵ Letícia Pinheiro. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.07.

²⁶ Mesmo não sendo objetivo dessa análise, algumas noções presentes na Análise de Política Externa, subárea das Relações Internacionais, serão úteis a esse trabalho. Ao tratar sobre a Política Externa dentro de uma perspectiva atrelada às demais esferas da vida política de um Estado e de uma sociedade, podemos desmitificar noções equivocadas sobre as relações exteriores, em especial, aquelas que a desvinculam dos rumos da política doméstica e lhe atribuem uma natureza demasiadamente particular em relação aos rumos da luta política e social de um determinado país.

²⁷ No âmbito dos chamados cálculos estratégicos, o “interesse nacional” diz respeito a um determinado objetivo almejado por uma maioria ou interpretado como tal por parte do Homem de Estado. Para Renouvin e Duroselle, os interesses nacionais representam seleções a partir de um ambiente composto por diferentes aspirações de grupos heterogêneos. Aspirações essas que podem assumir natureza contraditória, diante da existência de sociedades complexas. As ressalvas aqui propostas ao uso desse conceito na compreensão da Política Externa dizem respeito à sua pretensão objetiva de análise e à diminuição das disputas domésticas na construção das relações exteriores. In: Pierre Renouvin; Jean-Baptiste Duroselle, *op. cit.* Porém, conforme pontua Haroldo Ramanzini Júnior e Rogério de Souza Farias, as aspirações em torno de uma definição do interesse nacional, transformando objetivos particulares em objetivos de uma nação, representam também a busca de legitimidade de posições de um determinado grupo, além de influenciarem na construção de “imagens, crenças e percepções” destes atores interessados em intervirem nos rumos da Política Externa. In: Haroldo Ramanzini Júnior; Rogério de Souza Farias. *Análise da Política Externa*. São Paulo: Contexto, 2021, p.27.

²⁸ Marc Bloch. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Diante de um sistema político partidário relativamente nacionalizado,²⁹ em meio ao crescimento dos setores médios urbanos, a ampliação das lutas operárias, ao desafio da industrialização e da modernização da estrutura agrária brasileira, tal período alimentou e foi alimentado pelas contradições sociais e políticas do país, mas também pelo embate entre diferentes perspectivas de desenvolvimento e de reação diante das demandas dos diferentes grupos que constituíam aquela sociedade. Nesse ambiente plural, o sentimento de transformação ganhava corpo com o crescimento industrial, o aumento da população urbana, o crescimento demográfico as mobilizações sociais, o acirramento da luta no campo e a defesa de um papel mais autônomo do Brasil nas relações exteriores. Em contrapartida, os desafios de uma economia dependente, de uma estrutura rural arcaica, da organização política de setores conservadores, contrários a qualquer tipo de reforma social que avançasse na ampliação da participação política e dos direitos de setores menos favorecidos, fizeram desse período um dos mais agitados da História Política brasileira.

Nesse sentido, a atmosfera conflituosa em torno da PEI foi parte integrante desse contexto, não podendo ser pensada nem de forma isolada e nem diluída em relação aos enfrentamentos mais gerais que constituíam os rumos da luta social e política do país. Assim, é na confluência entre Política Externa, desenvolvimento, reforma social, modernização, segurança nacional e ampliação da participação política que se compreende as críticas vorazes de homens como Novaes Filho e Carlos Penna Botto às esperanças depositadas em olhares como o de Eduardo Portella, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, San Tiago Dantas e Afonso Arinos. Homens que, juntamente com outras figuras já destacadas, articulavam as considerações sobre a Política Externa e a situação internacional com o contexto interno brasileiro, alimentando medo, incerteza, incredulidade, esperança, otimismo ou coragem para o enfrentamento dos desafios.

Tentando contemplar fragmentos desse ambiente, esta dissertação foi organizada em três capítulos. Num primeiro momento, pensaremos os percursos de brasileiros e egípcios até o início dos anos 1960, tendo como horizonte da discussão a produção de um contexto favorável de aproximação entre os dois países a partir das características da inserção internacional egípcia e os princípios e ações que constituíram a PEI. Partindo das “Potências

²⁹ Lucília de Almeida Neves Delgado. *PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989. A formação de agremiações de base nacional esteve como uma das principais características do sistema partidário da chamada experiência democrática brasileira. Legendas como PTB, PSD e UDN foram as mais representativas dessa tendência, conformando uma estrutura triangular de poder. Porém, não se deve menosprezar a existência de legendas de base regional, tais como o PSP de Adhemar de Barros, que influenciaram em diversos momentos na vida política do país neste período.

Não-Alinhadas” de Genebra,³⁰ faremos apontamentos sobre a História egípcia, caracterizada pela luta contra a estrutura social e econômica arcaica, o domínio inglês e sua inserção na nova ordem global no Pós-Guerra. Daremos destaque para as relações exteriores, caracterizada pela busca de autonomia, no desejo de afirmação de uma potência regional, com olhos centrados no Mundo Árabe, mas também sinalizando para outras direções como o continente africano, o mundo muçulmano e para o nascente Não-Alinhamento. Nossa viagem na trajetória de egípcios e brasileiros tem como ponto de chegada a realização de uma leitura histórica e historiográfica sobre a Política Externa, em articulação com a Política Interna, num esforço de análise sobre as mais diferentes linhas de interpretação sobre a PEI, considerando suas mais diferentes raízes no âmbito da trajetória da PEB.

Na busca por uma reconstituição histórica e historiográfica sobre o lugar da PEI na História da PEB, consideraremos desde autores que apontam as raízes mais profundas das transformações nas relações exteriores do país a partir dos anos 1930 até aqueles que situam a Política Externa do governo Quadros como uma ruptura frente a uma longa tradição diplomática que remontava ao menos o início do século. Recuperar dimensões de tal debate reforça a existência de linhas interpretativas, contemporâneas e extemporâneas à PEI, que a situam como sintomas de um Brasil em transformação.

No segundo capítulo, adentraremos na atmosfera conflituosa da PEI, considerando as heterogêneas perspectivas apresentadas pelos sujeitos escolhidos como objeto de nosso estudo. Interessa-nos pensar as inquietações desses sujeitos com o chamado Neutralismo que foi mobilizado, em muitas oportunidades, de forma comparada com a PEI ou então alvo de análises diante do processo de aproximação do país com Estados afro-asiáticos. Nos debates sobre a PEB entre os anos 1950 e 1960, o neutralismo foi visto em diferentes ângulos e parâmetros de observação. Seja de um ponto de vista crítico ou por uma postura mais simpática, passando pelos olhares mais cautelosos, o interesse em torno de uma Política Externa autônoma, capaz de atender aos desafios do desenvolvimento nacional e outras demandas da sociedade, estimulava a construção e o apoio de propostas de revisão da PEB, à luz das suas contradições, frustrações e limitações.

Para mergulhar nesse contexto crítico, buscaremos traçar respostas para as seguintes questões feitas aos autores: o que pensam sobre a Política Externa? Como analisam a situação internacional entre os anos 1950 e 1960? Qual a posição brasileira dentro desses cenários

³⁰ Declaração das Oito Potências “Não-Alinhadas” contra as Explosões Atômicas, apresentada em Genebra pelo Delegado do Brasil, Senador Afonso Arinos. In: San Tiago Dantas. *Política Externa Independente*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p.213.

construídos? Quais as percepções sobre o chamado Neutralismo enquanto estratégia de inserção internacional? A partir de um olhar para os modos como os autores selecionados neste estudo enxergam a PEB considerando o cenário doméstico e internacional, criaremos condições para mensurar a importância do estudo da inserção da Política Externa nos debates políticos das décadas já sugeridas, com especial atenção para o contexto da PEI, considerado um dos pontos altos na intersecção entre Política Interna e relações exteriores em termos de repercussão pública.

No esforço de responder a tais questões, selecionamos diversas obras de autoria dos sujeitos privilegiados neste estudo. Entre coletâneas de artigos jornalísticos, intervenções públicas no Legislativo ou no Executivo, memórias diplomáticas, coletâneas de documentos sobre a PEI, densas análises sobre a Política Externa e a situação internacional ou pequenos textos militantes, demos vozes a tais indivíduos considerando parte de suas produções intelectuais, analisando como estes interagiram com temas relativos à inserção internacional brasileira e a política internacional em meados dos anos 1950 e 1960.

Recorrendo a obras, artigos e discursos produzidos ao longo do período da PEI ou que sobre este faz referência, buscaremos compreender como tais autores se inseriram criticamente naquele contexto conflituoso, considerando a relação das ideias sobre a Política Externa e a situação internacional com o tecido social e político conflituoso e complexo que caracterizava tal produção. Para isso, convém ressaltar um cuidado metodológico destacado por Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso na análise de textos:

Estar ciente de que valorizar a interpretação semântica do texto não é simplesmente recorrer às citações ilustrativas, realçando, aqui ou ali, as ideias e significados que pretende explorar. Tal intuição, por mais perspicaz que seja, nada tem a ver com a abordagem histórico-linguística aqui mencionada, e ainda expõe o pesquisador a tentações ‘positivistas’ do tipo ‘deixar que o documento fale por si mesmo’ etc.³¹

No esforço de reconstruir as concepções dos autores, demonstramos fragmentos das suas visões da política mundial e do lugar ocupado pelo Brasil no interior. As citações mobilizadas contribuem no exercício de uma crítica documental, à luz dos objetivos de identificação das perspectivas de relações internacionais propostas pelos sujeitos protagonistas desse estudo, no estabelecimento de relação constante entre o texto e o contexto no qual estes se inserem. Assim, ao trabalhar com o complexo de ideias e opiniões que caracterizaram a construção e a recepção da PEB por parte de diferentes setores da sociedade brasileira entre os anos 1950 e 1960, concebemos tais textos também como construtores da

³¹ Ciro Flamarion Cardoso; Ronaldo Vainfas. História e Análise de Textos. In: *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.541.

Política Externa, contribuindo, em maior ou menor medida, no seu processo de disputa pública em meio às intersecções entre as relações exteriores e os projetos de desenvolvimento e modernização do país.

No terceiro capítulo, destacaremos os diferentes olhares sobre o Egito a partir das percepções distintas sobre a PEI e o neutralismo. Entre um concorrente possível diante das aspirações pela concretização de uma liderança internacional brasileira ou a referência política de um tipo de inserção externa a ser negado por um país como o Brasil, analisaremos como os egípcios foram peça integrante das construções dos atores dessa atmosfera crítica, à luz de seus olhares sobre Política Externa e cenário internacional. Para isso, aprofundaremos os olhares sobre a produção intelectual dos sujeitos em destaque, enfatizando como estes enxergavam os caminhos de Brasil e Egito em um momento de transformação no sistema internacional.

Ainda neste capítulo privilegiaremos um ator e autor indispensável para pensar a PEI. Jânio Quadros será visto enquanto um formulador de Política Externa, desenvolvendo suas impressões e estimulando ações e diretrizes para a PEI a partir de suas orientações ao Itamaraty. Além de analisarmos os memorandos, no interesse em avaliar a posição do Egito na concepção de Quadros, discutiremos a construção de sua imagem pública, conforme o exemplo de Queler,³² na intenção de reconhecer algumas das características da aproximação entre Jânio Quadros e Gamal Abdel Nasser. Para isso, analisaremos algumas entrevistas e publicações da Revista *O Cruzeiro*, visando identificar aspectos e levantar hipóteses sobre a aproximação entre o egípcio e aquele que ocuparia a presidência da República do Brasil por sete meses.

A partir desse percurso, esperamos contribuir com novos olhares sobre as relações exteriores como objeto de pesquisa, vinculado a uma concepção de História Política que não replique apenas leituras estadocêntricas,³³ ou recaia em olhares monolíticos e monocausais. A partir da criatividade de nosso “artesanato intelectual”,³⁴ almejamos a abertura de novos caminhos para a investigação de um dos períodos mais complexos da História da Política Externa Brasileira e da própria trajetória recente do país. Abraçando o desafio de ser um

³² Jefferson José Queler. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

³³ Torna-se fundamental reconhecer a validade da afirmação de Jean Baptiste Duroselle acerca da necessidade da adoção de um método de estudo das relações internacionais que conecte tanto o Estado como ator quanto os indivíduos como sujeitos políticos. In: Jean-Baptiste Duroselle, *opt. cit.* Assim, as duas dimensões estarão presentes, e em constante interação ao longo dessa abordagem.

³⁴ Paulo Salles de Oliveira. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: _____ [Org.]. *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.18.

historiador andarilho, conforme sugere Certeau,³⁵ buscaremos adentrar em fronteiras pouco exploradas pela operação historiográfica, mas detentora de grande potencial no tocante às articulações entre a História Política e a HRI.

Nos traçados para o reconhecimento de uma aproximação incômoda entre Brasil e Egito, reforçando a importância deste país nas leituras da situação internacional por parte dos sujeitos aqui destacados, destacaremos a necessidade de uma compreensão sobre a PEI, dentro do esforço de mundialização e multilateralização da PEB, que extrapole os temas e destinos contemplados por diferentes estudos que compõem a historiografia das relações exteriores do Brasil. No Mundo composto por Cuba, EUA, Portugal, Argentina, Europa Ocidental, URSS e tantos outros Estados, cujas interações com o Brasil constituem parte das agendas analisadas pelos historiadores da Política Externa a partir do governo Jânio Quadros, havia também um Egito, protagonista entre os Estados Árabes, peça indispensável entre os africanos e um dos arquitetos do chamado Não-Alinhamento. Entraremos no universo do desconhecido e do novo para os contemporâneos à PEI, classificado por José Honório Rodrigues como o “outro mundo” da política global,³⁶ conhecido por Jânio Quadros antes de assumir a presidência da República. Mundo esse que se tornou parte integrante das utopias de um Brasil protagonista nas relações internacionais e dos temores dos tempos da Guerra Fria.

³⁵ Michel de Certeau. A operação histórica. In: Jacques Le Goff; Pierre Nora (Orgs.). *História: Novos Problemas*. 4ªEd. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

³⁶ José Honório Rodrigues. O Presente e o Futuro das relações africano-brasileiras (II). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, 19, 1962, p. 503.

1. BRASIL – EGITO: VARIÁVEIS HISTÓRICAS DE ESTUDO ENTRE ATORES REGIONAIS

As delegações do Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia na Conferência do Desarmamento, lamentando profundamente que não se tenha chegado a nenhum acordo sobre a suspensão de experiências nucleares para que prossigam em seus esforços no sentido de alcançar, o mais cedo possível, um acordo que proíba para sempre os testes nucleares.³⁷

Durante o mês de março de 1962, o Brasil participou, juntamente com outros 16 Estados, da Conferência sobre o Desarmamento, em Genebra, Suíça.³⁸ Nomes como o ex-chanceler Afonso Arinos e o seu sucessor San Tiago Dantas defenderam em solo europeu uma das principais bandeiras ou princípios que norteavam a formulação e a ação da chamada Política Externa Independente. A posição favorável ao desarmamento se fundamentava no reconhecimento de uma situação de instabilidade entre as potências nucleares. Porém as impossibilidades de um conflito direto e generalizado entre as superpotências atribuíam maior peso para o desenvolvimento de uma competição pacífica entre socialismo e capitalismo, da qual este último teria supostamente melhores condições de êxito.

Dentro de tal cenário, países como algumas das ditas “Potências Não-Alinhadas” de Genebra alimentavam expectativas em torno de uma possível transferência de recursos dos países desenvolvidos para aqueles em vias de desenvolvimento, a partir do cessar dos investimentos nas suas corridas armamentistas. De acordo com a declaração das Potências Não-Alinhadas, tais países representariam naquele momento a voz de bilhões de pessoas que viam na emergência de uma Guerra Nuclear um flagelo para a humanidade. Apresentando-se enquanto um dos representantes de um apelo mundial, o Brasil de San Tiago Dantas se situava em sintonia com um movimento mais amplo de redefinição da política internacional, num quadro extremamente tenso.

A diplomacia egípcia estava entre aqueles que se aproximavam do Brasil – ao menos nesse quesito programático. Nos objetivos de sua Política Externa, expressos pelo presidente Gamal Abdel Nasser na chamada Carta Nacional em 1962, estava a defesa da paz mundial como um dos caminhos na luta pelo desenvolvimento.³⁹ Tal consideração de todo não era nova, ao estar inscrita em princípios da Conferência de Bandung (1955) e no documento final da I Conferência dos Não-Alinhados, em Belgrado (1961), eventos que contaram com ativa participação dos egípcios.

³⁷ Francisco Clementino de San Tiago Dantas, *op. cit.*, 2011, p.213.

³⁸ A Conferência sobre o Desarmamento seria constituída por 18 países, sendo 8 considerados Não – Alinhados, 5 participantes da OTAN (França, Itália, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá) e 5 participantes do chamado Pacto de Varsóvia (União Soviética, Bulgária, Polônia, Romênia e Checoslováquia). Conforme apurado, o encontro de Genebra contou apenas com 17 países, diante da ausência francesa.

³⁹ Gamal Abdel Nasser. *A Revolução no Mundo Árabe*. Trad. Luiz Toledo Machado. São Paulo: EDARLI, 1963.

Em Genebra, brasileiros e egípcios produziram mais um encontro na trajetória das relações entre os dois países. Apesar de iniciadas formalmente em 1924,⁴⁰ as relações Brasil – Egito remontam ao período imperial, destacando-se a abertura de um Consulado Brasileiro em Alexandria e as viagens de Dom Pedro II ao país africano, no contexto de suas visitas ao Oriente Médio.⁴¹ Considerando apenas o século XX, alguns autores destacam uma maior intensidade no relacionamento entre os dois países entre os anos 1960 e 1970, sobretudo nesta última década.⁴² Porém, conforme exposto em outra oportunidade,⁴³ algumas iniciativas ainda nos anos 1950 merecem destaque, tais como as votações do Brasil frente aos bloqueios egípcios em Suez e Ácaba, afetando principalmente a circulação naval israelense. Além disso, condecorações entre seus respectivos chefes de Estado e Governo,⁴⁴ a possibilidade de exílio do Rei Farouk no Brasil e a participação do país na FENU durante dez anos (1957-1967), representam outras páginas menos conhecidas nessa trajetória de décadas de ligações entre Rio de Janeiro/Brasília e o Cairo. De acordo com José Flávio Sombra Saraiva,⁴⁵ no tocante às relações entre Brasil e os países da África do Norte a partir do governo Jânio Quadros, o Egito foi o principal Estado. Citando a participação brasileira na Reunião de Preparação para a I Conferência Não Alinhada, além do interesse de Nasser em vir ao Brasil, aquele autor apresenta um ponto de partida possível para um estudo sobre o Egito e a PEI, ainda que, em sua visão, a prioridade da diplomacia brasileira estivesse na direção da África Negra.

Outra pista sobre a importância do Egito no contexto da PEI foi fornecida por Carlos Alberto Leite Barbosa. Conforme este autor, Jânio Quadros teria dito a Jorge Amado, escolhido futuro embaixador no Cairo, de que era preciso nomear alguém de “personalidade

⁴⁰ Ismail Majzoub. Desenvolvimento das relações Árabe-Brasileiras. In: Fundação Alexandre de Gusmão. *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção de perspectivas*. Anais do Seminário Internacional. Brasília: FUNAG, 2000.

⁴¹ José Luiz Silva Preiss. *Brasil e Argentina no Oriente – Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013; Frederico Antônio Ferreira. Relações entre Brasil e o norte da África no XIX. *Faces da História*, v.6, n.2, p.100-116, 16 dez. 2019.

⁴² Em relação aos anos 1970, destacam-se os acordos de cooperação cultural, comercial e técnico-científico, além da viagem de Mário Gibson Barbosa ao Egito.

⁴³ Mateus José da Silva Santos. Conexões Rio de Janeiro-Cairo: possibilidades analíticas acerca das relações Brasil – Egito a partir da imprensa escrita (1950-1954). *Faces da História*, Assis, v. 6, n. 2, p. 117-138, 16 dez. 2019.

⁴⁴ Em texto de nossa autoria, produzido a partir de uma análise do noticiário egípcio no Jornal A Tarde (BA), o então Rei Farouk foi condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul em 1951. Um ano após, coube ao então presidente Getúlio Vargas receber uma honraria egípcia: a ordem Mohamed Ali. Em relação ainda ao recebimento da homenagem por parte do rei do Egito, Bezerra de Menezes afirma que esta foi a única condecoração feita a uma personalidade afro-asiática desde a Segunda Guerra Mundial. Cumpre destacar que nesse contexto de troca de honrarias entre os dois Chefes de Estado, havia um explícito interesse egípcio em contar com o apoio brasileiro na questão sudanesa, ao reconhecer Farouk como soberano do Egito e do Sudão.

⁴⁵ José Flávio Sombra Saraiva. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora UnB, 1996.

com o seu passado político e renome internacional” para um cargo num país considerado pelo Chefe de Estado como um “posto-chave” de sua política externa.⁴⁶

Do lado egípcio, Gamal Abdel Nasser expressava certo otimismo quanto ao aprofundamento das relações com o Brasil. Em entrevista publicada em *O Cruzeiro*, o presidente sinalizava com o reconhecimento de um momento propício para a aproximação entre os dois países:

Naturalmente, antigamente éramos isolados. Acredito que seja a primeira vez que cada um de vocês veio aqui. Precisamos convidar delegações de nossos países para consolidar mutuamente nossa cooperação. Devemos também conhecer nossos pontos de vista sem intermediários. Só conseguimos notícias do Brasil através de agências americanas e inglesas, assim como vocês recebem as nossas pelas mesmas fontes.⁴⁷

Reconhecendo essa longa trajetória, ainda carente de investigações mais profundas, a sugestão de uma aproximação programática e tática entre brasileiros e egípcios em Genebra, sob a ótica dos “Não – Alinhados”, é um importante ponto de partida para o estudo das ligações entre esses dois países no contexto da Política Externa Independente, considerando o período entre Fevereiro de 1961 e Junho de 1962, marcando respectivamente o início da PEI com o governo Jânio Quadros e a saída de San Tiago Dantas do cargo de chanceler brasileiro. Durante a PEI, esforços pelo desenvolvimento de uma inserção internacional universal colocaram o Brasil em rotas até então desconhecidas, temidas ou secundarizadas pela diplomacia até então. Nesses novos caminhos, muitos países recém-independentes foram vistos ou como verdadeiras janelas de oportunidade econômica e política ou como objetos de desconfiança frente aos rumos da inserção internacional brasileira. Tais visões distintas foram construídas tanto pela diplomacia brasileira, quanto por outros atores interessados na Política Externa e na Política Internacional, tais como os intelectuais, militares e parlamentares. Entre esses Estados situados nesses fios de instabilidade na construção da PEI estava o Egito, o “porta-voz do mundo árabe” segundo Adolpho Bezerra de Menezes ou dos principais representantes do chamado Neutralismo,⁴⁸ de acordo com o Almirante Carlos Penna Botto.

1.1 – Egito: da frágil independência unilateral ao auge do nacionalismo árabe

Afinal, quem era esse Egito? Este que foi uma das Potências Não-Alinhadas de Genebra possuía uma trajetória política bastante complexa. Outrora terra dos faraós, território estratégico para uma série de impérios ao longo da antiguidade, além de um verdadeiro centro do heterogêneo mundo muçulmano, o país situado entre o continente africano e a península

⁴⁶ Carlos Alberto Leite Barbosa. *Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros*. São Paulo: Atheneu, 2013, p. 53.

⁴⁷ Jorge Audi. Nasser não acredita na III Guerra. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 7 out. 1961, p. 54.

⁴⁸ Adolpho Justo Bezerra de Menezes. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956, p. 248.

arábica passou por grandes períodos de agitação política e social, decorrência da peculiar presença europeia em seu território.

Apesar de juridicamente independente, a situação dos egípcios frente aos britânicos não mudou radicalmente, como se verifica a partir da manutenção dos interesses de Londres naquele país.⁴⁹ Para além da Declaração Unilateral da Independência, os contornos autoritários da Constituição de 1923 também evidenciam um quadro de poucas alterações no âmbito das lutas políticas naquele país. Alguns dispositivos constitucionais da Carta Magna egípcia foram fundamentais no desenvolvimento de uma situação instável na monarquia. O rei possuía poderes excepcionais, tais como destituição do gabinete, demissão e convocação do primeiro ministro. Esse desalinhamento entre os poderes se materializou na inexistência de uma legislatura completa durante trinta anos de funcionamento desse regime.⁵⁰ O arranjo político que culminou com uma condição de um “Egito semi-independente” foi parte da práxis de Londres em outras partes do mundo colonial.⁵¹ Tal situação evidenciava as mais diferentes formas de reinvenção do colonialismo ao longo do final do século XIX e em boa parte do século XX, representando um desafio a mais para os movimentos nacionalistas.

Conforme Isabelle Christine Somma de Castro,⁵² a literatura sobre a conjuntura egípcia a partir de 1923 se destaca pelas controvérsias em torno da periodização e da nomeação mais adequada para este período. Acreditamos que o período que sucede a independência unilateral concedida pelos britânicos e a Constituição de 1923 até a derrubada do Rei Farouk em 1952 corresponde a uma fase da política egípcia marcada pela ascensão de novas forças políticas e sociais em luta pela ampliação dos direitos e construção de autonomia externa. Além disso, o mesmo recorte temporal se destaca pela queda de braço entre

⁴⁹ A ocupação britânica no Egito teve início em 1882, após a Revolta Urabi. Apesar da condição de província do Império Otomano, a presença de Londres na vida política e econômica do Egito tinha como referência o Alto Comissariado, cuja figura mais conhecida foi Lord Crommer. Com o início da Primeira Guerra Mundial, a aliança entre os Otomanos, Alemães e Austro-Húngaros levou os britânicos a formalizarem o domínio sobre o Egito, decretando o protetorado. No contexto das negociações entre os Estados beligerantes a partir da chamada “Paz dos Vencedores”, o fracasso egípcio em levar sua questão para os debates de Paris acentuou a luta pela independência do país, cujo auge foi a Revolução de 1919. Diante da força dos movimentos pela libertação do Egito e das dificuldades britânicas em buscar uma alternativa de negociação ao Wafd, a saída construída pelos britânicos foi uma Declaração Unilateral de Independência. A salvaguarda aos interesses ingleses no Egito ficou expresso nos 4 pontos reservados: “segurança das comunicações com o Império, defesa do Egito, proteção das minorias e dos interesses estrangeiros, Sudão”. In: Hassan Ahmed Ibrahim. Política e Nacionalismo no Nordeste da África, 1919-1935. Albert Adu Boahen (Org.). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: Unesco, 2010, p. 681.

⁵⁰ Luis Eduardo Fonseca de Carvalho Gonçalves. *Egito: revolução e contrarrevolução (2011-2015)*. Brasília: FUNAG, 2017.

⁵¹ Éric J. Hobsbawm. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p.208.

⁵² Isabelle Christine Somma de Castro. *Do Islã à Política: a expansão da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (1936-1949)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

monarquia, parlamento e os representantes de Londres no país e a crescente importância da inserção egípcia no Mundo Árabe, ainda que de forma irregular.

Os quase 30 anos que sucederam a independência forjada pelos britânicos foram marcados por intensa agitação política, social, intelectual e cultural no país. Poucos parágrafos não dão conta da dimensão da luta política e social ocorrida naquele país. Para Tayeb Chenntouf,⁵³ os rumos políticos eram ditados por um complexo jogo envolvendo o rei, o representante britânico e os partidos políticos, principalmente o Wafd.⁵⁴ Entre esses atores individuais e coletivos, outros integrantes do xadrez político egípcio emergiram ao longo desse processo, tais como a Irmandade Muçulmana ou Sociedade dos Irmãos Muçulmanos, além de movimentos de extrema-direita - como o caso do Jovem Egito - e mesmo movimentos de esquerda.⁵⁵

Em meio aos ventos conflituosos dos anos 1940, Estados independentes no Mundo Árabe e antigos territórios controlados por franceses e britânicos se articularam em torno da construção da Liga dos Estados Árabes. Defendendo a soberania dos países membros, além da política de não ingerência nos assuntos internos, tal organização contribuiu para o desenvolvimento de laços mais estreitos entre os Estados árabes.⁵⁶ O Egito foi um dos principais atores nesse movimento, tornando-se país sede da organização e nomeando o primeiro secretário geral.

O conflito mundial não representou um ponto final na agitação política e social no país africano. O processo de Partilha da Palestina (1947) e criação do Estado de Israel (1948) marcou significativamente a trajetória contemporânea dos egípcios e dos demais povos

⁵³ Tayeb Chenntouf. O Chifre da África e a África Setentrional. In: Ali A. Mazrui; Christophe Wondji (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

⁵⁴ Os principais partidos que caracterizaram a vida política do Egito no pós-independência foram destacados por Arthur Goldschidt Jr. Além do Wafd, podemos destacar o Partido Liberal-Constitucionalista, um dos maiores opositores do partido de Zaghoul e Nahas Pashá, o Partido Nacional, fundado antes da independência, o Partido do Povo, o Partido Saadista, uma dissidência do Wafd nos anos 1930, o Partido da União e o Jovem Egito. In: Arthur Goldschidt Jr. *A Brief History of Egypt*. New York: Facts on File, 2008.

⁵⁵ Aproximado ideologicamente ao nazifascismo, o Jovem Egito foi um movimento fundado em 1933 por Ahmad Husayn, tendo atraído principalmente estudantes e outras forças descontentes com o Wafd e o sistema parlamentarista liberal egípcio nos anos 1930. Considerado como antiocidental, patriota, militarista e conservador, o movimento se transformou em partido em 1938. Contudo, no início dos anos 1940 passou a se chamar Partido Islâmico e, já no final da mesma década, Partido Socialista do Egito. In: Selma Botman. *Egypt from Independence to Revolution, 1919-1952*. Nova York: Syracuse University Press, 1991.

⁵⁶ O papel da Liga Árabe em relação aos interesses britânicos, em particular, foi visto de maneiras distintas. Autores como Paulo Vizontini concebem a organização como inicialmente um espaço de diálogo entre elites conservadoras vinculadas a Londres. In: Paulo Fagundes Vizontini. *O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. Por outro lado, sem desconhecer o interesse britânico por algum nível de integração dos árabes, Tayeb Chenntouf aponta que a Liga assumiu contornos distintos daqueles pretendidos pela potência europeia, tendo em vista a defesa da soberania dos Estados Membros e a não-ingerência externa. In: Tayeb Chenntouf, *op. cit.*

árabes.⁵⁷ A derrota diante do novo ator político do Oriente Médio trouxe repercussões políticas internas para a grande parte dos Estados independentes, abrindo uma era de golpes e revoluções.⁵⁸ No Egito, o quadro de instabilidade se aprofundou, influenciando no aumento de manifestações antibritânicas e na pressão em torno da evacuação militar,⁵⁹ do controle egípcio sobre o Sudão, bem como da revisão de antigos tratados junto à Londres. Soma-se a isso a difícil situação econômica e social do país, marcado por graves desigualdades no mundo rural, além de um processo de transformação social que envolvia crescimento demográfico, ampliação no acesso à educação e os desafios inerentes ao processo de urbanização. Em relação aos atos do exército britânico em Ismailia, quando uma delegacia de polícia egípcia foi atacada por suposto envolvimento com protestos contra a presença de Londres, em 26 de janeiro uma multidão tomou conta da cidade do Cairo, destruindo estabelecimentos ligados aos estrangeiros no país. Tal ato só foi contido horas depois, a partir da intervenção do exército. Contudo, este episódio foi sintomático quanto ao nível de insatisfação política e social existente na sociedade egípcia.

Diante dessa conjuntura, em 23 de julho de 1952, o Movimento dos Oficiais Livres, liderado por alguns militares que participaram do Conflito de 1948, derrubou o então rei Farouk I, levando-o a abdicar três dias depois e, em 1953, colocando fim oficialmente ao período monárquico naquele país. Na trajetória da articulação dos militares egípcios responsáveis pela queda da monarquia, algumas controvérsias merecem destaque. A primeira delas reside nas projeções temporais feitas pelo próprio grupo quanto ao momento mais adequado para agir contra o Palácio. Segundo Anwar El-Sadat,⁶⁰ o curso dos acontecimentos complexos no país em 1952 antecipou a movimentação dos militares, programada inicialmente para 1955. Outras antecipações foram almejadas pelo grupo, até que, em julho de 1952, na ocasião das expectativas por um novo ministério nomeado pelo Rei, a possibilidade de identificação das articulações do grupo por parte do governo teria apressado a derrubada.

⁵⁷ Pelo Plano de Partilha aprovado na ONU, a Palestina seria dividida entre dois Estados, um israelense e outro árabe, sendo Jerusalém considerado um território internacionalizado. No entanto, com os desdobramentos da Primeira Guerra Árabe-Israelense, Tel-Aviv ampliou seus domínios, ocupando quase 80% de toda a Palestina.

⁵⁸ Luiz Salgado Neto. A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). *Cantareira* (UFF), v. 1, p. 87-104, 2012.

⁵⁹ Diversos setores da sociedade egípcia se organizaram em ações contra os britânicos. As manifestações reuniam desde propostas de boicote aos produtos ingleses até a ações armadas, reunindo setores da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos, segmentos da segurança nacional do país, além de outros grupos políticos mais radicais. In: Anne-Claire de Gayffier-Boneville. La Guerre du Canal, 1951-1952. *Cahiers de la Méditerranée*, 70, 2005.

⁶⁰ Anwar El-Sadat. *Anwar El-Sadat: autobiografia*. Trad. Francisco M. da Rocha Filho. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

Outro aspecto pouco nítido diz respeito ao papel dos EUA na queda da monarquia. Conforme David W. Lesch,⁶¹ o interesse de Washington pela estabilidade regional e a conquista de novos aliados para a estratégia global de contenção ao comunismo fez com que o país formalmente não se opusesse à queda da monarquia egípcia.⁶² Aliás, nos primeiros passos do novo regime, os EUA cumpriu um papel muito importante, como se verá no próximo capítulo. Comentando o mesmo fato, Arthur Goldschmidt Jr sugere que mesmo a rapidez dos acontecimentos no Egito surpreendeu praticamente a todos,⁶³ inclusive aos EUA, o que denota como não é possível explicar a ruptura de 1952 a partir de um sentido verticalizado.

Recorrendo novamente a Anwar El-Sadat,⁶⁴ suas impressões sobre os eventos de Julho de 1952 não apontam para uma explícita colaboração dos EUA no processo. Porém, este mesmo membro dos Oficiais Livres aponta que a ideia de entrar em contato com a Embaixada Americana no Egito foi de sua autoria, na tentativa de contrabalançar uma possível ação inglesa. Sugerindo certo desconhecimento do grupo em relação ao corpo diplomático estadunidense no Egito, El-Sadat afirma que os primeiros contatos entre os Oficiais e a Embaixada abriu caminho para um estreitamento de relações entre os dois países.

Um terceiro aspecto diz respeito ao envolvimento de outras forças políticas na derrubada do rei Farouk. Apesar das construções posteriores afirmarem um protagonismo dos militares neste processo, outras forças políticas interagiram direta ou indiretamente. Em primeiro lugar, entre os próprios Oficiais Livres haviam alguns sujeitos ligados aos grupos antiestablishment, tais como a Irmandade Muçulmana e as correntes socialistas. Conforme Joel Gordon, mesmo atores e intelectuais liberais demonstraram certa simpatia com o golpe, vendo-o como a oportunidade de sanear o sistema parlamentar ou ascenderem ao poder.⁶⁵

⁶¹ David W. Lesch. *Abdel al-Nasser and the United States: Enemy or Friend? Rethinking Nasserism: Revolution and Historical Memory in Modern Egypt*. Gainesville: University Press of Florida, 2004.

⁶² Outro país a alimentar expectativas sobre a derrubada de Farouk foi Israel. Segundo Avi Schlaim, para os israelenses, a queda de um rei considerado hostil e a ascensão de um grupo voltado para as demandas domésticas do Egito parecia abrir caminho para uma nova fase nas relações deste país com Tel-Aviv. In: Avi Schlaim. *A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

⁶³ Arthur Goldschmidt Jr, *op.cit.* Esta mesma constatação pode ser feita no caso britânico. Conforme Joel Gordon, as correspondências da representação diplomática britânica no Egito evidenciam que não havia a expectativa de uma ação militar. Apesar das informações sobre o nível de insatisfação dentro do exército e da influência de movimentos como a Irmandade Muçulmana e grupos socialistas entre seus homens, as leituras sobre os militares egípcios enfatizavam a falta de moral, a suposta lealdade ao rei ou mesmo sua relativa distância da dinâmica político-partidária no país. As primeiras informações britânicas sobre a derrubada de Farouk foram no mínimo confusas. In: Joel Gordon. *Nasser's Blessed Movement: Egypt's Free Officers and the July Revolution*. New York: Oxford University Press, 1992.

⁶⁴ Anwar El-Sadat, *op.cit.*

⁶⁵ Joel Gordon, *op. cit*

O que aconteceu no Egito com a chegada dos militares ao poder, um marco para a história política da África e do Mundo Árabe, transformou-se numa incógnita quanto ao seu próprio sentido:

O significado pleno da revolução de 1952 não foi imediatamente incorporado, no próprio Egito, nem no mundo árabe, ou tampouco no estrangeiro. Ela foi amiúde considerada um Golpe de Estado militar análogo àqueles que haviam sido observados na Síria ou na América Latina. Foi necessário certo tempo antes que o caráter antifeudal e anti-imperialista da revolução se tornasse perceptível.⁶⁶

Do Brasil, um olhar como o do diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes chamava atenção para a importância do novo momento da política egípcia. Escrevendo poucos anos depois da derrubada da monarquia, o brasileiro considerou a ascensão dos militares como um marco para os povos árabes na busca de uma alternativa para a construção dita moderna de seus Estados, em relacionamento com as demandas da suas respectivas sociedades:

O Egito, atual porta-voz do mundo árabe, deu bem mostras da maneira realista por que os muçulmanos modernos encaram a situação política de rejeição de qualquer fanatismo religioso como arma de renascimento, ao banir a 'Ichwanul Muslimin', (Irmandade Muçulmana), quando do atentado de assassinato ao Primeiro Ministro Abdel Nasser, em novembro de 1954.⁶⁷

A natureza da ruptura de 1952 ganharia seus contornos mais nítidos diante das medidas adotadas pelo novo governo no plano econômico, social e político,⁶⁸ além das disputas no interior da nova elite dirigente. Em termos de transformações, destaca-se a promoção da reforma agrária que, mesmo com contornos limitados, refletia um esforço de atingir diretamente uma das questões mais centrais do país, além de afetar a forte elite detentora de terras e influente no sistema político monárquico.

⁶⁶ I. Hrbek. A África Setentrional e o Chifre da África. In: Ali A. Mazrui; Christophe Wondji (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*, p.235. As incertezas em torno do novo regime após a derrubada de Farouk podem ser evidenciadas a partir da posição de Israel e da URSS. Enquanto os israelenses viam com maior simpatia a derrota da antiga elite dirigente egípcia, considerada distante das classes em ascensão naquele país e, por outro lado, inclinada à determinadas pautas nacionalistas, que afetavam os interesses de Tel-Aviv, os Oficiais Livres eram entendidos como menos inclinados para os grupos mais radicais, além de voltados para agendas domésticas. Em relação à Moscou, a desconfiança quanto aos militares era sustentada pelas impressões sobre uma possível inclinação ocidental do Novo Regime, especialmente num aprofundamento de laços com os EUA.

⁶⁷ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1956, p.248.

⁶⁸ Na Carta Nacional, Nasser rememorou os seis princípios que, em sua visão, eram verdadeiros aspectos norteadores da Revolução, em diálogo com os supostos anseios do povo: 1 – Destruição do colonialismo e de seus colabores em nível local; 2 – Liquidar o feudalismo, isto é, incidir sobre o domínio dos grandes proprietários de terra; 3 – Fim do monopólio e do domínio do capital sobre o governo; 4 – Justiça Social; 5 – Formação de um poderoso exército nacional; 6- estabelecer um sistema democrático mais sólido. In: Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1963, p.124-125.

A ascensão dos Oficiais Livres representou um impacto na trajetória egípcia.⁶⁹ Após um longo período de dominação estrangeira e subordinação dos nacionais aos ditames das potências estrangeiras, o novo regime se inscrevia enquanto um marco de independência, abrindo uma era de expectativas sobre os rumos do país. No Plano Externo, a derrubada de Farouk se tornava um capítulo importante na afirmação do papel das Forças Armadas nas estruturas políticas dos Estados do Terceiro Mundo. Em relação ao continente africano, o golpe dado pelos Oficiais Livres significou o início de uma longa trajetória de décadas de dezenas de rupturas institucionais protagonizadas por militares em diversos países. Assumindo a posição de tutores, reformadores ou radicais, conforme classificam Elaigwu e Mazrui,⁷⁰ os militares se tornaram um dos principais agentes políticos nos novos países independentes, interferindo diretamente na construção do Estado e nos projetos de nação.

No caso egípcio, tal grupo não conformava um ator político homogêneo. As divergências quanto aos rumos políticos do Egito diziam respeito a uma diversidade de temas, tais como a política externa, os objetivos do movimento e mesmo suas relações com outros segmentos da política e da sociedade egípcia. Primeira figura pública dos Oficiais, Mohammed Naguib acenava com a possibilidade de transição para a formação de um governo Civil. Gamal Abdel Nasser discordava quanto ao retorno dos civis ao poder, além de defender uma perspectiva mais revolucionária em termos de política interna e política externa.⁷¹ Nessa disputa, Nasser saiu vencedor.

Dentro dessa narrativa de um povo em luta pela sua soberania, houve avanços quanto às críticas relações com os britânicos. Em 1954, um acordo sobre Suez previa a saída das tropas britânicas em até 20 meses, aspecto que representava uma importante vitória ao país diante das intensas lutas antibritânicas. Em outra pauta que também envolvia os ingleses, não houve sucesso. Quanto às pretensões políticas egípcias sobre o Sudão, um grande revés diante do estabelecimento de um referendo sobre a independência da ex-colônia inglesa ou a possibilidade de união com o Egito. Posteriormente, a opção pela soberania sudanesa selaria o destino do vizinho egípcio.

⁶⁹ A própria construção da ideia de uma Revolução por parte dos Oficiais não foi um fator imediato aos eventos de 1952. Conforme Joel Gordon, o termo “revolução” era rejeitado pelos militares do movimento. As ressalvas sobre tal categoria tinham como uma de suas principais bases os sentidos existentes durante o período liberal, associados a ideia de desordem ou mesmo a uma ação comunista. Termos como “restauração”, “purificação” e “movimento abençoado” eram mais comuns nos primeiros passos após a derrubada do Rei Farouk. In: Joel Gordon, *op. cit.*, p. 192.

⁷⁰ J. Elaigwu; A. A. Mazrui. Construção da Nação e evolução das estruturas políticas. In: Ali A. Mazrui; Christophe Wondji (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

⁷¹ I. Hrbek, *op. cit.*

Nasser reafirmou seu interesse em transformações mais significativas no país em diferentes processos ao longo dos anos de 1955 e 1956. Sua participação na Conferência de Bandung lhe renderia um lugar de destaque entre países recém-independentes e movimentos de libertação na África e na Ásia,⁷² sendo considerado enquanto um dos principais articuladores do futuro Movimento dos Não-Alinhados e do apoio afro-asiático à reorientação da ordem global a partir das demandas dos países subdesenvolvidos. Anos antes de Bandung, ainda em 1953, o Egito recusara avançar com as propostas estadunidenses de construção de um mecanismo de segurança coletiva no Oriente Médio, tendo em vista uma possível contenção aos soviéticos. Tal postura, em certa medida, ainda que influenciada pelas demandas internas do país e seus problemas com os britânicos, alimentava ainda mais a perspectiva de um país não centrado na lógica Leste-Oeste do conflito mundial. Em 1955, o país também condenaria a formação do chamado Pacto de Bagdá,⁷³ condenando o Iraque e, especialmente seu primeiro ministro Nuri Al-Said, como traidores.

Ainda no campo externo, duas outras ações se destacaram no desenvolvimento político e econômico do país. Os interesses em torno da constituição da Barragem de Assuã, considerada uma obra estratégica, levaram inicialmente a acordos com os Estados Unidos e o Banco Mundial, visando à obtenção de recursos para a consecução do projeto. Porém, as expectativas em torno da conquista de capital ocidental para este empreendimento foram minadas em virtude das desconfianças de Londres e Washington sobre outros movimentos na inserção internacional egípcia. Diante das instabilidades na zona de fronteira com Israel, o governo nasserista acordou com os tchecoslovacos a compra de material bélico em troca da exportação do arroz e algodão egípcio. Tal movimento foi visto com desconfiança pelos britânicos e estadunidenses, também contribuindo para a recusa na liberação dos recursos para Assuã.⁷⁴

Em 26 de Julho de 1956, Nasser anunciou a nacionalização do Canal de Suez:

Nasser fez sua dramática declaração após o cancelamento abrupto da oferta americana de financiar a construção da represa do Alto Assuã. O golpe de

⁷² Locksley Edmondson. África e as Regiões em vias de desenvolvimento. In: Ali A. Mazrui; Christophe Wondji (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

⁷³ Reunindo inicialmente Iraque e Turquia, mas depois se estendendo ao Paquistão, Irã e Grã-Bretanha, o Pacto de Bagdá representou uma espécie de acordo de segurança regional, constituído essencialmente por governos conservadores no Oriente Médio, além dos britânicos, potência com históricos interesses na região. Apesar de não fazer parte formalmente do acordo, interessava aos EUA tal arranjo, tendo em vista a ampliação da estratégia de contenção ao comunismo em direção cada vez mais próxima das fronteiras da União Soviética.

⁷⁴ Segundo Adeed Dawisha, o abandono da oferta anglo-estadunidense para apoio à construção da Barragem de Assuã teria sido uma resposta contrária ao reconhecimento egípcio da República Popular da China, indo de encontro às diretrizes ocidentais de apoio à China Nacionalista (atual Taiwan). Tal fato alimentava as impressões sobre um suposto aprofundamento nas relações entre URSS e Egito. In: Adeed Dawisha. *Arab Nationalism in The Twentieth Century: From Triumph to Despair*. Nova York: Princetown University Press, 2016.

Nasser visava atingir as potências ocidentais, não Israel. A Grã – Bretanha e a França eram afetadas mais diretamente por serem as principais acionistas da Companhia de Suez.⁷⁵

A atitude do governo egípcio em nacionalizar um dos pontos mais estratégicos na circulação entre Europa e Ásia causou apreensão entre franceses, ingleses, estadunidenses e israelenses. A Crise de Suez, cuja nacionalização faz parte de seu enredo geral, possuiu três complexos contornos, reflexo da “sobreposição” de conflitos de natureza regional e global.⁷⁶ A importância do Canal num contexto de expansão das fronteiras da Guerra Fria trazia as superpotências para a contenda. Num plano regional, o anticolonialismo egípcio, o nacionalismo árabe e o apoio dado aos argelinos em luta contra os franceses levava Paris a querer derrubar Nasser. A própria natureza da crise, envolvendo a posse do canal e a extensão de uma discussão que se arrastava, de forma não linear, desde a independência política do Egito faria dos britânicos um dos maiores interessados em uma reação contra a nacionalização. Outro ator não menos relevante se situava ao outro lado do Sinai. Setores políticos israelenses interessados também numa queda do presidente egípcio viam a nacionalização como a oportunidade para uma maior pressão internacional sobre aquele país.⁷⁷

Os três meses que se seguiram após a nacionalização seriam marcados pelo fracasso nas negociações entre as partes interessadas. Por outro lado, um intenso jogo diplomático e secreto articulou uma coalizão anglo-franco-israelense em prol de um ataque militar no Egito, sem consentimento ou aprovação dos EUA. Em 29 de Outubro de 1956, tropas israelenses ultrapassaram as fronteiras egípcias e deram início ao plano. Poucos dias depois, após a teatralização francesa e inglesa de um ultimato ao Cairo e a Tel-Aviv, os dois países europeus entraram oficialmente na agressão militar contra o Egito. Em pleno contexto das eleições presidenciais estadunidenses, a articulação anglo-franco-israelense foi vista negativamente por Eisenhower, que pressionou pelo cessar fogo. Do lado soviético, o sentido de crítica ao conflito foi o mesmo,⁷⁸ entrando numa convergência com os EUA que poucas vezes foi vista

⁷⁵ Avi Schlaim, *op. cit.*, p.216.

⁷⁶ Luiz Salgado Neto, *op. cit.*

⁷⁷ Avi Schlaim, *op. cit.* Antes de anunciar a nacionalização da Companhia do Canal de Suez, Nasser teria refletido sobre as implicações políticas desse feito. É o que considera Adeed Dawisha. In: Adeed Dawisha, *op. cit.*, 2016. O egípcio teria considerado que os franceses não reagiriam militarmente frente à nacionalização, tendo em vista os problemas na Argélia. Em relação aos britânicos, Nasser acreditava que estes se encontravam em fragilidade geoestratégica, especialmente considerando seus efetivos militares no Mediterrâneo, no Oriente Médio e na África Oriental. Por fim, em relação aos EUA, não imaginava que este país pudesse intervir militarmente, acreditando, porém, em sanções econômicas e financeiras ao país. O que Nasser não contava era com uma participação israelense na crise.

⁷⁸ O efetivo papel soviético na crise de Suez é alvo de alguma controvérsia por parte de determinados autores. Para Tony Judt, as cartas de Bulganin aos agressores do Egito não teria surtido efeito prático, especialmente diante a uma suposta impossibilidade de Moscou em tornar sua ameaça uma realidade. Porém, segundo Gaddis

nesse contexto de Guerra Fria. Em novembro de 1956 o conflito armado chegaria ao fim.⁷⁹ A atuação das superpotências na resolução do conflito, além da solidariedade de movimentos e países ao redor do globo, faria de Suez um episódio de consagração da memória de Nasser, transformando uma derrota militar em uma vitória política significativa, que ecoaria nos ares dos mundos em libertação na África e na Ásia.

Os ecos da crise e seu desdobramento na Guerra alcançariam o Brasil. Conforme Federico Véléz, manifestações favoráveis ao Egito ocorreriam no Rio de Janeiro, envolvendo estudantes que condenavam à ação da coalização anglo-franco-israelense.⁸⁰ Na então capital do país, judeus também se movimentaram em favor de seus pares no Egito, condenando Nasser e suas políticas.

O aumento da influência política de Nasser após os desdobramentos da Crise de Suez culminou na formação de diversas tendências políticas em nível regional e global. Do ponto de vista da política no Mundo Árabe, o prestígio do líder egípcio atravessou as fronteiras de seu próprio país, adquirindo simpatizantes em outros países. A presença egípcia enquanto um ator regional de relevo adquiriu os contornos de uma hegemonia pós-1956. Para Silvia Feraboli, um Egito hegemônico entre os países árabes decorria também de sua condição demográfica, de seu protagonismo no campo cultural e intelectual, do prestígio pessoal do próprio Nasser, além da própria influência egípcia na organização regional.⁸¹

A situação egípcia no plano regional ganhava contornos mais complexos ao se articular com o plano mundial, no contexto da Guerra Fria. Após a Guerra de Suez, as especialmente as aproximações entre Egito e os países socialistas se acentuou. Apesar de reafirmar suas ressalvas quanto ao marxismo e ao modelo socialista de Moscou, além de reprimir os comunistas internamente, o estreitamento de laços de Nasser com o Kremlin e outros não capitalistas foi visto com muita preocupação por parte das potências ocidentais, em

(2006), apesar das ameaças soviéticas, a retirada anglo-francesa teria sido fruto das divergências de Eisenhower e da possibilidade estadunidense em promover sanções econômicas contra tais países. Outro autor que contradiz o papel soviético foi Anwar El-Sadat. Para o ex-presidente egípcio, um apelo sírio a Moscou para auxílio ao Egito não teria sido atendido. O ultimato feito posteriormente seria uma espécie de reação às informações de que Eisenhower tivera êxito em suas tratativas com a França e com a Inglaterra. In: Tony Judt. *Ilusões Perdidas*. In:_____. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011; John Lewis Gaddis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro, Penguin Books, 2006; Anwar El-Sadat, *op.cit.*

⁷⁹ Israel só retirou suas tropas totalmente do território egípcio em Março de 1957.

⁸⁰ Federico Véléz. Do Suez ao Canal do Panamá e além: A influência de Gamal Abdel Nasser na América Latina. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n.55, p.163-191, jan/ abr. 2015.

⁸¹ Silvia Feraboli. *Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista*. 2.Ed. Curitiba: Juruá, 2013. A ideia de uma hegemonia árabe decorria muito mais das capacidades políticas do que das capacidades morais. Sua compreensão sobre essa fase do Egito e do próprio mundo árabe atribui peso para a centralidade política existente em Nasser. Porém, a ideia de um Egito hegemônico não é consensual. Para Goldschmidt Jr, ainda que o Cairo aspirasse tal condição, sua situação era caracterizada por elevado crescimento demográfico, subcapitalização da agricultura e da indústria, além dos problemas técnicos impediam a construção de tal hegemonia. In: Arthur Goldschmidt Jr, *op.cit.*

especial, os Estados Unidos. Contudo, não houve uma ruptura da parte de Washington em relação ao Cairo.

Nesse contexto, a Doutrina Eisenhower buscou intensificar a ação estadunidense na região, ao elaborar uma estratégia de contenção ao comunismo. Tal política apregoava cooperação e auxílio militar aos países que supostamente estivessem sob uma ameaça de agressão externa.⁸² Assim, os regimes conservadores no Mundo Árabe se transformaram em importante ponte de Washington para a defesa de seus interesses e garantia de áreas de influência. Em 1958, após a derrubada da monarquia iraquiana, formava-se o cenário para uma primeira significativa intervenção *yankee* após o episódio de Suez:

Tendo desafiado o Ocidente, o prestígio de Nasser no mundo árabe subiu aos céus, espalhando um nacionalismo mais radical na região, com menos inibições acerca dos laços estreitos com a União Soviética. Depois de se livrar de Mossadegh, os EUA haviam tentado criar um cordão sanitário contra o comunismo com o Pacto de Bagdá, reunindo Turquia, Iraque, Irã e Paquistão. Em 1958, o plano entrou em colapso com uma revolução iraquiana que derrubou a monarquia e levou ao poder um regime militar bem à esquerda de Nasser, apoiado pelo que agora era o movimento comunista mais forte no Oriente Médio. Em resposta, os EUA desembarcaram 14 mil fuzileiros navais no Líbano para defender seu presidente maronita do espectro da subversão.⁸³

Ventos nacionalistas e revolucionários circulavam por boa parte do Mundo Árabe. Articulado com o contexto da Guerra Fria, em muitas ocasiões, tais movimentos foram interpretados de forma equivocada ou superestimados quanto à influência estrangeira ou comunista em suas mobilizações. De qualquer forma, a hegemonia egípcia, o papel de Nasser e as instabilidades em países como Iraque e Líbano chamavam atenção para o intenso jogo de disputa interna e externa no Oriente Médio e Norte da África, num processo de debates e ações que envolviam diretamente a inserção internacional dos atores dessa região.

Nessa efervescência entre regimes mais progressistas e mais conservadores, Estados mais próximos aos EUA e outros ao mundo socialista e aos países subdesenvolvidos, a efêmera união entre Egito e Síria representou mais um complexo processo nesse Mundo Árabe. Apesar de ser um dos principais expoentes do nacionalismo árabe, como veremos posteriormente, os egípcios estiveram reticentes inicialmente quanto a proposta síria de união.⁸⁴ Interessava aos sírios uma articulação com o Cairo, tendo em vista um contexto instável em seu território, inclusive com alguma agitação comunista. O temor egípcio de que

⁸² Avi Schlaim, *op. cit.*

⁸³ Perry Anderson. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015, p.79.

⁸⁴ Alguns elementos podem ser destacados para tal reticência. Em relação aos sírios, setores governamentais egípcios se preocupavam com a constante interferência dos militares na política daquele país, na existência de um sistema multipartidário (ao contrário do Egito) e a possível incompatibilidade das duas economias.

Damasco buscasse como alternativa um estreitamento de laços com o Iraque fez com que Nasser aceitasse a proposta.

A República Árabe Unida representou durante três anos uma “primeira prova prática da unidade política árabe”.⁸⁵ Do ponto de vista da organização estatal, partidos políticos foram dissolvidos, caminhando para a formação de um único organismo nacional de representação política. Porém, passos mais ousados foram dados:

Os sinais mais visíveis de que havia uma unificação encontravam-se na nova organização dos poderes centrais do governo: um único presidente, um governo central, uma única assembleia nacional e um sistema político uniforme baseado em uma única organização. Ainda, o planejamento econômico dirigido pelo Estado, a reforma agrária e a nacionalização das grandes empresas privadas – políticas econômicas tipicamente egípcias, foram aplicadas também na Síria. Contudo, tentativas de integrar as forças armadas dos dois países, a administração dos serviços públicos, as políticas fiscais e monetárias e o judiciário não tiveram sucesso, especialmente devido à curta duração da RAU.⁸⁶

Publicado na segunda edição da então recente *Revista Brasileira de Política Internacional*,⁸⁷ alguns princípios norteadores da nova organização foram anunciados por Nasser ainda em fevereiro de 1958. Seu conteúdo enfatiza a elevada condição do Presidente da República, o próprio Gamal, na construção política do novo Estado. Caberia à presidência interferir na organização da chamada Assembleia Nacional, resguardando uma divisão igualitária entre as duas regiões. Além disso, era dever do executivo constituir os Conselhos de cada região, tendo, portanto, o poder de indicar os principais cargos de comando nas duas unidades que constituíam a RAU.

Assim a organização política da RAU pendia para o lado egípcio, tendo em vista uma maior ocupação de postos estratégicos. Neste mesmo ano de 1958, após a derrubada da Monarquia Iraquiana e a ascensão de militares ligados ao nacionalismo, criou-se expectativa em torno de uma possível adesão de Bagdá ao projeto de unidade árabe. Porém, o governo de Kassem se distanciou dessa possibilidade, seguindo por uma linha política que, em diversos aspectos, tornou-se concorrente ao nasserismo. Sem o Iraque, a experiência de unificação entre Egito e Síria evidenciou muitos desafios e barreiras à integração de dois países descontínuos territorialmente, marcados por especificidades econômicas, sociais e políticas.

Do ponto de vista econômico, a reforma agrária e os movimentos em prol da estatização de uma economia fundamentada no setor privado foram desastrosos. Os setores comerciais sírios se distanciaram do centro do poder, deslocado para o Cairo. Em termos

⁸⁵ Peter Mansfield. *Nasser e a Revolução Egípcia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p.54.

⁸⁶ Silvia Feraboli, *op. cit.*, p.55.

⁸⁷ República Árabe Unida. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano I (1958), n.2, p.214-216.

políticos, o fim dos partidos políticos levou à insatisfação dos comunistas sírios, promovendo inclusive dissidências contrárias à RAU, além de questionamentos públicos ao rumo do novo país no interior do bloco socialista. As expectativas em torno de um governo igualitário não se concretizaram, estando a Síria, na prática, em situação de inferioridade em relação aos egípcios nas estruturas políticas.

Todos os impasses e as crises envolvendo os dois países contribuíram para a produção de uma insatisfação entre círculos militares e sociais sírios com relação a uma União que, três anos antes, foi tomada quase como vital para a sobrevivência do país. Em 28 de setembro de 1961, oficiais sírios iniciaram uma revolta que marcaria a ruptura síria com a proposta unificadora. Apesar de profundamente indignado com o curso dos acontecimentos, Nasser não interviu na Síria.⁸⁸ Mesmo com a reorganização de um governo de Damasco independente, o Egito continuou a ser chamado oficialmente de RAU até o fim dos anos 1960 e início da década de 1970. Mais do que uma memória dessa experiência de três anos, o nome fazia referência também aos esforços e ao lugar ocupado pelo Egito no âmbito do nacionalismo árabe, além de se confundir com o próprio prestígio político de Nasser e sua capilaridade entre setores da política árabe fora do seu próprio país.

Em 1962, a publicação da chamada Carta Nacional evidenciou a afirmação de uma nova estratégia política do Egito,⁸⁹ o chamado socialismo árabe. Tal documento constituiu, segundo alguns autores, como a peça mais importante de caracterização dessa proposta socializante. Dentre algumas das principais propostas desse novo tipo de Estado e sociedade, destacou-se uma concepção de socialismo particular, que não negava a importância do setor privado para a economia nacional, além de rejeitar a nacionalização e coletivização da terra. O horizonte apresentado, do ponto de vista da luta de classes, era a formação de uma União Nacional, dirimindo as tensões entre capital e trabalho, na reunião de todas as forças sociais compromissadas com um processo de desenvolvimento. Nesse sentido, o socialismo traçado

⁸⁸ Nasser cogitou a hipótese de intervir militarmente na Síria, preparando uma operação militar para se juntar as forças leais a RAU naquele país. Contudo, a evolução rápida das forças adversárias e a resistência estadunidense o fizeram recuar. Em seguida, sua alternativa foi a tentativa de pressionar as potências ocidentais em não reconhecerem o novo governo sírio, mas a mudança da postura do próprio Egito diminuiu as tensões entre Damasco e o Cairo. In: Elie Podeh. *The Decline of Arab Unity: the rise and fall of the United Arab Republic*. Brighton; Portland: Sussex Academic Press, 1999.

⁸⁹ Apresentada ao Congresso Nacional das Forças Populares em maio de 1962, a Carta Nacional fez parte dos esforços de reorganização institucional da República Árabe Unida após a saída da Síria. Considerado o principal documento sobre o socialismo árabe, o texto estabelece considerações sobre a relação entre socialismo e democracia, a relação entre Estado e islã, o rechaço a luta de classes, os objetivos da política externa da RAU, dentre outros temas. Apesar da abrangência de temas, Alain Roussillon chama atenção para a natureza reativa do documento, expressando uma noção de socialismo fundamentada muito mais pela negação do comunismo e do marxismo do que pela precisão sobre o que seria o dito socialismo árabe. Cf Alain Roussillon. *Republican Egypt interpreted: revolution and beyond*. In: M. W. Daly (Org.). *The Cambridge History of Egypt: Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century*. Cambridge University Press, 2008.

por Nasser se considerava como fruto da própria experiência nacional egípcia, sendo, portanto, diferente e concorrente ao socialismo marxista e mesmo ao socialismo soviético.

No âmbito da Política Externa, a Carta Nacional reafirmava sua intersecção entre os objetivos traçados na política nacional. Para isso, três orientações básicas constituiriam a natureza da inserção internacional da então República Árabe Unida:

1 – Guerra ao imperialismo e à dominação colonialista sob tôdas as formas e pretextos, e onde quer que se encontrem; 2 – Consolidação da paz mundial, pois a paz proporciona as únicas oportunidades favoráveis ao desenvolvimento nacional e à sua defesa; 3 – Cooperação internacional em favor da prosperidade da humanidade, pois os benefícios do progresso não podem mais ser divisíveis e para atingi-los tornou-se necessária a cooperação de todos.⁹⁰

Tais princípios se aproximavam com algumas das concepções de mundo e de Política Externa de atores defensores de um esforço de mundialização da diplomacia brasileira. No caso egípcio, a luta contra o colonialismo, a luta pela paz e pelo desenvolvimento, a partir de condições favoráveis de cooperação, condicionava ao Cairo a possibilidade de cumprir um papel de vanguarda entre os países subdesenvolvidos ou em luta pelo desenvolvimento. O protagonismo de Nasser durante Bandung foi, em certa medida, continuado durante a formação dos laços de solidariedade entre africanos e asiáticos nos anos 1950 e 1960, agregando povos de outros continentes. Além de ter sediado a reunião de preparação para a I Conferência dos Não-Alinhados em junho de 1961 no Cairo, coube ao Egito também ser destaque entre os “neutralistas” reunidos em Belgrado, em setembro do mesmo ano. Assim, o governo egípcio constituiu uma das principais linhas de força de um movimento que, mesmo não se colocando na condição de bloco, acenava com o desejo de mudanças da ordem política e econômica internacional.

Diante de todo esse cenário efervescente, as aspirações egípcias no mundo árabe não foram cessadas. Apesar do fracasso da RAU, o peso político de Nasser e seu país na arquitetura política regional encontrou um novo desafio. Após a queda da monarquia iemenita em 1962, setores nacionalistas mantiveram contato com o presidente egípcio. Ao Sul, se já havia desconfiança e oposição dos sauditas em relação aos rumos do mundo Árabe sob a liderança egípcia, os acontecimentos no Iêmen foram considerados preocupantes para a segurança da monarquia *wahabita*. Com o início de uma guerra civil, a Arábia Saudita apoiou a oposição do novo regime iemenita, entrando, em certa medida, em um conflito com o próprio Egito. O conflito no Iêmen foi bastante oneroso ao Egito, tendo custado muitos recursos humanos e materiais para Nasser.

⁹⁰ Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1963, p.235.

Do ponto de vista das relações externas, a ascensão dos militares após a derrubada da monarquia e o desenvolvimento de uma política de aproximação com países africanos, muçulmanos, árabes e do próprio mundo em desenvolvimento encontra correspondência também na chamada teoria dos três círculos:

Sob al-Nasser, o Egito começou a desempenhar um papel de crescente importância nos assuntos mundiais. Os três círculos que ele descrevera como formadores do ambiente no qual se encontrava o Egito – o islâmico, o africano e o árabe – foram completados por um quarto: aquele dos países ‘não-alinhados’.⁹¹

No reconhecimento de um país profundamente árabe, religiosamente muçulmano e geograficamente africano, os três círculos traçados por Nasser, apesar de não representarem uma inovação completa do ponto de vista da concepção da identidade egípcia, expunham os horizontes da Política Externa daquele país. A fórmula proposta pelo Coronel evidenciava como, a partir de seu entorno, aspectos culturais, geográficos, sociais e políticos pavimentavam caminhos naturais para a projeção internacional do Egito. Tal sentimento de construção de uma liderança a partir dos círculos seria captado por brasileiros que, na consciência de um mundo em transformação, atribuíam ao país africano uma relevância entre um ou vários desses agrupamentos de países, buscando interpretar o Brasil e o mundo num contexto de mudança na PEB a partir da chamada Política Externa Independente.

1.2. A Política Externa Independente: faces internas e externas de um Brasil em transformação

Para avançar nas discussões sobre a Política Externa Independente, tornam-se necessárias algumas considerações introdutórias de cunho historiográfico, no esforço de reconstruir as características principais desse momento das relações exteriores do país, bem como reconhecer algumas das principais interpretações existentes entre os pesquisadores ou interessados pela História da PEB. Conforme pontua Luiz Fernando Ligiéro,⁹² não há consenso historiográfico em torno da intensidade das mudanças ocorridas na Política Externa do Brasil no início da década de 1960, porém é possível reconhecer certo acordo com relação às mudanças a partir do Pós-Guerra. Alimentando-se de uma perspectiva histórica para compreender essa fase da Política Externa, reconhecemos que o desenvolvimento da PEI pode ser visto também a partir da reconstrução de um quadro de contradições, inquietações, limites e possibilidades que marcaram o rumo da inserção internacional brasileira ainda nos anos

⁹¹ I. Hrbek, *op. cit.*, p.174.

⁹² Luiz Fernando Ligiéro. A Política Externa Independente (1961-1964). In: _____. *A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes e políticas semelhantes?* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

1950 e que, a partir do governo Quadros, adquiriu uma maior intensidade. Nesse ponto de vista, vinculamo-nos a uma historiografia que reconhece os primeiros passos de um processo de mundialização da Política Externa antes mesmo da PEI, sendo esta uma consolidação de esforços e manifestações nos anos anteriores.⁹³ Desse ponto de vista, faz-se necessária uma leitura que ultrapasse as balizas temporais mais tradicionais da Política Externa Independente, incorporando a trajetória da PEB nos governos Vargas e Kubitschek, compreendendo as tendências mais gerais de uma inserção internacional prioritariamente hemisférica e ocidental, porém contestada por determinados atores domésticos e ensaiando alguns passos na direção de uma Política Externa em sintonia com as transformações mundiais nos anos 1950.

A delimitação de uma historiografia sobre a PEB merece uma atenção em específico. Ao analisarmos o perfil de alguns dos principais expoentes dessa produção, uma característica importante reside no reconhecimento da diversidade de origens acadêmicas dos autores. Além dos historiadores, destacam-se também sociólogos, cientistas políticos, internacionalistas, além de diplomatas que conformam esse campo de pesquisa, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Em sintonia com as considerações de Thiago Brum,⁹⁴ estamos diante de uma produção caracterizada por diferentes bases epistemológicas e, em determinados casos, ligada diretamente ou indiretamente aos círculos formuladores e decisores da Política Externa.

Ao analisar a heterogênea literatura sobre a História da PEB, alguns autores sugerem a existência de grandes linhas de continuidade na inserção internacional brasileira, a tal ponto de ultrapassarem regimes e governos distintos. Nessa perspectiva, apesar dos vínculos estabelecidos com demandas de ordem doméstica, a Política Externa também é vista numa perspectiva autônoma, detentora de um ritmo próprio, que muitas vezes se situa de forma aparentemente contraditória quanto aos rumos da situação interna. Esse tipo de percepção, como bem aponta Tullo Vigevani e Miriam Gomes Saraiva,⁹⁵ é compartilhada também por setores da própria diplomacia brasileira. Ao verem no Itamaraty uma espécie de espaço da conservação de uma memória institucional da Política Externa, responsável por preservar supostos princípios e linhas de ação dentro de uma legitimidade histórica, caberia ao corpo diplomático brasileiro manter a condução da PEB a partir de uma regularidade no desenvolvimento da inserção internacional brasileira.

⁹³ Paulo Fagundes Vizontini, *op. cit.*, 2004a.

⁹⁴ Thiago Pereira Caldas Brum. *Ruptura e continuidade: as correntes historiográficas da política externa independente*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

⁹⁵ Tullo Vigevani; Miriam Gomes Saraiva. *Política Externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011*. In: Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto de Sá Motta. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

A construção dessa memória institucional e a sua influência na História da Política Externa foi discutida por Paula Elena Vidoveli Francisco. Para esta autora, tal memória se caracteriza por um processo constante de construção e reconstrução, mobilizada por diferentes atores políticos enquanto fator de legitimidade para as ações contemporâneas e promoção de coesão e estabilidade para a instituição protagonista das relações exteriores do Brasil: o Itamaraty. Nas interações entre a academia e a diplomacia, a sustentação dessa memória enquanto também História da PEB aparece a partir de três características que conformariam as narrativas outrora hegemônicas sobre a trajetória da inserção internacional brasileira.

A construção de paradigmas analíticos, a ênfase em fatores contínuos e descontínuos e a corroboração com os mitos da tradição diplomática brasileira foram os aspectos elencados por Paula Elena Vidoveli Francisco na identificação deste relacionamento.⁹⁶ Do ponto de vista da produção historiográfica, a demasiada ênfase na concepção de uma trajetória da Política Externa alimentada pela tradição e capaz de estar acima das disputas políticas domésticas e dos grandes debates da sociedade tem como consequência a produção de uma leitura “despolitizada” e “trans-histórica”,⁹⁷ incapaz de compreender as intersecções entre as relações exteriores e as demais agendas que conformam a vida política, social, cultural e econômica do país nos mais diferentes períodos.

Levando em consideração tal crítica, uma leitura sobre a Política Externa na História passa pelo reconhecimento de um jogo entre permanências e mudanças em seu desenvolvimento, inseridas em diferentes temporalidades, com algumas características relativamente próprias, mas que não se encontram isoladas da dinâmica envolvendo os diferentes atores sociais interessados pelas relações exteriores. Em primeiro lugar, nem sempre transições de governo ou de regimes marcaram rupturas significativas na linha de conduta internacional do país.⁹⁸ Em contrapartida, dentro de um mesmo governo ou regime é

⁹⁶ Paula Elena Vidoveli Francisco. *Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: uma análise da construção da tradição*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010.

⁹⁷ Renato Ferreira Ribeiro. *Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016, p.42.

⁹⁸ Para Amado Cervo, os maiores exemplos de continuidade da PEB mesmo em contextos de transições de governo ou regime ocorreram entre a Revolução de 1930 e o advento do Estado Novo, além da passagem entre a Ditadura Militar e Nova República. In: Amado Luiz Cervo. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008. Porém, a partir dos estudos em APE, a formação de políticas de Estado não escapa da condição inicial de política de governo e nem das lutas e das negociações entres os diferentes atores interessados pelas relações exteriores. In: Carlos Milani; Letícia Pinheiro. *Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública*. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.35, n.1, p.11-41, 2013; Fernanda Nanci Gonçalves; Letícia Pinheiro. *Análise de Política Externa: o que estudar e por quê?* Curitiba: Intersaberes, 2020.

possível encontrar transformações em termos de formulação ou ação que podem também alterar a inserção internacional do país.

Em segundo lugar, ainda que as marcas de continuidade possam estar também ligadas também à defesa de princípios mais gerais de atuação da Política Externa do país, isso não deve culminar com o reconhecimento de um isolamento do Itamaraty em relação aos temas mais gerais da política e da sociedade brasileira, bem como frente às questões regionais e mundiais. A concepção do Itamaraty enquanto detentor de uma burocracia especializada não deve se confundir com a negação da natureza política da instituição e dos atores individuais e coletivos que o compõem, sujeitos que intervêm direta e indiretamente na vida política do país nas mais diversas esferas, além de sofrerem influência das questões domésticas e internacionais. Ao ter capacidade de atuação na formulação e execução da Política Externa do país, mediante aos constrangimentos externos e a influência de diferentes grupos nacionais, a diplomacia se insere no interior de uma atmosfera política complexa, dialogando criticamente com os rumos da luta social e política do país a partir das diferentes percepções de mundo e de país que permeiam o imaginário e a práxis de seus atores. Seguimos, portanto, a premissa de Jean Baptiste Duroselle ao afirmar que não há um ato de política exterior que não tenha suas bases também no cenário doméstico.⁹⁹

Por último, mas não menos importante, uma análise da PEI e seus antecedentes evidenciam que o reconhecimento de determinadas permanências na PEB não pressupõe uma inércia com relação à sua trajetória. Mesmo princípios comumente enaltecidos como base da atuação exterior do Brasil foram sobrepostos ou concebidos de formas distintas ao longo do desenvolvimento da PEB. Nesse sentido, ideias-força como independência, autonomia, desenvolvimento, pacifismo, coletivismo, legalismo e tantas outras que constituem, em certa medida, uma semântica da Política Exterior não possuem o mesmo significado para todos os seus interlocutores.¹⁰⁰ Diante disso, não se pode desconsiderar que a inserção internacional se apresenta enquanto parte da vida política do país, sendo um elemento de disputa entre projetos distintos de sociedade e de Estado.

⁹⁹ Jean-Baptiste Duroselle, *op. cit.*

¹⁰⁰ É o caso da autodeterminação dos povos. Se para San Tiago Dantas o princípio da autodeterminação dos povos era mobilizado, conjuntamente à não intervenção, para se posicionar de forma contrária a qualquer tipo de agressão externa a Cuba, para Carlos Lacerda a interpretação do mesmo princípio era completamente oposta. Na visão do udenista, falar em autodeterminação nos termos colocados pelo chanceler brasileiro era uma farsa, sendo uma atitude contraproducente em relação à luta contra o comunismo na América. Para o governador da Guanabara, só era possível falar numa autodeterminação cubana no sentido de denunciar o que considerava como uma agressão chinesa e soviética naquele país. In: Carlos Lacerda. *O poder das ideias*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963.

Outra importante discussão historiográfica sobre a PEI reside em seu próprio nome. Conforme Marc Bloch, uma das características do estudo da História é a recepção de um vocabulário proveniente “da própria matéria de estudo”.¹⁰¹ Partindo de seus contemporâneos, a ideia de uma política externa independente enquanto categoria de classificação das relações exteriores durante os governos Jânio Quadros e João Goulart sobreviveu aos olhares dos extemporâneos, tornando-se parte integrante da historiografia sobre o tema. Esse mesmo processo ocorreu com outros períodos e termos na trajetória da diplomacia brasileira. Termos como “alinhamento automático”, “pragmatismo responsável” ou “política externa ativa e ativa” fizeram parte desse jogo de construção e legitimação de determinadas fases da PEB, enraizando-se como peças da História, mas também de uma memória sobre as relações exteriores do Brasil.

Contudo, um personagem da diplomacia brasileira chamou atenção para a construção desses rótulos e sua sobrevivência na História. Para Ramiro Saraiva Guerreiro, tal prática possui limitações:

Sempre tive muita dificuldade em reduzir a uma síntese fácil e extrema como um rótulo um processo tão complexo e, em suas manifestações ostensivas pelo menos, tão sujeito a variações e adaptações. Para meu espírito, o uso de tais rótulos podem induzir equívocos, encobrir uma realidade de ação diversa da verbalizada, e até criar, no curso do tempo, amarras, limitações, para os que pretendiam deles tirar partido. Na verdade, quando se fala em uma política exterior ‘alinhada’ a qualificação evidentemente não é dos que a formularam e executaram, mas de seus opositores e pósteros. Mesmo nesse caso, porém, com a vantagem dos que examinam *a posteriori* os fatos, a qualificação não traduz o conteúdo, todas as modalidades da ação no campo externo. Pode-se dizer que *grosso modo* o Brasil seguia uma política alinhada com os Estados Unidos, talvez até 1961. Mesmo nesse período, o Brasil divergia quando se percebia o interesse nacional com caráter claramente específico, diversificado.¹⁰²

Como sintomas da luta política em torno das relações exteriores, a construção conceitual de diferentes fases da Política Externa a partir de categorias e olhares de seus contemporâneos evidencia uma interessante relação entre a diplomacia e a historiografia. A crença de uma PEI ressoava como uma afirmação de soberania num contexto de desenvolvimento nacional, mas também como uma marca de ruptura com uma trajetória diplomática lida como conservadora, estática, jurídicista e representante de um Brasil que ficava para trás.

¹⁰¹ Marc Bloch, *op. cit.*, p.136.

¹⁰² Ramiro Saraiva Guerreiro. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992, p.23-24.

Nesse sentido, se nomear é uma “etapa decisiva da tomada de consciência”,¹⁰³ os homens da PEI faziam desta categoria um produto do seu tribunal da história da PEB, buscando afirmar supostamente um novo estilo de ação nas relações exteriores. Apesar disso, a relação entre passado, presente e futuro se mostraria tensa. A contraposição entre submissão num dado tempo e “independência” no presente se mostraria ambígua ou mesmo fragilizada diante da ofensiva dos opositores da PEI e das estratégias de seus defensores em reivindicarem uma suposta tradição brasileira nas relações exteriores como fator de legitimidade para as mudanças na Política Externa. Assim, o sentido de ruptura se tornava limitado no tempo, correspondendo a uma “correção de rumos” exigida pelo presente, mas respaldada em um passado construído e reconstruído pelos olhares dos sujeitos interessados pelas relações exteriores.

Na busca pelos caminhos de sua própria afirmação, encontramos as raízes da produção nominal de uma PEI. Longe de ser uma categoria estática, o exercício da crítica histórica sobre seus usos possibilita reconhecer como diferentes sujeitos interagiram com a Política Externa neste contexto. Assim, a sobrevivência do nome se torna um ponto de partida para uma investigação da construção e da recepção da PEI a partir dos seus contemporâneos, aspecto de interesse dessa investigação.

Como eixo central na conformação da inserção externa do Brasil, as relações com os EUA adquiriram novos contornos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Conforme Gerson Moura, a Política Externa do Governo Eurico Gaspar Dutra se caracterizou por um “alinhamento sem recompensa”.¹⁰⁴ Com a ampliação do sistema de poder estadunidense e a construção de um novo arranjo internacional sob a sua hegemonia, a América Latina perdeu parte de seu papel estratégico dentro dos objetivos da política de Washington, com atenções voltadas para a reconstrução europeia e a materialização da chamada política de contenção ao comunismo. Dentro dessa perspectiva, se o alinhamento aos EUA outrora ocupava a condição de meio para a consecução dos objetivos brasileiros junto à Washington, durante os primeiros anos da experiência democrática brasileira passara a ser um fim *strictu sensu*.

No plano sistêmico, as transformações iniciadas ainda durante a Segunda Guerra Mundial foram significativas para o futuro das posições brasileiras na cena internacional. No seio da luta contra o Eixo, mudanças importantes na arquitetura política global foram impulsionadas, tais como a construção das bases para uma nova ordem política a partir da

¹⁰³ Marc Bloch, *op. cit.*, p.142.

¹⁰⁴ Gerson Moura. O Alinhamento Sem Recompensa: A Política Externa do Governo Dutra. São Paulo: Edusp, 2021.

ONU e a reorganização do capitalismo global a partir da formação das instituições de Bretton Woods. Sob o nome de “Guerra Fria”, um conflito heterogêneo marcou os 45 anos da política mundial após a II Guerra. Inserida nos marcos do “conflito ideológico do século”,¹⁰⁵ a conformação de um sistema bipolar ganhou força a partir das clivagens entre os antigos aliados da Segunda Guerra Mundial. Na reconstrução do mundo a partir do protagonismo dos “Quatro Policiais”,¹⁰⁶ aspectos geopolíticos, ideológicos e econômicos traçaram as primeiras fissuras na excepcionalidade da união entre atores distintos na luta contra o nazifascismo.

Do ponto de vista dos Estados Capitalistas, o Pós-Guerra representou o que Paul Kennedy classificou como “o fim da Era Europeia”.¹⁰⁷ Num quadro marcado por economias destroçadas após seis anos de conflito, a situação dos principais aliados em solo europeu era crítica. Nesse contexto, a consolidação dos EUA enquanto uma potência global em contraste com o desgaste da antiga ordem teve como principal consequência um processo de reorganização do capitalismo liderado por Washington. Dentro dessa perspectiva, os principais objetivos estadunidenses residiam em:

A proposta norte-americana visava eliminar a possibilidade de um ressurgimento dos regimes nacional-capitalistas no pós-guerra, através da eliminação das barreiras ao livre fluxo de bens e serviços, da multilateralização do comércio por meio da livre convertibilidade entre as moedas dos principais países, e da criação de organismos internacionais encarregados de estabelecer as normas, os códigos de conduta e as sanções cabíveis sobre os países.¹⁰⁸

No interior de um cenário que contemplava um crescimento econômico dos EUA, estimulado pelo contexto de Guerra, quanto aos temores de um possível desequilíbrio no capitalismo global, importantes medidas foram pensadas e executadas no processo de reorganização da economia global. Dentre as de maior destaque, o Plano Marshall representou um importante esforço estadunidense em destinar recursos para a reconstrução das economias europeias. Além de se situar dentro das políticas de contenção ao suposto avanço comunista, esta medida pode ser vista como um dos sintomas dessa nova ordem econômica ao incidir

¹⁰⁵ Paulo Fagundes Vizentini. A Guerra Fria. Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha (Orgs.). *O século XX: O tempo das Crises: Revoluções, Fascismos e Guerras*. 3ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 197.

¹⁰⁶ Conforme Sidney J. Munhoz, Roosevelt considerava que era possível uma reconstrução do mundo após a Segunda Guerra Mundial a partir do protagonismo e da responsabilidade atribuída aos “Quatro Policiais”: China, Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido. Contudo, tal perspectiva encontrou resistência dentro de setores da política estadunidense. In: Sidney J. Munhoz. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris, 2020.

¹⁰⁷ Paul Kenedy. Estabilidade e mudança num mundo bipolar, 1943-1980. In: *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.353.

¹⁰⁸ Pedro Sampaio Malan. *Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)*. In: Boris Fausto (Ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.11. 4ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 68.

sobre uma questão vital para os novos rumos do capitalismo mundial sob a liderança de Washington.

Ainda como parte desse cenário de reestruturação sistêmica, a política estadunidense para a América Latina se caracterizava por uma postura distinta frente aquela adotada para os parceiros europeus e o próprio Japão. As expectativas em torno de um programa de ajuda aos países do continente americano nos moldes do Plano Marshall foram frustradas. Dentro das principais orientações da política estadunidense na direção dos seus vizinhos, predominou o interesse em estabelecer acordos bilaterais com os países e na defesa da construção de condições para a atração de capital privado.

Do lado soviético, os anos de Guerra proporcionaram um difícil legado. Além dos mais de 20 milhões de mortos, parcela da estrutura produtiva do país foi comprometida com a invasão alemã. Diante dos efeitos de um considerável esforço de guerra, o prestígio soviético em diferentes partes do mundo contrastava com o desafio interno de reconstrução, culminando com medidas como a desmobilização de parcela de seu exército. Do ponto de vista externo, as supostas ambições soviéticas em estender a revolução para além do Leste Europeu foram superdimensionadas por contemporâneos e extemporâneos. Conforme Sidney J. Munhoz,¹⁰⁹ alguns dos principais objetivos de Stalin nesse contexto residiam em recuperar territórios ocupados durante o conflito e garantir condições para a reconstrução do país. Dentro dessa perspectiva, Perry Anderson afirma que a Política Externa Soviética assumia uma linha “intransigente em sua exigência de fortificação de segurança na Europa Oriental”,¹¹⁰ reunindo objetivos de natureza securitária e econômica.

Com relação aos aspectos geopolíticos que marcaram esse processo de transição, um dos maiores desafios envolvendo os principais atores engajados na reconstrução do mundo no Pós-Guerra envolveu a redefinição das fronteiras políticas e ideológicas em diferentes partes da Europa e da Ásia. Irã, Grécia, Turquia, Leste Europeu e Europa Ocidental foram alguns dos principais objetos de fissura entre ingleses, soviéticos e estadunidenses. Conforme Pedro Sampaio Malan,¹¹¹ o redesenho das fronteiras ocupava uma condição de agenda estratégica para os mais diferentes atores envolvidos na discussão sobre o futuro do mundo no Pós-Guerra. Em Conferências como Teerã (1943), Ialta (1945) e Postdam (1945), o jogo de interesses entre os protagonistas dos Aliados evidenciava diferentes perspectivas sobre a formação de possíveis novas zonas de influência e espaços estratégicos a serem defendidos.

¹⁰⁹ Sidney J. Munhoz, *op. cit.*

¹¹⁰ Perry Anderson, *op. cit.*, 2015, p. 34

¹¹¹ Pedro Sampaio Malan, *op. cit.*

Num processo envolvendo conflito e negociação, concessões de ambos os lados coexistiram com dificuldades e atritos que marcariam os anos iniciais da Guerra Fria.

Em interação com as demais fissuras, a disputa ideológica entre capitalismo e socialismo ganhara novos contornos com a emergência dessa nova ordem. Conforme Éric J. Hobsbawm, a Revolução de 1917 foi um marco na trajetória da humanidade ao se constituir numa das mais concretas experiências de alternativa ao capitalismo. Para o historiador britânico, “a política internacional de todo o Breve Século após a Revolução de Outubro pode ser mais bem entendida como uma luta secular de forças da velha ordem contra a revolução social, tida como encarnada nos destinos da União Soviética”.¹¹² Após anos de aproximação com setores liberais a partir da política de frentes populares contra o nazifascismo, o quadro de transição entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria foi marcado pelo crescimento de partidos socialistas e comunistas no seio de diversos países capitalistas. A relativa trégua na luta entre capitalistas e socialistas ao longo do contexto da Guerra favoreceu o crescimento das organizações de esquerda, alimentando temores quanto ao futuro de Estados capitalistas abalados direta ou indiretamente pelos rumos do conflito mundial.

No mesmo passo, a crença de uma constituição de uma paz durável permeava a expectativa de atores na esfera capitalista, engajados na construção de mecanismos de segurança coletiva e do estabelecimento de uma nova ordem mundial. Se o termo “capitalismo” não era evocado nos discursos ocidentais, signos como a democracia, dentro de uma perspectiva liberal, ganhavam força diante da derrocada de Hitler e Mussolini na Europa. Nas limitadas e contraditórias transformações políticas em diferentes Estados Capitalistas, apelos por democracia coexistiam com a sobrevivência de regimes antidemocráticos apoiados diretamente pelos Aliados da Segunda Guerra. Nessa perspectiva, o que se compreendeu enquanto Guerra Fria se insere de forma complexa na luta entre duas diferentes perspectivas de mundo, Estado e sociedade na era contemporânea, caracterizando diretamente o sistema internacional durante 45 anos a partir das transformações ocorridas após os anos de luta contra o nazifascismo e protagonizada por dois Estados emergentes e símbolos de uma nova ordem: Estados Unidos e União Soviética.

Algumas das principais características do sistema bipolar foram propostas por Paul Kennedy em *Ascensão e Queda das Grandes Potências*.¹¹³ Em primeiro lugar, a intensificação da divisão em ‘dois blocos’ na Europa protagonizou os primeiros anos de conformação da Guerra Fria, tendo como destaque a materialização da estratégia de contenção

¹¹² Éric J. Hobsbawm, *op.cit.*, p. 63.

¹¹³ Paul Kennedy, *op. cit*

a partir da formação do braço econômico (Plano Marshall) e militar (OTAN) do bloco de poder capitalista e da estruturação de seu antagonista socialista com a criação do Cominform e do Comecon. Na reconfiguração do continente a partir de tais bases, a deterioração nas relações dos antigos Aliados na Segunda Guerra Mundial assumiu contornos complexos diante dos movimentos empreendidos nas mais diversas partes do continente. Se a negociação entre soviéticos e britânicos predominou na definição dos rumos da Grécia, na Europa Central o jogo de interesses entre Londres, Moscou e Washington assumiu fortes tensões. Após a partilha da Alemanha em zonas de influência sob a responsabilidade das três potências citadas e da própria França, a situação evoluiu na direção da formação da República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã em 1949, divisão que assumia forte sentido simbólico quanto ao traçado do sistema bipolar a partir do solo europeu.

Outra característica importante da Guerra Fria foi a sua “escalada lateral”. Apesar da influência dos assuntos europeus no movimento das superpotências e seus respectivos blocos de poder, outras zonas receberam atenção no jogo entre conflito e negociação por parte de Moscou e Washington. Após divergências quanto ao futuro do Irã, a Revolução Chinesa (1949) e a Guerra da Coreia (1950-1953) direcionariam os olhares de boa parte do mundo para o continente asiático. Em outros continentes, a política de contenção estadunidense influenciava a formação de mecanismos de segurança regional, direcionados para o combate às ameaças internas e externas. No continente americano, isto foi evidenciado a partir da formação do TIAR em 1947 e da OEA no ano seguinte. Dentro de um processo de estruturação do sistema interamericano a partir de sua inserção na dinâmica bipolar, tais mecanismos refletiam a hegemonia estadunidense na região.

A corrida armamentista consistiu num terceiro aspecto. Conforme Éric J. Hobsbawm, “a Guerra Fria encheu o mundo de armas num grau que desafia a crença”.¹¹⁴ Tal movimento foi acompanhado também de um desenvolvimento qualitativo da indústria bélica, com destaque para as armas nucleares. Ainda nos primeiros anos do conflito, o monopólio estadunidense da bomba atômica foi rompido em 1949, a partir do primeiro teste soviético. Nessa disputa, URSS e EUA se destacavam de forma assimétrica:

Os Estados Unidos, por outro lado, sempre mantiveram a iniciativa e a vantagem na corrida armamentista (EUA e URSS, respectivamente): bomba atômica 1945/1949; bombardeios intercontinentais 1948/1955; bomba de hidrogênio 1954/ 1955; mísseis balísticos intercontinentais 1957/1958; mísseis balísticos em submarinos 1960/1968; mísseis de ogivas múltiplas 1970/1975; e submarinos nucleares anos 60/ anos 70. Algumas armas só foram obtidas pelos EUA, como os mísseis cruzado de longo alcance

¹¹⁴ Éric J. Hobsbawm, *op. cit.*, p.250.

(1982); bombas de nêutrons (1983) e porta-aviões nucleares (anos 60). Os soviéticos só tiveram primazia em alguns aspectos da corrida espacial, como satélites artificiais (1957/1958), sendo posteriormente ultrapassados, estação espacial (que os EUA não construíram) e mísseis antimísseis (1968/1972).¹¹⁵

Do ponto de vista estadunidense, a corrida armamentista assumia a característica de uma corrida contra o tempo. De acordo com Perry Anderson,¹¹⁶ um sentido de superioridade soviética era propagado em discursos de lideranças dos EUA como justificativa para a ampliação dos gastos militares e o desenvolvimento de novas tecnologias. Dentro dessa perspectiva, o perigo vermelho e o temor de um conflito de grandes proporções com o bloco de poder adversário era também mobilizado como um fator econômico e estratégico interno, alimentando uma das indústrias mais poderosas do centro do capitalismo mundial.

Enquanto uma quarta característica da Guerra Fria, a formação de alianças se tornou uma consequência de um conflito de dimensões mundiais. Entre alianças militares, afinidades ideológicas, aproximações de natureza pragmática ou intervenções diretas e indiretas, o caráter sistêmico da Guerra Fria pode ser visto a partir do jogo de interesses entre as superpotências e seus respectivos blocos de poder frente aos demais atores da cena global.¹¹⁷ Em suas diferentes fases, os 45 anos de um conflito heterogêneo produziu diferentes constrangimentos e oportunidades para os mais diversos Estados do sistema global. Como se verá a seguir, os limites e as possibilidades de mudança ou estabilidade na inserção internacional brasileira estiveram também condicionados as transformações no cenário externo, inicialmente caracterizado pela afirmação do sistema bipolar.

Ao considerarmos os anos 1950 no tocante ao desenvolvimento das relações exteriores, algumas perspectivas no âmbito da historiografia da PEB ressaltam a importância da compreensão desse período para a identificação das bases pelas quais se desenvolveria uma política externa muito mais universalista. Paulo Fagundes Vizentini estabelece um vínculo entre a Política Externa Independente, o “nacional-populismo” de Vargas e o “desenvolvimentismo associado” de JK.¹¹⁸ O ponto de continuidade entre boa parte destes períodos residiu na existência de uma diplomacia voltada para o desenvolvimento econômico,

¹¹⁵ Paulo Fagundes Vizentini, *op. cit.*, 2005, p.111.

¹¹⁶ Perry Anderson, *op. cit.*, 2015

¹¹⁷ A Guerra Fria vista enquanto conflito e sistema foi defendido por Paulo Fagundes Vizentini. Para este autor, é possível enxergar uma “racionalidade cristalina” dentro dessa fase do sistema mundial, caracterizada pela hegemonia estadunidense e pelo peso da bipolaridade no cálculo estratégico dos Estados. In: Paulo Fagundes Vizentini, *op. cit.*, 2005, p.105.

¹¹⁸ Paulo Fagundes Vizentini, *op. cit.*, 2004, p. 11. Essa percepção, em grande medida, é compartilhada por Tullo Vigevani e Miriam Gomes Saraiva ao considerarem que “A PEI foi uma política que não rompeu abruptamente com as políticas passadas, de Getúlio Vargas a Juscelino Kubitschek. Manteve algumas das ideias básicas que constituem o cenário da ação brasileira, sendo, portanto, uma reconfiguração das propostas de ações e metas” In: Tullo Vigevani; Miriam Gomes Saraiva, *op. cit.*, p.220.

numa estratégia de barganha frente ao centro hegemônico.¹¹⁹ Essa concepção, por sua vez, remontava à experiência desenvolvida ainda no primeiro governo Vargas, mas com novos contornos, diante do fracasso do alinhamento desenvolvido durante o governo Dutra.¹²⁰ Luiz Alberto Moniz Bandeira compartilha dessa mesma periodização com relação aos antecedentes da PEI.¹²¹ Na opinião deste autor, a Política Externa que posteriormente seria empreendida pelo governo Quadros teria sido insinuada por Vargas e esboçada por JK. Em ambos os casos, dificuldades no campo econômico e impasses nas relações com os Estados Unidos estimulariam a possibilidade de correção de rumos na atuação diplomática do Brasil.

As eleições de 1950 marcaram o retorno de Getúlio Vargas ao governo, dessa vez, pela via democrática. Do ponto de vista externo, alguns dos desafios colocados à gestão Dutra permaneceram ao longo do mandato do ex-ditador. As dificuldades diante dos EUA se acentuaram tanto pela ampliação das fronteiras da Guerra Fria,¹²² quanto pela própria natureza e desenvolvimento do governo. Vargas encaminhava uma Política Externa com traços distintos. Na concepção de Paulo Fagundes Vizentini,¹²³ o ano de 1951 marcaria o início de um período caracterizado por transformações sociais e econômicas no país, promovendo novas demandas à Política Externa:

O crescimento econômico e a progressiva afirmação de um novo perfil sócio-político da sociedade brasileira impunham novas demandas à política exterior. O período abria-se com o incremento da urbanização e da industrialização, a afirmação de uma burguesia industrial, de segmentos médios urbanos, de uma jovem classe operária e de outros trabalhadores urbanos e rurais. O sistema político tinha de responder à crescente participação popular, enquanto as contradições da sociedade brasileira constituíam um terreno fértil para os conflitos sociais. Assim, Vargas viu-se na contingência de retomar o projeto de desenvolvimento industrial através da substituição de importações, incrementando a indústria de base.¹²⁴

¹¹⁹ Paulo Fagundes Vizentini, *op. cit.*, 2004a. A essência da Política de Barganha residiu no apoio estratégico aos EUA em troca de recursos econômicos para o projeto interno.

¹²⁰ A leitura proposta por Paulo Fagundes Vizentini sobre o desenvolvimento da PEI dentro de um sentido de aprofundamento dos movimentos em torno da mundialização e multilateralização da PEB se aproxima da perspectiva de Amado Cervo ao reconhecer os antecedentes mais remotos de uma estratégia diplomática autônoma ainda durante o Primeiro Governo Vargas, o qual teria se caracterizado também por uma estratégia de Barganha. Esse sentido histórico compartilhado com as impressões de Cervo é reforçado a partir da sugestão de que o período entre 1945 e 1964 se caracterizaria por um novo momento na busca pela “superação da diplomacia apoiada na agroexportação”. In: Idem, p.237.

¹²¹ Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹²² Paulo Fagundes Vizentini. *A Guerra Fria*. Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha (Orgs.). *O século XX: O tempo das Crises: Revoluções, Fascismos e Guerras*. 3ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹²³ Paulo Fagundes Vizentini, *op. cit.*, 2004a

¹²⁴ Paulo Fagundes Vizentini. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)*. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 203.

Diante de um quadro de importantes mudanças sociais no país, os rumos da Política Externa estiveram cada vez mais atrelados aos debates sobre os rumos internos. Nessa perspectiva, a inserção internacional brasileira era parte integrante das estratégias e dos objetivos de desenvolver a nação e encontrar soluções para as crescentes contradições políticas e econômicas de um regime que combinava a manutenção do interesse dos setores agrário-exportadores com perspectivas de industrialização, aumento da organização e da participação política dos trabalhadores urbanos com a conservação da estrutura social do campo, além de outras características que se tornariam cada vez mais aguda com o passar dos anos na década de 1950.

Os sintomas de transformação na sociedade brasileira se inseriam num quadro de mudança em nível mundial, em um ritmo elevado.¹²⁵ Ao redor do globo, em diferentes intensidades, pavimentava-se um caminho para um mundo mais urbano, mais industrial, mais alfabetizado, tecnológico e mecanizado. Nos marcos de uma Era excepcional do sistema capitalista mundial e de avanço e crescimento dos países socialistas, o desenvolvimento brasileiro se inseria num horizonte ainda mais amplo de acompanhamento dessas alterações em nível internacional. O sentimento de um país na marcha do progresso alimentou um horizonte de expectativa de um Brasil potência:

Na década dos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância.¹²⁶

Na construção de uma nação moderna, nos marcos do capitalismo mundial, a Política Externa assumia uma dimensão fundamental. Se as condições morais para a transformação do país em um ator relevante mundialmente apareciam como dadas, reflexo de uma sociedade constituída supostamente pela harmonia entre as raças e as demais características intrínsecas a ideia de Brasil, a construção das bases materiais se encontrava em andamento, considerando o avanço da industrialização e as mudanças nas estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas. Nesse sentido, um estudo sobre as mudanças na inserção internacional brasileira não pode abrir mão de uma investigação sobre esse quadro, marcado pelas utopias de uma nação capaz de dar longos passos em um curto espaço de tempo.

Nessa perspectiva de profundo entrelace entre projetos políticos nacionais e o papel da Política Externa, os rumos do governo Vargas em âmbito interno e externo foram marcados

¹²⁵ Éric J. Hobsbawm, *op. cit.*

¹²⁶ João Manuel Cardoso de Mello; Fernando A. Novais. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: Lilia M. Schwarcz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol.4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.560.

pela disputa de orientação a partir de algumas correntes políticas. De acordo com Thomas Skidmore,¹²⁷ era possível identificar ao menos três grupos. Os neoliberais eram favoráveis ao capital estrangeiro privado, além de medidas monetaristas e ortodoxas no campo econômico. Em âmbito externo, tendiam a defender um maior alinhamento com os EUA e as teses de segurança internacional do Ocidente a partir da lógica bipolar da Guerra Fria. Os desenvolvimentistas-nacionalistas atribuíam um maior papel ao Estado no campo estratégico, defendendo a formação de empresas estatais e sociedades de economia mista. Tal segmento não era contrário ao capital estrangeiro, porém acreditava que este deveria receber medidas de controle. Do ponto de vista da Política Externa, concebiam os rumos internacionais do país numa perspectiva mais autônoma.

Um terceiro segmento reside nos chamados “nacionalistas radicais”.¹²⁸ Estes vinculavam as dificuldades econômicas do país a uma aliança de classe entre setores produtivos locais e o capital internacional, enxergando nessa configuração uma barreira para as pretensões de uma industrialização a partir de um processo de cooperação do centro do capitalismo. Neste sentido, sua postura de divergência com relação aos EUA era muito mais acentuada que os nacionalistas-desenvolvimentistas.¹²⁹

Sem representar programas consistentes do ponto de vista ideológico, tais categorias sugerem pontos de coesão e divergência entre os mais diferentes atores políticos nacionais, tais como a imprensa, os militares, a burguesia, os trabalhadores urbanos e rurais, além dos setores médios e os ruralistas. Nesse quadro de disputa sobre o caminho do desenvolvimento brasileiro, tachado enquanto um processo inevitável, “nacionalistas” e “entreguistas”

¹²⁷ Thomas E. Skidmore. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

¹²⁸ Thomas E. Skidmore, *op. cit.*

¹²⁹ Ricardo Bielschowsky reconhece ao menos cinco grandes correntes que marcaram o pensamento econômico do país entre os anos 1950 e 1960. Como principais opositores ao desenvolvimentismo, os neoliberais defendiam um menor papel do Estado na economia, restrito à adoção de medidas saneadoras, além de privilegiarem políticas de equilíbrio financeiro e monetário. Os desenvolvimentistas se caracterizaram, num plano genérico, pela luta em torno da construção do capitalismo industrial brasileiro e da modernização das suas estruturas econômicas. Esse grupo não era homogêneo, apresentando-se a partir de três correntes. O desenvolvimentismo do setor privado se aproximava da defesa dos interesses do empresariado e da defesa do capital industrial nacional. Tal corrente defendia a montagem de uma estrutura industrial capaz de garantir o desenvolvimento. Uma segunda corrente desenvolvimentista foi a do setor público não nacionalista, partidária do maior papel da iniciativa privada no desenvolvimento industrial, sem excluir a necessidade de intervenção do Estado em determinados setores. Por fim, um terceiro grupo desenvolvimentista foi o setor público nacionalista, defensor da intervenção do Estado, especialmente em setores considerados estratégicos. Para estes, tal política de desenvolvimento assumia condição prioritária, não devendo se submeter às políticas monetárias. Apesar de partilhar de algumas ideias do desenvolvimentismo, os socialistas defendiam uma política de desenvolvimento inserida dentro de uma estratégia revolucionária de superação do próprio capitalismo. Para isso, tornava-se necessário ultrapassar as relações feudais e o domínio imperialista, garantindo o desenvolvimento das forças produtivas. In: Ricardo Bielschowsky. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

constituíam verdadeiras identidades políticas, instrumentos fundamentais na luta simbólica, política e intelectual entre as diferentes perspectivas em destaque.¹³⁰

De modo geral, o governo Vargas estabeleceu uma política externa dúbia, reflexo da sua dinâmica em relação às correntes citadas anteriormente e dos rumos da luta política. Se medidas como a recusa em participar militarmente da Guerra da Coreia e alguns ensaios universalistas poderiam ser encarados como concessões ou conquistas dos nacionalistas, outras medidas como o Acordo Militar (1952) se aproximavam mais das perspectivas dos setores mais liberais cosmopolitas,¹³¹ apoiadores de uma política vinculada aos EUA.

Diante de uma política que visava adquirir melhores condições de negociação e maximização de resultados junto aos EUA num contexto de dificuldade externa, as relações exteriores no governo Vargas se notabilizaram por um breve esforço de diversificação das relações exteriores, ao menos num primeiro momento. Conforme Paulo Fagundes Vizentini, o país preparou uma missão comercial rumo ao Oriente Médio, na tentativa de ampliar as relações com os países daquela região¹³². Em relação ao Egito, o mesmo período foi marcado por contatos entre os dois países. Além da já referida troca de honrarias entre o Rei Farouk e o

¹³⁰ De acordo com Paulo Fagundes Vizentini, compreende-se enquanto “nacionalistas”, os segmentos políticos e sociais defensores da industrialização nacional, articulada na constituição de alguma margem de autonomia frente aos EUA. Tal grupo sofreria influência das teses do CEPAL e do ISEB. Por outro lado, os ditos “entreguistas”, tenderiam a se vincular com as teses mais tradicionais da Guerra Fria, defensores também de um estreitamento de laços com os EUA. In: Paulo Fagundes Vizentini, *op. cit.*, 2003. Ainda que tais categorias sejam contemporâneas e ilustrem parcialmente o nível dos debates em torno das estratégias de desenvolvimento do país e sua inserção internacional, concordamos com Luciano da Rosa Muñoz ao estabelecer certas ressalvas ao uso dessa dicotomia na compreensão de um cenário demasiadamente complexo. Na visão deste autor, o termo “entreguista” acaba por se tornar uma espécie de contraconceito, na medida em que foi mobilizado por determinados grupos como uma maneira de desqualificar os adversários e, ao mesmo tempo, reforçar as identidades sociais e políticas dos enunciadores. In: Luciano da Rosa Muñoz. *Intelectuais, militares, diplomatas: uma genealogia da autonomia no Brasil (1946-1974)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Tanto nas discussões sobre as relações exteriores, quanto sobre o modelo de desenvolvimento do país é possível identificar perspectivas heterogêneas que ultrapassam esses dois rótulos. Exemplo disso reside na existência de nacionalistas defensores da colaboração do capital estrangeiro no desenvolvimento do país, ainda que de forma pontual em áreas consideradas não estratégicas, bem como sujeitos considerados entreguistas que admitiam a presença do Estado a partir de algum grau de planejamento econômico.

¹³¹ O Acordo Militar entre Brasil e EUA previa que, em caso de conflito, caberia aos estadunidenses o fornecimento de armamento, além do treinamento das forças militares brasileiras. Em contrapartida, o Brasil deveria fornecer materiais estratégicos a Washington. Nesse sentido, conforme pontua Clodoaldo Bueno, tal arranjo acentuava certa dependência brasileira com relação aos EUA na área militar, o que desagradava setores nacionalistas. Esse acordo sobreviveu até os anos 1970, quando, durante o governo Geisel, foi denunciado. In: Clodoaldo Bueno. *Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961); A Política Externa Independente do Apogeu do Populismo (1961-1964)*. In: Amado Luiz Cervo; _____. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª Ed. Brasília, UNB, 2011

¹³² Um gesto importante do Brasil em direção aos países árabes foi o voto favorável para a inclusão da questão franco-tunisiana na ONU em 1952. Conforme Antônio Carlos Lessa, a posição brasileira correspondia ao interesse em acenar positivamente aos árabes e asiáticos pensando nas possíveis agendas de interesse brasileiro no futuro. Além disso, este autor também citou a influência das colônias sírio-libanesas enquanto um fator de pressão. In: Antônio Carlos Moraes Lessa. *A Parceria Bloqueada: As relações entre França e Brasil, 1945-2000*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

presidente Vargas, destacou-se também a iniciativa egípcia em ter do Brasil o reconhecimento de seu monarca como rei do Egito e do Sudão,¹³³ ato internacional que favoreceria a tese da “unidade do vale do Nilo”. Em 1953, o Brasil elevava sua representação diplomática ao estatuto de embaixada naquele país.

Dentro dessa perspectiva, mesmo diante das limitações do que pode ser considerado como passos incipientes da mundialização da PEB, os primeiros anos do governo Vargas se caracterizaram por acenos múltiplos entre brasileiros e egípcios. Se ainda no governo Dutra, alguém como Carlos Lacerda questionava a inexistência de uma política brasileira para o Oriente e ao modo como o Brasil lidava com um “amigo certo”¹³⁴ - os árabes - caberia ao seu algoz Getúlio empreender medidas importantes na direção do Egito.

No campo interno, a criação do BNDE e principalmente a Petrobrás traziam contornos ainda mais complexos para os rumos externos de Vargas, inclusive influenciando na inviabilidade de suas iniciativas para outras partes do mundo. As dificuldades econômicas a partir de 1952 e a eleição de Eisenhower em 1953 minaram qualquer perspectiva de obtenção de parcerias para o projeto de desenvolvimento, num contexto marcado pelo aumento no custo de vida e elevação das tensões entre as forças políticas.

A Política Externa foi outro ingrediente no agravamento da crise política que levaria ao suicídio de Vargas. Seu antigo chanceler, Neves da Fontoura, denunciou a existência de um acordo secreto envolvendo o presidente, João Goulart e Juan Domingo Perón, presidente da Argentina. Agregando supostamente o Chile, o Pacto ABC visaria o estabelecimento de uma articulação estatal fora das diretrizes estadunidenses, o que foi interpretado como uma grave proposta por parte dos setores mais alinhados à Washington. Soma-se a isso as ressalvas existentes na relação de Vargas e Goulart com o crescente operariado urbano, aspecto que, no imaginário das elites que se opunham ao presidente, constituía uma ameaça real de formação de uma República Sindicalista de acordo como era reconhecida a Argentina Peronista.

Em 1953, foi firmado entre Brasil e Portugal o chamado Tratado de Amizade e Consulta. Tal acordo previa, dentre outras coisas, o estabelecimento de consultas recíprocas entre os dois países sobre temas considerados relevantes para cada uma das partes em âmbito

¹³³ Anos antes, em 1947, o Brasil foi confrontado com a questão anglo-egípcia no Conselho de Segurança da ONU. Diante dos esforços egípcios em apresentar o tema para debate no órgão, a diplomacia brasileira teve que se posicionar diante de uma agenda que envolvia a luta egípcia pela evacuação das tropas britânicas de seu território e a união com o Sudão. O Brasil seguiu a maioria dos países apoiando a continuidade nas negociações entre os dois países. Apenas 3 Estados votaram favoravelmente a demanda egípcia (Polônia, URSS e Síria). In: Ginat Rami. *Egypt and the Struggle for Power in Sudan: From World War II to Nasserism*. Cambridge University Press, 2017.

¹³⁴ Carlos Lacerda. *O Brasil e o Mundo Árabe*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1948, p.114.

internacional. Na prática, diante do aumento das pressões em torno da descolonização e autodeterminação dos povos, o tratado luso-brasileiro representava uma vinculação do Brasil em relação à política colonial portuguesa, reafirmando as perspectivas de estreitamento de laços entre Rio de Janeiro e Lisboa.¹³⁵ Do ponto de vista da política interna, esta medida trazia novos contornos para a relação entre Política Externa e o cenário nacional, tendo em vista a importância das comunidades portuguesas nas grandes cidades brasileiras e na capital,¹³⁶ além da tendência dos grupos mais conservadores em apoiarem a política portuguesa.

Após o suicídio de Vargas, Café Filho, assumiu a presidência da República, construindo um governo de natureza majoritariamente antigetulista. Na ocupação de postos-chave nos ministérios, foram escolhidos atores políticos extremamente vinculados às oposições liberais e as linhas mais conservadoras em Política Externa e em termos de desenvolvimento econômico, tais como Eugênio Gudin e Raul Fernandes. Para Vizentini, abriu-se, a partir desse momento, um verdadeiro “hiato” na trajetória da PEB nos anos 1950:

Entre agosto de 1954 e meados de 1958, a política externa brasileira sofreu um nítido retrocesso, voltando a pautar-se pelo alinhamento diplomático incondicional em relação aos Estados Unidos, enquanto a economia é marcada pelo processo de internacionalização. É necessário demarcar dois momentos neste período: o primeiro define-se abertamente pelos parâmetros da diplomacia da ESG (segurança e desenvolvimento), enquanto que o segundo, sob o governo JK, possui maior complexidade (o desenvolvimento associado). Em ambos, entretanto, dominava a aliança privilegiada com os EUA e uma política de alcance hemisférico.¹³⁷

Durante o governo pessepista, algumas medidas de favorecimento ao capital estrangeiro e de nítida vinculação à Washington foram ensaiadas ou tomadas. No campo da política econômica, além das medidas saneadoras e monetaristas de Gudin, a chamada

¹³⁵ O peso das consultas prévias a Portugal na definição dos posicionamentos brasileiros na política colonial foi refletido por alguns intelectuais ligados ao movimento negro, mas também por diplomatas e outros atores políticos e sociais. Abdias do Nascimento ressaltou a correlação entre este Tratado e a submissão da posição brasileira aos interesses portugueses, o que significa dizer que tal dispositivo representou mais um vínculo, dessa vez de natureza jurídica, do Brasil em relação à estratégia internacional salazarista. Abdias do Nascimento. Documento nº4: Etnia afro-brasileira e política internacional. In: _____. *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹³⁶ A partir de dados fornecidos por Jeffrey Lesser, a entrada de imigrantes portugueses no Brasil entre 1880 e 1959 girou em torno de 1 549 851. In: Jeffrey Lesser. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: UNESP, 2015. A força das comunidades lusitanas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro era sentida nos meios de comunicação e nas disputas eleitorais, contribuindo na formação de um verdadeiro grupo de pressão em favor de Lisboa em temas de política externa. In: Jerry Dávila. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011

¹³⁷ Paulo Fagundes Vizentini, op. cit., 2004a, p. 12. Autores como Thiago Bonfada de Carvalho criticam o que parece ser uma espécie de supervalorização do papel da ESG na formulação da Política Externa do governo Café Filho. In: Thiago Bonfada de Carvalho. *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva*. Brasília: FUNAG, 2009. Contudo, não se pode negar o viés conservador no conteúdo dessa política, tendo em vista não somente o retorno de Raul Fernandes, ex-chanceler do governo Dutra ao cargo, mas também as expressas manifestações de simpatia aos EUA e a Portugal durante este período. Filho esteve em Portugal em 1955, reafirmando seu apoio aquele país.

Instrução 113 da SUMOC representou um marco para o estabelecimento de um novo caminho para o desenvolvimento nacional, ao favorecer a entrada de capital estrangeiro e a importação de maquinário sem a necessidade de cobertura cambial.¹³⁸ Apesar da ascensão dos grupos defensores do alinhamento aos EUA e a livre participação do capital estrangeiro privado, o governo Café Filho não conseguiu, por completo, destruir a herança getulista.¹³⁹ Se no campo da política atômica houve um maior aceno às propostas estadunidenses frente aos objetivos do CNPQ, no campo da política petrolífera não foi possível retroceder na organização e no papel da Petrobrás.

Durante o governo Café Filho, um aspecto digno de nota foi a presença brasileira durante a Conferência de Bandung (1955), por meio do envio de um observador. Coube a Adolpho Justo Bezerra de Menezes, além de Oswaldo Trigueiro e Ildefonso Falcão, registrarem algumas das impressões daquele encontro afro-asiático. Apesar das desconfianças existentes em torno daquele ato diplomático, Menezes viu naquele acontecimento o fechamento de um ciclo histórico iniciado ainda na época moderna com a chegada de Vasco da Gama às Índias. Atribuindo contornos monumentais ao que passara sobre seus olhos, tal evento evidenciava uma demonstração de força dos povos africanos e asiáticos, manifestando suas vozes frente aos temas mais sensíveis daquela conjuntura, tais como a descolonização, o racismo institucionalizado pelo *apartheid*, a situação da Palestina, dentre outros.

Mesmo com as manifestações de setores udenistas em prol do adiamento das eleições de 1955,¹⁴⁰ a disputa eleitoral marcou o retorno de pessedistas e petebistas ao governo. Os resultados das urnas, porém, foram efetivamente legitimados a partir das armas, por meio de um golpe preventivo liderado por Henrique Lott, garantindo a posse do ex-governador mineiro diante das ameaças antigetulistas de impedir o cumprimento constitucional. Antes mesmo de assumir, JK realizou um longo período de viagens pela Europa Ocidental e EUA, visando também captar recursos para o seu processo de desenvolvimento. Sob os eixos previstos no chamado Plano de Metas, o novo governo estabeleceu uma reorientação da política econômica do país, retirando do Estado o papel de centralizador das decisões e lhe atribuindo um lugar voltado à manipulação de incentivos.¹⁴¹

O projeto juscelinista congregou a atração do capital estrangeiro privado, a continuidade na busca de capitais públicos no exterior, junto aos EUA e as agências

¹³⁸ Ricardo Maranhão. O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964). In: Boris Fausto [Org.]. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

¹³⁹ Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, 2011.

¹⁴⁰ Maria Victoria Benevides. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

¹⁴¹ Miriam Limoeiro Cardoso. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; Pedro Sampaio Malan, *op. cit.*, 2007.

internacionais, além do estabelecimento de investimentos públicos estatais em setores estratégicos, como energia e transportes, e por meio do apoio aos grupos econômicos nacionais, como os cafeicultores e os industriais.¹⁴² As novas bases da política de desenvolvimento nacional contribuíram para a formação de um quadro de estabilidade política,¹⁴³ caracterizado pela convergência proporcionada a partir do Plano de Metas entre os setores militares que garantiram a posse de JK após as eleições de 1955, além da aliança partidária entre PSD e PTB.

Dentro dessa perspectiva de luta em prol da captação de recursos no exterior, uma das posturas do governo JK, segundo Luiz Fernando Ligiéro,¹⁴⁴ foi evitar o conflito com as potências ocidentais. A materialização dessa diretriz residiu na cautela frente aos processos de descolonização. Em linhas gerais, optou-se por uma política de espera em relação à evolução dos litígios entre movimentos coloniais e suas respectivas metrópoles, além de manter a postura ainda mais conservadora sobre o colonialismo português.¹⁴⁵

Somado à obtenção de capital e tecnologia, a Política Externa juscelinista incorporava ao menos dois objetivos econômicos, segundo Bueno.¹⁴⁶ A ampliação do mercado exterior aparecia enquanto uma necessidade para a manutenção do projeto de desenvolvimento centralizado na industrialização. A busca de novos parceiros interessados na importação de produtos brasileiros era condição fundamental para superar as dificuldades em mercados tradicionais, tais como os EUA e a Europa Ocidental. Nesta última, a partir da criação da Comunidade Econômica Europeia e as condições particulares existentes entre os países membros e alguns territórios africanos, as dificuldades de penetração dos produtos brasileiros foram acentuadas, o que implicava pensar numa ampliação das fronteiras comerciais do país. Ainda do ponto de vista do comércio exterior, a deterioração dos termos de troca consistia em outro desafio a ser enfrentado pelo Brasil, dependente ainda de sua produção de café. Nesse sentido, uma das linhas de atuação de Juscelino residiu na busca pela estabilização dos preços de produtos primários, como no caso do mercado cafeeiro.

Além da forte agenda econômica, uma iniciativa importante do governo Kubitschek, envolvendo diretamente o Oriente Médio, foi a participação brasileira na FENU a partir de 1957. Comumente conhecida como Batalhão Suez, contingentes militares do país fizeram

¹⁴² Thomas E. Skidmore, *op. cit.*

¹⁴³ Maria Victoria Benevides. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

¹⁴⁴ Luiz Fernando Ligiéro, *op.cit.*

¹⁴⁵ De acordo com Clodoaldo Bueno, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com alguns países asiáticos, tais como a República da Coreia e o Ceilão. Além disso, citando o Relatório do MRE em 1960, o país buscou estabelecer ligações com os países africanos recém-independentes. In: Clodoaldo Bueno, *op. cit.*

¹⁴⁶ Idem.

parte da Missão da ONU após a Segunda Guerra Árabe-Israelense, tendo em vista a garantia do cumprimento dos acordos entre os Estados Beligerantes.¹⁴⁷ Tal iniciativa foi protagonizada por países como Brasil, Iugoslávia e Índia, tendo durado cerca de dez anos.

Neste mesmo contexto, outra página das relações Brasil – Egito foi a entrada de judeus-egípcios e outras minorias religiosas no país. Com o fim das capitulações, as políticas de nacionalização empreendidas pelos governos egípcios, as crises árabe-israelense e o episódio de Suez estimularam a saída de uma parcela importante dos estrangeiros que viviam no Egito. Conforme Alberto Hourani, o número de estrangeiros residentes no país caíra de 250 mil para 143 mil entre 1937 e 1960.¹⁴⁸ Segundo René Daniel Decol, 1462 indivíduos naturais do Egito entraram no Brasil entre 1955 e 1959 e se fixaram na região Sudeste.¹⁴⁹ A recepção desses grupos migrantes apresentava algumas características importantes. Sujeitos considerados a partir de suas formações profissionais pela Embaixada Brasileira no Egito eram relacionados aos objetivos do desenvolvimento do país, num processo de inserção de mão-de-obra qualificada no país. Tais homens e mulheres simbolizavam pontes entre Brasil e Egito. Na esperança de encontrarem novos caminhos para suas vidas, agitavam a ação diplomática do país na busca por vistos de entrada, submetidos aos interesses estabelecidos pela política migratória do Brasil.

Sem desconsiderar como tais ações ultrapassavam as fronteiras tradicionais de atuação da diplomacia brasileira, seu viés prioritário hemisférico-ocidental se afirmou. Contudo, os rumos da Política Externa do país não eram objeto de consenso por parte da diplomacia e dos setores interessados nos rumos da inserção internacional do país. Ao contrário do defendido por Moniz Bandeira e reforçado, em certa medida, por Eduardo Portella, o Itamaraty não era um corpo homogêneo e nem tampouco dissociado das divergências em torno do projeto de desenvolvimento e do papel brasileiro na política internacional. Manifestações de descontentamento com os rumos da política exterior, especialmente pelo seu descompasso frente às transformações no sistema internacional no contexto da descolonização e dos novos rumos da Guerra Fria, eram captadas e defendidas por parte de importantes atores intelectuais e políticos em âmbito nacional:

Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, Gilberto Amado, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Tristão de Athayde, Eduardo Portella, entre outros, eram partidários, na segunda metade dos anos 1950, de um

¹⁴⁷ Norma Breda dos Santos. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. Gilberto Dupas; Tullo Vigevani (Orgs.). *Israel – Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

¹⁴⁸ Albert Hourani. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹⁴⁹ René Daniel Decol. *Imigrações Urbanas para o Brasil: o caso dos judeus*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

novo *rapprochement* para a África, mais progressista e realista que o desenvolvido pelo governo Kubitschek.¹⁵⁰

Nesse quadro de propostas alternativas, *O Brasil e o Mundo Ásio-africano*, escrito pelo próprio Bezerra de Menezes,¹⁵¹ caracterizava-se pela defesa de uma maior projeção internacional do país a partir de sua aproximação com os países afro-asiáticos, abandonando algumas das diretrizes mais conservadoras em agendas internacionais como o apoio às potências coloniais e a posição omissa ou ambígua diante da discriminação racial.

Porém, foi no âmbito da política hemisférica que o governo JK ensaiou uma mudança na sua política exterior. No contexto de manifestações antiamericanas em outros países latino-americanos, o presidente brasileiro propôs a chamada Operação Pan-Americana. Tal iniciativa sinalizava um esforço pela alteração da política estadunidense para a região, partindo da premissa de que o apoio ao desenvolvimento a partir do atendimento das demandas dos países latino-americanos seria uma das medidas mais eficazes para a garantia da segurança regional. Nesse sentido, a partir da relação Segurança-Desenvolvimento,¹⁵² JK defendia uma revisão na concepção do pan-americanismo,¹⁵³ entendido aqui, para além da solidariedade ideológica, como um esforço efetivo e material para com as nações do continente.

Ainda que não tivesse obtido os resultados esperados, a OPA pode ser considerada mais um passo nas transformações da PEI em favor de uma revisão nas relações interamericanas e mesmo nas perspectivas de universalização da PEB. A proposta juscelinista influenciaria posteriormente o surgimento do BID, da ALALC e principalmente da chamada Aliança para o Progresso. Do ponto de vista historiográfico, Clodoaldo Bueno é um dos autores que atribui um relevante peso para a OPA. Na concepção deste autor, tal iniciativa foi importante para o lançamento das bases do que viria a ser a PEI.¹⁵⁴ Nesse contexto, a Política

¹⁵⁰ José Flávio Sombra Saraiva, *op. cit.*, p.43.

¹⁵¹ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*

¹⁵² Em *Ideologia do Desenvolvimento*, Miriam Limoeiro Cardoso teceu considerações sobre a natureza das relações entre Segurança e Desenvolvimento no contexto do governo de JK. Se o desenvolvimento representaria uma das formas mais eficazes de combater a subversão, considerada como mais ameaçadora em contextos de miséria e pobreza, a transformação econômica dependeria também da manutenção da própria ordem política. A interação entre segurança e desenvolvimento corresponde ao que esta autora considera como “mudar, dentro da ordem, para garantir a ordem”, num processo que alia conservação e transformação. In: Miriam Limoeiro Cardoso, *op. cit.*, p.183.

¹⁵³ Segundo José Briceño Ruiz, a construção de um regionalismo continental a partir do pan-americanismo remonta ao século XIX. Na iniciativa estadunidense, o horizonte de formação de uma comunidade de interesses entre os países do continente envolvia a criação de uma união aduaneira e um mecanismo de arbitragem continental. Porém, as duas propostas encontraram resistência tanto de setores das elites estadunidenses, quanto dos grupos dirigentes de países latino-americanos, como a Argentina. Contudo, além de acordos comerciais bilaterais, conferências periódicas foram realizadas ao longo do século XX. In: José Briceño Ruiz. *Del Panamericanismo al ALCA: la difícil senda de las propuestas de una comunidad de intereses en el continente americano. Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*, v.3, pp.145-167, 2016.

¹⁵⁴ Apesar de enfatizar a importância da OPA na trajetória de formação da PEI, o próprio Clodoaldo Bueno abre uma aparente divergência em sua interpretação. Em outro momento, este autor sugere que a Política Externa dos

Externa retomaria sua condição de variável relevante para a trilha do desenvolvimento nacional. Outro autor a compartilhar uma concepção retrospectiva sobre a importância dos últimos anos do governo JK para a conformação da PEI é Braz José de Araújo. Para este, os dois últimos anos do mandato do pessedista marcaram um giro na política externa em direção às mudanças no relacionamento do Brasil com os países latino-americanos e outras partes do mundo:

A política externa dos dois últimos anos do governo Kubitschek marca o início de uma elaboração brasileira de ‘política externa independente’, significando novas articulações na América Latina para fortalecer as posições e os interesses do desenvolvimento econômico do país. O Convênio Latino-Americano do Café, a criação do BID e da ALALC são resultados dessa política. A política de Kubitschek significa também a busca de novos produtos brasileiros, incluindo-se os países do leste europeu, da Ásia e da África.¹⁵⁵

Reconhecendo os laços existentes entre a Política Externa dos anos finais da era juscelinista e o início do governo Jânio Quadros, este autor sugere a pouca margem para inovações em relação à última. A OPA aparece como um marco na trajetória da PEB, inaugurando uma inserção internacional distinta daquela seguida pelo governo antecessor. Porém, apesar da prioridade ocidental e hemisférica na Política Externa, ao acenar com a revisão do pan-americanismo, novos ensaios de ampliação geográfica da ação exterior do país foram ensaiados e até mesmo desenvolvidos após o seu lançamento. A iniciativa juscelinista também representaria um importante processo para a transformação da estratégia brasileira nas relações exteriores. A OPA pode ser vista como um dos sintomas de uma tendência pela busca da multilateralização da PEB. Compreendendo o multilateralismo como “a coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com um conjunto de princípios”,¹⁵⁶ a sugestão de um novo arranjo continental evidenciava uma nova perspectiva de negociação com os EUA, ao mesmo tempo em que abria margem para um quadro de maior interação entre os países latino-americanos.

As dificuldades financeiras no plano interno estimulariam voos mais altos no campo externo, precedendo também um ensaio de mundialização:

Não havia, portanto, recursos suficientes para atender às crescentes demandas econômicas e sociais da classe trabalhadora, que, robustecida

governos Quadros e Goulart pode ser considerada como um desdobramento de um tipo de inserção internacional desenvolvido desde o governo Vargas. Tal interpretação, assim, se assemelha aquela defendida por Paulo Fagundes Vizontini e Moniz Bandeira. In: Clodoaldo Bueno, *op.cit.*; Paulo Fagundes Vizontini, *op. cit.*, 2004a; Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, 2011.

¹⁵⁵ Braz José Araújo. A Política Externa no Governo Jânio Quadros. In: José Augusto Guilhon Albuquerque. *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930- 1990)*. Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996, p.356.

¹⁵⁶ Mônica Herz; Andrea Ribeiro Hoffman. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p.11.

quantitativa e qualitativamente pela própria industrialização, adquirira maior peso político, e, ao mesmo tempo, manter a taxa de investimentos necessários à continuidade da expansão capitalista do Brasil. A busca de novos mercados no exterior não apenas para o café e outros produtos primários, mas também para o excedente de manufaturas, conformou-se, então, como alternativa, o que implicava a reorientação da diplomacia para a África e a América Latina, com a perspectiva de ter de concorrer com a Europa, o Japão, e, sobretudo, os Estados Unidos.¹⁵⁷

Diante dos desafios de prosseguir o crescimento econômico e o desenvolvimento nacional em meio às pressões de classe pelo atendimento das mais diversas demandas sociais, uma perspectiva de alteração dos rumos da PEB atendia tanto aos objetivos mais imediatos, quanto ao horizonte de intensificação do comércio exterior, substituição ou diversificação das exportações, além da possibilidade de uma maior projeção no sistema internacional. Ainda em 1959, o Brasil reatara as relações comerciais com os soviéticos, sendo este um passo importante em direção à ampliação dos seus mercados externos.

As mudanças na Política Externa do Governo Kubitschek não se restringiram apenas ao processo de aproximação comercial com os soviéticos. Dentro de uma estratégia de diversificação de suas parcerias econômicas, o Brasil promoveu uma “discreta aproximação com os países asiáticos”.¹⁵⁸ Considerando os países do Oriente Médio, apesar da pequena evolução no intercâmbio econômico, destacaram-se a concretização de Acordos Culturais com Irã, Israel e a então República Árabe Unida. Conforme Ricardo Wahrendorff Caldas, tais movimentos visavam ampliar a interação do país com a região.¹⁵⁹ No acordo assinado com a RAU em 1960, o desejo de aprofundar as relações com aquele país estipulava no documento uma medida que encontraria a simpatia do presidente Jânio Quadros:

Cada Parte Contratante concederá, anualmente, no mínimo, duas bolsas-de-estudo, estendidas a estudantes pós-graduados, profissionais, técnicos, cientistas ou artistas, enviados por um País ao outro, para aperfeiçoarem seus conhecimentos.

Aos brasileiros e árabes, beneficiários dessas bolsas, será concedida dispensa de formalidades administrativas e do pagamento de taxas de matrícula, de exame e de outras taxas do mesmo gênero.

Cada Parte Contratante consignará, em seus respectivos orçamentos, no mais breve prazo possível, dotações especiais para o pagamento das bolsas de que trata o parágrafo 1.¹⁶⁰

No traçado da aproximação incômoda entre brasileiros e egípcios a partir de 1961, os últimos anos do governo Juscelino não podem ser desconsiderados. Diante das necessidades do processo de desenvolvimento do país e das dificuldades econômicas existentes a partir da

¹⁵⁷ Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, 2011, p.79-80.

¹⁵⁸ Ricardo Wahrendorff Caldas. *A Política Externa do governo Kubitschek*. Brasília: Thesaurus, 1996, p.138.

¹⁵⁹ *Idem*.

¹⁶⁰ Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida. 17 de maio de 1960.

segunda metade do mandato de JK, o Egito apareceria enquanto um possível parceiro para as mudanças nas relações econômicas internacionais do país.

Em meio a este cenário, as eleições de 1960 representaram um importante momento de enfrentamento e consolidação de diferentes projetos de Política Externa, porém, numa perspectiva um tanto inusitada frente à trajetória do sistema político-partidário e da luta social pós-Estado Novo. Então candidato pelo PTN, Jânio Quadros angariou o apoio de setores antigetulistas, especialmente da UDN. Os grupos lacerdistas se empolgaram com a possibilidade de vitória eleitoral em 1960,¹⁶¹ diante dos fracassos nas tentativas anteriores. Apesar da presença de grupos conservadores nessa aliança, o ex-governador de São Paulo representaria uma espécie de “corpo estranho” nessa disputa.¹⁶² Para este, Quadros não poderia ser enquadrado perfeitamente enquanto um antigetulista, nem tampouco ser tachado de getulista.¹⁶³ Tais particularidades não devem, porém, ser encaradas enquanto contornos de uma figura folclórica, mas interpretadas e lidas criticamente à luz dos rumos da luta política e social do país, conforme veremos no terceiro capítulo.

Antes mesmo do início da corrida eleitoral oficialmente, Jânio realizou algumas viagens ao exterior. Segundo Brás Araújo,¹⁶⁴ Quadros esteve na URSS, onde teria se encontrado com Nikita Krushev, além de ter ido ao Egito, tendo a oportunidade de manter conversas com Gamal Abdel Nasser. Ainda nos roteiros internacionais do candidato do PTN, destacaram-se também suas passagens pela Itália e principalmente por Cuba, em Março de 1960.¹⁶⁵ A passagem em solo cubano, meses após a Revolução, tornou-se um verdadeiro marco na trajetória do então candidato. Acompanhado de jornalistas e políticos, como o futuro chanceler Afonso Arinos, tal agenda foi vista com ressalva por parte de alguns setores mais conservadores. No sentido de amenizar possíveis tensões, Jânio foi orientado a se encontrar

¹⁶¹ No processo de escolha do candidato da UDN nas eleições de 1960, Carlos Lacerda e seus aliados contribuíram para a derrota interna do nome de Juracy Magalhães, inicialmente aspirado até por Juscelino Kubitschek.

¹⁶² Thomas E. Skidmore, *op. cit.*, p.231.

¹⁶³ Esta afirmação merece uma ressalva. Apesar de ser caracterizado como alguém não nitidamente enquadrado nas disputas entre getulistas e antigetulistas, Jânio Quadros não pode ser visto como um sujeito político alheio a esse quadro. Nas disputas à prefeitura de São Paulo e ao governo daquele Estado, Jânio articulou o apoio do presidente Getúlio Vargas. Conforme aponta Jefferson Queler, já na condição de governador de São Paulo, Jânio apoiou a candidatura presidencial de Juarez Távora, construindo pontes com a UDN. Em contrapartida, concorreu ao cargo de deputado federal pelo PTB do Paraná. Sua campanha presidencial se caracterizou pela construção de uma candidatura de oposição aos anos de JK, angariando a simpatia de setores médios impactados pelo aumento no custo de vida e outras ambiguidades do processo de desenvolvimento nacional, além de obter apoio da própria UDN, num único contexto em que tal partido abdicou de ter uma candidatura própria. In: Jefferson Queler, *op. cit.*

¹⁶⁴ Braz José de Araújo, *op. cit.*

¹⁶⁵ Nos destinos de Jânio Quadros na viagem de 1959, destacam-se ainda suas passagens por Japão, Inglaterra, Espanha, Iugoslávia, França e Inglaterra.

com o então presidente venezuelano Romulo Bittencourt, considerado um dos maiores adversários do regime de Havana.

Entre atos e discursos, a candidatura janista sinalizou com mudanças na Política Externa. A defesa da autodeterminação cubana e da legitimidade do processo revolucionário, a ampliação das relações comerciais do país e a possível limitação ou disciplinarização do capital estrangeiro representavam alguns acenos do presidente para uma inserção internacional mais autônoma e em prol de alterações no nível de liberdade do capital estrangeiro no país. Como principal adversário de Quadros, o marechal Lott agregava em seu programa o nacionalismo e o anticomunismo. Apesar do apoio de setores nacionalistas e comunistas, o protagonista dos eventos de Novembro de 1955 se manifestou de forma contrária ao reatamento de relações diplomáticas com países socialistas e a legalização do PCB.¹⁶⁶

Na disputa eleitoral, o candidato do PTN saiu vitorioso. Quadros foi eleito com 48%, contra 32% de Lott e 20% de Adhemar de Barros. Como vice-presidente, o eleito foi João Goulart, abrindo caminho para um feito inédito desde o retorno das eleições presidenciais após o Estado Novo: a vitória de dois candidatos oriundos de chapas concorrentes.¹⁶⁷ A produção desse resultado esteve relacionada aos ambíguos movimentos entre as duas chapas, tais como a emergência do movimento Jan-Jan, do pouco engajamento de determinados setores pessedistas em relação ao seu próprio candidato,¹⁶⁸ além de outros movimentos que favoreceram Jânio, como a candidatura a vice-presidente de Fernando Ferrari.¹⁶⁹

¹⁶⁶ Jorge Ferreira. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.

¹⁶⁷ Abordando esse inusitado resultado, René Armand Dreifuss relaciona a eleição de candidatos a presidente e a vice a partir de chapas distintas como uma opção do eleitorado em torno de agendas específicas: “O veredicto das urnas mostrava que a população brasileira, quando consultada, apoiava uma combinação de reformas populares, sociais, de desenvolvimento nacionalista e de austeridade e eficiência administrativa”. In: René Armand Dreifuss. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.126.

¹⁶⁸ Não é objetivo desse texto discutir de forma aprofundada as controvérsias existentes nas eleições de 1960. Contudo, alguns fatores dentro do próprio PSD e, posteriormente, na sua chapa eleitoral, convergiram para a derrota de seu candidato Henrique Lott. Um primeiro aspecto residiu na estratégia juscelinista em pavimentar seu caminho para um possível retorno à presidência em 1965. Uma das diretrizes de ação do então presidente pessedista residiu no desmonte de candidaturas propostas pela direção partidária. Outro elemento residiu na clivagem interna, com determinadas figuras do partido aderindo à candidatura de Jânio Quadros. Por último, apoiando-se mais uma vez na análise de Lúcia Hippólito não se pode menosprezar a existência de divergências entre PTB e PSD no processo de constituição da candidatura de Lott, especialmente nos conflitos nos Estados e nas agendas programáticas das duas legendas. Não se pode também deixar de considerar que o nome do Marechal sofreu alguma resistência inicial entre setores do próprio PTB. In: Lucília de Almeida Neves Delgado, *op.cit.*; Lúcia Hippólito. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

¹⁶⁹ Considerado enquanto um dos membros da corrente doutrinária ou ideológica do PTB, Fernando Ferrari foi um dos fundadores do partido ainda no contexto do fim do Estado Novo. Homem próximo a outro petebista de destaque, Alberto Pasqualini, Ferrari saiu das fileiras do PTB no fim dos anos 1950 para fundar uma dissidência chamada MTR. Sua inserção entre os trabalhadores, inclusive gerando dissidência entre diretórios do PTB, pode

Não sendo meramente um discurso,¹⁷⁰ mas um conjunto de princípios e ações, a PEI foi influenciada por ao menos quatro fenômenos em diferentes escalas mundial, regional e nacional. Um primeiro aspecto da PEI reside em sua vinculação com os objetivos do desenvolvimento econômico do país. Em sintonia com os governos anteriores, as relações exteriores foram concebidas enquanto um vértice fundamental para a projeção econômica. Desde a conquista de novos mercados até aos questionamentos a Ordem Mundial, a partir de novas perspectivas de cooperação, transferências de tecnologia e recursos financeiros, a Política Externa Independente esteve intimamente vinculada às necessidades do capitalismo brasileiro, articulada com as perspectivas desenvolvimentistas da época. Essa relação se tornava ainda mais profunda diante do difícil cenário herdado por Quadros. Com empréstimos a serem quitados em curto prazo, além da inflação, o novo governo assumia tendo como principal sombra a tendência de saneamento da economia, o que também implicava, do ponto de vista externo, conquistar a confiança de credores e até, quem sabe, avançar em negociações que garantissem um alívio econômico. Nesse sentido, por meio de Clemente Mariani na Fazenda, o governo adotou medidas de estabilização:

Pela primeira vez desde o pós-guerra, o Brasil tentou responder à situação econômica com um austero e ortodoxo pacote de política da estabilização, envolvendo uma dramática desvalorização cambial, contenção de gastos públicos e controle de expansão monetária. De março a junho, o programa do Ministro da Fazenda, Clemente Mariani (que fora Presidente do Banco do Brasil durante a gestão Eugênio Gudín na Pasta da Fazenda), foi adotado por Quadros. O sistema cambial foi simplificado, o “câmbio de custo” desvalorizado em 100%, foram reduzidos os subsídios para trigo e petróleo e tentada a contenção do gasto público e controle da expansão monetária, através de sucessivas instruções da SUMOC (204, 206, 207 e 208) expedidas nos primeiros 150 dias de governo.¹⁷¹

A adoção de um programa de acordo com as linhas mais conservadoras do ponto de vista econômico teve a simpatia dos EUA e do FMI, promovendo à obtenção de novos créditos, negociação de empréstimos e dívidas.¹⁷² Porém, como se verá mais a frente, tal direção logo deu lugar à retomada dos objetivos de industrialização e desenvolvimento, por

ser mais um elemento, no nosso entendimento, de favorecimento a Jânio em direção a ampliação de seu eleitorado. Por outro lado, ao se colocar como um dos concorrentes a vice que apoiavam Quadros formalmente, Ferrari contribuiu para a derrota do udenista Milton Campos.

¹⁷⁰ Apesar de enxergar a PEI como uma ruptura nos rumos da PEB, Henrique Altemani considera a Política desenvolvida a partir do governo Quadros como uma “intenção” ou um “discurso”, que atingiria posteriormente maior grau de execução no Governo Geisel. In: Henrique Altemani de Oliveira. A Operação Panamericana e a Política Externa Independente. In: *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005. Sem desconsiderar as continuidades existentes entre determinadas diretrizes da PEI e o chamado Pragmatismo Responsável, em nossa visão a PEI também deve ser vista do ponto de vista da ação. Apesar das ambiguidades, das dificuldades sistêmicas e domésticas para sua implementação, uma série de iniciativas marcaram também a sua existência, tais como a aproximação comercial e diplomática com os países socialistas, aspecto que, com algumas ressalvas, manteve-se mesmo diante do retrocesso na Política Externa a partir do golpe civil-militar de 1964.

¹⁷¹ Pedro Sampaio Malan, *op. cit.*, p.126.

¹⁷² Thomas E. Skidmore, *op.cit.*

meio de uma aproximação dos chamados desenvolvimentistas. Nesse sentido, ascender diante das estruturas do capitalismo mundial acabou por se tornar uma variável relevante para a orientação da Política Externa.

Um segundo aspecto já tratado no início das considerações sobre o Segundo Governo Vargas reside nas transformações na sociedade brasileira e seus efeitos para as relações exteriores. O surgimento de novas demandas para a Política Externa esteve vinculado à crescente complexificação social do país. O aumento do eleitorado urbano, o desenvolvimento das cidades, a expansão industrial, a inauguração de uma nova fase na industrialização brasileira com Kubitschek, o aprofundamento dos conflitos no campo, a defesa da reforma agrária e modernização da produção agrícola representavam não somente o sentimento de um país em mudança, mas também impunham desafios ao Estado. Tentar manter níveis de crescimento, atender aos anseios de reforma social e modernização das estruturas produtivas, além de combater problemas derivados do modelo nacional-desenvolvimentista faziam parte de uma equação política complexa, trazendo contornos ainda mais significativos para uma mudança na Política Externa. Nesse sentido, o imaginário de um Brasil moderno, capaz de elevar a sua posição internacional, encontrava na PEI um novo capítulo: um ponto de partida possível para a concretização de um destino histórico.

Os dilemas em torno da situação doméstica se associavam ao cenário internacional. Alguns processos políticos na esfera sistêmica ainda em meados dos anos 1950 se acentuavam no final dessa década. Um deles foi a descolonização. As lutas pela independência moviam praticamente toda a África e a Ásia, apontando para uma crise na antiga ordem liderada pelas potências coloniais. Em sintonia com essa verdadeira onda libertadora, perspectivas de uma nova ordem internacional eram anunciadas em Conferências como Colombo (1954) e Bandung (1955). Esta última se transformou num verdadeiro marco na articulação afro-asiática, apontando para o compromisso coletivo em torno da independência dos países ainda sob o domínio europeu, além de levantar a voz contra o racismo e em favor da solução pacífica de conflitos. Com a continuidade nos processos de descolonização, as novas nações independentes se transformavam em atores fundamentais na cena internacional, apresentando novas demandas e possibilidades de uma nova costura na política mundial além do Conflito Leste-Oeste. Países como Egito, Indonésia, Índia, Iugoslávia e Gana se tornariam alguns dos principais nomes do chamado Não-Alinhamento, um tipo de inserção internacional desvinculado dos pactos militares que caracterizavam os blocos de Poder na Guerra Fria. Esta movimentação evidenciava que os objetivos de tais países iam além de constituir o chamado

“Reino Político”, para fazer referência a uma famosa frase de Kwane Nkrumah,¹⁷³ mas também criar as condições para a superação das demais formas de domínio externo, como na economia.

No Mundo Capitalista, os anos 1950 se caracterizaram por importantes transformações nas esferas políticas e econômicas. Nos marcos da Era de Ouro do Capitalismo Mundial, as reconstruções econômicas na Europa e no Japão alcançavam níveis elevados, transformando-os em polos possíveis de exportação de capital em direção das nações em desenvolvimento, como no caso brasileiro. Mesmo potências em declínio como a Grã-Bretanha viveram épocas de relativo êxito interno. Por outro lado, o avanço na descolonização nos continentes africano e asiático, além do fracasso anglo-francês em Suez (1956), consolidavam um cenário de enfraquecimento das antigas potências coloniais europeias e dependência em relação aos EUA. Neste mesmo período, o processo de integração europeia ganhara um novo passo com a assinatura do Tratado de Roma (1957) e a criação da CEE. Apesar de não se contrapor aos EUA,¹⁷⁴ a organização favoreceu o estreitamento de laços econômicos entre os países participantes, além de pavimentar o caminho para a construção de um ator regional e, posteriormente, mundial, influenciando nas mudanças no cenário internacional. Do ponto de vista político, o retorno do general De Gaulle ao poder na França abriu também uma nova fase nas relações entre os EUA e as potências europeias. Na busca pela recuperação de certo prestígio internacional, o novo governo francês caminhou para a construção de uma inserção internacional mais autônoma. Tal perspectiva se aproximava da noção de “autonomia dentro da aliança”, aspecto que marcaria algumas das interpretações sobre a PEI e seus limites diante do pertencimento ou o vínculo com o dito Ocidente.

Em relação aos EUA, a estratégia de contenção ao comunismo ganhava postos avançados no Oriente Médio a partir da Doutrina Eisenhower, um esforço de diminuição do ímpeto do nacionalismo árabe e da presença soviética na região. Contudo, o maior revés ocorreu em solo americano. A Revolução Cubana em 1959 e seus desdobramentos impuseram um desafio aos EUA, tendo de lidar com o que se considerava enquanto uma ameaça aos interesses historicamente existentes naquela ilha. As tentativas de intervenção direta para derrubada do novo regime se demonstraram ineficazes, como no episódio da invasão a Baía

¹⁷³ ‘Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento’. Tal frase exprime parte do espírito no contexto da descolonização, apontando como a independência política e a construção dos Estados era uma primeira etapa imprescindível para a continuidade nas lutas pela libertação dos povos colonizados.

¹⁷⁴ Tony Judt, *op. cit.*

dos Porcos, evidenciando que “mesmo o mais poderoso país no mundo era vulnerável”¹⁷⁵. A aproximação dos revolucionários junto à Moscou aumentou a histeria das elites conservadoras do continente, temerosas de um possível avanço comunista em outros países americanos. Diante dos impasses existentes para uma ação armada contra Fidel Castro e seus aliados, o governo Kennedy buscou isolar Cuba por meio da pressão sobre os países latino-americanos. Como se verá ainda neste capítulo, a situação de Havana no sistema interamericano foi um dos pontos mais críticos que permeou a construção da PEI.

Entre os países socialistas, o cenário também era de mudança. A morte de Stalin em 1953 abriu um período de transformações na URSS. Após um período de governo compartilhado entre Malenkov, Beria, Molotov e Krushev, este último se consolidou enquanto Primeiro Secretário do PCUS em 1955.¹⁷⁶ No ano seguinte, o XX Congresso do Partido ficaria marcado pelas críticas do novo líder ao seu antecessor. As denúncias feitas sobre a Era Stalinista teriam efeitos que ultrapassariam as fronteiras da URSS, provocando importantes alterações nos partidos comunistas em outros países. Contudo, a reação soviética diante da chamada Revolução Húngara trazia desconfiças sobre essa nova fase acenada por Krushev. No tocante à Política Externa, Moscou abandonou uma linha de desconfiança em relação aos movimentos de independência no Terceiro Mundo para se tornar uma importante alternativa em termos de cooperação econômica, educacional, militar e técnica.¹⁷⁷ Somam-se a isso as manifestações de solidariedade às lutas contra o colonialismo e o imperialismo ao redor do globo, possibilitando um estreitamento nos laços com diversos Estados recém-independentes, além daqueles que buscavam constituir para si uma inserção internacional mais autônoma.

Ainda na segunda metade dos anos 1950, Krushev anunciava a possibilidade de uma política de coexistência pacífica, alimentando expectativas em torno de um novo nível nas relações com os EUA e, conseqüentemente, mudanças no conflito bipolar. Uma mudança na estrutura do conflito entre socialismo e capitalismo, acenando para uma competição ideológica e econômica dentro de um quadro mais estável entre as superpotências, fundamentava-se pela convergência paradoxal entre o temor de um conflito global e a

¹⁷⁵ Sean Purdy. O século americano. In: Leandro Karnal [et&al]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007, p.272.

¹⁷⁶ Angelo Segrillo. *Os Russos*. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁷⁷ Iba Der Thiam; James Mulira. A África e os países socialistas. In: Ali A. Mazrui.; Christophe Wondji (Ed.). *História Geral da África*, VIII: África desde 1935. Brasília, DF: UNESCO, 2010. As mudanças na Política Externa Soviética também abarcaram uma “ampliação do comércio externo com países capitalistas” e “o engajamento nos organismos multilaterais”. In: Gianfranco Caterina. *Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019, p.98.

capacidade de dissuasão elevada a partir da quebra do monopólio nuclear. A transposição da luta entre os sistemas para uma competição pacífica também se assentava pela otimista projeção sobre o crescimento econômico soviético. Para o líder da URSS, o país estaria em vias de ultrapassar os EUA em duas décadas.¹⁷⁸ O ambiente de mudança externo também entrava em sintonia com as mudanças de natureza interna. A limitação das disputas na esfera política e um processo de liberalização controlada caracterizaram os primeiros anos de Krushev. Reformas em diferentes esferas sinalizavam na direção de uma distensão, capaz de afetar as estruturas do Estado Soviético. No entanto, muitas das iniciativas foram fracassadas.¹⁷⁹

Um importante processo que desencadeava também mudanças nos rumos da Guerra Fria foi a crescente divergência entre chineses e soviéticos, abrindo mais uma fissura no bloco socialista. Opondo-se à perspectiva de uma coexistência pacífica, Pequim acusou Moscou de abrir mão da via revolucionária para a construção do socialismo. No Leste Europeu, pequenas fissuras entre soviéticos, húngaros e poloneses marcaram a trajetória do socialismo mundial neste período. Divergências essas que sugeriam as dificuldades em pensar um movimento socialista internacional homogêneo diante de um quadro ideológico e político complexo, num mundo em transformação.

Mesmo diante de todas as evidências de um relaxamento nas tensões internacionais, a situação cubana, a construção do Muro de Berlim e as crises decorrentes dos processos de descolonização alimentaram divergências entre os blocos de poder. Assim, parece-nos adequada a classificação do cenário internacional entre os anos 1950 e o início dos anos 1960 como a de um equilíbrio oscilante, caracterizado pela existência de momentos de maior tensão, como estes sugeridos anteriormente, mas também de tendência à estabilidade nas relações internacionais.

Um quarto aspecto que, em grande medida, encontra-se vinculado aos outros três destacados anteriormente foi a capacidade da PEI em promover confrontos entre diferentes perspectivas de inserção internacional. Diante dos objetivos de desenvolvimento e modernização do país, além dos efeitos sobre um país imerso num continente desestabilizado pelas tensões decorrentes dos rumos da revolução cubana para as elites latino-americanas, uma proposta de mundialização das relações internacionais fora da rigidez bipolar, promoveu uma movimentação em diferentes setores da sociedade brasileira. Como se viu ao longo do governo JK, uma Política Externa caracterizada pelo protagonismo do Ocidente e do sistema

¹⁷⁸ Ângelo Segrillo, *op.cit.*

¹⁷⁹ Serge Berstein; Pierre Milza. *História do Século XX (1945-1973)*. São Paulo: Companhia Nacional, 2007.

hemisférico incomodava segmentos da diplomacia brasileira e outros intelectuais interessados no tema. Muitas das propostas alternativas para uma atuação universalista, presente em homens como Adolpho Justo Bezerra de Menezes dialogavam com iniciativas, discursos e ações da PEI.¹⁸⁰ Isso nos leva a crer que, de forma direta ou indireta, a Política Externa dos governos Jânio Quadros e João Goulart esteve em sintonia com as inquietações dos anos 1950.

Diante desse peso, as relações exteriores foram objeto de grandes discussões entre diversos atores, sejam eles individuais e coletivos, interessados nos rumos da política externa e do cenário internacional. Nos jornais, no Congresso Nacional, nas revistas, nos livros e na televisão, a PEI foi alvo de acaloradas discussões, refletindo um lugar estratégico da Política Exterior nos rumos da luta política e social do Brasil no início dos anos 1960. Apesar de não ser em si uma novidade ou um ponto fora da curva em relação à projeção das relações exteriores nos rumos políticos internos e no debate público, a PEI se inscrevia nessa trajetória de intersecção da opinião pública com a Política Externa enquanto um momento de elevada intensidade, tornando-se um dos fatores de instabilidade na trajetória da limitada experiência democrática iniciada em 1945 e cessada com o golpe civil-militar de 1964.¹⁸¹

Nesse contexto conflituoso,¹⁸² Henrique Altemani Oliveira pensa a Política Externa Independente pela lógica da ruptura.¹⁸³ Em sua visão, a PEI representou a defesa de uma

¹⁸⁰ O peso dessas construções ao longo dos anos 1950 foi contestado por Creomar Lima Carvalho de Souza. Para este autor, as contestações expressas sobre a inserção internacional brasileira nos anos 1950 não teriam encontrado “respaldo no meio político”. In: Creomar Lima Carvalho de Souza. *Do Conservadorismo ao Desinteresse: Três estudos de caso sobre o posicionamento brasileiro frente à descolonização Afro-asiática (1946-1961)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005, p.51. Contudo, não se deve deixar de reconhecer que os anos finais do governo JK sinalizavam com importantes mudanças na Política Externa que, em alguma medida, possuíam sintonia com a defesa de uma linha mais autônoma e universal.

¹⁸¹ Apesar de ressaltar a importância da compreensão da Política Externa dentro de um quadro de acirramento da luta social e política no Brasil, além da elevação das contradições sociais, discordamos de Rubens Ricupero ao afirmar que a PEI teria sido o “estopim desencadeador de uma crise institucional”, assumindo uma condição protagonista na conjuntura crítica que desencadearia no golpe de 1964. Rubens Ricupero. O breve período da constituição de 1946: do governo Dutra ao golpe militar de 1964. In: _____. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal, 2017, p.410. Convergimos com Marcos Napolitano, ao ver nesse contexto um conflito entre diferentes projetos de sociedade, disputando os rumos da modernização e das reformas sociais a serem empreendidas pelo país. In: Marcos Napolitano. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

¹⁸² A afirmação de que a PEI durante o governo Quadros servia de uma estratégia política de cooptação dos grupos de esquerda, sendo contrabalanceada pelo apoio de setores conservadores e liberais na eleição do presidente merece certa cautela. Esse tipo de perspectiva não pode deixar de lado as divergências entre a proposta de uma Política Externa universalista num contexto de Guerra Fria. Na historiografia sobre o tema, Vera Cíntia Álvares sugere os insucessos de Jânio Quadros diante dos mais diferentes segmentos da política e da sociedade brasileira com a PEI durante seu mandato. Segundo esta autora, o presidente teria desagradado a imprensa, os setores ligados ao capital associado e aqueles ligados a defesa da política colonial portuguesa. Além disso, não teria tido êxito também ao estar em sintonia com o anti-imperialismo dos grupos de esquerda. In: Vera Cíntia Álvares. Reflexões sobre o surgimento da Política Externa Independente no Governo Jânio Quadros. *Cadernos do IPRI*, Brasília, n.2, 1989, p.58-64.

inserção para além do eixo estadunidense, lançando alguns princípios e diretrizes que marcariam estruturalmente novos rumos para as relações internacionais do Brasil. Rubens Ricupero considerou como uma grande ruptura na trajetória diplomática do país,¹⁸⁴ discordando de posições que verificam níveis de continuidade entre JK e Jânio e, podemos supor também, das perspectivas que recorrem a períodos mais longínquos para compreender as mudanças na PEB.¹⁸⁵

Não negamos que, entre os governos Jânio Quadros e João Goulart, a Política Externa do país foi marcada por uma série de iniciativas mais contundentes se comparada à trajetória anterior, aspecto favorecido tanto pelas condições internas quanto pela situação externa, ainda que esta paradoxalmente também produza as limitações para a efetivamente da PEI. Contudo, ao buscamos demonstrar ao longo dessa leitura mais ampla da trajetória da inserção internacional brasileira, situamos nossa análise entre aquelas que enxergam a PEI como uma continuidade de esforços anteriores, fruto das inquietações e dos descontentamentos notórios quanto aos rumos da Política Externa do país no final dos anos 1940 e em praticamente toda a década de 1950. Uma política externa que, como se viu, manteve-se prioritariamente vinculada às fronteiras hemisféricas, estruturada pelo conflito bipolar e que institucionalmente pouco construiu alternativas de uma inserção mais autônoma.

Como podemos reconhecer as principais diretrizes de formulação e ação da PEI? Uma importante variável de discussão são seus níveis de continuidade entre 1961 e 1964. Em aproximadamente quatro anos, o país teve um curto e turbulento governo liderado por Jânio Quadros, uma experiência parlamentarista de pouco êxito e um também instável governo presidencialista sob o comando de João Goulart.¹⁸⁶ Do ponto de vista externo, episódios como

¹⁸³ Henrique Altemani Oliveira, *op. cit.*

¹⁸⁴ Rubens Ricupero, *op. cit.*, 2017.

¹⁸⁵ Uma perspectiva próxima a defendida por Rubens Ricupero é a de Letícia Pinheiro. Para esta autora, o ano de 1961 marcou o início de um novo paradigma na Política Externa do Brasil. Tratava-se do chamado globalismo, isto é, a defesa da diversificação das parcerias internacionais como fórmula para conquista de autonomia. Na cronologia proposta pela autora, os anos da PEI seriam caracterizados por um Globalismo Grociano, na defesa de ganhos absolutos. In: Letícia Pinheiro, *op. cit.*

¹⁸⁶ Concordamos com Marcos Napolitano sobre a ineficiência do sistema parlamentarista após a Renúncia de Jânio Quadros. Apresentado enquanto uma espécie de “solução de compromisso” diante da crise em torno da posse de João Goulart, tal experiência sofreu com questionamentos desde os seus primeiros passos, não tendo conquistado estabilidade política a partir do apoio das mais diferentes forças que protagonizavam a luta política no país. Rubens Ricupero aponta para o elevado nível de descrença em torno do parlamentarismo no Congresso, mas também em torno de possíveis presidencialismos em 1965, tais como Juscelino Kubitschek, Leonel Brizola e Carlos Lacerda, além de outras figuras de relevo, como Magalhães Pinto e Adhemar de Barros. O próprio presidente Goulart, já em meados de 1962, interessava-se e agia em direção da retomada de seus plenos direitos governamentais, sendo uma das peças fundamentais para a antecipação do plebiscito que deliberaria sobre a continuidade ou não do sistema. A vitória expressiva do presidencialismo em 6 de janeiro de 1963 (mais de 80% dos votos a favor), contando com o apoio de diferentes grupos políticos, inclusive setores de oposição ao próprio presidente, foi mais uma evidência do fracasso parlamentarista. In: Marcos Napolitano, *op. cit.*; Rubens Ricupero, *op. cit.*, 2017.

a crise do sistema interamericano com a Revolução Cubana, as divergências sobre o destino de Berlim, dentre outros, aumentavam os constrangimentos externos para uma política efetivamente autônoma num contexto de maior tensão do conflito bipolar.¹⁸⁷

Para José Humberto Cruz,¹⁸⁸ a PEI sofreu com variações ao longo da sua trajetória. Numa leitura que também é compartilhada por Paulo Fagundes Vizentini,¹⁸⁹ aquele autor propõe ao menos três fases que marcariam o desenvolvimento da Política Externa entre os governos Jânio Quadros e João Goulart. Num primeiro momento, que coincidiria com o mandato de Quadros, a política protagonizada pelo presidente sofreu com o paradoxo de programaticamente estar próximo ao chamado neutralismo, porém negar discursivamente a filiação ao Não-Alinhamento.¹⁹⁰ Nesse momento, a defesa da paz apareceu como um dos princípios norteadores da ação da Política Externa manifesto, dentre outras coisas, na própria postura brasileira diante das divergências frente à questão Cubana. Após a renúncia de Jânio, o advento do parlamentarismo abriu um segundo momento na Política Externa Independente. A polarização ideológica, as suspeitas levantadas contra o presidente Goulart e os efeitos da Crise dos Mísseis na relação entre URSS e EUA diminuiriam o espaço para o exercício de uma Política Externa de cunho neutralista ou próximo a esse tipo de comportamento internacional. Nessa fase ainda, segundo Cruz,¹⁹¹ o papel do presidente na PEB diminuiu, dando lugar a um maior protagonismo da chancelaria, do Itamaraty e principalmente da Câmara dos Deputados.

Uma terceira e última fase da PEI seria protagonizada pela chancelaria de João Augusto de Araújo Castro, a partir de outubro de 1963. Neste momento, a centralidade da Política Externa se encontraria na pauta do desenvolvimento, abandonando as teses priorizadas na primeira fase, bem como qualquer tipo de aproximação com o neutralismo. Apesar de reconhecer as especificidades existentes em todos esses períodos, partimos do entendimento que existiram princípios e eixos de atuação que nortearam os rumos da PEI ao longo desse período, num efetivo esforço de mundialização das relações internacionais. Ainda

¹⁸⁷ Apesar das condicionantes sistêmicas num contexto de tensões entre as duas superpotências terem sido importantes para as dificuldades de estabilização da PEI, discordamos de Pedro Malan ao ver a relação entre Política Externa e cenário bipolar apenas neste período. Em nossa opinião, mesmo quando a inserção internacional brasileira tinha como prioridade as diretrizes hemisféricas e ocidentais, a Guerra Fria era estruturante e, ao mesmo tempo, conflituosa frente à Política Externa empreendida e as alternativas apresentadas por setores descontentes. In: Pedro Sampaio Malan, *op. cit.*

¹⁸⁸ José Humberto Cruz, *op. cit.*

¹⁸⁹ Paulo Fagundes Vizentini, *op. cit.*, 2004a

¹⁹⁰ Na historiografia sobre a experiência democrática brasileira, Boris Fausto classifica a PEI como uma “busca de uma terceira via para o Brasil entre os dois grandes blocos, capitalista e comunista, em confronto”. In: Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 1995, p.439.

¹⁹¹ José Humberto Cruz, *op. cit.*

que as prioridades, as demandas e as perspectivas pudessem variar ao longo dos anos de vigência dessa Política Externa, determinadas linhas de continuidade são visíveis, reconhecida tanto por autores contemporâneos, quanto por análises extemporâneas.

San Tiago Dantas enxergou uma espécie de sistema, composto pela experiência de tomada de decisão e ação. Para o ex-chanceler, os elementos que davam corpo a tal organização poderiam ser sintetizados da seguinte forma:

A.contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo; B. reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos; C. ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas; D. apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole.¹⁹²

O petebista reconheceu as principais áreas de atuação, em âmbito bilateral e multilateral, da Política Externa de Jânio Quadros e também de sua própria experiência enquanto chanceler durante parte do governo parlamentar. Propondo também um quinto ponto, “a autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico”,¹⁹³ tais eixos de formulação e ação, ao serem inseridos nos esforços de mundialização da política externa, foram preenchidos com uma série de iniciativas brasileiras em sua política internacional.

Coexistência e desarmamento se inseriam enquanto parte de uma semântica característica da PEI. Estes dois aspectos podem ser caracterizados como uma espécie de produto de uma análise sobre a ordem global a partir do reconhecimento de sua transformação. Em primeiro lugar, a crença na inevitabilidade de uma Guerra Global perdia força entre setores diplomáticos e outros interessados em Política Externa. O desenvolvimento científico, tecnológico e bélico dos soviéticos, somado à paridade estratégica no campo nuclear, evidenciavam a impossibilidade de um conflito armado entre Washington e Moscou. Conflito esse que, caso se tornasse realidade, levaria a humanidade ou parte desta ao fim. Isso não significava, porém, a renúncia ao conflito bipolar. Pela coexistência caracterizada por San Tiago Dantas, o conflito entre capitalismo e socialismo passava para uma dimensão competitiva, na qual, pelas suas próprias características, o primeiro tenderia a se mostrar com maiores condições de vitória. A defesa desse novo tipo de relacionamento entre os dois blocos conflitantes também pode ser vista enquanto uma base da retórica em favor do universalismo,

¹⁹² Francisco Clementino de San Tiago Dantas, *op. cit.*, p.10.

¹⁹³ Idem, p.10. Vizentini elencou os mesmos princípios em sua análise sobre a PEI. Em sua opinião, estes cinco elementos podem ser classificados enquanto um “núcleo ideológico” dessa Política Externa, ao estarem presentes, com intensidades distintas, ao longo de todo o período até o golpe de 1964. Outro autor a citar os mesmos princípios, considerando-os como “a essência” da PEI foi Ligiéro. In: Paulo Fagundes Vizentini, *op.cit.*, 2004; Luiz Fernando Ligiéro, *op. cit.*

pois, ao enxergar um novo tipo de reordenamento entre capitalistas e socialistas, abria-se a possibilidade do estabelecimento de relações com países do outro bloco, sem isso, em tese, representar um descompasso frente às ameaças de um novo conflito de grandes proporções.

O interesse em estender suas fronteiras de atuação diplomática e comercial para além do hemisfério e do mundo Ocidental sem negar o quadro da Guerra Fria, traduzia esforços por uma espécie de “autonomia dentro da aliança”.¹⁹⁴ Tal esforço esteve expresso em uma série de declarações dos principais atores governamentais desde os primeiros passos do governo Quadros, como no discurso de posse do chanceler Afonso Arinos:

A nossa contribuição ao mundo cristão-democrático, ao qual indiscutivelmente pertencemos, só será efetiva na medida em que representarmos, dentro dele, a parcela de autenticidade que nos cabe; em que assumirmos a responsabilidade de exprimir as aspirações e reivindicações que estamos no dever e em condições de manifestar. O reconhecimento da autonomia e autenticidade das nações – como as da América Latina, ou as novas do mundo afro-asiático – é um enriquecimento para o mundo livre, ao passo que a tentativa de enquadramento desses povos tão cheios de problemas e características peculiares em um sistema, que lhes é artificial, de normas e responsabilidades, é o meio certo de criar, dentro deles, naturais reservas e resistências. Na medida em que somos diferentes e temos problemas específicos, o atendimento desses problemas e o reconhecimento daquelas diferenças são os únicos meios capazes de integrar e fortalecer o mundo livre.¹⁹⁵

Ao situar a autonomia como uma das ferramentas para a resolução das dificuldades internas dos países, Afonso Arinos expõe a possibilidade do país ocupar uma dimensão ainda mais relevante no cenário internacional, sem perder de vista o seu pertencimento a uma espécie de comunidade supranacional, muitas vezes denominada de Ocidente ou mesmo de Mundo Livre. Assim, o reconhecimento de uma identidade mais próxima das nações capitalistas implicava um conjunto de caminhos, mas também de limites para uma proposta de inserção internacional mais diversificada. A autonomia deveria contribuir com o desenvolvimento nacional, tendo em vista a tendência de maior liberdade de movimento em busca de condições favoráveis para o alcance desse outro objetivo. Nessa perspectiva, poderia o Brasil contar tanto com o apoio dos países desenvolvidos, quanto com a construção de outras iniciativas, como os países socialistas e os Estados em desenvolvimento.

Ainda na leitura sobre a pouca probabilidade de uma Guerra em extensões globais, a defesa do desarmamento se inseria tanto no horizonte de um mundo mais estável e pacífico, quanto articulada com outros eixos constituidores da PEI. Um desarmamento progressivo entre as potências nucleares poderia possibilitar uma diminuição nos custos com suas corridas

¹⁹⁴ Pedro Sampaio Malan, *op.cit.*, p.122.

¹⁹⁵ Discurso de posse do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco. In: Álvaro da Costa Franco, *op. cit.*, p.34.

armamentistas e favorecer a elevação dos recursos para a cooperação com nações subdesenvolvidas.

O segundo eixo, em diálogo com o quarto, proposto por San Tiago Dantas consiste talvez num dos mais complexos no interior da PEI. A defesa da autodeterminação dos povos e da não intervenção consistia em dois princípios que se chocavam diretamente com a configuração do poder mundial a partir da lógica bipolar da Guerra Fria. Num contexto de agitação em torno da descolonização, defender o direito dos povos em serem protagonistas de seu próprio destino implicava necessariamente em se colocar contrário aos interesses das potências coloniais, algumas dessas enquanto protagonistas da comunidade supranacional imaginada chamada de Ocidente.

Apesar desses princípios não serem estranhos à trajetória da diplomacia brasileira nos anos 1950, visto que eram mobilizados em determinados contextos, o acirramento dos conflitos coloniais e o aumento quantitativo do número de países independentes revestiam essas duas bandeiras de contornos ainda mais complexos. Isso se acentuou ainda mais diante do interesse do Governo Jânio Quadros em estreitar relações com o continente africano. Não seria possível atravessar o Atlântico e conquistar relações consistentes sem se portar favoravelmente a favor de uma luta que ultrapassava as fronteiras das nações negras.

Assim, a denúncia do colonialismo se tornou aspecto presente nas principais intervenções favoráveis a PEI. Além do chanceler Afonso Arinos e do presidente Quadros, outras vozes defensoras da mundialização da diplomacia brasileira, mas também alguns daqueles que continuavam a seguir por uma linha orientada pelo conflito bipolar, enxergavam na descolonização como um processo praticamente inevitável. Diante de um marco da História dos povos afro-asiáticos diante de seus olhos, não faltavam discursos em favor da libertação política dos territórios sob o controle europeu. É o que se pode depreender a partir das impressões de Eduardo Portella, sugerindo a existência de uma mudança frente ao curso inevitável da história:

A nós brasileiros, que já fomos cúmplices do colonialismo, e que, cada dia mais resolutamente, vamos adotando um comportamento internacional compatível com a nossa tradição e a nossa realidade, não nos cabe senão, e simplesmente, lutar pelo cumprimento integral da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão.¹⁹⁶

Em outra passagem, o mesmo sentimento em favor da transformação da postura brasileira foi reforçado;

Até então o colonialismo era uma força como que intocável e quando muito <<generosamente>> dissimulada no seu exercício. Hoje, hoje não. Uma

¹⁹⁶ Eduardo Portella, *op. cit.*, 1961, p.127.

transformação radical se operou neste campo. Transformação à qual o Brasil não podia permanecer indiferente ou silenciosamente interessado. Seu papel no instante da autodeterminação dos povos ázio-africanos não pode ser um papel retórico, floral. Tem de ser um desempenho objetivo, permanente, lúcido. Além de colaborar com uma das causas edificantes, estaremos desenvolvendo um programa de extraordinárias consequências culturais, políticas e econômicas. Chegou o momento de praticarmos em termos desvoltos e enérgicos, uma política afro-asiática altivamente afro-asiática. Para que possa ser altivamente brasileira.¹⁹⁷

As palavras do influente intelectual, ligado ao Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos,¹⁹⁸ exprimem o sentimento de uma política de correção de rumos. A defesa da autodeterminação dos povos, para além do plano retórico, consistia em mais um apelo à suposta tradição da diplomacia brasileira, buscando no passado certa legitimidade para a alteração de uma posição ambígua ou favorecedora do interesse das potências coloniais. Além disso, de um ponto de vista externo, as transformações no cenário mundial faziam da mudança uma espécie de encontro do Brasil com o curso da História Mundial. A rapidez com que alguns processos de descolonização estavam se encaminhando impunham pressão ainda maior pelo fim de uma postura descompromissada com tal agenda.

Apesar de uma atmosfera supostamente favorável para uma posição mais assertiva, a trajetória da PEI revela a permanência da ambiguidade brasileira diante de determinados processos de descolonização. Se na concepção de Moniz Bandeira,¹⁹⁹ diante dos objetivos de desenvolvimento e da construção de uma linha política independente para a sua consecução, não faria mais sentido defender a posição portuguesa em nível internacional, o fato é que o Brasil não conseguiu superar totalmente o antigo alinhamento aos interesses de Lisboa. Considerando o levantamento feito por Jerry Dávila sobre os votos brasileiros na Assembleia Geral da ONU com relação ao colonialismo português,²⁰⁰ o país se absteve na Resolução 1603, de abril de 1961, sobre Angola. Contudo, não se pode dizer que a permanência de tais posições não se deu sem tensão e incômodo entre os formuladores da PEI. Após passagem pelo Senegal, o então chanceler Afonso Arinos esteve em Portugal visitando autoridades do regime de Salazar. O chanceler brasileiro sugeriu a mudança de postura portuguesa em favor de um processo gradual de descolonização, além do fornecimento de informações à ONU.²⁰¹

¹⁹⁷ Idem, p.139-140.

¹⁹⁸ Criado em 1961, o IBEEA objetivava “relacionar o Itamaraty à academia por meio dos estudos e do acompanhamento político das conjunturas africanas e asiáticas”, elaborando iniciativas na área da cultura que poderiam se traduzir em medidas governamentais para a intensificação das relações entre Brasil e África. In: José Flávio Sombra Saraiva, *op. cit.*, p.94.

¹⁹⁹ Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, 2011.

²⁰⁰ Jerry Dávila, *op. cit.*, 2011.

²⁰¹ Afonso Arinos Filho. *Diplomacia Independente: Um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

Nos bilhetinhos do presidente Jânio Quadros, as contradições da postura brasileira frente ao colonialismo podem ser vistas em documento encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores em 28 de março de 1961:

- 1) Manter, até os extremos possíveis, as consultas recíprocas entre Brasil e Portugal, em decorrência do Tratado de 16 de novembro de 1943.
- 2) Não obstante, dar instruções à missão brasileira junto às Nações Unidas, para que o nosso país fiel aos princípios da Carta não vote contra, nem se abstenha de votar qualquer resolução referente ao problema de Angola.²⁰²

No interesse em conciliar os laços diplomáticos entre Brasil e Portugal e a necessidade de revisão das posições brasileiras sobre o colonialismo, as orientações dadas por Jânio Quadros no bilhete acima evidenciam os limites do compromisso brasileiro com as independências africanas, especificamente no caso das antigas colônias portuguesas. Conforme Braz José de Araújo, o colonialismo português em Angola constituía um dos “três acontecimentos” em que a diplomacia brasileira teve que se debruçar.²⁰³ Somado ao conflito franco-argelino e a explosiva situação no antigo Congo Belga, a presença portuguesa em território angolano representava uma janela de oportunidade para o Brasil materializar a defesa da autodeterminação dos povos e ganhar a confiança dos novos Estados afroasiáticos. Contudo, isso não ocorreu da maneira esperada.

As raízes para a dificuldade de uma inequívoca posição anticolonial ainda residiam nas motivações pontuadas ao longo dos anos 1950. Desenhando discursivamente uma singularidade do processo colonial português, setores mais conservadores enfatizavam o que consideravam como obra civilizatória lusitana nos trópicos, da qual o Brasil seria sua primeira materialização. Nesse sentido, a defesa do colonialismo de Lisboa era, ao mesmo tempo, a afirmação da própria experiência histórica brasileira, dotada supostamente de características que elevaram o país a uma condição que nenhuma outra nação ao redor do globo teria: uma democracia racial e um alto potencial de desenvolvimento.

Um fator adicional residia na controversa relação entre anticolonialismo e a luta contra o Ocidente, segundo as linhas da Guerra Fria. Para algumas posições conservadoras, que enxergavam no Atlântico africano um espaço fundamental para a segurança brasileira, o avanço dos conflitos entre colonizadores e colonizados poderia favorecer um avanço comunista na África. Nesse sentido, estabelecia-se cautela frente aos movimentos de libertação, adotando uma postura omissa ou mesmo favorável às potências coloniais, neste caso Portugal. No entanto, um contraponto a esse tipo de posição era também produzido por

²⁰² Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. In: *Cadernos do CHDD*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ano V, n. 8, 2006, p.345.

²⁰³ Braz José de Araújo, *op. cit.*, p.373.

aqueles que defendiam a descolonização. Em nome do Ocidente, o Brasil poderia cumprir um papel relevante ao estabelecer íntimas ligações com os países africanos, afastando a influência soviética naquele continente.²⁰⁴

Ainda nesse eixo, a não intervenção constituía outra bandeira que, em sintonia com a autodeterminação dos povos, ressaltava a defesa da soberania das nações. Seu principal teste durante os anos iniciais da Política Externa Independente, sem dúvida nenhuma, deu-se no âmbito da questão cubana e a crise no sistema interamericano. Com a crescente deterioração nas relações entre Washington e o novo regime cubano, a postura estadunidense diante dos países do hemisfério mudou significativamente, numa equação que envolvia as crescentes demandas econômicas latino-americanas e as elevações das tensões da Guerra Fria no continente.

Conforme Filipe Pereira Loureiro, a Aliança para o Progresso representava uma “guinada” do governo estadunidense ao propor o estímulo ao desenvolvimento latino-americano como uma via mais eficiente de combate ao comunismo.²⁰⁵ Anunciada ainda em março de 1961, tal programa era composto por um programa de investimentos que reunia capitais públicos e privados na ordem de 20 bilhões de dólares para os países do continente, no intuito de colaborar com a execução de reformas sociais e demais medidas que pudessem atenuar as contradições e as tensões sociais internas, num contexto de crise do sistema interamericano diante dos efeitos da Revolução Cubana.

Na arquitetura da Aliança, três características foram centrais para o seu fracasso. Apesar de enfatizar certo compromisso com a Reforma Social e o desenvolvimento, objetivos dos governos latino-americanos, o programa foi visto com desconfiança por parte de diferentes atores contemporâneos à PEI:

Desde sua formulação, a Alpro levantou mais críticas e causou mais decepções na América Latina, do que recebeu manifestações de júbilo, pois havia uma expectativa exagerada quanto à decisão. As forças de esquerda e nacionalistas viam na Alpro um instrumento de contra-revolução continental e um eficaz instrumento de intromissão norte-americano nos negócios internos dos países da América Latina. Mas também a direita, ligada aos meios econômicos ficou frustrada com a sua ajuda. Roberto Campos, Embaixador do Brasil nos EUA, declarou num discurso naquele país que as perdas brasileiras com a deterioração dos preços dos produtos primários

²⁰⁴ Essa posição foi expressa pelo próprio Afonso Arinos. Atendendo à Convocação do Senado, feita em maio de 1961, o chanceler esteve no mês seguinte, comentando alguns aspectos sobre a Política Externa desenvolvida em sua gestão. Em resposta ao Senador Jefferson de Aguiar (PSD-ES), Arinos considera que a presença brasileira no continente africano poderia contribuir com a difusão e afirmação da democracia no outro lado do Atlântico, contribuindo para barrar o possível engajamento soviético na região.

²⁰⁵ Filipe Pereira Loureiro. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p.153.

exportados pela América Latina aos EUA superavam largamente o volume da ajuda recebida. Campos chegou, surpreendentemente, a criticar ainda as distorções introduzidas por uma tal forma de ajuda externa dentro dos projetos nacionais de desenvolvimento, que deviam caber a cada governo.²⁰⁶

No cenário de ceticismo quanto aos resultados da iniciativa estadunidense, as promessas em torno da Aliança não se traduziram em fornecimento de recursos capazes de dinamizar os objetivos de desenvolvimento e reforma social. Dentro disso, outro aspecto para o seu fracasso diz respeito à existência de diferentes linhas de atuação de Washington. Ainda que a Alpro simbolizasse essa dita “guinada” na Política Externa dos EUA para a América Latina, a intervenção política em nível direto ou indireto não deixou de fazer parte da estratégia daquele país num contexto de acirramento das tensões. Conforme Perry Anderson, além da apresentação de uma saída liberal para a elevação das demandas latino-americanas no campo da cooperação e do desenvolvimento, os EUA continuaram a “promover campanhas armadas de contrainsurgência em um país após o outro”,²⁰⁷ desconfiando de governos de cunho reformista ou defensores de uma linha mais autônoma nas relações exteriores.

Um terceiro aspecto diz respeito ao papel estratégico do Brasil dentro dessa iniciativa. Para Filipe Pereira Loureiro, o governo Kennedy almejava “transformar Jânio Quadros em fiel aliado norte-americano e em símbolo da Aliança para o Progresso”,²⁰⁸ atribuindo ao país uma condição decisiva para o êxito da proposta e da estratégia dos EUA em nível continental. Nesse sentido, a postura estadunidense frente ao Brasil reunia estímulos e negociações de natureza bilateral e multilateral. No esforço de afirmar a condição do Brasil enquanto um protagonista nessa política empreendida para o continente após a Revolução Cubana, Washington favoreceu a criação de condições positivas para o refinanciamento das dívidas brasileiras no exterior, além de garantir acordos favoráveis ao Brasil ainda sob a gestão de Clemente Mariani no Ministério da Fazenda.

Nas expectativas de transformar a “generosidade” econômica em recursos políticos,²⁰⁹ outra movimentação da diplomacia estadunidense no governo Kennedy ocorreu por meio de iniciativas bilaterais, tentando costurar apoios para uma possível intervenção direta ou indireta em Cuba. No caso do Brasil, a visita de Berle Jr, ainda nas primeiras semanas do novo governo Quadros, evidenciava um esforço de persuadir o Brasil em favor de uma postura pró-Washington. Segundo o enviado especial do governo Kennedy, em conversas com Afonso Arinos, a proposta de intervenção em Cuba englobaria também atos contra os governantes da

²⁰⁶ Paulo Fagundes Vizentini, *op. cit.*, 2004a, p.161.

²⁰⁷ Perry Anderson, *op. cit.*, 2015, p.82.

²⁰⁸ Felipe Pereira Loureiro, *op. cit.*, p.172.

²⁰⁹ Idem, p.171.

República Dominicana e do Haiti, numa espécie de cruzada em prol da democracia. A mesma operação foi apresentada ao presidente Jânio Quadros. Em nenhum dos encontros, houve explícito acordo brasileiro em relação à política defendida pelos EUA, o que gerava certa desconfiança com relação ao compromisso brasileiro diante da luta contra o comunismo.

Diante do episódio da invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961, a posição brasileira foi no mínimo ambígua. Apesar de manifestar preocupação com os acontecimentos e reforçar a defesa da soberania cubana, o país não foi capaz de manifestar oposição ao papel estadunidense nesse episódio, abstendo-se de tecer alguns comentários mais contundentes. Tal episódio foi sintomático para o reconhecimento de uma tendência importante da PEI. Se nomear também é um ato de manifestação consciente, a reinvidicação de uma independência à Política Externa a partir do governo Jânio Quadros não deve ser vista sob a ótica de uma ruptura com linhas de ação expressas em momentos anteriores da trajetória da diplomacia brasileira nem tampouco uma inserção sem suas contradições e seus limites. Ainda que se reconheça nas iniciativas de Jânio e Jango um esforço de mundialização e multilateralização da PEB dentro da perspectiva de construção de novos eixos de atuação no cenário exterior, as relações com os EUA possuíam um peso importante na definição de tais rumos, sendo um aspecto de constrangimento em determinados contextos como a afirmação das posições do país em relação à Cuba. Não pretendemos com tal afirmação reduzir toda a PEI como uma estratégia de Barganha frente à Washington,²¹⁰ mas reiterar a relevância das interações com a superpotência capitalista para a compreensão dos sentidos de “independência” reivindicados pela PEI em seu próprio nome.

Assim, a posição governamental do Brasil com relação aos rumos da relação de Cuba com o continente ganhava contornos complexos. A defesa da autodeterminação cubana consistia num elemento de ataque das oposições à Política Externa Independente já durante a gestão de Afonso Arinos. Na visão de determinados segmentos, não caberia falar em autodeterminação quando Cuba estaria, em suas concepções, vinculada ao comunismo

²¹⁰ Convergemos com Thiago Pereira Caldas Brum sobre a cautela necessária no uso do conceito de barganha para designar determinadas fases da PEB ao longo nos anos 1950 e 1960, especialmente durante a PEI. Além das imprecisões conceituais entre uma barganha dita “nacionalista” e outra classificada como “neutralista”, acreditamos que um cuidado ao aplicarmos tal noção reside no equívoco em produzir uma interpretação reducionista quanto às iniciativas dos governos Jânio e Jango, submetendo-as aos rumos das relações entre Brasil – Estados Unidos. Se posturas mais autônomas no plano internacional ressoavam nas impressões de diferentes atores sobre a PEB, acreditamos que não é possível pensar que grande parte das agendas da PEI servia como instrumentos para o aumento da margem de negociação com os EUA. Mesmo dentro da perspectiva de uma “autonomia dentro da aliança”, a PEI era composta por eixos de atuação que ultrapassavam os interesses existentes nas relações entre Brasília e Washington, apontando para novas linhas de atuação econômica, diplomática, cultural, etc. In: Thiago Pereira Caldas Brum, *op. cit.*.

internacional e sem o direito de expressão do interesse nacional. Nesse sentido, tratava-se do exato oposto de uma condição autodeterminada.

Um dos pontos altos da crise envolvendo Jânio e os setores mais conservadores ocorreu em agosto de 1961, já no final do seu curto mandato. A condecoração de Che Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul agitou ainda mais aqueles contrários à posição brasileira com relação a Cuba. Tal ato foi visto com bastante preocupação, estimulando críticas de todo o tipo. O Almirante Carlos Penna Botto, em artigo posterior à renúncia do presidente, considerou o ato como “vergonhoso”, ao atribuir uma honraria àquele que seria, em sua visão, “um dos mais perigosos agentes comunistas internacionais”.²¹¹

Durante a gestão de San Tiago Dantas no Ministério das Relações Exteriores, a crise cubana ganhou contornos ainda mais graves. Pouco tempo após Cuba se declarar marxista-leninista, ocorreu a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, ocorrida em Punta Del Este no mês de janeiro de 1962. Diante de toda a pressão estadunidense e de diversos setores políticos dentro do Brasil,²¹² San Tiago Dantas se mostrou contrário à exclusão de Cuba do sistema interamericano, alegando que isso só favoreceria a sua vinculação à URSS. Ainda nas discussões sobre o tema, o chanceler brasileiro, tomando como base a defesa do Direito Internacional, também se mostrava contrário a qualquer tipo de intervenção na Ilha, especialmente a partir do TIAR. Em sua opinião, a melhor alternativa nesse cenário era a produção de uma solução diplomática, a partir da conciliação. Apesar disso, as posições estadunidenses de condenação a Cuba saíram vencedoras, porém com a mancha de não ter conquistado integralmente o apoio do Brasil e de outros países importantes do continente, como Argentina e México.

Nesse desafio, a PEI se mostrou novamente como outro elemento de pressão externa e interna. Mesmo tendo mantido as linhas mais gerais do que já era defendido com relação a Cuba, San Tiago Dantas foi criticado por inúmeros setores conservadores, tendo sido convocado a prestar esclarecimentos na Câmara dos Deputados sobre a posição em Punta Del Este, o que já havia acontecido meses antes, diante do reatamento de relações diplomáticas com a URSS. Posteriormente, o chanceler sofreria uma tentativa de moção de censura à sua pessoa por parte do Congresso. Porém, uma grande derrota pessoal ocorreu com a sua

²¹¹ Almirante Carlos Penna Botto. *A Desastrada Política Exterior do Presidente Jânio Quadros*. Petrópolis: Vozes, 1961, p.162.

²¹² Pouco tempo antes do início da VIII Reunião de Consulta, quatro ex-chanceleres do país (Horácio Lafer, Vicente Rao, João Neves da Fontoura e José Carlos de Macedo Soares) publicaram uma nota emitindo opinião sobre os debates acerca da possível exclusão de Cuba no sistema interamericano. Indo de encontro ao defendido por San Tiago Dantas, os antigos Ministros acenavam com a expulsão de Cuba da OEA e a possibilidade do rompimento de relações diplomáticas, posições próximas ao defendido pelos EUA.

desaprovação, por parte do legislativo, para o cargo de primeiro-ministro, numa possível substituição de Tancredo Neves. Do ponto de vista externo, o descompasso diante da posição de Washington alimentava ainda mais as dificuldades de relacionamento entre os dois países, num momento chave de necessidade de obtenção de recursos do exterior e renegociação de determinadas dívidas com vencimento em curto prazo.

O terceiro eixo de formulação e ação da PEI consistia na intensificação do comércio exterior brasileiro, por meio de uma política de conquista de novos mercados, além do estímulo à redução tarifária em âmbito latino-americano. A incessante busca pela ampliação das relações comerciais do país adquiria quase que uma condição estruturante nessa Política Exterior. Suas relações com algumas das demandas domésticas contribuem para a compreensão do peso atribuído à esfera comercial.

Em primeiro lugar, as dificuldades na exportação de determinados produtos primários como o café apontavam para a necessidade do encontro de novas praças comerciais. Especificamente sobre esse produto, um dos carros-chefes da pauta exportadora brasileira naquele período, as relações entre a CEE e o continente africano acentuavam as dificuldades da penetração dos produtos nacionais naquele importante mercado.²¹³ Soma-se a isso, o desequilíbrio do preço do café em meio a um ciclo de superprodução iniciado no final dos anos 1950, provocando ainda mais instabilidade no comércio desse produto e, diante de sua relevância para o país, afetando a economia nacional.²¹⁴

Outras necessidades ainda mais urgentes se vinculavam aos esforços de aumento do comércio exterior. O difícil legado deixado pelo governo JK, constituído por inflação crescente, déficit orçamentário e aumento expressivo de uma dívida,²¹⁵ em grande medida, de curto vencimento acabava por atribuir importante peso na extensão das atividades exportadoras do país, visando à produção de superávits que poderiam contribuir com a melhoria da situação econômica, já perseguida pelas medidas ortodoxas do governo Jânio Quadros.

Outra característica desse esforço de ampliação das fronteiras comerciais se vinculava à manutenção de uma agenda de desenvolvimento de um país. Se por um lado novos mercados contribuía para a perseguição de uma situação de desafogo econômico, por outro era um dos meios de estimular ainda mais o crescimento industrial alcançado nos anos

²¹³ De acordo com Pedro Malan, o Café, entre 1961 e 1963, representava mais de 50% das receitas exportadoras do Brasil. Além deste, destacam-se, no tocante aos produtos primários, cacau, algodão, açúcar e minério de ferro. In: Pedro Sampaio Malan, *op. cit.*

²¹⁴ *Idem.*

²¹⁵ *Ibidem.*

anteriores. Nesse sentido, se não é possível falar de um processo amplo de substituição de exportações, dado o peso da produção primária na agenda comercial brasileira, os movimentos propostos pela PEI tinham também um conteúdo de diversificação da pauta exportadora, agregando, se possível, produtos manufaturados. Essa aspiração era ainda mais presente ao se tratar dos países recém-independentes, especialmente do continente africano.

A tradução desse eixo, conforme apresentado por San Tiago Dantas, tinha como uma das vias, o comércio latino-americano. Em sua proposta de revisão do pan-americanismo, a OPA contribuíra para a perspectiva de uma agenda econômica em nível continental, atrelada aos objetivos de desenvolvimento dos países. Em 1960, um novo passo em favor de maior cooperação econômica regional foi dado a partir da criação da ALALC.²¹⁶

Mesmo não tendo efetivamente ganhado corpo, a ALALC apontava para a possibilidade de intensificação nas relações comerciais entre o Brasil e seus vizinhos,²¹⁷ tendo como horizonte a formação futura de uma área de livre comércio. O governo Quadros avançou também para um aprofundamento nos laços com a Argentina, aspecto que foi seguido também durante o primeiro Gabinete Parlamentar de Tancredo Neves, por meio da atuação de San Tiago Dantas. Apesar das desconfianças existentes naquele país quanto às possíveis motivações do presidente brasileiro no campo internacional, Jânio e Arthur Frondizi se encontraram em Uruguaiana no mês de abril de 1961. Na ocasião, foi firmado uma Convenção de Amizade e Consulta, além de uma declaração conjunta entre os dois Chefes de Estado.²¹⁸ Tais iniciativas exibiam a possibilidade de um estreitamento político entre os dois governos, num contexto crítico em decorrência dos efeitos da Revolução Cubana no continente.

Por fim, outra vertente desse eixo mais econômico era a universalização das relações comerciais. Além das possibilidades de intensificação de laços com os mercados africanos, o comércio com os países socialistas foi uma das principais metas da PEI. Se o Leste Europeu já era pauta da diplomacia brasileira nos anos 1950, a partir do governo Quadros e, sobretudo durante a chancelaria de San Tiago Dantas, torna-se uma das prioridades do ponto de vista da

²¹⁶ Clodoaldo Bueno afirma que os objetivos da ALALC giravam em torno da “estabilidade e a ampliação do intercâmbio comercial, desenvolvimento de novas atividades, aumento da produção e substituição das importações de países não membros. Não foi uma união aduaneira, uma vez que a cada Estado-Membro ficava reservada a liberdade de dar o tratamento que julgasse mais conveniente às mercadorias oriundas de países não signatários. A ALALC efetivou seu funcionamento a partir de 1 – de julho de 1961” In: Clodoaldo Bueno, *op. cit.*, p.315.

²¹⁷ De acordo com Paulo Fagundes Vizentini, um dos motivos para o pouco êxito da ALALC, ainda em sua constituição, se deu pela natureza concorrente dos mercados latino-americanos, além da própria situação econômica da maioria dos países constituintes. In: Paulo Fagundes Vizentini, *op. cit.*, 2004a.

²¹⁸ Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

agenda comercial. Não somente as condições comerciais eram apontadas como favoráveis, mas a tendência de crescimento das economias socialistas, em nível mais acelerado de que outras partes do mundo, estimularia a conquista daqueles mercados.²¹⁹

Durante o mandato de Jânio Quadros, duas missões comerciais foram enviadas ao Leste Europeu. Por meio de João Dantas e Leão de Moura, foram assinados diversos acordos com os países socialistas. Somam-se a tais esforços, as possibilidades de incremento comercial com a China continental. De acordo com Paulo Fagundes Vizentini,²²⁰ o interesse comercial brasileiro para com os países fora da esfera capitalista não se dava apenas na expansão das exportações. Vislumbrava-se também a possibilidade de incrementar importações de trigo, combustíveis e até, quem sabe, aquisição de empréstimos em condições melhores que no Ocidente.

Diante de todas as expectativas alimentadas em relação ao comércio com os países socialistas, alguns desafios de natureza política se tornaram inevitáveis. Apesar da dose de pragmatismo nas justificativas para a evolução das relações com estas nações, o temor anticomunista não deixou de se fazer presente. Em primeiro lugar, no processo de universalização dos mercados, outro ponto a ser colocado foi a necessidade de formalização das relações com os Estados socialistas, aspecto que dialogava também com os objetivos de paz e ampliação da presença brasileira no mundo. O reatamento de relações diplomáticas com a URSS, ensaiado ainda no governo Quadros, mas firmado somente na chancelaria de San Tiago Dantas em novembro de 1961 foi alvo da fúria de setores conservadores. Variados argumentos compuseram a ofensiva sobre tal ato: desde aqueles que enxergavam uma embaixada soviética como ponte de futura subversão no país até às críticas de cunho moral e religioso, diante de um anúncio feito às vésperas do Dia de Ação de Graças e do 27 de Novembro, dia dedicado à memória dos soldados mortos na Intentona Comunista.²²¹

Em relação aos chineses, o avanço nas negociações comerciais e o aceno feito por Jânio para um possível apoio na promoção de um debate sobre a representação chinesa na ONU também alimentavam ainda mais desconfiança sobre a PEI. Com a Alemanha Oriental também não era diferente. A acusação feita contra João Dantas de que uma assinatura de acordo com o governo de Pankow teria sido realizada durante a Missão acabou gerando um princípio de crise dentro do Ministério, acarretando na saída do diplomata Vasco Leitão da

²¹⁹ Francisco Clementino de San Tiago Dantas, *op. cit.*

²²⁰ Paulo Fagundes Vizentini, *op. cit.* 2004a.

²²¹ Rodrigo Patto Sá Motta. *Em Guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

Cunha, à época Secretário Geral do Itamaraty.²²² Nesta ocasião, as críticas à ação diplomática junto à Alemanha Oriental, num contexto de acirramento das tensões envolvendo a cidade de Berlim, eram fundamentadas a partir de uma suposta violação brasileira à chamada Doutrina Hallstein. Segundo a mesma, a Alemanha Ocidental não manteria relações com países que reconhecessem seu homônimo socialista, excetuando o caso soviético. Além de supostamente ferir tal orientação, a viagem de Dantas teria ocorrido num mesmo momento em que Roberto Campos se encontrava no lado ocidental, negociando novos acordos com um importante parceiro econômico do país.

Em suas memórias, o diplomata classificou o episódio como mais um esforço de Jânio Quadros em “dar uma no cravo e outra na ferradura”.²²³ Em outras palavras, Roberto Campos chamava atenção para a postura do Chefe de Estado brasileiro em tentar conciliar agendas contraditórias, visando agradar diferentes espectros político-ideológicos. No mesmo momento em que estava prestes a chegar a acordos vantajosos com o governo de Bonn, a Missão Dantas representava, em sua visão, um risco para o sucesso de sua empreitada com a Alemanha Ocidental:

Quando as negociações com a Alemanha Federal já estavam alinhavadas surgiu um incidente que quase invalidou meu esforço negocial e que certamente inviabilizaria o acordo de Paris. É que Jânio Quadros, seguindo a técnica da conciliação dos inconciliáveis, havia designado uma missão integrada por técnicos de agências governamentais, sob a chefia do jornalista João Dantas, que entre os meses de abril e junho visitou a Albânia, Bulgária, Romênia, Polônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia e Hungria, para a conclusão e ampliação de acordos comerciais. Tratava-se de acordos bilaterais de comércio e pagamento, habitualmente firmados entre o Banco do Brasil e os bancos nacionais dos países respectivos (exceto no caso da Iugoslávia, onde se negociava de governo a governo). Não sei se deliberada ou acidentalmente, criou-se grande confusão no tocante aos entendimentos de Dantas com a Alemanha comunista, cujo governo era sediado em Pankow. O que anteriormente existia era apenas um ajuste internacional bancário, assinado em 23 de setembro de 1958 pelo presidente do Banco do Brasil, Paes de Almeida, e o delegado do Deutsche Noten Bank, George Kulesa.²²⁴

Enquanto um dos sujeitos diretamente envolvido nos rumos da PEI, Roberto Campos demonstrava seu descontentamento com o choque entre seus esforços em Bonn para reorganizar a situação econômica brasileira na Alemanha Ocidental e aquilo que lhe parecia ser uma espécie de “desvio” no traçado da Política Externa em sua busca por novos mercados potenciais para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro.

Ainda no tocante às possibilidades de ampliação das relações comerciais, outro caso crítico frente aos objetivos da PEI e os eixos já apresentados consistiam nas relações com a

²²² Afonso Arinos Filho, *op. cit.*

²²³ Roberto de Oliveira Campos. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p.390.

²²⁴ Idem, p.408.

África do Sul. Representando boa parte da balança comercial do Brasil com o continente negro, houve manifesto interesse do governo Quadros em ampliar a agenda comercial com Pretória. Tais aspirações demonstravam uma contradição grave diante dos discursos contrários à discriminação racial durante este período. No caso brasileiro, tal situação era ainda mais gritante, pois, tendo a democracia racial como um elemento também de identidade internacional, relacionar-se com um país defensor de uma política institucional de segregação racial era um evidente descompasso.²²⁵

Apesar de também vinculados aos objetivos econômicos, algumas iniciativas da PEI merecem destaque ao se associarem às perspectivas de solidariedade política e, ao mesmo tempo, possibilidade de uma liderança brasileira entre os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Especialmente durante o governo Quadros, verifica-se uma verdadeira ofensiva diplomática no continente africano e nos países socialistas a partir do interesse na abertura de novas Embaixadas e Consulados Gerais, além da promoção de acordos na área da cooperação educacional. A partir de tais movimentos, a Política Externa do presidente da “vassoura” evidencia um esforço de reorganização institucional da diplomacia brasileira, com reformas internas e externas que visavam, em alguma medida, colocá-la em sintonia com os esforços de mundialização da PEB.

O quinto eixo, do qual San Tiago Dantas afirma não ter havido êxito por completo durante sua passagem durante o Ministério das Relações Exteriores, constitui talvez uma verdadeira síntese de praticamente todas as ações declinadas até o momento. A produção de um plano de desenvolvimento econômico e o estabelecimento de novas perspectivas de cooperação internacional expressavam um *zeitgeist* de mudança nas esferas nacional e mundial, um sentimento de transição que poderia culminar com o desenvolvimento das estruturas econômicas e sociais do país, a afirmação das suas instituições, além de elevar nossa atuação em nível internacional.

Política Externa e desenvolvimento se apresentavam enquanto parte de uma mesma equação política que dizia respeito à posição do Brasil frente ao capitalismo global. Como visto a partir dessa leitura de fôlego sobre a trajetória da PEB desde os anos 1930, a inserção internacional do país sofreu diretamente a influência dos debates acerca dos projetos de modernização e industrialização, tendo nas relações do Brasil com o mundo uma peça

²²⁵ Pio Penna Filho. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.44, n.1, p.69-93, jan./jun.2011.

fundamental para a conquista de condições materiais para a execução dos projetos de desenvolvimento econômico e elevação política na cena internacional.

Nesse sentido, os temas de Política Externa se conectavam com outras agendas como a industrialização, mas também se encontrava inserida entre os conflitos sociais e políticos do país,²²⁶ numa época de acirramento da luta de classes e de fissuras no projeto de desenvolvimento empreendido até o início dos anos 1960. Assim, os debates em torno dos rumos da inserção internacional brasileira ganhavam fortes contornos de uma luta em torno do modelo de Brasil a ser perseguido. Os “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek apontavam para uma espécie de aceleração histórica, pela qual os caminhos em torno de um Brasil mais forte economicamente seriam abreviados. Uma joia modernizante no interior brasileiro, Brasília foi associada aos níveis elevados de crescimento econômico e industrial, alimentavam as esperanças em torno de um país que estaria supostamente mais perto de uma espécie de destino histórico.

Os sonhos em torno do Brasil de JK se transformaram num duplo pesadelo. Por um lado, a dupla face do nacional-desenvolvimentismo juscelinista ficou evidenciada pelas dificuldades econômicas herdadas por Jânio. Por outro lado, a própria eleição janista impôs uma derrota à aliança desenvolvimentista liderada por Lott e Goulart. A vitória do ex-governador paulista, numa ampla aliança conservadora, demonstrava, em certa medida, o espírito de uma época complexa. Seus apelos aos setores médios por moralidade e racionalidade na administração, além de outras bandeiras da campanha incorporavam algumas das insatisfações mais gerais no período.

Mesmo tendo sido eleito com apoio udenista e ter formado um ministério predominantemente liberal e conservador, o governo Jânio rapidamente mudou de direção econômica. Como sugerido anteriormente, os primeiros meses de mandato se caracterizaram por uma política ortodoxa, porém, logo o presidente logo se aproximara dos desenvolvimentistas, recuperando, em certa medida, o desejo de traçar algum caminho para a industrialização do país. Dentro dessa orientação, a PEI apresentou forte conteúdo econômico, calcada nas aspirações em torno da ampliação dos mercados para exportação, além da busca por condições favoráveis para o desenvolvimento, via cooperação. Não é à toa que um tema como o desarmamento se articulou com a possibilidade de transferência de recursos viam

²²⁶ Além dos aspectos já ressaltados ao longo desse texto, uma síntese possível das crises que marcaram os últimos anos da experiência democrática brasileira foi proposta por Caio Navarro Toledo. Abordando o cenário brasileiro após a renúncia de Jânio Quadros, este autor afirma que “este novo quadro caracterizou-se por uma intensa crise econômico-financeira, frequentes crises político-institucionais, extensa mobilização política das classes populares, ampliação e fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo, crise do sistema partidário e acirramento da luta ideológica de classes”. In: Caio Navarro Toledo, *op. cit.*, p.09.

cooperação Norte-Sul. Nesse sentido, desenvolver o país se constitui numa espécie de ideia força que, diante do seu peso, torna-se um dos elementos mais discutíveis por parte dos setores articulados politicamente em mudar ou manter as orientações da Política Externa.

Outro aspecto importante sobre a PEI foi o esforço de aproximação com o mundo subdesenvolvido. No reconhecimento de outros mundos, o socialista e o subdesenvolvido, a Política Externa defendida pelo presidente e executada, em certa medida, por seu chanceler, se sintonizava não somente com os movimentos mais gerais de luta contra o colonialismo, mas também com um amplo processo de reorientação dos povos do Sul em favor de seu próprio desenvolvimento. Em bilhete encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores às vésperas da inesperada renúncia, Jânio Quadros afirmava seu interesse quanto ao envolvimento brasileiro na I Conferência dos Não-Alinhados em Belgrado:

2) Por outro lado, para demonstrar o alto interesse do governo brasileiro pela próxima conferência dos países não-comprometidos, em Belgrado, na Iugoslávia, designe Vossa Excelência, em missão especial, para representar o Brasil como observador, o embaixador brasileiro na Suíça, Afrânio de Melo Franco.²²⁷

Rubens Ricupero enxerga um interesse janista em se associar com líderes da estatura do indiano Jawaharlal Nehru,²²⁸ do indonésio Sukarno, do iugoslavo Josip Tito, do ganês Kwame Nkrumah e do egípcio Gamal Abdel Nasser. Homens que, em comum, possuíam a sua construção política fundamentada na luta contra o colonialismo ou na libertação nacional frente ao Eixo. Assim, na luta pela continuidade da marcha pelo desenvolvimento, o Brasil de Jânio Quadros assumia uma dupla posição entre seguir as diretrizes mais gerais do capitalismo mundial, ao buscar acordos viáveis com as grandes potências e, ao mesmo tempo, engajar-se, de forma cautelosa, diante de um movimento que contestava essas mesmas diretrizes.

Dentro dessa atuação dúbia, a sombra neutralista marcou a recepção da PEI nos mais diferentes setores da opinião pública brasileira, refletindo num grande debate entre intelectuais, militares, diplomatas e parlamentares sobre a natureza das iniciativas propostas da Política Externa do governo Jânio e a sua continuidade com San Tiago Dantas na Chancelaria. Mesmo após a inesperada renúncia de Agosto de 1961, o incômodo de uma adesão ao Não Alinhamento, permaneceu no interior dos debates sobre os rumos da Política Externa do Brasil durante o governo João Goulart. Apesar de claramente manifestar simpatia pela postura Não-Alinhada em defender a descolonização, o desarmamento e o

²²⁷ Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p.484.

²²⁸ Rubens Ricupero, *op. cit.*, 2017.

desenvolvimento, uma possível associação brasileira ao movimento era rechaçada pelos principais atores institucionais envolvidos na PEI.

Para mergulhar numa atmosfera política crítica, cuja Política Externa era mais um ingrediente fundamental no conflito político que envolvia diferentes projetos de país, protagonizado pela luta em torno do desenvolvimento, da modernização e da realização de reformas sociais. Diante de um processo que interferia diretamente no lugar ocupado e na postura a ser executada pelo Brasil nas relações internacionais, passaremos a partir de agora a investigar mais profundamente a maneira como diferentes sujeitos políticos lidavam com a tensão do Neutralismo. Seja entre os olhares positivos ou negativos sobre uma possível terceira-via na ordem internacional ou então uma atitude mais autônoma frente aos blocos de poder, não necessariamente desvinculada do Ocidente Capitalista, foi possível encontrar uma série de impressões sobre aquele conjunto de países tachados de subdesenvolvidos. Na maioria dessas visões de mundo e de política externa, era possível encontrar o Egito de Nasser, o herói de Bandung e Suez, peça relevante nos debates sobre a viabilidade ou não da inserção brasileira no movimento de contestação das políticas globais das superpotências na chamada Guerra Fria.

Nos medos do Almirante Carlos Penna Botto, nas incertezas do diplomata Roberto Campos, nas atitudes defensivas dos chanceleres Afonso Arinos e San Tiago Dantas ou nas esperanças alimentadas por Eduardo Portella e Adolpho Justo Bezerra de Menezes, faces da política internacional e da política externa foram construídas a partir de seus artigos, livros e pronunciamentos. Num contexto de disputa de rumos da Política Externa a partir de posições divergentes sobre a inserção internacional do país, tais homens reconheceram a relevância do Egito na arquitetura política mundial, enquanto um dos principais representantes do Não-Alinhamento. A seguir, olharemos mais de perto as complexas relações da PEI com esse movimento de contestação da ordem internacional a partir das concepções desses homens, construtores da atmosfera conflituosa na qual as relações exteriores estiveram inseridas.

2. DE ARAÚJO CASTRO À BEZERRA DE MENEZES: MÚLTIPLAS FACES DE UM NEUTRALISMO ASCENDENTE.

Em junho de 1961, o diplomata brasileiro João Augusto de Araújo Castro esteve na capital egípcia para participar da Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados, ocorrida três meses depois na cidade de Belgrado. Como produto de sua participação no encontro do Cairo, desenvolveu um interessante relatório, contendo suas impressões sobre o que viu e ouviu diante de representantes de quase todos os continentes.

As considerações feitas pelo brasileiro mereceriam um estudo muito mais apurado, porém as incertezas expressas em suas palavras são um possível ponto de partida para adentrarmos no mundo do chamado Neutralismo. As dúvidas do autor do relatório não eram fruto apenas da posição de alguém nomeado poucos dias antes para a missão no Egito,²²⁹ mas pareciam também bastante próximas de alguns de seus contemporâneos que, desfrutando ou não dessa mesma condição enquanto diplomata de carreira e presente temporariamente num país tido como neutralista, também se interessavam pela PEB e a situação internacional.

Avançando na descrição sobre as discussões durante o evento, os critérios estabelecidos para o eventual convite ou não à Conferência de Belgrado parecem lançar um pouco de luz em meio à neblina vivida por Castro. Segundo o mesmo, estariam entre os possíveis convidados, países detentores de uma política externa independente, influenciada pela defesa da coexistência e do próprio não alinhamento. Outras características apontadas também foram à defesa da descolonização, a não participação em alianças militares orientadas pelas grandes potências, nem tampouco participantes de acordos militares ou concedidos bases militares dentro da mesma lógica das ressalvas às alianças.

Por trás desse termo pouco preciso, o Não – Alinhamento revelaria supostamente também ambições individuais ou perspectivas divergentes. Nas impressões do observador brasileiro, Tito e Nasser possuiriam o protagonismo diplomático do movimento, aspirando ao fortalecimento de seus países na política internacional e traduzindo, na prática, um novo tipo

²²⁹ Pelos memorandos de Jânio Quadros é possível perceber o quanto a indicação de João Augusto de Araújo Castro foi feita num espaço de tempo muito curto em relação ao início da reunião do Cairo. Em 31 de maio de 1961, Jânio encaminhou uma mensagem ao Itamaraty sugerindo o nome de Vasco Leitão da Cunha para ocupar a função de observador naquele evento. No entanto, no mesmo dia, o presidente volta atrás e indica o nome de Araújo Castro. A principal hipótese a ser levantada sobre o recuo ao nome de Vasco Leitão foi o seu envolvimento numa polêmica sobre a atuação de João Dantas em Missão na Alemanha Oriental. Ao soltar uma nota reforçando a limitação da atividade do brasileiro naquele país, sem poder assinar, em nome da diplomacia brasileira, nenhum tipo de convênio ou realizar atividades oficiais junto ao governo alemão oriental, Vasco foi criticado pelo presidente Jânio Quadros, segundo afirma Afonso Arinos. O chefe de Estado brasileiro chegou a sugerir inclusive a demissão de Cunha. Momentos depois, o próprio diplomata pediria sua saída da Secretaria Geral. In: Afonso Arinos Filho, *op. cit.*

de alinhamento, uma espécie de “terceira força” num mundo então há anos vivendo a bipolaridade:

Nasser e Tito visavam seguramente à organização de uma ‘terceira força’ no terreno político-diplomático, embora não necessariamente no terreno militar. É possível mesmo que visassem apenas a uma arregimentação do tipo eleitoral, numérico, com especial reflexo no tratamento de algumas questões em certos órgãos internacionais.²³⁰

Diante de tantas projeções e incertezas entre atores heterogêneos, mas mobilizados a partir do interesse no estreitamento de laços em nível internacional, restava ao Brasil de Araújo Castro defender a manutenção de uma instável posição brasileira entre os Estados ditos Não – Alinhados. Se por um lado interessava manter laços com tais países a partir de agendas comuns de interesse como a defesa da paz mundial, por outro as expectativas em torno de posições firmes contra o anticolonialismo, afetando a postura brasileira com relação a esse tema, era visto como um dos motivos de cautela em relação ao maior engajamento da diplomacia nacional neste movimento.

Uma consideração de Araújo sintetiza o espírito de alguém (o próprio autor) e de um país (o Brasil) em meio à presença entre atores políticos, cujo interesse em se aproximar era inegável, porém com sérios limites diante do aberto incômodo com determinadas posições Não-Alinhadas. Disse o diplomata que era “preferível ser o elemento mais avançado de uma corrente de conservadores a ser o elemento mais tímido e reacionário numa assembleia de radicais”,²³¹ num sentimento que expressava os objetivos de maior projeção internacional do país num contexto de afirmação de sua autonomia, porém sem romper radicalmente com determinadas diretrizes e linhas de ação comuns à PEB em épocas anteriores.

Ao navegar sobre o que lhe parecia impreciso, estranho, radical ou mesmo concorrente, Araújo Castro se situa como uma porta de entrada para penetrarmos em uma atmosfera conflituosa sobre a Política Externa pela qual o diplomata exercitava em nome do país no Cairo. Os ventos de mudança no sistema internacional, evidentes desde o final da Segunda Guerra Mundial com o avanço dos movimentos nacionalistas e das independências

²³⁰ Relatório do Ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil à Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados. Álvaro da Costa Franco, op. cit., p.101. Apesar de tal afirmação, os supostos anseios de Tito por uma terceira-força não encontram sustentação historiográfica. Conforme Jovan Cavoski, apesar das aspirações do presidente iugoslavo por elevar a posição de seu país na política internacional e garantir sua autonomia frente aos blocos de poder, Tito sabia que a proposta de uma “terceira força” encontraria visões opostas de Nehru e Nasser, além de tal posição ser considerada uma contradição frente aos princípios firmados da política do Não-Alinhamento. Jovan Cavoski. *Between Great Powers and Third World Neutralists: Yugoslavia and the Belgrade Conference of the Non – Aligned Movement, 1961*. In: Natasa Miskovic; Harald Fischer-Tiné; Nada Boskovska (Orgs.). *The Non – Aligned Movement and the Cold War*. Delhi – Bandung – Belgrade. Nova York: Routledge, 2014.

²³¹ Idem, p.112.

afro-asiáticas, se encontravam com os ventos de transformação no Brasil, estimulando um repensar sobre os rumos da PEB.

No entanto, o estreitamento de laços entre o Brasil e os países Não-alinhados foi alvo de controvérsias por parte de diferentes sujeitos interessados pela PEI. Ao Senado Federal, o chanceler Afonso Arinos reconheceu que o tema gerou “muitas e divergentes” informações na imprensa nacional ou estrangeira,²³² o que lhe exigia prestar contas ao Parlamento Brasileiro sobre qual a postura do país em solo egípcio. Meses depois, o Almirante Carlos Penna Botto condenou o próprio ministro sobre suas posições diante do Neutralismo. Para o militar, a possível participação brasileira na Conferência dos Não-Alinhados era uma contradição:

Relativamente à Conferência dos países não comprometidos, a realizar-se na Iugoslávia subjugada pelo tirano Tito (pelo qual o Chanceler confessou admiração), fêz um emaranhado caótico. Falou em compromissos militares de natureza pacífica, em defesa da paz (sic), como significando outra versão do <<si vis pacem para bellum; e disse, também, que o Brasil é um país forte para a paz embora não fôrte para a Guerra (sic.). É fácil perceber que a segunda declaração entra um choque com a primeira. Com efeito, se a defesa da paz exige compromissos militares, vale dizer fortaleza para a guerra, claro está que um país fraco para a guerra não pode ser forte para a paz... E baseado nessa dialética contraditória, que não invalida, antes reforça, opinião recente do Embaixador dos Estados Unidos sobre o caráter de país comprometido assumido pelo Brasil, o nosso governo vai enviar um Embaixador a Belgrado para representar um país comprometido numa Conferência de países não comprometidos.²³³

A presença brasileira em mais um encontro de Estados que divergiam de um mundo rigidamente bipolar alimentava o sentimento de oposição à PEI em sujeitos como Penna Botto. Defendendo uma inserção internacional pautada pelos compromissos do país com um Mundo Livre e Ocidental, a expansão das fronteiras de atuação da diplomacia brasileira para fora dessa comunidade imaginada era vista como um perigo para a própria segurança do país. Nas tentativas de interpretação das mudanças na PEB e na própria política internacional, sua visão expressava o medo dos setores mais conservadores quanto aos rumos da PEB no governo Jânio Quadros, tendo nas relações com os Não-Alinhados um fator de inquietação.

Para captar esse sentimento de uma História em duplo movimento, na concepção dos sujeitos privilegiados nessa análise, discutiremos algumas das características mais gerais desse tipo de inserção internacional característico de países como o Egito, a Iugoslávia, a Indonésia e outros afro-asiáticos. Além de reconhecer a sua emergência a partir das mudanças no sistema internacional ao longo dos anos 1950, buscaremos também destacar os

²³² Brasil. Congresso. Discurso do Chanceler Afonso Arinos, seguido das interpelações feitas pelos senadores. ASF. 62ª Sessão da 3ª Sessão Legislativa, da 4ª Legislatura. 7 de junho de 1961, p.282.

²³³ Almirante Carlos Penna Botto, *op. cit.*, p.143-144.

movimentos de solidariedade transnacionais constituídos a partir da experiência colonial e que influenciaram no curso da formação de um movimento de contestação da ordem internacional.

Após traçar esse panorama histórico, analisaremos a chamada atmosfera conflituosa, considerando as categorias propostas por Tânia Manzur em reconhecimento a diversificação da opinião pública sobre a Política Exterior a partir do governo Jânio Quadros.²³⁴ A identificação de uma variedade de perspectivas sobre as relações exteriores do país atesta a importância de relativizar determinados binarismos como “entreguistas” e “nacionalistas” para este contexto, bem como reafirmar a importância de considerar a Política Externa como um componente fundamental na análise sobre a luta política e social no Brasil nos anos 1960.

Os diferentes projetos de relações exteriores, em íntima ligação com os rumos da Política Interna, serão contemplados a partir dos atores trabalhados nessa pesquisa e seu tema central. Isso significa dizer que tal diversificação de alternativas na construção da PEB terá como objeto referencial nesse texto as considerações sobre o neutralismo, deixando de lado outros temas que constituíam também essa atmosfera crítica.

2.1 – Existe vida além ou pela bipolaridade? Raízes, históricas, socioeconômicas, políticas e culturais do Não Alinhamento

Para a geração que viveu a Segunda Guerra Mundial e a ela resistiu, o mundo em 1945 não era o mesmo se comparado às lembranças de 1939. Milhões de mortes e muita destruição marcariam a cena final do que Éric Hobsbawm classificou como uma “Era de Catástrofe”.²³⁵ A emergência da chamada Guerra Fria após aquele grande conflito não seria apenas a única mudança no sistema internacional em reconstrução. Parte dos vencedores de 1945 se tornariam perdedores ao longo dos anos subsequentes, numa enxurrada de transformações em praticamente todos os continentes:

Descolonização e revolução transformaram de modo impressionante o mapa político do globo. O número de Estados internacionalmente reconhecidos como independentes na Ásia quintuplicou. Na África, onde havia um em 1939, agora eram cerca de cinquenta. Mesmo nas Américas, onde a descolonização no início do século XIX deixara atrás umas vinte repúblicas latinas, a de então acrescentou mais uma dúzia. Contudo, o importante nelas não era o seu número, mas seu enorme e crescente peso demográfico, e a pressão que representavam coletivamente.²³⁶

Se quantitativamente os novos países representavam um acréscimo expressivo no sistema de Estados global, interferindo diretamente na composição das organizações internacionais e na arquitetura política da própria Guerra Fria, as mudanças qualitativas são ainda mais significativas. O aumento no número de atores no sistema internacional culminou

²³⁴Tânia Maria Pechir Gomes Manzur, *op. cit.*

²³⁵Éric J. Hobsbawm, *op. cit.*, p.28.

²³⁶Idem, p.337.

com o fortalecimento de determinadas agendas políticas, econômicas e sociais que se vinculavam diretamente com a trajetória e os desafios dos novos países. Na tarefa de construção dos Estados e das suas respectivas nações, temas como cooperação, luta contra o colonialismo e o racismo, defesa da paz e da mediação das tensões internacionais conformaram certa identidade entre países de diferentes continentes. Essa identidade, ainda que imposta inicialmente, foi chamada de Terceiro Mundo.

Questionando sobre o que sustentaria aproximar países com diferenças históricas, culturais, sociais e políticas significativas a partir desse signo, Eric Hobsbawm viu nos integrantes do chamado Terceiro Mundo algumas características similares, capaz de atribuir certa legitimidade ao termo.²³⁷ Em sua opinião, os países terceiro-mundistas se encontravam diante de um quadro de pobreza e da necessidade de superá-la, do quadro de dependência e das ressalvas existentes ao *modus operandi* capitalista, além dos desejos de paz e manutenção de algum grau de autonomia na Política Exterior. Em outro momento, o mesmo autor classifica o Terceiro Mundo como um espaço de instabilidade política, marcado pela tríade golpes-conflitos-revoluções.

A referência ao chamado Terceiro Mundo ganhou destaque também a partir das considerações do demógrafo francês Alfred Sauvy. Em *Trois Mondes, une planète*, texto originalmente do início dos anos 1950, este autor chamava atenção para a existência de outro mundo para além daqueles que protagonizavam a chamada Guerra Fria. A classificação dos países subdesenvolvidos enquanto partes desse Terceiro Mundo fazia referência ao Terceiro Estado da França Pré-Revolucionária. Para Sauvy,²³⁸ esta parte do mundo se caracterizava pelo quadro de exploração e desprezo, mas também vítima dos efeitos da própria Guerra Fria, na medida em que os dois mundos disputavam os seus destinos. A referência ao passado francês aproximava a sua leitura do mundo contemporâneo como uma situação potencialmente explosiva, caracterizada por uma quantidade de países em transformação social, mas não contemplados pelas políticas do primeiro e do segundo mundo.

Admitindo as complexidades e ambiguidades existentes nesse conceito, Tullo Vigevani classificou o Terceiro Mundo como uma “realidade política de grande força”,²³⁹ sendo uma das principais características do sistema internacional no chamado Pós-Guerra. Para este autor, apesar de abarcar um grupo de países heterogêneos, a noção de Terceiro

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ Alfred Sauvy. *Trois Mondes, Une Planète*. In: *Vingtième Siècle: Revue d'histoire*, nº12, p.81-83, out./dez.1986

²³⁹ Tullo Vigevani, *op. cit.*, p.06.

Mundo se relacionava com a situação estrutural destes Estados, do ponto de vista social e econômico:

Terceiro Mundo, já o lembramos, é tido como uma situação de fato, mais ligada a uma condição econômica e social de pobreza, de distanciamento crescente frente aos países mais ricos, [...] [Por outro lado, isso] não implica uma posição internacional especial. No Terceiro Mundo, tanto há países como os mais diferentes regimes políticos, quanto países colocados no tabuleiro da política internacional nas mais antagônicas posições.²⁴⁰

Aproximando-se dessa perspectiva, autores como Serge Bernstein e Pierre Milza também enfatizam certas debilidades estruturais na caracterização do Terceiro Mundo.²⁴¹ Apesar da diferença conceitual em relação ao subdesenvolvimento,²⁴² tal condição aparece como um elo possível entre os países do Terceiro Mundo. Dentre as principais convergências estruturais entre tais Estados se encontrariam a explosão demográfica, a subalimentação, a coesão entre estruturas modernas e formas arcaicas e a dependência econômica, o analfabetismo, além das dificuldades políticas.

A aparente simplicidade de um Terceiro Mundo classificado a partir de sua situação social e econômica acaba por esconder algumas ambiguidades e contradições nessa formulação. Se as fronteiras do primeiro e do segundo mundo se inserem de forma mais concreta no jogo bipolar da Guerra Fria, o Terceiro Mundo, maior quantitativamente, se assemelharia ao que Ramiro Saraiva Guerreiro considerou como um “resto heterogêneo”,²⁴³ isto é, marcado pelas experiências coloniais e governos classificados como autoritários. Mais do que isso, deslocando tal discussão do Conflito Leste-Oeste para as assimetrias em âmbito Norte-Sul, o subdesenvolvimento se tornaria um ponto de convergência na formação de tal grupo, diante da divergência em relação aos demais “Mundos” a partir de seus níveis de maior desenvolvimento.

Se a terceira e maior parte desses mundos se encontraria um germinar em favor da igualdade e da transformação do globo, a recepção desse conceito por parte de países como o Brasil nem sempre recebeu significativa aceitação. Num processo de construção de identidade a partir da interação entre os atores,²⁴⁴ a existência de um Terceiro Mundo reforçava a

²⁴⁰ Idem, p.64-65.

²⁴¹ Serge Bernstein; Pierre Milza, *op. cit.*

²⁴² Para estes autores, o conceito de Terceiro Mundo possui uma natureza geopolítica, caracterizando os países recém-independentes que denunciaram o colonialismo e recusavam participar dos blocos em conflito na Guerra Fria. O conceito de Subdesenvolvimento sugeria uma “situação econômica e social desfavorável”. In: Idem, p.469. Para Yves Lacoste, porém, o termo Terceiro Mundo poderia designar o conjunto dos países subdesenvolvidos. In: Yves Lacoste. *Geografia do Subdesenvolvimento*. 4ª.Ed. Trad. T. Santos. São Paulo: DIFEL, 1975.

²⁴³ Ramiro Saraiva Guerreiro. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992, p.14.

²⁴⁴ Kathryn Woodward. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.). *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014

concepção de um modelo de desenvolvimento ideal, calcado pelas experiências dos dois mundos ditos superiores hierarquicamente, em especial, ao Primeiro. No caso brasileiro, a vinculação ao Terceiro Mundo a partir de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 se caracterizava pela manutenção do projeto de construção de uma nação moderna e forte, capaz de chegar ao Primeiro Mundo.²⁴⁵ A representação da arquitetura política e econômica do mundo a partir do eixo geopolítico (Guerra Fria) e geoeconômico (diferenças entre ricos e pobres) sugeria ao Terceiro Mundo um lugar do conflito, da pobreza, dos demais problemas sociais e políticos que marcariam a vida de uma parte significativa das sociedades humanas.

Ainda assim, é possível fazer uso do conceito de Terceiro Mundo para designar um conjunto de países afro-asio-americanos que protagonizaram a cena global a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Aproximados pelas utopias emancipatórias e por uma perspectiva de reconstrução política, econômica, cultural e econômica das relações entre os povos, tais países possibilitaram um repensar das relações internacionais a partir das suas demandas, influenciando direta e indiretamente no sistema bipolar. Porém, dentro da construção de um Terceiro Mundo enquanto esse coletivo heterogêneo de países em desenvolvimento, envolvidos num sentimento de rápida transformação em torno dos processos de constituição dos Estados e das Nações, as estratégias de inserção internacional nesse contexto não foram uniformes.

Em que pese o compartilhamento de determinados problemas comuns, o Terceiro Mundo apresentou diferentes perspectivas de inserção política no sistema internacional. Como alertou Yves Lacoste, Terceiro Mundo e Neutralismo ou Não-Alinhamento não constituem a mesma coisa.²⁴⁶ Apesar de majoritariamente situados no primeiro grupo, os países Não-Alinhados constituíram um tipo de inserção internacional com objetivos mais autônomos diante do cenário internacional, sendo tanto um fórum de interação entre seus membros a partir de muitas das demandas já destacadas, quanto uma possibilidade de reafirmação das independências políticas a partir da negação dos blocos político-militares do sistema bipolar.

Formalmente, o Movimento dos Não-Alinhados foi constituído em Belgrado, na ocasião da Primeira Conferência de mesmo nome. No entanto, sua trajetória de formação

²⁴⁵ João Manuel Cardoso de Mello; Fernando A. Novais, *op. cit.*

²⁴⁶ Yves Lacoste, *op. cit.* A diferenciação entre Terceiro Mundo e Não-Alinhamento é também proposta por Piero Ostellino. Segundo este autor, o Não – Alinhamento, do seu ponto de vista histórico, pode ser concebido como uma ideologia autônoma do Terceiro Mundo, caracterizando-se, de modo geral, pela rejeição da política de blocos e da Guerra Fria. In: Piero Ostellino. Não-Alinhamento. In: Noberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: UNB, 1998. Outro autor a chamar atenção para essa diferenciação é Tullo Vigevani. In: Tullo Vigevani, *op. cit.* Reconhecendo as diferenças existentes entre os países classificados como terceiro-mundistas, este autor situa historicamente a I Conferência dos Não-Alinhados em Belgrado (1961) como um momento de distinção conceitual entre Não-Alinhamento e Terceiro Mundo.

antecede e muito ao encontro na capital iugoslava e mesmo a Reunião do Cairo. Uma compreensão mais profunda sobre o Não-Alinhamento necessita enxergá-lo a partir de múltiplas dimensões, englobando tanto o próprio desenvolvimento da Guerra Fria, quanto (e principalmente) as dinâmicas das lutas anticoloniais, antirracistas e emancipatórias nos continentes africano, asiático e americano.

Apesar dos contatos entre asiáticos, africanos e americanos antecederem e muito o fim do século XIX, o avanço do colonialismo nos dois primeiros continentes pode ser tomado como um ponto de partida para a compreensão das dinâmicas que influenciaram na construção do chamado Terceiro Mundo e, dentro dele, da afirmação do Não-Alinhamento como um tipo de inserção internacional. Por meio das contribuições de Locksley Edmondson,²⁴⁷ é possível perceber a importância de experiências como as Conferências Pan-Africanas a partir de sua primeira edição em 1900 na conformação de uma solidariedade entre os povos colonizados e a diáspora. Ainda nas primeiras décadas do século XX, iniciativas como a chamada Liga Contra o Imperialismo e pela Independência Nacional (1927), formada no âmbito da interação entre africanos e o movimento comunista internacional, inserem-se dentro de uma linha plural de contatos entre lideranças, organizações e povos submetidos ao domínio europeu. Para além de tais evidências, o processo de formação das elites coloniais a partir de suas respectivas metrópoles ou nos EUA também se apresentava como outra via de contato entre tais povos, formando um campo propício para articulações políticas e reflexão sobre a própria situação dos seus territórios de origem.

Dentro de uma História relativamente mais recente, a Segunda Guerra Mundial aparece como um marco na trajetória das lutas anticoloniais. Além da participação ativa de africanos e asiáticos, envolvidos tanto no esforço de guerra de suas metrópoles, quanto afetados diretamente pelos rumos do conflito, o episódio marcou o fim do mito da superioridade do homem branco,²⁴⁸ submetido às humilhações e a todo o desgaste de uma conjuntura crítica que envolveu a mobilização e morte de milhões de braços e milhões de recursos. Assim, no seio da própria Guerra se criaram novas condições para avanço das lutas dos povos colonizados, a partir de múltiplas estratégias como o avanço das reivindicações diante de suas metrópoles, a organização de partidos e movimentos ou até a ação armada. No interior desse espírito favorável aos movimentos de libertação, não pode ser tratado como coincidência algumas das deliberações do V Congresso Pan-Africano de Manchester (1945)

²⁴⁷ Locksley Edmondson, *op. cit.*

²⁴⁸ Maria Yêdda Leite Linhares. Descolonização e luta de libertação nacional. In: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha [Org.]. *O século XX*. 4ª Ed. Rio de Janeiro, 2008, p.35-64.

ao elaborar a chamada Declaração dos Povos Colonizados e estimular a intensificação das lutas no continente negro.

Novamente a partir de Edmondson,²⁴⁹ identificam-se ao menos cinco fatores para a construção de uma comunhão de interesses entre africanos e asiáticos, impactando nas lutas pela descolonização. Além da convergência temporal das lutas e da submissão às mesmas metrópoles, outros fatores como a presença de populações asiáticas no continente negro, a construção de organizações anti-imperialistas, o avanço das lutas em solo asiático e a necessidade de organização para assegurar as independências produziam um clima favorável para a intensificação de laços entre povos e movimentos tão distintos.²⁵⁰ Uma das consequências desse processo foi a formação do chamado grupo afroasiático ainda no início dos anos 1950. Com atuação no âmbito da Organização das Nações Unidas, africanos e asiáticos tiveram a oportunidade de representar uma força política coletiva em prol das agendas de interesse do mundo em descolonização.

Dentro dessa perspectiva, a Conferência de Bandung (1955) apareceu como a consolidação desse amplo processo. Tendo como principais impulsionadores países como Birmânia, Ceilão, Indonésia, Índia e Paquistão, o referido encontro reuniu 29 países.²⁵¹ Sua condição enquanto marco na formação do chamado Terceiro Mundo e na perspectiva de uma inserção autônoma no contexto da Guerra Fria pode ser evidenciada, dentre outras coisas, pelos princípios de autodeterminação dos povos, defesa das soberanias, igualdade das nações e das raças e a resolução de controvérsias por meio de mecanismos pacíficos. Assim, Bandung representou uma etapa fundamental na formação de um sujeito político coletivo chamado Terceiro Mundo, consciente de sua própria ação histórica e capaz de intervir na construção de uma ordem global mais favorável às demandas daqueles que aspiravam independência política e enfrentamento ao subdesenvolvimento.

Para o diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Bandung foi vista como um despertar de um heterogêneo mundo subdesenvolvido. Ao comentar sobre os seus escritos, destacou a importância do evento e de sua participação como observador brasileiro em 1955:

²⁴⁹ Locksley Edmondson, *op. cit.*

²⁵⁰ Ainda em 1947, em Nova Delhi, 25 países estiveram representados na Conferência das Nações Asiáticas. De acordo com Elikia M'Bokolo, o encontro foi marcado pela enunciação de determinados princípios que ficariam marcados ao longo da trajetória de organização política dos países recém-independentes, tais como "recusa de filiação num bloco ideológico, luta contra o imperialismo, apoio aos movimentos de libertação nacional, procura de uma renovação econômica" In: Elikia M'Bokolo. *África Negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009, p.576.

²⁵¹ Participaram de Bandung: Afeganistão, Birmânia, Camboja, Ceilão, China Continental, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul, Tailândia, Arábia Saudita, Iêmen, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria, Turquia, Costa do Ouro, Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão.

A êles já vinha-me dedicando desde os idos de 1955 quando acidentalmente, por estar servindo na Indonésia, tive a subida honra de participar como observador da Conferência de Bandung – êsse primeiro grito de independência dos povos oprimidos; êsse marco inicial da verdadeira democratização das relações entre Estados fortes e fracos.²⁵²

A referida Conferência se tornou um ponto de partida para uma nova era nas relações internacionais, segundo este autor. Escrevendo seis anos após a realização do encontro na Indonésia, Bezerra de Menezes carregou consigo o espírito de Bandung, expressando otimismo quanto aos resultados da interação entre os afroasiáticos na construção de uma nova ordem internacional que pudesse também favorecer o Brasil.

Um sentido de permanência e coesão pode ser identificado nas impressões de Eduardo Portella. Para este intelectual, Bandung marcou a trajetória dos povos afroasiáticos, propondo entendimentos em agendas de interesse comum:

A conferência realizou-se numa atmosfera de amplo entendimento. Concluídos os trabalhos, o seu saldo era enormemente positivo. Levantou-se um poder novo, movido e dinamizado pelo espírito de Bandung. Suas conclusões compreendiam sete aspectos que seriam os temas fixados no Decálogo de Bandung: a) Cooperação Econômica; b) Cooperação Cultural; c) Direitos do Homem e Auto-Determinação; d) Problemas dos povos dependentes; e) Outros problemas; f) Promoção da paz e da cooperação mundiais; g) Declaração sôbre a promoção da paz e da cooperação mundiais.²⁵³

Se o suposto nível de coesão entre os Estados participantes e as possibilidades de ampliação dos seus pesos na cena internacional parecia animar os dois atores destacados, outros sujeitos interessados nos rumos da Política Externa do Brasil viam o encontro com maiores ressalvas. Para o General Golbery do Couto e Silva, a Conferência se tornaria um misto entre uma oportunidade para os Estados subdesenvolvidos e um espaço de insegurança diante das manobras de determinados atores:

Bandung, em plano completamente distinto, marcou o tão assinalado despontar do mundo subdesenvolvido afro-asiático e, se infiltrações e influências espúrias não deixaram de se fazer sentir logo, retardando um salutar processo de solidarização, a idéia está em marcha e necessariamente progredirá neste planeta que não pode mais acolher, ao lado de nações abastadas, poderosas e prepotentes, a miséria chocante e, sob todos os pontos de vista, altamente perigosa da humanidade que se agita e sofre e procria com elevadíssima taxa de natalidade, nos rincões menos favorecidos da terra.²⁵⁴

No interior de um despertar simbólico de parcela do Terceiro Mundo, Bandung assumiria no pensamento de Golbery um espaço de confronto entre um mundo dividido em Leste – Oeste e em Norte - Sul. Sem abrir mão de nenhuma das duas assimetrias como eixos

²⁵² Adolpho Justo Bezerra de Menezes. *Ásia, África e a Política Independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p.11.

²⁵³ Eduardo Portella, *op. cit.*, 1961, p.42.

²⁵⁴ Golbery do Couto e Silva. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, p.206-207.

de análise, a Conferência se tornava, ao mesmo tempo, espaço de reivindicação e construção de alternativas para a cooperação internacional, sem perder de vista o que parecia inevitável aos olhos daquele autor: um sistema bipolar rígido, caracterizado pelo conflito entre um Ocidente dito democrático e um Oriente visto como comunista.

Nas mais diferentes perspectivas contemporâneas e extemporâneas sobre a Conferência Afroasiática, entusiasmo, desconfiança, esperança, estranhamento e desapontamento faziam parte das inquietações acerca de um encontro que parecia marcar um novo momento para a política mundial. De fato, Bandung se tornou protagonista nas narrativas sobre a descolonização e a formação do Terceiro Mundo, assumindo a condição de um ponto de encontro entre distintas experiências de luta pelas independências e horizontes diversos quanto ao desenvolvimento de novos Estados e novas nações no interior de um sistema internacional em transição.

Contudo, os níveis de convergência sugeridos a partir dos olhares de Eduardo Portella e Adolpho Justo Bezerra de Menezes estavam longe de sintetizar as incertezas e divergências existentes na construção da Conferência. Conforme Arlindo José Reis de Souza, um dos maiores desafios de Bandung residia em lidar com diferentes conflitos e divergências entre os Estados participantes, num cenário que não era circunscrito apenas ao jogo bipolar:

Estiveram em jogo, neste conclave, inúmeros posicionamentos que não se encerravam simplesmente na dualidade capitalistas versus comunistas, nem tampouco na divisão entre estes dois ‘sistemas’ e a ‘proposta neutralista’, existia uma plêiade de questões bilaterais ‘históricas’, envolvendo nacionalismos e etnias em confrontos, por vezes antigos, por vezes recentes; coloniais; e de rivalidades comerciais e econômicas. Havia, ainda, casos em que estas questões se entrelaçavam e se combinavam em problemas aparentemente insolúveis, mas que encontraram solução em Bandung, e nas reuniões que a precederam e sucederam; além de outros que simplesmente nasceram deste conclave. Esta reunião teve, ainda, um caráter inaugural, que deu início a uma série de outras que contaram, inclusive com novos e surpreendentes participantes egressos da América (como o Brasil), Ásia, África e Europa Oriental.²⁵⁵

Nos esforços de diminuir o nível de divergências entre os atores, Bandung foi marcada pela sombra da dinâmica entre negociação e conflito desde os seus antecedentes. Ao comentar sobre as discussões em torno da construção da Conferência a partir da Reunião de Bogor (1954), Adolpho Justo Bezerra de Menezes sugeriu que “motivos de ordem política” prevaleceram na determinação dos possíveis participantes.²⁵⁶ Na exclusão de países como a União Sul-Africana, Israel e Formosa estavam os interesses em agregar outros atores como os

²⁵⁵ Arlindo José Reis de Souza. *O Orientalismo no (Luso) trópico americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p.140.

²⁵⁶ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1956, p.275.

países árabes e a China Continental ou avançar na discussão de temas de interesse dos Estados recém-independentes, tais como o combate ao racismo. O sentido político traçado para a Conferência se refletia também na ausência da Federação da África Central, o único país convidado a não comparecer em 1955. Conforme Eduardo Portella, tal postura se explicava pelo temor do país africano quanto às manifestações “contra o aparteidismo racial”.²⁵⁷

O quadro de disputa e divergência de interesses também prevaleceu ao longo da Conferência. Entre os diferentes atores envolvidos no processo, rivalidades regionais foram transpostas para esta iniciativa multilateral. De acordo com Matthieu Rey,²⁵⁸ a complexidade de um Mundo Árabe em transformação, imerso entre distintas alianças políticas e militares, foi traduzida em posicionamentos divergentes acerca de agendas pautadas em Bandung. Enquanto o representante iraquiano chamava atenção para a condição do comunismo enquanto uma força de desequilíbrio da paz e da harmonia, a delegação síria não o enxergava enquanto o principal problema a ser enfrentado pelos países afroasiáticos. Tal fissura se integrava a um debate ainda maior acerca da possível inserção da URSS numa resolução de condenação ao colonialismo, aspecto que dividiu os Estados presentes. Conforme Adolpho Justo Bezerra de Menezes,²⁵⁹ uma solução apontada pelos indianos se transformou em um dos pontos do documento final da Conferência. Numa formulação que condenava o colonialismo em todas as suas manifestações, abria-se a possibilidade de construir um consenso entre os países no encontro a partir de uma construção genérica, capaz de agregar diferentes perspectivas sobre a heterogeneidade da dominação externa.

Diante de uma construção política que interagiu diretamente com a própria experiência histórica das peças desse sujeito político coletivo, a segunda metade dos anos 1950 ficou marcada por diferentes manifestações de organização política dos países recém-independentes, em processos que reafirmavam aquele espírito construído em Bandung. Em âmbito africano, encontros como as Conferências dos Estados Africanos Independentes e as Conferências dos Povos Africanos sugeriam a continuidade de uma perspectiva transnacional de lutas contra o colonialismo, o racismo e as assimetrias econômicas que marcavam a inserção dos novos países nos marcos do capitalismo mundial. Nesse processo, o Egito cumpriu um papel bastante destacado, ao ser um dos elos entre o pan-arabismo e o pan-africanismo, engajado tanto no apoio aos movimentos de descolonização no continente negro,

²⁵⁷ Eduardo Portella, *op. cit.*, 1961, p.42.

²⁵⁸ Matthieu Rey. ‘Fighting colonialism’ versus ‘non-alignment’: Two Arab points of view on the Bandung Conference. In: Natasa Miskovic; Harald Fischer-Tiné; Nada Boskovska (Orgs.). *The Non – Aligned Movement and the Cold War*: Delhi – Bandung – Belgrade. Nova York: Routledge, 2014.

²⁵⁹ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1956.

quanto na perspectiva de assegurar uma condição hegemônica entre os Estados Árabes.²⁶⁰ Mais do que seus próprios interesses nacionais, o país de Nasser contribuía na manutenção de uma solidariedade transcontinental em torno das agendas tomadas como prioritárias por parte de africanos e asiáticos.

Em 1961, a I Conferência dos Países Não-Alinhados, ocorrida em Belgrado, pode ser considerada como um Marco formal na construção do Movimento. Na literatura sobre o tema, figuras como Gamal Abdel Nasser, Sukarno, Jawaharlal Nehru e Josip Broz Tito aparecem como os principais idealizadores ou protagonistas desse processo.²⁶¹ Publicada na edição nº17 da RBPI, o documento final da Conferência de Belgrado expôs algumas das características do Não-Alinhamento, seguidas de suas posições na esfera internacional. Reunindo análises conjunturais e estruturais sobre a inserção dos países em desenvolvimento no sistema internacional, a Declaração reafirma muitos dos princípios de defesa e atuação consagrados em Bandung e mobilizado em outras manifestações dos Estados Recém-Independentes. Não é de surpreender, portanto, que temas como a autodeterminação dos povos, defesa do desarmamento e da paz mundial, prioridade ao desenvolvimento e a cooperação entre os povos e luta contra o racismo protagonizem as agendas defendidas na capital iugoslava.

De Belgrado, os países participantes da Conferência dos Não Alinhados traduziam um sentimento de um mundo em transição:

O imperialismo se encontra em vias de desaparecer. Os impérios coloniais e as outras formas de oposição estrangeiras dos povos da Ásia, da África e da América Latina desaparecerem, gradualmente, do cenário da História. Grandes conquistas foram levadas a efeito na luta de numerosos povos pela independência nacional e a igualdade. Do mesmo modo, os povos da América Latina continuam a oferecer uma contribuição cada vez mais eficaz ao melhoramento das relações internacionais. As grandes mudanças sociais que se operam no mundo continuam a estimular êsse desenvolvimento. Tudo isso apressa o fim da época da opressão dos povos pelo estrangeiro e torna igualmente a cooperação pacífica entre os povos, fundada sôbre princípios

²⁶⁰ Ao discutir as diferenças entre os países do Terceiro Mundo e a interação de um determinado Estado com a ordem bipolar, Pedro Curado sugeriu 5 possíveis critérios para a atribuição de maior ou menor importância daquele ator para as superpotências: “1) seu posicionamento geográfico estratégico para a segurança de rotas comerciais e marítimas ou terrestres, assim como a importância do acesso aos seus portos para a estratégia naval das superpotências; 2) seu posicionamento geográfico, a serviço de um dos blocos, para a contenção da projeção de poder político ou territorial do bloco opositor; 3) sua posse sobre recursos energéticos; 4) suas características econômicas, militares e políticas; 5) pelo engajamento político de governos nacionais que, em associação aos objetivos de uma determinada potência, combatessem internamente organizações políticas simpáticas ou filiadas ao bloco antagônico”. In: Pedro Rocha Fleury Curado. *A Guerra Fria e a ‘cooperação ao desenvolvimento com os países não-alinhados: um estudo de caso sobre o Egito Nasserista (1955-1967)*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p.12.

²⁶¹ Apesar do protagonismo atribuído a Nehru e Sukarno, este possuíam visões distintas sobre a construção de uma Conferência. Ao contrário de Nasser e Tito, o indiano demonstrava não ver necessidade na iniciativa, mas não se opôs. Com relação ao indonésio, sua principal intenção era a construção de uma espécie de Nova Bandung, vendo na Conferência dos Não-Alinhados uma etapa intermediária no processo de construção de um novo encontro Afroasiático. In: Jovan Cavoski, *op. cit.*

da independência e da igualdade de direitos, uma condição indispensável de sua liberdade e do seu progresso.²⁶²

Apesar dos caminhos oscilantes das relações internacionais dentro de um contexto de Guerra Fria, o documento final da conferência de Belgrado acena com uma visão otimista sobre o futuro, apontando a possibilidade de construção de uma nova ordem internacional a partir de um novo tipo de relacionamento entre os Estados do Norte e do Sul Global. O trecho em questão também evidencia a busca de aproximação com os latino-americanos, ao reconhecer o seu papel dentro desse quadro de transição. Tal consideração merece destaque tendo em vista que, dos países participantes da I Conferência dos Não-Alinhados, apenas Cuba foi membro pleno. Brasil, Bolívia e Equador enviaram apenas observadores, o que denota a pequena presença da América Latina nos primeiros passos desse movimento.²⁶³

A mobilização de princípios e teses que denotam uma perspectiva de revisão da ordem internacional ultrapassa o abstrato ao interagir diretamente com questões contemporâneas ao encontro. Assim, no mesmo documento, é possível encontrar pontos referentes a situação da Palestina, as colônias portuguesas e a África do Sul,²⁶⁴ à situação no Congo, a crise franco-tunisiana e a representação chinesa na ONU. Tais temas constituíam parte do tecido político internacional num contexto de acirramento das tensões entre os blocos de poder da Guerra Fria. Ao manifestar suas posições diante dessas e de outras questões, os Não-Alinhados reforçavam seu interesse em ser um sujeito ativo no sistema internacional, contribuindo para a construção de uma ordem menos instável e favorável às demandas do chamado Sul Global.

A relação do Não – Alinhamento com o conflito bipolar merece especial atenção. Em primeiro lugar, como alerta Eric Hobsbawm,²⁶⁵ Não-Alinhamento não é a mesma coisa que equidistância. A recusa na participação dos blocos político-militares estruturados pela lógica da Guerra Fria não impedia que os países Não-Alinhados interagissem com as próprias superpotências e, com elas, construíssem relações de cooperação. O Egito é um exemplo

²⁶² Declaração dos Chefes de Estado ou de Governo dos Países Não Compromissados. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano V (1962), n.17, p.157.

²⁶³ Algumas das razões para a cautela entre os latino-americanos sobre uma possível adesão ao Não-Alinhamento podem ser destacadas a partir das considerações de Locksley Edmondson sobre o relacionamento ambivalente entre a África e a América Latina. Segundo este autor, as diferenças temporais entre as experiências coloniais, a existência de um sistema de segurança regional continental, a insignificância da presença espanhola no mundo Afroasiático e a menor influência política da diáspora nos círculos decisórios em matéria de política interna e política externa são fatores para essa postura hesitante. Cuba foi vista como uma exceção. Segundo Edmondson, o país gozou de prestígio ao se tornar membro pleno do Movimento dos Não-Alinhados e exercer uma política ativa no continente africano, marcada pelos contatos feitos com os movimentos de libertação e ações de apoio contra o colonialismo. In: Locksley Edmondson, *op. cit.*

²⁶⁴ Estes dois temas, associados ao regime branco na Rodésia do Sul, foram considerados como “pontos de convergência” acerca da atuação dos Não-Alinhados enquanto atores da política internacional. In: Tullo Vigevani, *op.cit.*, p.83

²⁶⁵ Éric J. Hobsbawm, *op. cit.*

pertinente. Sua condição enquanto um dos principais parceiros da URSS no Terceiro Mundo ao longo dos anos 1950 e 1960 esconde a complexidade de seu relacionamento com Moscou e mesmo com os EUA. Considerando primeiro as interações com os estadunidenses, valem destacar dois momentos de maior aproximação entre os dois países: nos primeiros anos após a queda da monarquia e, posteriormente, no contexto de estreitamento de laços entre Iraque e URSS.

Não entrando no mérito das controvérsias existentes sobre um possível apoio dos EUA à derrubada da monarquia egípcia em 1952, Washington foi um parceiro relevante do novo governo nos primeiros anos. Além da participação da CIA na formação da inteligência egípcia, o governo estadunidense estabeleceu parcerias com o país africano em termos de cooperação técnica e também financeira. Conforme Pedro Rocha Fleury Curado, destacaram-se ao longo dos 3 primeiros anos de ascensão dos militares programas como o “Technical Cooperation Administration”,²⁶⁶ que visava importar galinhas estadunidenses para o Egito, além do “Egyptian-American Rural Improvement Service”,²⁶⁷ voltado para a agricultura daquele país. Nesse sentido, a cooperação estadunidense se concentrou em um dos maiores desafios do novo governo egípcio: a produção de alimentos num contexto de elevado crescimento demográfico.

Essa fase nas relações entre Egito e EUA ainda seria marcada pelo interesse do primeiro em cooperação militar. Tendo a modernização do seu exército como uma das prioridades, o interesse em contar com o fornecimento de armas dos EUA permeou os contatos entre os dois países nesses primeiros anos. Contudo, houve uma frustração do governo egípcio em não ter suas demandas atendidas. Segundo David W. Lesch, Truman teria proibido qualquer ajuda militar formal ao Egito.²⁶⁸ Além de reivindicar o bloqueio no fornecimento de armas para os Estados envolvidos na crise árabe-israelense como um suposto impeditivo para a efetivação de acordos formais entre Egito e EUA, a cooperação militar entre os dois países era parte de um movimento mais amplo acerca da importância estratégica do Cairo na constituição de uma política de defesa regional no Oriente Médio, alinhada aos objetivos estadunidenses na Guerra Fria.

A transição entre a perda de influência das antigas potências coloniais, Inglaterra e França, e o crescimento da presença estadunidense no Oriente Médio se tornava complexa nesse contexto. Para Perry Anderson, “nos lugares em que não havia ameaça comunista direta

²⁶⁶ Pedro Rocha Fleury Curado, *op. cit.*, p.170.

²⁶⁷ Idem, p.170.

²⁶⁸ David W. Lesch, *op. cit.*

em solo, havia menos necessidade de colaboração com os impérios mais antigos, cujos interesses poderiam entrar em conflito com os objetivos dos Estados Unidos”.²⁶⁹ Nesse sentido, mesmo Londres ou Paris reivindicando o combate ao comunismo como uma das táticas discursivas para angariar apoio no Ocidente em suas políticas no mundo colonial, incluindo os antigos protetorados no Oriente Médio, a postura estadunidense na região avançava no sentido de construir diretrizes próprias de ação. Dessa forma, acreditamos que esse movimento de aproximação com os egípcios nos primeiros anos de governo do CCR obedecia a tal ordem geral, buscando fazer do Cairo um ponto fundamental na penetração em nível regional.

O choque entre essa perspectiva e os objetivos do governo do Egito afastaram os dois países temporariamente, sem necessariamente haver uma ruptura política formal. O desinteresse egípcio em ser cabeça de ponte de um esquema de defesa regional proposto pelos EUA e suas posturas frente a Israel, Bandung e ao Pacto de Bagdá alimentaram mais desconfianças por parte de setores do governo estadunidense, esquivando-se de qualquer perspectiva de ampliação nos laços com o governo egípcio. O fracasso nas negociações envolvendo a construção da Barragem de Assuã pode ser tomado como um marco histórico desse processo de gradual distanciamento entre egípcios e estadunidenses, abrindo uma nova era no relacionamento entre tais partes.

Outro momento de aproximação ocorreu paradoxalmente pouco tempo após a proclamação da Doutrina Eisenhower. Apesar desta se constituir em uma postura mais agressiva dos EUA frente ao nacionalismo árabe protagonizado por Nasser após a crise de Suez, a evolução dos acontecimentos favoreceu uma aproximação entre os dois países. Para David W. Lesch, a criação da RAU foi vista com bons olhos pelos EUA ao ser compreendida como uma alternativa possível frente às ameaças comunistas na Síria. Outro elemento de favorecimento para uma melhora nas relações entre Cairo e Washington foi a aproximação desenvolvida entre o Iraque de Kassem e a URSS.²⁷⁰ Como um desdobramento das fissuras

²⁶⁹ Perry Anderson, *op. cit.*, 2015, p.78.

²⁷⁰ A rivalidade entre Egito e Iraque na liderança da política regional no mundo árabe antecede à ascensão de Nasser. Contudo, no contexto de derrubada da monarquia iraquiana em 1958 e vitória de Qasim contra Salam Aref já na era Republicana, as divergências se acentuaram. Adeed Dawisha pontuou ao menos três grandes focos de divergência entre o *rais* egípcio e Qasim. Do ponto de vista da concepção de nacionalismo, enquanto Nasser defendia um nacionalismo árabe estimulado na solidariedade de uma nação que transcendia as fronteiras dos Estados, Qasim limitava seu conceito de nacionalismo às soberanias das unidades políticas existentes no Mundo Árabe. Um segundo aspecto dizia respeito às acusações do iraquiano sobre uma suposta participação do Egito em uma tentativa frustrada de golpe em 1959. O estabelecimento de tal relação poderia ser sustentado na própria postura do Cairo diante do novo governo do Iraque ao conciliar tentativas de normalizar as relações com Bagdá e, ao mesmo tempo, apoiando as forças contrárias à Qasim. Por fim, outro vetor de conflitos residia na aproximação do governo iraquiano com os comunistas e com a própria URSS. In: Adeed Dawisha. *Egypt in the*

existentes entre Nasser e o novo líder do Iraque, a aproximação deste último com os comunistas e a ampliação nos laços com Moscou estimularam um relativo distanciamento entre URSS e Egito. Apesar de não se traduzir em uma ruptura entre Nasser e Krushev, tais mudanças na arquitetura política regional, em sintonia com as transformações no sistema global, estimularam uma nova aproximação entre Egito e EUA.

No governo Kennedy, uma liberação de ajuda econômica ao Egito marcou os passos iniciais desse novo momento. Segundo Peter Mansfield, o volume de ajuda estadunidense ao Egito entre 1958 e 1964 alcançou mais de US\$ 1.000.000.000,²⁷¹ a partir de condições favoráveis ao país africano. De acordo com Pedro Rocha Fleury Curado, um programa como a *Public Law* 480 consistia num importante vetor no relacionamento entre os dois países, ampliando a presença estadunidense na economia egípcia a partir da exportação de alimentos.²⁷² Na dinâmica entre aproximação e afastamento, as relações entre Egito e EUA se caracterizavam por um complexo envolvendo a condição estratégica do país na política regional e as dinâmicas sistêmicas da Guerra Fria. Conforme David W. Lesch, Nasser se tornou um enigma para os estadunidenses, não sendo nem um “amigo” ou um “inimigo”,²⁷³ mas uma peça integrante de um mundo árabe em convulsão, do qual não se poderia descartar diante de um processo de aprofundamento da presença da superpotência numa região fundamental para os objetivos de Washington.

Com relação aos soviéticos, apesar da profundidade dos laços desenvolvidos com os egípcios nesse mesmo período, é preciso também estabelecer certas ressalvas. Conforme Ginat Rami, as relações entre Egito e URSS remontavam ainda a Era Liberal. Egito e URSS iniciaram relações formais a partir de 1943, no contexto do gabinete de Nahás Pashá. No Pós-Guerra, diante dos esforços egípcios em levar a questão anglo-egípcia para debate no Conselho de Segurança da ONU, os dois países protagonizaram um novo movimento de aproximação. A proposta egípcia encontrou apoio apenas de sírios, poloneses e soviéticos, não conseguindo uma maioria dentro do órgão. De acordo com Ginat Rami,²⁷⁴ Nuqrashi teria prometido aos soviéticos a adoção de uma posição neutralista nas relações exteriores caso Moscou se engajasse pelas agendas egípcias de evacuação imediata dos ingleses e afirmação da autodeterminação do Sudão. Porém, o apoio do Kremlin foi aquém do imaginado, especialmente no caso sudanês. Para a diplomacia soviética, ainda que o Egito tivesse

Arab World: The Elements of Foreign Policy. New York: John Wiley & Sons, 1976; Adeed Dawisha, *op. cit.*, 2016

²⁷¹ Peter Mansfield, *op. cit.*

²⁷² Pedro Rocha Fleury Curado, *op. cit.*

²⁷³ David W. Lesch, *op. cit.*

²⁷⁴ Ginat Rami, *op. cit.*, 2018.

argumentos plausíveis sobre suas demandas, era preciso levar em conta os objetivos expressos pelos próprios sudaneses, divididos entre uma união com o Cairo e a opção de um autogoverno seguido da independência.

No início dos anos 1950, houve a possibilidade do fornecimento de armas por parte de Moscou para o governo egípcio, num contexto de acirramento das lutas nacionalistas. Os laços constituídos nesse período contribuíram para uma desconfiança do Kremlin frente à derrubada da monarquia e a ascensão dos militares:

La Russie de Staline réagit à la Révolution égyptienne d'une manière strictement marxiste. Les hommes de la vieille garde du Kremlin y virent un coup d'État militaire. Ils n'avaient pas une juste idée du rôle qu'une armée peut jouer dans le mouvement de libération nationale d'un pays sous-développé. Leur analyse était simpliste. Par nature, l'armée est un instrument d'oppression; partant, raisonnaient-ils, le coup d'État militaire d'Égypte doit mener à un régime d'oppression et ne saurait être révolutionnaire.²⁷⁵

Nesse sentido, a URSS se manteve relativamente distanciada dos rumos políticos do Egito, num momento em que a influência estadunidense se elevou. As impressões de Moscou sobre o novo governo podem ter sido reforçadas a partir de outros fatores de natureza interna. Segundo Mohamed Heikal, o Partido Comunista Egípcio teria divergido dos rumos tomados pelo país após a derrubada da monarquia, opondo-se ao regime ainda nos seus primeiros meses.²⁷⁶ A reação autoritária do governo frente a uma greve operária em agosto de 1952, além de uma onda de prisões no ano seguinte,²⁷⁷ reforçavam a distância existente entre a elite dirigente e os grupos de esquerda, ainda que na composição dos Oficiais Livres existissem homens historicamente vinculados ao socialismo ou ao marxismo.

Contudo, em poucos anos o quadro de desconfiança deu lugar a uma política de cooperação e estreitamento de laços entre Moscou e o Cairo. As aproximações entre os dois países foram nítidas por meio do apoio financeiro soviético ao projeto da Barragem de Assuã, ocupando o lugar deixado por Londres e Washington, além do fornecimento de apoio militar ao governo egípcio. Não se deve deixar de destacar também a importância da URSS e de seus aliados socialistas no processo de diversificação do comércio exterior egípcio, abrindo novos mercados para o país e reduzindo a sua dependência em relação aos países ocidentais. Contudo, uma tensão que ultrapassou essas relações, apesar de não constituir um objeto de rompimento, foi a natureza do regime egípcio. O anti-imperialismo e o anticolonialismo eram

²⁷⁵ Mohamed Hassanein Heikal. *Les documents du Caire*. Paris: Flammarion, 1972, p.87.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Reem Abou El-Fadl. *Foreign Policy as Nation Making: Turkey and Egypt in the Cold War*. Cambridge University Press, 2019.

acompanhados também por um forte anticomunismo.²⁷⁸ Mesmo sua proposta de um socialismo árabe, expresso com maior detalhe na chamada Carta Nacional, corresponde muito mais ao exercício de um governo de União Nacional, num esforço de diminuição das tensões entre capital e trabalho, do que uma perspectiva de ruptura com o sistema capitalista.

Os dois exemplos citados, além de reforçarem como o Não-Alinhamento se tornou uma inserção dinâmica dentro dos esquemas da Guerra Fria, contribuem para que se estabeleça uma ressalva a outra conclusão de Hobsbawm e mesmo uma percepção que se tornará comuns aos personagens críticos ao neutralismo em nosso estudo. Segundo o historiador britânico, os países Não-Alinhados teriam maior simpatia a URSS ou ao menos uma maior disposição para aceitar sua cooperação. Não se nega o fato de, entre alguns de seus atores, incluindo o próprio Egito, Moscou foi um parceiro prioritário, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista político-militar. No entanto, a mobilização da trajetória egípcia frente aos soviéticos evidencia a existência de tensões e dissensos nesse relacionamento, o que contribui para um olhar muito mais complexo sobre o Não-Alinhamento, reforçando sua condição de ser um tipo de inserção internacional autônomo dentro de um quadro de dependência econômica.²⁷⁹

Ainda sobre a relação entre Não-Alinhamento e Guerra Fria, um segundo tema que merece consideração reside na disposição ou não dos atores do movimento em constituírem um bloco ou uma “terceira força”, conforme sugeriu Araújo Castro em seu relatório. Um trecho da Declaração de Belgrado versa sobre esse tema:

Os chefes de Estado ou de governo dos países não compromissados participantes da Conferência não fazem proposições concretas para a regulamentação de tôdas as diferenças internacionais, notadamente das diferenças entre os dois blocos. Eles desejam, antes, atrair a atenção para os problemas ameaçadores do presente que devem ser resolvidos, rapidamente, para que não resultem em consequências irreparáveis.

A êste respeito, eles destacaram, particularmente, a necessidade de um grande senso de responsabilidade e de um espírito bastante realista na procura de soluções para os diversos problemas que decorrem destas diferenças. Os países não compromissados representados na presente Conferência não pretendem criar um novo bloco e não podem constituir um

²⁷⁸ Para Silvia Ferabolli, um dos principais desafios da URSS em expandir sua influência no Mundo Árabe residia no anticomunismo na região. No caso nasserista, além de reafirmar sua identidade religiosa para negar qualquer vinculação com o comunismo, a tendência de repressão ao Partido Comunista evidenciava um difícil relacionamento em nível interno com tal espectro ideológico. In: Silvia Ferabolli, *op. cit.*

²⁷⁹ Por isso, discordamos da ideia de que o Egito se tornou um quase “satélite soviético”, após os acordos de venda de armamentos em 1955. In: Bernard Lewis. *A crise no Islã: guerra santa e terror profano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 52. Os eventos após a Guerra de Suez evidenciam a existência de um relacionamento complexo entre os dois países, marcado por importantes parcerias e avanços no comércio exterior, mas também por divergências em termos de estratégias políticas regionais.

bloco. Eles desejam sinceramente colaborar com todo govêrno que procure contribuir para o prestígio da conferência e da paz no mundo.²⁸⁰

Ao recusarem participar dos blocos político-militares protagonistas da Guerra Fria, os países Não-Alinhados também rechaçavam a ideia de que eles próprios constituíam um bloco alternativo. Esse tipo de postura possuía tanto um contorno defensivo, quanto uma perspectiva mais ativa. Por um lado, ao rechaçarem a condição de um arranjo político-militar orgânico, tais países poderiam diminuir as pressões das superpotências ou de atores a elas vinculadas para um estreitamento de laços com um dos blocos. Por outro, a desvinculação retórica do conflito bipolar reforçava a possibilidade dos Não-Alinhados em exercerem uma postura mediadora diante das tensões internacionais. Isso pode ser visto, por exemplo, na própria composição da Conferência de Genebra em 1962. Se o evento previa reunir ao menos 5 países vinculados a OTAN e mais 5 vinculados ao Pacto da Varsóvia, os seus 8 componentes foram classificados como Não-Alinhados, por estarem desvinculados dos dois Tratados hegemônicos na Guerra Fria. Assim, considerando o valor dos usos de uma determinada palavra, o Não-Alinhamento, por meio de seus múltiplos sentidos, servia, ao mesmo tempo, para reforçar a legitimidade da inserção internacional dos países recém-independentes e oferecer-lhes condições de maior protagonismo numa conjuntura internacional crítica.

Essa última conclusão é ponto de partida para uma terceira consideração sobre o Não-Alinhamento. Os objetivos de uma inserção autônoma a partir da negação dos blocos da Guerra Fria não necessariamente impediam com que esta influenciasse nos rumos da Política Externa de tais países. Se o exercício de uma perspectiva vista de baixo para uma História do Terceiro Mundo e do Não – Alinhamento como um dos modos de inserção internacional desse grupo heterogêneo de países nos leva a atribuir maior valor às condicionantes internas desses países, o conflito bipolar não deve ser excluído de nossas análises acerca desse tema. As transformações no sistema internacional se constituíram em uma variável relevante para a compreensão do Não-Alinhamento, seja pela produção de condições favoráveis para maior margem de autonomia destes países, seja, num sentido contrário, pela imposição de maiores constrangimentos. Contudo, Nasser buscou relativizar essa condição:

Primeiro Conceito: A política de Não-Alinhamento não é uma política de negociações, na luta entre os dois blocos, com vistas a obter de cada um deles o máximo de vantagens possível, tanto assim que consagramos grande parte de nossos esforços para pôr fim a esta luta, para denunciar os perigos e se empenhar positivamente em evitá-la.²⁸¹

²⁸⁰ Declaração dos Chefes de Estado ou de Governo dos Países Não Compromissados, *op. cit.*, p.158-159.

²⁸¹ Gamal Abdel Nasser. *Minha Missão no Mundo Árabe*. Trad. Amílcar Alencastre. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972, p.68.

Para o *rais* egípcio, a política Não-Alinhada não era regida pelos interesses da Guerra Fria, possuindo contornos mais autônomos do que simplesmente uma política de barganha entre os blocos. No entanto, a interação dos neutralistas com o conflito bipolar possibilitou o estabelecimento de acordos de cooperação em relação a uma ou as duas superpotências, bem como o atendimento de determinadas demandas nacionais. Curado defende que a projeção egípcia em nível regional,²⁸² interagindo de forma complexa com o interesse das superpotências nesse mesmo espaço geográfico, possibilitou ao país dinamizar seu processo de desenvolvimento interno por meio da chamada “cooperação ao desenvolvimento”. Nesse sentido, apesar de negar a incorporação das teses de um mundo bipolar, o Não-Alinhamento também encontrava neste uma possibilidade de elevação das condições de seus próprios atores.

As três características levantadas ao longo dos últimos parágrafos contribuem para desmitificarmos a ideia de um neutralismo como um modelo homogêneo e passivo de inserção internacional. Os países Não-Alinhados, ao constituírem determinadas diretrizes comuns de atuação internacional, não eliminaram suas diferenças. Inseridos em espaços geográficos distintos e descontínuos, detentores de trajetórias particulares e interesses diversos, a heterogeneidade dos neutralistas se torna um aspecto fundamental em sua construção política. Desde a composição dos membros até a definição do próprio conceito de Não – Alinhamento, passando pela definição de suas principais agendas e posições em nível conjuntural e estrutural, as diferenças entre os países que construíram essa proposta de inserção internacional estiveram presentes a todo instante.

Compreender o Terceiro Mundo como uma peça transcontinental e heterogênea da arquitetura global e o Não-Alinhamento como uma das formas de inserção internacional promovidas por parte de seus atores nos ajuda a dimensionar algumas das discussões que envolveram o Egito no interior da atmosfera política conflituosa que se constituiu ao redor da PEI. Compartilhando desafios comuns aos países subdesenvolvidos e estando na condição de uma das “colunas-mestras” do neutralismo,²⁸³ o país africano foi peça integrante da maioria dos quebra-cabeças montados pelos sujeitos interessados nos rumos da PEB e sua inserção num contexto internacional caracterizado pelo aumento das tensões da Guerra Fria, a descolonização e a emergência de um conjunto de atores que contestavam determinadas características da ordem internacional.

²⁸² Pedro Rocha Fleury Curado, *op. cit.*

²⁸³ Peter Mansfield, *op.cit.*,p.82.

Seguindo o conselho de Marc Bloch,²⁸⁴ passaremos agora a ver os usos políticos do Neutralismo ou Não-Alinhamento na semântica de nossos personagens que constituíram os debates sobre Política Externa entre os anos 1950 e 1960, com maior ênfase para o complexo período da PEI. No interior das mais diferentes posições sobre as relações exteriores do Brasil, o Neutralismo representou um incômodo para a maior parte delas, interferindo nos olhares sobre as iniciativas da PEI e também na maneira como um país como o Egito, um dos principais referenciais desse tipo de inserção internacional, foi pensado por esses homens.

2.2 – Neutralismo e a PEI: o traçado de uma atmosfera conflituosa

Como sugerido no capítulo anterior, não faltaram momentos na trajetória da PEB, considerando o recorte temporal abordado, em que as relações exteriores foram alvo de disputa de orientação por parte de diferentes setores da sociedade brasileira. Tendo como uma das principais variáveis de formulação a política doméstica, a Política Externa se inseriu como um possível objeto de construção no contexto de formação de projetos nacionais, representando uma dimensão relevante nos processos de transformação política, social, econômica ou mesmo cultural de um determinado Estado.

Ao se constituir como uma das variáveis para a consecução das políticas de desenvolvimento do país, a Política Externa se encontrava suscetível aos impasses existentes no interior desse processo, também disputado por diferentes correntes políticas ao longo do tempo. Além disso, ao olharmos o argumento do suposto protagonismo ou quase monopólio do Ministério das Relações Exteriores na elaboração da PEB, essa condição também não foi estável. Conforme sugere Leonardo Muñoz,²⁸⁵ o Itamaraty se encontrava diante de uma situação relativamente instável quanto às contestações sobre os rumos da diplomacia do país, especialmente diante do fortalecimento de concepções divergentes de uma linha muito mais jurisdicista, empreendida pela chancelaria brasileira. Esse quadro de disputa sobre os rumos da PEB se torna evidente na construção de homens como Eduardo Portella. Para este intelectual, os anos da PEI representavam a ruptura com um tipo de inserção internacional característico de um “velho” Brasil:

Política Externa do Brasil: ouvíamos esta expressão e ela nos soava como algo remoto, vago, estranho mesmo. Alguma coisa que, devendo ser verdadeiramente nossa, não era tão nossa, porque nossa não era a faculdade de fazê-la, de decidi-la. Isto aconteceu ainda há pouco no Brasil. A nossa

²⁸⁴ “Uma palavra vale menos por sua etimologia do que pelo uso que dela é feito” Marc Bloch, *op. cit.*, p.143 Assim, buscaremos discutir os usos políticos do neutralismo, num contexto de discussão e disputa de rumos da PEI, bem como compreender a existência de distintas concepções sobre esse tipo de inserção internacional que caracterizava, na visão de grande parte dos sujeitos destacados ao longo dessa dissertação, uma parcela dos países recém-independentes, assim como o Egito.

²⁸⁵ Luciano da Rosa Muñoz, *op. cit.*

política externa, nós a recebíamos pronta. Atravessava as nossas fronteiras amparada por privilégios que se concediam em nome, mas à revelia do povo brasileiro. Era uma política externa forjada inautenticamente nos gabinetes fechados do Palácio Itamarati.²⁸⁶

Segue este autor relatando o processo de transição:

Certo dia fomos percebendo que, no lugar daquele Brasil agro-pecuário-feudal, estava sendo instalado um novo Brasil industrial-progressista. Grave transformação começava a operar-se no país. Apesar das suas elites deficientes, dos seus comandos políticos caducos, o Brasil alterava-se substancialmente. Generalizava-se a consciência de que a política externa está na base mesma do desenvolvimento e emancipação econômica nacionais. E política externa passou a ser ato que se se pratica, que se decide no horizonte aberto da rua, sob a vigilância atenta e legítima do povo.²⁸⁷

Portella relaciona a atuação da diplomacia brasileira com uma inserção internacional conservadora, responsável por um descompasso entre as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas na sociedade brasileira e a existência de uma Política Externa incapaz de atender aos interesses nacionais. No país em transformação, as mudanças na condução e no conteúdo das relações exteriores aparecem como um processo inevitável, retirando o protagonismo de forças consideradas representantes das aspirações do “velho” Brasil e abrindo caminhos para a democratização da Política Externa a partir de sua inserção no debate público.

Nesse ambiente, às aspirações brasileiras em se tornar um ator muito mais destacado em âmbito mundial, a própria concepção de um país potência se constitui em objeto histórico e disputável no contexto doméstico. Em relação ao início dos anos 1960, a dimensão externa do fortalecimento nacional tinha na promoção de uma maior coesão entre os países subdesenvolvidos num contexto de liderança brasileira como uma das estratégias prioritárias, segundo Miriam Limoeiro Cardoso. Esta mesma autora aponta como o próprio presidente Jânio Quadros fundamenta esse horizonte para a PEB:

Jânio aponta estas condições como resultantes de uma predestinação que, no entanto, não se realizará sem a participação geral e integrada dos brasileiros. Diz ele: ‘Não ignoro o vulto enorme do empreendimento que somente se completará com a mobilização geral dos espíritos, encadeada pela vontade unânime dos brasileiros de encontrar a nossa predestinação, aquela precisamente que compete à maior nação latina do mundo contemporâneo.’ Aqui estaria um primeiro indício da posição privilegiada que cabe ao Brasil entre os subdesenvolvidos envolvendo: sua grandeza física, pela extensão do seu território e pelas riquezas que ele contém; sua formação histórica, que lhe permitiu manter, apesar de todas as diversidades, o mínimo de unidade para que se desenvolvesse como nação; e até mesmo pela sua imensa

²⁸⁶ Eduardo Portella. *Política Externa e Povo Livre*. São Paulo: Fulgor, 1963, p.07.

²⁸⁷ Idem, p.07.

população, que quando integrada no processo econômico pode constituir-se num expressivo mercado.²⁸⁸

Assim, a própria concepção da ampliação do lugar brasileiro na arquitetura global se encontra submetida às mudanças em nível sistêmico e doméstico, bem como influenciadas pelas diferentes visões políticas dos sujeitos que atuam na cena nacional. Se haviam aqueles que compartilhavam da perspectiva de um país mais próximo do mundo subdesenvolvido e capaz de influenciar politicamente esse grupo heterogêneo de países, existiam outros que viam com desconfiança ou mesmo com contrariedade esse tipo de movimento.

Para avaliar como o neutralismo foi encarado pelos sujeitos interessados na construção da PEB, vale recorrer ao quadro traçado por Tânia Manzur sobre a diversificação das correntes de opinião pública no contexto da Política Externa do governo Jânio Quadros.²⁸⁹ De acordo com a mesma autora, a proposta de uma dicotomia entre americanistas e independentistas não é suficiente para compreender o complexo debate que se criou em torno da PEI neste período. Para contrapor tal divisão, sua proposta reside no reconhecimento de ao menos quatro grandes correntes de pensamento sobre a Política Externa, organizadas a partir das diferentes demandas atribuídas às relações exteriores do país, bem como das divergências quanto às concepções de política internacional e política interna dos sujeitos considerados neste processo.

Uma primeira corrente foi classificada como liberal-associacionismo. Seu pensamento era marcado pelo reconhecimento de um mundo rigidamente bipolar, na qual caberia ao Brasil estar prioritariamente ligado às demais nações ocidentais, em especial, aos EUA. Ao atribuir maior peso ao conflito Leste X Oeste, tal concepção de Política Externa situava o Brasil no âmbito da estratégia mais geral do chamado “Mundo Livre”, cabendo ao país, neste recorte geográfico e cultural, concentrar seus esforços para a consecução de seus objetivos, entre eles, o combate ao comunismo. Reunindo nomes como Eugênio Gudin e Carlos Lacerda, esta corrente pode ser considerada como a mais crítica a PEI, contrapondo-se às principais iniciativas tomadas pelo governo Jânio Quadros no sentido de mundializar a PEB e incidir em questões sensíveis da política internacional.

Os liberais-nacionalistas possuíam uma proposta de inserção próxima à defendida pelo grupo citado acima, porém numa perspectiva muito mais moderada. Essa segunda corrente se caracterizou pela defesa do relacionamento brasileiro com o chamado mundo ocidental, porém com margem de autonomia para a atuação do país no exterior. Daí se depreende a defesa de um papel mais ativo do país entre os chamados subdesenvolvidos, estando próximo

²⁸⁸ Miriam Limoeiro Cardoso, *op. cit.*, p.237-238.

²⁸⁹ Tânia Maria Pechir Gomes Manzur, *op. cit.*

do estabelecimento de um horizonte de liderança apresentado anteriormente. Apesar de não descartarem o combate ao comunismo como uma das ações prioritárias do Estado, tal grupo apresentava certa confiança nas instituições do país, o que culminava com a defesa do desenvolvimento para o fortalecimento das mesmas. Como principais representantes, Manzur reconhece Celso Brant e Plínio Salgado.²⁹⁰

Estando próximo ao chamado neutralismo, segundo a autora, a terceira corrente foi classificada como universal-independentismo. Ao contrário dos liberais-associados, este grupo estabelecia ressalvas às teses mais clássicas da Guerra Fria, especialmente ao chamado mundo bipolar. Não negando a existência do conflito entre socialismo e capitalismo, esta corrente defendia a possibilidade de coexistência pacífica entre os dois lados, transpondo o conflito para um quadro de competição sistêmica. Não priorizando o conflito Leste-Oeste, seus principais atores chamavam atenção para o conflito Norte-Sul, expondo os problemas e os desafios de um país subdesenvolvido em busca da modernização e transformação de suas estruturas produtivas. Como principais nomes dessa corrente, a autora sugere figuras como San Tiago Dantas e Afonso Arinos.

Por último, num polo mais à esquerda em relação às demais correntes, os radicais-nacionalistas criticando o papel cumprido pelos EUA e seus representantes em relação ao Brasil. Defensores de uma diversificação na PEB, este grupo via com satisfação a aproximação do país com Estados socialistas, num esforço de reverter também os problemas decorrentes no relacionamento com os EUA, mas também na perspectiva de reconhecimento das experiências desenvolvidas fora do sistema capitalista. Como principais representantes estavam nomes como Sérgio Magalhães, Leonel Brizola, Miguel Arraes e o próprio ISEB.

Ainda como parte dos recursos analíticos propostos por Manzur,²⁹¹ seu olhar para a PEI após a queda de Jânio reconhece a formação de um novo quadro no debate sobre a PEB, marcado dessa vez por uma tendência maior de polarização. Nesse contexto, a interação entre as quatro correntes sugeridas anteriormente, a partir do acirramento da luta política e social, culmina na formação de dois grandes grupos. De um lado, os liberais-ocidentalistas, reunindo aqueles que priorizavam a luta contra o comunismo e a defesa de uma atuação internacional brasileira voltada para o Ocidente, sob a liderança estadunidense. Por outro, os nacionais-revisionistas, com forte conteúdo reformista, defensores de uma Política Externa universal, voltada para os objetivos do desenvolvimento e da modernização do país.

²⁹⁰ Idem

²⁹¹ Ibidem

A aplicação dos esquemas apresentados possibilitará uma análise mais organizada sobre o debate em torno da PEI, com especial atenção para as considerações acerca do neutralismo como um tipo de inserção internacional característico das transformações ocorridas entre os anos 1950 e 1960 no mundo. Antes, porém, cumpre estabelecer algumas ressalvas com relação a essa proposta desenvolvida por Manzur. Uma delas é feita pela própria autora:

A identificação dessas quatro correntes não significa que se tenha dividido a expressão sociopolítica brasileira em apenas quatro categorias estanques. Essas são categorias analíticas, fundamentadas nos aspectos que tinham em comum as opiniões expressas pelos diversos grupos sociais atuantes na sociedade brasileira durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart. O intuito dessa caracterização é simplesmente o de facilitar a compreensão dos movimentos da opinião nacional, não significando, com isso, restrição de forma alguma às definições anteriores ou às que venham ser inspiradas por este trabalho.²⁹²

Não sendo categorias rígidas e nem isoladas, as correntes trabalhadas até o momento podem ser redefinidas ou readequadas conforme a análise de uma ou mais agendas da Política Externa em específico. Como se verá a partir da análise do neutralismo no interior desses debates, é possível encontrar posições relativamente convergentes entre sujeitos que se apresentavam nessa configuração crítica em torno da PEI em lados distintos. Outro aspecto que exige cautela é a definição dos representantes principais das correntes. No interior de uma História em movimento, os sujeitos construtores do quadro de disputa sobre a PEB não necessariamente correspondiam rigidamente ao esquema proposto acima. É o caso, em nossa opinião, dos nomes citados como parte da corrente “universal – independentista”. Afonso Arinos e San Tiago Dantas, apesar de defenderem agendas que aproximavam a posição brasileira aos Estados Não-Alinhados, estabeleciam um distanciamento entre a PEI e o neutralismo, numa estratégia de defesa da Política Externa iniciada pelo governo Jânio Quadros diante da desconfiança dos setores conservadores. Especialmente o chanceler udenista, considerando algumas de suas posições expressas nos escritos consultados, é possível verificar que seu pensamento comungou em muitos aspectos situados na corrente liberal-nacionalista, o que reforça nossa posição em, ao fazer uso das correntes para nossa análise, ser capaz de combiná-las para melhor compreender o tecido político deste período.

Cumpre destacar que a diversidade de sujeitos escolhidos em nosso esforço de reconstrução dos intensos debates sobre a PEB não elimina a necessidade de elencarmos outros nomes para uma análise sobre este período. Porém, a reunião dos olhares selecionados

²⁹² Ibidem, p.87.

contribui para reiterar a importância da discussão dos mais diferentes projetos de Política Externa existentes no interior de uma conjuntura crítica.

Para melhor compreendermos os debates que constituíram esse momento da Política Externa do país, buscaremos, a partir dos atores selecionados para esta análise, responder as seguintes perguntas: o que pensam sobre a Política Externa? Como analisam a situação internacional entre os anos 1950 e 1960? Qual a posição brasileira dentro desses cenários construídos? Quais as percepções sobre o chamado Neutralismo enquanto estratégia de inserção internacional? Tais questões nos ajudarão a estabelecer pontos de contato e comparação entre homens com distintas visões de mundo, oriundos de distintos lugares sociais, ocupantes de diferentes posições no tocante à vida política e social brasileira, mas que possuíam em comum um interesse pelas relações exteriores e a situação mundial.

Analisaremos suas concepções de Política Externa e política internacional a partir de obras, artigos e discursos produzidos naquele contexto ou tendo este como referencial para discussão. Conforme aponta Henry Rousso, cabe ao historiador, diante de seus arquivos, desenvolver um processo de recontextualização no sentido de “compreender a lógica, no tempo e no espaço, do ator ou da instituição que produziu este ou aquele documento”.²⁹³ Desta forma, reconhecer parte de suas trajetórias políticas e intelectuais, quando possível, bem como discutir aspectos que permeiam a construção das visões de mundo de tais autores se torna essencial para uma melhor compreensão sobre as posições expressas acerca da PEI, do neutralismo e, posteriormente, do próprio Egito.

Reunidos a partir do conceito de impresso, as obras e os artigos da RBPI aqui selecionados para o esforço de reconstrução da atmosfera crítica em torno da PEI merece uma definição a partir de Arlette Farge:

O impresso é um texto dirigido intencionalmente ao público. É organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas; busca divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão.²⁹⁴

Tais textos devem ser vistos enquanto instrumentos de luta política de seus interlocutores, fazendo das folhas de papel as armas no combate protagonizado pelas diferentes perspectivas de Política Externa e do próprio cenário internacional. Não entrando no mérito do alcance de tais reflexões dentro da sociedade brasileira neste período, importa destacar a capacidade de mobilização das discussões em torno da inserção internacional

²⁹³ Henry Rousso. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, 1996, p.89.

²⁹⁴ Arlette Farge. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: EdUSP, 2009, p.13.

brasileira, especialmente das mudanças proporcionadas pelas iniciativas da PEI. No sentido de transformar aquele estado das coisas, conforme sugere Farge,²⁹⁵ os textos aqui selecionados são pontos de partida para o esforço de reconhecimento de homens plurais, pequenas faces de uma sociedade complexa, em discussão sobre seus rumos políticos, sociais, culturais e econômicos. Homens que expressavam otimismo, desconfiança, medo, rejeição e dúvida sobre os sentidos atribuídos a PEB num dos contextos mais críticos da História brasileira no Pós-Guerra.

2.2.1. O Ocidente como limite? A rejeição do neutralismo a partir do Almirante Carlos Penna Botto

José Honório Rodrigues, em *Interesse Nacional e Política Externa*, expõe a situação política conflituosa em torno da PEI, marcada pela reação de diferentes setores da sociedade diante das propostas de mudança na inserção internacional brasileira a partir do governo Quadros:

Foram grupos de pressão que desencadearam a campanha contra a política externa própria e independente do presidente Jânio Quadros, interpretando, a seu modo, o interesse nacional. E não houve setor da opinião pública, indústria, comércio, igreja, trabalhadores, militares, estudantes, ex-chanceleres, governadores e imprensa que se omitisse.²⁹⁶

Abria-se, portanto, um espaço de intensa disputa sobre os rumos da Política Externa. Esse quadro de enfrentamento amparado em posições mais conservadoras correspondeu, em certa medida, ao que René Armand Dreifuss classificou como uma ofensiva ideológica da burguesia.²⁹⁷ Dentro de uma campanha multifacetada, essa conjuntura envolveu também um intenso movimento de disputa de ideias a partir de diferentes esferas (pública e privada), fazendo uso de diversas linguagens (rádio, televisão, cinema, cartuns, imprensa, produção intelectual, etc...) e impulsionado por diferentes objetivos. No sentido de disputar politicamente as mais diferentes agendas tidas como de interesse nacional, os setores mais conservadores atuaram significativamente na cena política,²⁹⁸ apresentando suas posições diante das mais diferentes questões existentes sobre o passado, o presente e o futuro do país.

²⁹⁵ Idem

²⁹⁶ José Honório Rodrigues, *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.89.

²⁹⁷ René Armand Dreifuss, *op. cit.* Nessa ofensiva ideológica, temas de política externa mobilizaram indivíduos e organizações. Segundo Dreifuss, a Campanha da Mulher pela Democracia esteve entre os grupos que pressionaram o MRE no contexto da crise dos Mísseis, lutando pela descaracterização das “feições neutralistas da política externa do Brasil” In: Idem, p.297.

²⁹⁸ O uso do rótulo “conservador” para designar as correntes que majoritariamente eram contrárias a PEI merece uma observação. Para os objetivos desse estudo, o conservadorismo se reflete exclusivamente às posições apresentadas sobre a Política Externa do país, não se estendendo a outros temas sensíveis do período, que acarretariam em confirmação ou ressalva do mesmo rótulo. Apontar essa questão é importante, pois alguém como Afonso Arinos chama atenção por ser considerado um conservador em agendas políticas domésticas, mas um defensor da PEI. In: Samuel Pinheiro Guimarães. Afonso Arinos de Mello Franco: atualidade e paradoxo.

No tocante à PEB, conforme pontua Marcos Napolitano,²⁹⁹ as propostas do Governo Jânio Quadros culminaram com constrangimentos em relação a setores que compuseram sua base eleitoral em 1960. As iniciativas nas relações exteriores produziam desconfiança entre setores militares, mas também entre civis. O descompasso entre as expectativas em torno do novo governo e aquilo que este efetivamente cumpriu criou uma situação paradoxal, na qual alguns de seus principais apoiadores se tornaram detratores. A PEI esteve na linha de frente das críticas udenistas em relação ao governo Quadros, frustrando as aspirações daqueles que sentiam ter chegado pela primeira vez ao poder pela via eleitoral. É sintomático o fato de Carlos Lacerda ter sido um dos mais entusiastas da candidatura janista, contribuindo para a derrota de seu correligionário Juracy Magalhães na disputa interna da UDN, e, anos depois se tornado um dos maiores opositores de determinadas agendas do governo que ajudou a eleger.³⁰⁰

Além de Carlos Lacerda, homens como Carlos Penna Botto e Eugênio Gudín constituíram o tecido crítico em torno da PEI, apresentando posições profundamente contrárias às propostas de universalização da Política Externa e redefinição das prioridades da diplomacia brasileira. Em comum entre estes sujeitos, um profundo anticomunismo regia suas análises sobre a inserção internacional.

Para Gudín, a PEI representava um risco diante de um mundo bipolar:

O Brasil não se pode confinar a uma política de avestruz, recusando-se a ver que o mundo está dividido em dois campos adversos e divergentes quanto aos próprios princípios de encarar a sociedade humana. Não há paralelo entre o comportamento dos Estados Unidos, vis-a-vis Pôrto Rico, Filipinas, Havá e Cuba e o dos comunistas na Hungria, Romênia, na Bulgária, na Letônia, na Lituânia e no Tibete.³⁰¹

Nesse mesmo sentido, o Almirante Carlos Penna Botto condenou os rumos da PEI. Além de representar um perigo diante do cenário internacional de ofensiva do comunismo, este autor também considerou a Política Externa de Jânio Quadros como um descompasso na trajetória diplomática do Brasil:

Um pequeno raciocínio o provará. Qual tem sido a tradição diplomática do Brasil? – Tem sido a do constante e infalível repúdio aos ditadores, aos tiranos, e o da simpatia e apoio aos povos oprimidos; isto pelo menos até

José Vicente de Sá Pimentel [Org.]. *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*, v.3. Brasília: FUNAG, 2013.

²⁹⁹ Marcos Napolitano, *op. cit.*

³⁰⁰ Além de Carlos Lacerda, esse sentimento de frustração é perceptível no Almirante Carlos Penna Botto, outro personagem trabalhado nessa dissertação. Em artigo de 16 de abril, isto é, menos de três meses após a posse de Quadros, o Almirante disse o seguinte: “Desejo declarar que votei (faute de mieux...) nesse super-homem para Presidente do Brasil, o que me faz entrar, também, na categoria daqueles que <<agradam e envaidecem>> o Presidente pelo fato de o terem eleito e de com êle não concordarem agora. Li, reli várias vèzes, o trecho cabalístico em apreço” In: Almirante Carlos Penna Botto, *op. cit.*, p.64.

³⁰¹ Eugênio Gudín. *Análise de Problemas Brasileiros, 1958-1964*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1965, p.125.

haver recentemente tomado, no desastrado regime Kubitschek, a decisão de comerciar com a Rússia e de estabelecer relações com alguns dos países satélites.

Esta foi invariavelmente a nossa tradição no Império; e também na República, enquanto não passou às mãos de Presidentes de baixa cota e de políticos desclassificados. E agora, o que faz a diplomacia brasileira neste incipiente regime presidencial? – Olvida por completo os povos oprimidos da Rússia; nega, malgrado toda evidência, o jugo bolchevista imposto à nação cubana; exalta déspotas repugnantes do tipo Kruschew, Tito e Mao Tse-Tung; corteja <<neutralistas>> oportunistas do estofo dos Sukarnos, Nassers, Nehrus; verte lágrimas sobre o cadáver do comunista Lumumba e se esquece dos seis milhões de camponeses trucidados na Ucrânia por Kruschew (com o diabólico emprêgo da <<fome artificial>>), das centenas de milhares de croatas assassinados por ordem de Tito, dos cubanos fuzilados de encôsto ao <<paredón>> pelo sanguinário comunista Fidel Castro (o grande amigo do Presidente e do seu Chanceler...)³⁰²

Enquanto um sentimento de perigo real, caracterizado pelo engajamento militante de diferentes sujeitos coletivos ou individuais,³⁰³ o anticomunismo se tornou um fenômeno importante na política brasileira, sendo um ingrediente vital em tempos de acirramento da luta política e social. Essa característica não foi diferente em relação à Política Externa. De acordo com Danilo Sorato Moreira,³⁰⁴ a presença do anticomunismo na PEB pode ser classificada como recorrente, influenciando diversos contextos ao longo dos séculos XX e XXI. A partir da construção de seus contrários, o comunismo foi concebido, dentre outras coisas, como uma proposta de organização social, econômica e política nociva às supostas tradições brasileira, sendo considerado antidemocrático, antinacional e inimigo da religião. Dentro de uma perspectiva securitária, ao propor a interação entre política externa e política interna, as relações exteriores ganharam peso nas estratégias de combate ao comunismo, sendo uma variável fundamental no enfrentamento ao dito “perigo vermelho”.

No início dos anos 1960, a Revolução Cubana acentua a importância da relação entre Política Externa e anticomunismo. A transformação da Ilha em um Estado Socialista impôs um desafio ao sistema interamericano, em busca de respostas possíveis para a situação de Havana. Receosos quanto ao que consideravam como porta de entrada do comunismo no Continente, setores mais conservadores das elites latino-americanas pressionavam por uma postura firme dos países do continente, no sentido de excluir Cuba do sistema e garantir condições para que não ocorresse a temida infiltração comunista nos demais países. Nesse contexto, as propostas em torno da PEI alimentaram ainda mais desconfiança desses mesmos setores:

³⁰² Almirante Carlos Penna Botto, *op. cit.*, p.127.

³⁰³ Rodrigo Patto Sá Motta, *op. cit.*

³⁰⁴ Danilo Sorato Moreira. Reinvenções do Anticomunismo na Política Externa Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Niterói, v.11, n.22, p.187-207, 2019.

No começo de 1961, o temor anticomunista, já excitado com o crescimento (interno e externo) das forças esquerdistas, viu-se frente a novo desafio. O recém-empossado governo Jânio Quadros deu início a uma política externa independente, que tendia a aproximar o país das nações não-alinhadas com as posições dos EUA. A orientação de Jânio, uma desagradável surpresa para os que votaram nele esperando derrotar a esquerda e o *getulismo*, gerou reações indignadas. Mobilizou-se o anticomunismo contra a nova política externa, reagindo principalmente aos rumores de que a diplomacia brasileira se encaminhava para o reatamento de relações com Moscou. Nos primeiros meses do ano diversos setores fizeram ouvir seus protestos, ecoados pela grande imprensa conservadora (Contrária a indústria carioca ao reatamento com o bloco comunista’, ‘(...reatamentos de laços que nos podem enfocar’. Choveram críticas contra a ousadia de Jânio, notadamente, após a condecoração oferecida a Che Guevara, que recebeu das mãos do Presidente brasileiro a “Ordem do Cruzeiro do Sul”.³⁰⁵

É nesse ambiente que vozes contrárias à PEI iriam se manifestar fortemente contra as iniciativas do novo governo no campo da PEB, num movimento não apenas de reação às intenções e ações apresentadas na cena pública, mas de temor quanto ao futuro da inserção internacional brasileira. Dentro desse olhar sobre o ontem, o hoje e o amanhã, o neutralismo esteve em evidência. A transformação do Brasil em um país neutralista, saindo do suposto tradicional pertencimento ao mundo ocidental-cristão, era visto como uma consequência possível diante de uma Política Externa considerada vacilante por seus opositores.

Crítico severo da PEI, o Almirante Carlos Penna Botto escreveu mais de duas dezenas de artigos sobre o tema, reunidos em um pequeno livro, cujo título já expõe uma das principais linhas de raciocínio do autor. *A Desastrada Política Externa do Presidente Jânio Quadros* imputava ao Chefe de Estado a responsabilidade pelos supostos desvios promovidos na inserção internacional brasileira. Obra de um presidente de “ideias socializantes”,³⁰⁶ a PEI traçada nas palavras do Almirante foi considerada como consequência da desinformação acerca da situação internacional, da seletividade na mobilização de princípios e linhas de atuação, além do interesse janista em deslocar o Brasil de seu lugar historicamente determinado: o mundo ocidental democrático e cristão.

Quem era Penna Botto? Líder da Cruzada Brasileira Anticomunista,³⁰⁷ seu nome era relativamente conhecido entre os círculos anticomunistas nos anos 1950, ganhando certa visibilidade até mesmo fora do país. Sua inserção na luta política ganhou contornos folclóricos, em relativa sintonia com outro nome anticomunista dos EUA:

³⁰⁵ Rodrigo Patto Sá Motta, *op. cit.*, p.288-289.

³⁰⁶ Almirante Carlos Penna Botto, *op. cit.*, p.73.

³⁰⁷ A Cruzada Brasileira Anticomunista foi uma Organização fundada em 1952, na cidade do Rio de Janeiro, reunindo não apenas oficiais da Marinha, mas também setores civis, como membros de sindicatos e igrejas. Sua atuação congregava tanto a busca de influência e espaço na imprensa escrita, quanto ações militantes como a produção de materiais próprios impressos In: Rodrigo Patto Sá Motta, *op.cit*; José Murilo de Carvalho. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

A afinidade de Penna Botto com o anticomunismo yankee se revela nos argumentos e nas estratégias utilizadas, bem como na coincidência histórica com o macarthismo. Exatamente por isto, seus adversários cunharam a expressão penabotismo, uma menção jocosa à semelhança entre o Almirante brasileiro e o Senador McCarthy. Algumas estratégias aplicadas por Botto lembravam o estilo de Joseph McCarthy, principalmente, a ênfase em denunciar infiltração comunista no governo e a atração pela polêmica jornalística. Só que ao contrário de subir aos píncaros da popularidade, como sucedeu a Mc Carthy no início, as ações de Botto custaram-lhe algumas punições durante os governos Vargas e Kubitschek, como prisões e perdas de cargo na Marinha.³⁰⁸

Tornando-se referência de uma luta virulenta contra o comunismo, as características sugeridas acima podem ser traduzidas em uma análise sobre os escritos de Botto acerca da Política Externa do Governo Jânio Quadros. Subindo o tom contra o presidente, o chanceler e outros personagens da cena política internacional, o caráter denunciante de sua fala se torna explícito em diversos momentos, afirmando suas posições dentro dessa atmosfera conflituosa que se constituiu em torno da PEI.

Seus artigos acompanharam os rumos da PEI, em manifestações quase que frequentes sobre determinadas iniciativas ou ações propostas pelo novo governo. Temas como o possível reatamento de relações diplomáticas com a URSS, a proposta de coexistência pacífica, a situação de Cuba na política hemisférica e a questão da representação chinesa na ONU receberam o trato de alguém que, do ponto de vista da leitura sobre a política internacional, reiterava a existência de uma bipolaridade rígida, na qual não haveria a possibilidade de abstenção ou construção de alternativa.³⁰⁹ O que estava em jogo, a partir de uma interpretação de seus escritos, era a segurança do Brasil dentro do chamado Mundo Livre, num momento de ofensiva do comunismo no continente, materializada pela Revolução Cubana, mas potencializada também a partir de possíveis vacilações do país em relação às estratégias de infiltração comunista:

Eis aí a lógica às avessas da caterva comunista. Mas o mundo livre ainda não se apercebeu do fato, muito menos o Presidente de uma parte desse mundo livre que é o Brasil ! O mundo livre ainda não se convenceu (muito menos o Presidente Jânio Quadros) de que o govêrno soviético seja uma malta de criminosos e insiste em considerá-lo como sendo um gôverno moral e respeitável. E cai assim na burla da coexistência pacífica...³¹⁰

Se era possível falar em alguma mudança no cenário internacional, esta não era a flexibilização do conflito bipolar. A coexistência pacífica, tese defendida por outros sujeitos nessa conjuntura, era considerada como estratégia do monolítico comunismo internacional em

³⁰⁸ Rodrigo Patto Sá Motta, *op. cit.*, p.181.

³⁰⁹ De acordo com Mário Victor, a Cruzada Brasileira Anticomunista organizou uma intervenção pública contra a possibilidade de reatamento de relações diplomáticas com a URSS, colando cartazes na cidade do Rio de Janeiro. In: Mario Victor, *op. cit.*

³¹⁰ Almirante Carlos Penna Botto, *op. cit.*, p.15.

seu processo de ofensiva ao redor do globo. Diante de um conflito acirrado, a segurança de nações como o Brasil exigiria posições firmes frente aos comunistas, sem concessões ao inimigo vermelho. Assim, o reatamento de relações diplomáticas foi visto como um erro diante da natureza subversiva das embaixadas daqueles países. Outra medida criticada era as relações comerciais. Na visão de Botto, além desta, em si, constituir-se num mecanismo comunista para influenciarem outros países, a existência de comércio com os socialistas representava uma validação do que considerava como relações escravocratas no âmbito interno dos Estados do dito Segundo Mundo:

O comércio com a Rússia implica em coonestar a escravidão, em reconhecer o trabalho forçado como meio lícito de aumento de produção, em admitir como acertada a política econômico-financeira calcada no trabalho compulsório (cidades e fazendas) e no trabalho escravo (campos de concentração).³¹¹

Na oposição radical à PEI, Carlos Penna Botto subverte um dos eixos centrais do esforço de mundialização diplomática ao criticar o interesse brasileiro em expandir suas relações comerciais com os países socialistas. Em nome da segurança nacional e da permanência do Brasil no chamado Mundo Livre, a atitude defendida pelo militar foi o distanciamento total dos países do bloco soviético, discordando mesmo das perspectivas liberais-nacionalistas que reconheciam as possibilidades de interação comercial sem abandono da luta contra o comunismo.

Diante desse cenário, o neutralismo foi condenado enfaticamente por Botto, em diversos artigos. Na cruzada contra o comunismo, a abstenção em relação ao conflito causava repugnância e indignação no almirante, levando a tomada de posições duras contra os países que não validavam o conflito bipolar. O tom crítico em relação à inserção internacional do tipo neutralista ganhou contornos ainda mais profundos diante daquilo que parecia ser um caminho determinado da PEI:

Vai unir-se [O Brasil de Jânio Quadros] à Indonésia, Índia, Egito e Iraque (já não citando Cuba, pois esta uniu-se resolutamente ao bloco comunista), nações fortemente trabalhadas pela propaganda marxista e que insistem em não reconhecer a diferença entre o bem e o mal, entre o livre regime democrático e o escravizador totalitarismo comunista; nações que permanecem, capciosas e interesseiramente num divisor de águas, usufruindo efêmeras vantagens ora de um ora de outro lado; nações que não tem fibra bastante para optar pelo bem contra o mal.³¹²

As caracterizações do neutralismo a partir da visão de mundo deste autor foram majoritariamente negativas. Considerados como oportunistas, interesseiros, covardes e indiferentes em relação à luta entre o bem e o mal, Botto corroborava com a formação de

³¹¹ Idem, p.30.

³¹² Ibidem, p.33.

estereótipos sobre os neutralistas a partir de parâmetros construídos sobre a natureza da Guerra Fria e as projeções pessimistas com relação ao conflito. Tais concepções, ao serem expressas num contexto de disputa sobre os rumos da PEB, inseriam-se na cena política como uma espécie de alerta em relação às possíveis consequências da PEI para a posição brasileira no conflito global.

Dentro desse espírito, uma característica importante nas construções sobre o neutralismo reside na negação da sua própria existência enquanto uma inserção internacional autônoma no contexto da Guerra Fria. Para o líder da Cruzada Brasileira Anticomunista, o neutralismo representava uma espécie de etapa intermediária para a adesão ao socialismo, atribuindo-lhe uma espécie de não lugar dentro da ordem internacional:

A nossa tradição diplomática era conservadora, ponderada, democrática e cristã. Hoje é socializante de um ado (de acôrdo com as confessadas idéias do Presidente...), neutralista do outro (embora apenas nominalmente, pois é realmente pró-comunista quanto às suas consequências...), mercantilista (sim, pois diz venham a nós as mercadorias e o dinheiro, mesmo sendo aquelas produzidas por populações escravizadas pelo comunismo e êste resultante da imensa mais-valia roubada pelos Estados Socialistas...), antidemocrática (por quanto enfraquece a luta entre as Democracias e o bloco comunista sino-soviético) e anti-americana (visto como perturba a cooperação das repúblicas latinas do Continente com os Estados Unidos)

!!³¹³

Homens como Nasser, Nehru e Tito eram vistos como filo-comunistas, líderes de países que, entre o Mundo Livre e o Comunismo, davam longos passos para se juntarem ao segundo grupo. Considerando o caso egípcio, a leitura proposta por Botto carece de maior fundamento. No contexto de produção desta obra, o Egito se encontrava em uma relação instável com a URSS. Segundo Ginat Rami,³¹⁴ os principais atritos entre os dois países neste período ocorreram a partir da dissolução do Partido Comunista da Síria com a criação da RAU. No processo de organização político-institucional da união entre Egito e Síria, a desestruturação dos partidos políticos sírios, inclusive daqueles que abertamente defendiam o projeto pan-arabista, foi uma das condições impostas por Nasser para a adesão egípcia. Liderado por Khalid Bakdash, o Partido Comunista Sírio recusou seguir tal caminho, sequer assinando o documento de criação do novo Estado. Como estratégias de demonstração de oposição aos rumos da RAU, Bakdash criticava abertamente o projeto em suas passagens por diferentes países socialistas, inclusive a URSS.

Outros fatores corroboraram para uma elevação nas tensões no relacionamento entre Nasser e os soviéticos. Conforme Mohamed Heikal, o Kremlin via com desconfiança a

³¹³ Ibidem, p.127.

³¹⁴ Ginat Rami. *Nasser and Soviets: A Reassessment*. Elie Podeh; Onn Winckler. *Rethinking Nasserism: Revolution and Historical Memory in Modern Egypt*. Gaineville: University Press of Florida, 2004

amizade entre o egípcio e o iugoslavo Josip Tito.³¹⁵ Apesar da reconciliação entre Tito e Moscou após a ruptura de 1948, o Marechal era visto de forma suspeita por parte dos dirigentes soviéticos. Além de ser considerado um revisionista, as movimentações de Tito na defesa do neutralismo e na construção de laços no chamado mundo em desenvolvimento era visto como um incômodo. Segundo Jovan Cavoski, os soviéticos temiam que a Iugoslávia se tornasse uma alternativa aos países africanos em termos de fornecimento de assistência técnica e referência ideológica.³¹⁶ Diante da amizade entre Nasser e Tito, era de se esperar que tais laços pudessem ser questionados pela URSS após um processo de aproximação entre egípcios e a superpotência.

Associado aos conflitos envolvendo a aproximação entre Iraque e URSS, as tramas da Guerra Fria condicionavam a um momento mais tenso nas relações entre Cairo e Moscou. Apesar da conjuntura adversa, egípcios e soviéticos não romperam os laços. Contudo, a concepção de um neutralismo egípcio pró-URSS não se sustentava a partir de uma leitura política aprofundada sobre a posição do país de Nasser no jogo das superpotências após a criação da RAU e o anticomunismo expresso pelo líder egípcio.

O Almirante Carlos Penna Botto representa uma tendência importante para o estudo sobre o papel dos militares no Brasil Pós-Estado Novo. Em primeiro lugar, como sugere Lilia Schwarcz e Heloísa Starling,³¹⁷ a ação política das Forças Armadas, especialmente do exército, se caracterizou pelo autonomismo, pela capacidade de intervenção e pela crença de um papel de vanguarda na formação das elites civis. A ampliação na capacidade de intervenção política e social, manifesta em temas como a Política Externa, evidencia a importância dos militares no processo de disputa de rumos do Estado e da organização da sociedade, transformando-o em verdadeiros formuladores de projetos de inserção internacional do país.

O cumprimento deste papel não ocorreria sem fissuras. Penna Botto expressava apenas uma das muitas posições dentro das Forças Armadas sobre temas sensíveis para a sociedade brasileira nos anos 1950 e 1960. A PEI foi recepcionada no meio militar num contexto de

³¹⁵ Mohamed Hassanein Heikal, op. cit. Conforme Dietmar Rothermund, apesar de Tito ter se reaproximado da URSS após a morte de Stalin, desconfianças e divergências surgiram de ambos os lados. Se Tito negava a concepção de um bloco socialista monolítico a partir da liderança soviética, Moscou o via como uma ameaça enquanto alternativa político-ideológica não capitalista. Além disso, as ambiguidades do líder iugoslavo no contexto da Revolução Húngara, ao ter concedido refúgio a Imre Nagy na embaixada do país em Budapeste desgastaram sua imagem diante dos soviéticos. Dietmar Rothermund. *The era of non-alignment*. In: In: Natasa Miskovic; Harald Fischer-Tiné; Nada Boskovska (Orgs.). *The Non – Aligned Movement and the Cold War*: Delhi – Bandung – Belgrade. Nova York: Routledge, 2014.

³¹⁶ Jovan Cavoski, *op. cit.*

³¹⁷ Lilia Schwarcz ; Heloísa Starling. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

fissura,³¹⁸ sendo a desconfiança e a oposição expressas por sujeitos como Penna Botto um dos sentimentos possíveis de serem identificados naquele contexto.

O Mundo Livre, reconstituído nos discursos da maioria dos liberais associacionistas como o contraponto à escravidão e ao totalitarismo, tornava-se uma espécie de linha de ação naturalizada do Brasil, submetendo sua ação internacional aos objetivos Ocidentais na Guerra Fria. Contudo, conforme apontou Perry Anderson,³¹⁹ a liberdade apregoada pela ideia de Mundo Livre não era necessariamente a defesa de um regime democrático e do exercício da cidadania. Ainda que a democracia representativa fizesse parte das características enaltecidas pelos defensores do sistema interamericano, na estratégia global estadunidense o Mundo Livre foi o mundo do desenvolvimento do capitalismo, capaz de ultrapassar as fronteiras nacionais e encontrar arranjos políticos e econômicos favoráveis para a sua reprodução e maximização de lucros.

Do neutralismo condenado, passemos ao neutralismo indefinido. Apesar de inserido por Tânia Manzur entre os representantes do pensamento liberal-associacionista na Política Externa, Roberto Campos merece um recorte particular com relação às suas percepções sobre o neutralismo.³²⁰ Apesar de negar a possibilidade do exercício de um neutralismo ideológico no contexto brasileiro, seu aceno a uma perspectiva tática neutralista reflete um olhar diferenciado com relação aos seus supostos pares no interior da atmosfera crítica em torno da PEI.

2.2.2. Há espaço para um neutralismo? As incertezas de Roberto Campos

Como exposto anteriormente, alguns olhares sobre o Não-Alinhamento condenavam esse tipo de inserção internacional, considerando-o como imoral, oportunista e fora de qualquer um dos princípios que supostamente regeriam um país situado no mundo Ocidental – Cristão. Tais perspectivas, em grande medida, traçavam no neutralismo os contornos de uma Política Externa incompatível para um país como o Brasil, alimentando alguns

³¹⁸ A caracterização de um cenário de divisão nas Forças Armadas durante a experiência democrática Pós-1945 é apresentada por José Murilo de Carvalho. Para este autor, é possível identificar ao menos quatro posições dentro do meio militar: os nacionalistas de direita, os nacionalistas de esquerda, os cosmopolitas liberais e os cosmopolitas de direita, além de anticomunistas. In: José Murilo de Carvalho. Vargas e os militares. In: Dulce Pandolfi [Org.]. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.341-345. Contudo, o grau de divisão entre os militares era muito mais acentuado no Exército do que nas demais armas. Segundo José Roberto Martins Filho, “a Aeronáutica era terreno praticamente exclusivo dos anticomunistas. Na Marinha, conhecida por seu elitismo, também havia pouco espaço para dissidências, e o quadro se agravou sobremaneira com a eclosão das revoltas de marinheiros”. In: João Roberto Martins Filho. *Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³¹⁹ Perry Anderson, *op. cit.*, 2015.

³²⁰ Tânia Maria Pechir Gomes Manzur, *op. cit.*

estereótipos sobre o modo como países como Índia e Egito se inseriam na ordem internacional.

Uma grande parte daqueles olhares poderia se situar dentro da corrente Liberal-Associacionista. Outro personagem também inserido por Manzur nesse grupo, mas que merece uma atenção particular é Roberto Campos. Diplomata e economista,³²¹ Campos foi um nome destacado na cena política do país nos anos 1950 e 1960, ocupando posições relevantes como a participação na Comissão Mista Brasil –EUA, passagens pela diretoria do BNDE e a condição de embaixador em Washington já no governo Goulart.

Do ponto de vista econômico, Ricardo Bielschowsky destacou a precisão do pensamento de Campos, ao defender uma “industrialização pela via da internacionalização de capitais e do apoio do Estado”,³²² posição essa que se aproximou daquilo que foi empreendido por parte dos governos daquele período, em especial, no caso de JK.³²³ As particularidades de seu pensamento, ao ser referência do chamado Desenvolvimentismo “não-nacionalista”, reforçam a diversidade também das correntes desenvolvimentistas naquele contexto histórico:

Campos representa, no panorama político brasileiro do nosso período, a ‘ala direita’ da posição desenvolvimentista. Trabalhou no projeto de industrialização do país e bateu-se pelo planejamento do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, defendeu a atração de capitais estrangeiros, inclusive para mineração e energia, e atacou a solução estatal para investimentos em quase todos os casos em que vislumbrava uma solução privada.³²⁴

Apresentando uma trajetória de inserção no debate econômico complexa, passando desde posições mais próximas dos grupos nacionalistas até a condição de um dos maiores adversários das políticas empreendidas ao longo da primeira metade dos anos 1960, Campos se situava dentro de uma perspectiva de uma economia em transição, vendo no planejamento setorializado como uma das alternativas possíveis para um país subdesenvolvido. De forma distinta em relação a nomes como Gudin, o diplomata observava a possibilidade do Estado cumprir um papel relevante no processo de desenvolvimento, especialmente em setores cujo interesse privado não se faria presente ou não tivesse condições de participação. Ainda assim, seu pensamento se caracterizava por um entusiasmo em relação ao capital estrangeiro, considerado peça indispensável e protagonista na transformação econômica do país.

³²¹ Tânia Maria Pechir Gomes Manzur, *op. cit.*

³²² Ricardo Bielschowsky, *op. cit.*, p.105.

³²³ Roberto Campos ocupou cargos no BNDE no governo JK até 1959. Conforme Ricardo Bielschowsky, Campos foi superintendente entre 1956 e 1958. Posteriormente, ocupou a presidência da instituição. In: Idem, *op. cit.* O diplomata e economista rompera com Juscelino ao manifestar desacordo quanto aos Acordos de Roboré e ao rompimento com o FMI.

³²⁴ Ricardo Bielschowsky, *op. cit.*, p.105.

Do ponto de vista da Política Externa, interessa-nos particularmente analisar um artigo da autoria de Campos, publicado na RBPI em 1961. Tal revista se caracteriza por ser “um espaço dedicado ao estímulo da reflexão sobre temas internacionais”,³²⁵ Fundada em 1958 pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, a RBPI correspondia ao “lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva” no campo da Política Externa e da Política Internacional,³²⁶ dando voz a sujeitos de perspectivas diferentes sobre os rumos da PEB.

Enquanto uma iniciativa desvinculada do Estado, a RBPI correspondia aos anseios do IBRI de divulgar perspectivas brasileiras sobre as relações internacionais e da política externa. Com cerca de quatro edições por ano, sua composição era heterogênea, reunindo artigos, mas também documentos das relações exteriores, além de resenhas de livros e atos da diplomacia brasileira. Intitulado “Sobre o conceito de Neutralismo”, o artigo do diplomata Roberto Campos representa uma interessante provocação sobre essa estratégia de inserção internacional, numa avaliação sobre as possibilidades ou não de um país como o Brasil enveredar por tal caminho nas relações internacionais.

Um primeiro exercício feito pelo autor reside na diferenciação entre neutralismo, neutralidade e terceira força. Para este diplomata, enquanto um país neutro, apesar de não participar de acordos militares, poderia estar mais próximo de um determinado bloco, como no caso de suecos e suíços em relação ao Ocidente, o neutralismo foi definido como uma renúncia à política de blocos. Essa característica também promove uma diferenciação em relação à chamada terceira posição ou terceira força,³²⁷ aspecto que nem sempre esteve evidente em outras análises. Ao contrário do neutralismo, os objetivos da terceira posição residiam na redefinição da ordem internacional a partir da constituição de um novo bloco, o que se aproxima, em grande medida, do olhar de João Augusto de Araújo Castro quanto aos supostos objetivos de Nasser e Tito a partir da Reunião do Cairo.

Além das considerações conceituais, um dos aspectos mais interessantes deste artigo foi a promoção de um confronto, ainda que limitado, entre as posições favoráveis ao engajamento brasileiro ao lado do Ocidente e as perspectivas defensoras do neutralismo.

³²⁵ Antônio Carlos Lessa. Hélio Jaguaribe: a geração do nacional-desenvolvimentismo. José Vicente de Sá Pimentel [Org.]. *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*, v.3. Brasília: FUNAG, 2013, p.895.

³²⁶ René Rémond, *op. cit.*, p.249.

³²⁷ A Terceira Posição faria referência direta à Política Externa Argentina durante o governo de Juan Domingo Perón. De acordo com Moniz Bandeira, as bases de tal perspectiva de inserção internacional se assentavam nas críticas justicialistas ao capitalismo e ao socialismo. Segundo este mesmo autor, a Terceira Posição representava “o não-alinhamento na guerra fria, a equidistância entre os ‘dois imperialismos’, embora Perón reiteradas vezes afirmasse que, no caso de conflito armado com a URSS, a Argentina ficaria ao lado dos EUA” Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, 2003, p.236.

Apesar de não situar nominalmente os partidários de cada uma das opções, Campos sugeria que os argumentos apresentados são de conhecimento geral, o que reforça a ideia de que este era um debate com alguma relevância no tocante a captação das transformações na Política Externa Brasileira. Do ponto de vista daqueles que defendiam uma posição brasileira alinhada ao mundo ocidental, os principais argumentos expressos giravam em torno de três elementos:

A primeira tese [defesa da posição ocidental] se baseia nas premissas: (a) da solidariedade ideológica com o mundo ocidental, (b) da complementaridade entre a economia brasileira e a dos países da vanguarda ocidental, em termos, investimentos e nível de tecnologia, (c) da dificuldade de sustentação prática da posição, neutralista, pela falta de equilíbrio entre o foco do poder ocidental – mais próximo – e o centro de pressão socialista – muito mais distante.³²⁸

Por outro lado, os argumentos dos partidários do neutralismo também apresentavam um teor ideológico e econômico:

Mas os neutralistas têm também argumentos ponderáveis a apresentar. Primeiramente, a idéia de que a gradual aproximação dos dois sistemas (o capitalismo se torna cada vez mais ‘social’ e o socialismo cada vez mais ‘competitivo’), tornaria indispensável a opção entre eles. Segundo, que mantendo uma posição equidistante entre os dois blocos, facilitaríamos a diversificação de nosso comércio externo, e melhorariamos nossa posição de barganha; criar-se-ia uma ‘nova complementaridade’ pois que alguns países poderiam absorver nossos excedentes ou capacidade ociosa (café, alguns bens industriais de consumo etc.). Terceiro, habilitar-nos-íamos a exercer um papel arbitral entre os dois blocos imobilizados pelo impasse nuclear, com o que ganharíamos prestígio político e talvez capacidade de extrair concessões econômicas.³²⁹

Apesar de não fazer citações diretas e indiretas ao longo de seu texto, os argumentos apresentados por Roberto Campos como parte dos debates sobre o Neutralismo se aproximam do mesmo exercício feito por Hélio Jaguaribe. Três anos antes, este intelectual discutiu o embate entre nacionalistas e americanistas sobre os rumos da Política Exterior, organizando os argumentos de cada lado a partir de critérios ideológicos, pragmáticos e realistas. Na ocasião, Jaguaribe defendeu uma saída neutralista para o Brasil, considerando as especificidades de um país situado geopoliticamente próximo aos EUA.³³⁰ No caso de Roberto Campos, o debate assumiu outros caminhos.

Após apresentar uma proposta de “estado da arte” do debate entre ocidente e neutralismo, Campos aprofundaria seu olhar sobre a última opção, avaliando as condições

³²⁸ Roberto de Oliveira Campos. Sobre o Conceito de Neutralismo. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano IV (1961), n.15, p.6.

³²⁹ Idem, p.6

³³⁰ “Dispondo do adequado apoio interno e externo, revestindo-se de sentido e alcance que ajustem nossas conveniências a nossas possibilidades e realizando-se gradualmente, o neutralismo brasileiro é plenamente possível e nenhuma reação eficaz poderão contra ele ensaiar os Estados Unidos” In: Hélio Jaguaribe. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958, p.293-294.

para a maximização de ganhos a partir da adoção desse tipo de inserção internacional. Sua análise estabelece três critérios relevantes. O primeiro é bastante curioso:

Primeiro, a existência de suficiente tradição cultural, filosófica ou religiosa, que, por densidade ou por inércia, impeça a desfiguração do caráter nacional do país neutralista; na Índia, a vasta inércia da filosofia contemplativa é suficiente vacina contra a deturpação espiritual, como o é, no Egito, a tradição muçulmana; infelizmente, o nosso cristianismo, em largos segmentos da população é meramente formal e superficial, de modo que a nossa resistência ao materialismo soviético, cujo encanto aumentaria com o exercício da posição neutralista seria talvez mais fraco do que parece.³³¹

Ao contrário de contemporâneos anticomunistas mais radicais, como no caso de Penna Botto, Campos não via no neutralismo um estágio intermediário para a construção de um Estado Socialista. Na produção de um olhar alternativo sobre esse tipo de comportamento internacional, as questões culturais e religiosas ganhavam peso na construção da política externa daqueles países, tornando-se fundamentais na afirmação de autonomia, garantindo o mínimo de segurança diante das possíveis investidas socialistas. No exemplo egípcio, o autor contrapõe o islã e o socialismo indiretamente, reforçando certa visão comum acerca das dificuldades de penetração ideológica socialista no contexto de sociedades islamizadas, aspecto sugerido pelo próprio Nasser. Assim, a suposta ineficiência das instituições brasileiras diante de uma ameaça comunista não se aplicaria ao caso de dois dos principais países protagonistas do chamado neutralismo.

O segundo critério diz respeito às possibilidades do aumento do poder de barganha. Daí decorreria duas subcondições: distância em relação aos centros de poder e a posição de liderança regional. Ao contrário das teses ocidentalistas, Campos via o Brasil suficientemente distante dos centros, em especial, dos EUA, além de contar com um território e uma população expressiva para sustentar uma posição neutralista. Em contrapartida, se o Egito se apresentava como líder do mundo árabe e a Índia numa mesma posição em relação ao Sudeste Asiático, o Brasil não estaria em tal condição na América do Sul, visto que não haveria “áreas não compromissadas”,³³² capazes de sofrerem influência daquele país.

O último critério seria o escape do “hibridismo estéril”. O autor não tece grandes considerações sobre este conceito, apesar da sua aparente relevância. Pelo exposto, a condição híbrida residiria no enlace entre capitalismo e socialismo em termos de estrutura interna dos países, destruindo a eficácia dos dois sistemas. Nesse sentido, apresenta-se um aparente incômodo com relação a um dos argumentos neutralistas acerca da aproximação entre os dois sistemas.

³³¹ Roberto de Oliveira Campos, *op. cit.*, p.07.

³³² Idem, p.07.

A discussão proposta por Campos não possui conclusões precisas sobre o tema. Os impasses traçados no texto do próprio autor são sugestivos diante do contexto nacional e internacional, especialmente ao considerarmos como determinadas agendas da PEI representavam, em certa medida, uma proposta de atualização da diplomacia brasileira frente às mudanças no Brasil e no mundo. Mesmo diante das dificuldades do economista em chegar a conclusões sobre as possibilidades diplomáticas do país, a distinção entre neutralismo ideológico e tático alimenta novas perspectivas para o debate:

Distingamos, finalmente, neutralismo ideológico de neutralismo tático. O primeiro não tem cabimento no Brasil, pois que a Constituição Federal nos vincula ao regime democrático e de livre empresa, em moldes ocidentais. O segundo é perfeitamente concebível e um timoneiro que combinasse ‘audácia e medida’ poderia dêle extrair benefícios para a nação. A distinção é, aliás, fácil de perceber. A Iugoslávia pratica um ‘neutralismo tático’ mas é ideologicamente fiel ao comunismo. A Finlândia é neutralista, num sentido tático, mas é indisfarçável sua propensão ideológica pelos valores ocidentais.³³³

Em sua opinião, o neutralismo tático corresponderia a uma inserção internacional sem desvinculação ideológica, tendo como alguns dos principais exemplos a Finlândia e a Iugoslávia, países que, mesmo sendo neutralistas estariam vinculados ideologicamente ao capitalismo e ao socialismo respectivamente. Nesse sentido, desvincula-se a relação entre a organização do Estado e da sociedade a partir de um modelo específico e a inserção internacional do país, fazendo desse tipo de neutralismo a expressão de uma postura internacional capaz de agregar atores heterogêneos. No caso brasileiro, Roberto Campos sugere que o exercício de um neutralismo tático poderia ser materializado em agendas de interesse nacional, tais como a descolonização, a luta pelo desenvolvimento econômico e as políticas protecionistas ocidentais. Em todas essas situações, diante das divergências entre ocidentais e subdesenvolvidos, os interesses brasileiros entravam em contradição com uma postura demasiadamente favorável às políticas ocidentais, abrindo margem, portanto, para uma inserção internacional muito mais autônoma.

Roberto Campos concluiu suas reflexões com uma aparente interrogação:

Tudo isso possibilita, e às vezes mesmo justifica, experimentações neutralistas do tipo ‘tático’. Delicadas, como tôda a navegação em mares ignotos...O leitor achará a presente discussão inconclusiva. Eu também. É que os economistas não têm muito a dizer sobre problemas que são essencialmente de *Realpolitik*. Por isso menciono uma frase de De Gaulle, com a qual, também, encerro êste artigo. Pois que se trata de um líder intoléravel nas coisas ordinárias, mas grandioso e inspirador nas horas difíceis: ‘...a férrea lei do Estado é não dar nada em troca de nada’.³³⁴

³³³ Ibidem, p.8.

³³⁴ Ibidem, p.10.

Mesmo se abstendo de se posicionar mais enfaticamente sobre o tema, Campos não deixa de promover algumas contribuições para a atmosfera crítica em torno da PEI. Ainda que esta não seja objeto específico de sua análise, a discussão sobre a possibilidade de adoção de um neutralismo tático ocorre cronologicamente no mesmo momento em que a Política Externa Brasileira passava por transformações no sentido de elevar o grau de autonomia do país na cena internacional, além de atender às novas demandas sociais, políticas, culturais e econômicas existentes num quadro de acirramento da luta política e social.

Sua linha de análise reforça as relações entre a Política Externa e o par Segurança-Desenvolvimento, no sentido de apresentar certa instabilidade nesse binômio, especialmente para um país como o Brasil, imerso em impasses sobre a manutenção de um elevado crescimento industrial, a adoção ou não de políticas de estabilização econômica e combate à inflação, a situação da balança comercial e a sua posição no hemisfério diante da Revolução Cubana.

Voltaremos a Campos mais adiante para analisar suas percepções sobre o Egito, porém o cenário traçado até o momento contribui para o reconhecimento de um olhar particular para com o neutralismo, fora de uma linha maniqueísta. A partir do diplomata, é possível reconhecer certa legitimidade na inserção internacional de países como Egito e Índia, dotados de condições geográficas, culturais e sociais para o exercício desse tipo de posição. Posição esta que, diante das incertezas produzidas pelo próprio autor, parecia seduzir determinadas correntes políticas brasileiras, evidenciando a importância de tal discussão num contexto de forte presença da PEB na cena pública do país.

2.2.3. Afonso Arinos e San Tiago Dantas em defesa da PEI: a singularidade da inserção internacional brasileira e o rechaço ao neutralismo

Nas primeiras considerações sobre a atmosfera conflituosa em torno da PEI, destacamos perspectivas contrárias às medidas empreendidas ou acenadas pelo governo Jânio Quadros e seu sucessor, João Goulart, no campo da Política Externa. Diante desse quadro de dissenso, alguns defensores da PEI exerceram tal condição a partir do apelo à sua singularidade enquanto proposta de inserção internacional, assentada na interpretação dos interesses nacionais e legitimada por uma suposta tradição diplomática. O apelo à continuidade aparece como recurso estratégico para legitimar uma determinada proposta de Política Externa que venha ao encontro do que se considera como uma espécie de linha de ação historicamente construída:

Há duas observações adicionais que completam estas observações preliminares. Existe uma dimensão política da continuidade. É curioso que chanceleres que promoveram mudanças, como o próprio Rio Branco (no início do século) ou San Tiago Dantas (nos anos 1960), e mesmo

presidentes, como Getúlio Vargas, prestaram no plano do discurso, tributo à continuidade, como se esta reforçasse a legitimidade do que faziam, disfarçando de permanentes as mudanças de orientação que patrocinavam.³³⁵

Evidência dessa postura pode ser encontrada em uma entrevista de Afonso Arinos para o Repórter Daniel Caetano, de *O Cruzeiro*. Questionado sobre a desconfiança de setores anticomunistas acerca da Política Externa do governo Jânio, o chanceler vincula discursivamente a PEI aos ditos notáveis das relações exteriores do Brasil:

D. Jaime é uma das muitas pessoas de reponsabilidade mal informadas sobre o Governo. Não tem motivos para se inquietar com a linha traçada pelo Presidente para a nossa política exterior. O Itamaraty continua fiel aos princípios lançados pelos estadistas do Império. O Marquês do Paraná, Visconde do Uruguai, Marquês de São Vicente, Visconde do Rio Branco, todos foram pela independência do nosso País em face das questões internacionais, pela mediação quando esta se tornasse aplicável pela não intervenção no caso de ser a solução mais justa.³³⁶

A valorização da continuidade e da estabilidade na trajetória da PEB, além de representar um objeto de problematização sobre a própria memória do Itamaraty e seu papel na formulação da Política Externa, também se constitui em instrumento político em contextos de questionamento sobre a condução das relações exteriores do país. Este foi o caso da PEI. Se Carlos Lacerda apelava discursivamente ao que chamava de “môdelo de moderação na vida internacional”,³³⁷ exaltando a tradição diplomática brasileira para criticar o perigoso desvio de curso, homens como o chanceler Afonso Arinos de Melo Franco e San Tiago Dantas encontravam no passado os atributos de legitimidade da Política Externa Independente, ainda que a partir de fórmulas distintas.

Estamos diante de homens que viam com bons olhos o processo de mundialização das relações exteriores, em especial, da constituição de laços entre o Brasil e os novos países recém-independentes, para além dos objetivos securitários ditados pela lógica bipolar. Também é possível identificar uma convergência com relação ao distanciamento estabelecido entre a PEI e o Neutralismo, sugerindo certa singularidade na inserção internacional brasileira. Apesar dos diversos pontos de contato entre Afonso Arinos e San Tiago Dantas, no tocante às concepções sobre a Política Externa e a Política Internacional, acreditamos que o ex-chanceler udenista se aproxima muito mais do pensamento liberal-nacionalista, enquanto os dois restantes se situariam entre os membros da corrente universal-independentista. Este redesenho da classificação proposta por Tânia Manzur,³³⁸ tendo em vista a sua adequação aos interesses deste trabalho, não invalida o reconhecimento de posições também compartilhadas

³³⁵ Gelson Fonseca Júnior. Política externa brasileira: padrões e discontinuidades no período republicano. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 29, 2011, p. 17.

³³⁶ Daniel Caetano. Arinos Fala sobre Cuba etc. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1961, p.21.

³³⁷ Carlos Lacerda, *op. cit.*, 1963, p.300.

³³⁸ Tânia Maria Pechir Gomes Manzur, *op. cit.*

entre estes três atores e autores. Acreditamos que novas investigações sobre essa atmosfera crítica em torno da PEI possibilitarão a produção de rearranjos acerca destes personagens, no esforço de identificarmos suas posições sobre temas complexos naquela conjuntura.

Estando entre os setores liberais com forte presença regional,³³⁹ o udenista Afonso Arinos, membro da seção mineira, tornou-se uma das figuras mais reconhecidas em torno da PEI, ao ter ocupado a chancelaria em duas oportunidades. Uma das vozes mais combativas na oposição varguista nos anos 1950, tendo constituído a chamada Banda da Música, sua trajetória política ficou marcada por um aparente paradoxo em sua interação entre política interna e política externa. Conforme aponta Samuel Pinheiro Guimarães,³⁴⁰ se a orientação na política doméstica assumiu um caráter conservador, no âmbito da política externa, Afonso Arinos esteve à frente de uma política externa considerada relativamente progressista em relação às orientações predominantes em momentos anteriores. Mesmo se não caíssemos na tentação de legitimar a qualificação da PEI diante das suas ambiguidades, a posição do udenista mineiro sobre o tema, aponta para uma divergência entre os olhares mais conservadores acerca das relações exteriores do país, inclusive entre sujeitos de seu próprio partido. As marcas do desgaste entre a política conduzida pelo chanceler e seus reflexos na UDN estiveram presentes em *Evolução da Crise Brasileira*:

A divisão da UDN manifestou-se logo a partir do começo do Governo de Jânio Quadros, que o partido levava ao poder. Jânio, quaisquer que tenham sido os seus erros (não se trata dêle, mas daquilo que sua ascensão representou) foi a primeira vitória, no Brasil, da colocação do Estado de Direito como instrumento do progresso social. O ponto nevrálgico desta ação era a política externa, e o encarregado desse setor era um udenista. Êste udenista foi o primeiro a sentir a divisão do legalismo udenista, entre os que queriam a Lei como força de mudança e os que a desejavam como escudo do imobilismo e da reação. A política externa foi atirada subitamente como placo de batalha muito mais importante do que a interna, porque nela é que a mudança democrática estava começando a se processar. Cedo percebi que a unidade partidária, em torno a mim, era puramente ilusória, formal, devida à consideração pessoal de que eu gozava no partido e à ação de alguns amigos queridos, inclusive daqueles que divergiam de mim.³⁴¹

Refletindo sobre o seu curto período enquanto chanceler, Afonso Arinos expõe o ônus de ter ocupado tal função diante da postura de alguns correligionários. Na defesa da PEI, alguns de seus adversários se encontravam dentro da própria UDN, como Carlos Lacerda. Apesar de estar na linha de frente da Política Externa do governo Jânio Quadros, o udenista mineiro estabelece ressalvas quanto à postura do presidente. Em sua visão, Quadros possuía

³³⁹ Maria Victoria Benevides, *op. cit.*, 1981. Além deste segmento, os grupos de fundação da UDN foram as Oligarquias dominantes antes de 1930, setores de esquerda, antigos aliados de Getúlio até 1937 e ex-membros do chamado Estado Novo.

³⁴⁰ Samuel Pinheiro Guimarães, *op. cit.*

³⁴¹ Afonso Arinos de Melo Franco. *Evolução da Crise Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965, p.31-32.

“certos excessos publicitários”,³⁴² no tocante ao tratamento das relações entre Brasil – Estados Unidos.

Apesar de não ser um diplomata de carreira,³⁴³ Afonso Arinos interagiu com a Política Externa em diferentes momentos de sua vida. Filho do ex-chanceler Afrânio de Melo Franco, acompanhou seu pai em momentos como a 5ª Conferência Internacional dos Estados Americanos em 1923 e na Delegação Permanente em Genebra anos depois. Já em sua vida pública, tanto como deputado federal, quanto como senador da República, esteve atrelado, em outras oportunidades, a temas de Política Externa.

Em março de 1960, Afonso Arinos acompanhou Jânio Quadros em sua viagem para Cuba. Sua nomeação ao Ministério das Relações Exteriores, após a eleição presidencial, representou um aspecto instigante acerca das intenções janistas. Diante de uma composição de governo predominantemente conservadora, sua escolha significaria uma espécie de contrabalança às orientações propostas por Jânio nas relações exteriores. Afonso Arinos se tornou um dos interlocutores privilegiados da PEI, estando, muitas vezes, na condição de intérprete das principais diretrizes e ações que constituíram a Política Externa sob sua gestão no Ministério das Relações Exteriores.

Essa característica é confirmada a partir dos diferentes discursos do chanceler ao longo dos primeiros meses de 1961. Entre entrevistas e Audiências no poder legislativo, Afonso Arinos prestou esclarecimentos sobre temas polêmicos que agitavam setores mais conservadores contrários à PEI, tais como as relações diplomáticas e comerciais com países socialistas, além da questão Cubana. Outras agendas da Política Externa sob seu comando, a exemplo da participação brasileira na Reunião Preparatória para a I Conferência dos Não-Alinhados, também fizeram parte do repertório de questionamentos feitos sobre as relações exteriores no governo Jânio Quadros.

O cenário internacional traçado por Afonso Arinos nesses mais diferentes documentos de seu período enquanto chanceler concebe o mundo a partir das divisões Leste-Oeste e Norte-Sul. A primeira, de cunho ideológico, não desaparecera em seu olhar sobre o mundo, influenciando na defesa de posições mais firmes com relação ao colonialismo e também moldando a projeção internacional do país em direção ao continente africano. A segunda

³⁴² Afonso Arinos Filho, *op. cit.*, p.142.

³⁴³ Quem nos alerta sobre essa característica na trajetória de Afonso Arinos foi seu próprio filho, numa obra de reconhecimento da trajetória do ex-chanceler: “O meio familiar em que Afonso Arinos foi criado tinha tudo para suscitar e estimular seu interesse pela política externa. Filho, sobrinho, irmão, cunhado e pai de diplomatas, nunca abraçou, como profissão, a carreira seguida por aqueles familiares. E, já adulto, dividido entre a política, o magistério e as letras, foi escasso o tempo que pôde consagrar às chefias do Ministério das Relações Exteriores, das delegações brasileiras na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, e na Conferência do Desarmamento, em Genebra” In: *Idem*, p.19

divisão, de natureza econômica, assume grande importância, correlacionando a Política Externa aos desafios do desenvolvimento do país e da superação da difícil conjuntura.³⁴⁴

A compreensão do mundo a partir dessas duas divisões influenciou nos debates do chanceler sobre os problemas mundiais e a inserção do Brasil. Ao nosso país, Afonso Arinos compartilha, ainda que indiretamente, da concepção de “autonomia dentro da aliança”,³⁴⁵ reivindicando uma posição autêntica dentro das diretrizes do que classifica como “mundo cristão democrático”.³⁴⁶ As especificidades brasileiras legitimam uma maior liberdade de movimentos na cena internacional, apontando a necessidade de uma inserção internacional que levasse em conta os interesses nacionais.

Dentro desse espírito, emerge discursivamente um país subdesenvolvido, vinculado ao ocidente, miscigenado e democrático racialmente, em busca do universalismo nas relações exteriores sem colocar em risco os pertencimentos e os compromissos do país em nível internacional. Em seu discurso de posse, essa visão de Brasil se torna um vetor favorável para a defesa da autonomia e da própria mundialização da PEB:

O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. Povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocham para a vida internacional. Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial, que, se não é perfeita como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada no mundo.³⁴⁷

Além de louvar a formação histórica e social do país, dentro dos marcos da democracia racial, Afonso Arinos estabelece pontes entre um Estado situado dentro do Mundo Ocidental e cristão com o Mundo em Desenvolvimento, acenando positivamente aos novos Estados independentes:

Se, por um lado, somos país com visíveis aspectos de subdesenvolvimento econômico e técnico, o que nos leva a inegável aproximação de interesse com o mundo afro-asiático, por outro, somos um povo convictamente

³⁴⁴ Em discurso ocorrido em banquete oferecido a Adlai Stevenson, embaixador dos EUA, Afonso Arinos sintetiza suas impressões sobre a política internacional a partir das duas divisões sugeridas: “O mundo está dividido, sem dúvida, entre os dois blocos: leste e oeste. Mas, além desses grupos ideológicos, está também dividido em dois blocos: norte e sul, sendo a zona equatorial, o limite entre o mundo da prosperidade e o da carência, para não dizer da miséria. Não devemos pensar só em termos de defesa contra o leste, mas também em termos de cooperação com o sul”. Discurso do ministro Afonso Arinos no banquete oferecido ao embaixador dos Estados Unidos, Adlai Stevenson. Álvaro da Costa Franco, *op. cit.*, p.92.

³⁴⁵ Pedro Sampaio Malan, *op. cit.*, p.122.

³⁴⁶ Discurso de Posse do Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco. Álvaro da Costa Franco, *op. cit.*, p.34.

³⁴⁷ Idem, p.34-35.

democrático, sendo que, no campo do direito político e, agora, na prática do regime, o nosso amadurecimento institucional é admirável.³⁴⁸

Essa fórmula nem sempre resultava em sucesso nas tentativas de reagir aos ataques de setores mais conservadores. Em casos como a Missão João Dantas, o interesse em cultivar relações econômicas com a Alemanha Oriental sem reconhecer tal país se chocava nos laços brasileiros com a vizinha Ocidental e no respeito a já referida Doutrina Hallstein.

Em ao menos três oportunidades, Afonso Arinos prestou esclarecimentos sobre determinadas medidas da PEI ao poder legislativo. Segundo nossas investigações, o chanceler esteve em Audiência na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados em 17 de maio de 1961, no Senado Federal em 6 de junho e, por fim, na Câmara dos Deputados em 28 de julho do mesmo ano. Nos três casos, tratou da instável relação entre a Política Externa considerada Independente e o chamado Neutralismo.

Na primeira intervenção no legislativo, Afonso Arinos foi convocado para prestar contas sobre a posição brasileira diante de Cuba, porém também abordou outras agendas que constituíam a PEI. O udenista apontou a estranheza do neutralismo em relação às orientações internacionais do Brasil, país vinculado, em sua visão, ao sistema ocidental e hemisférico:

É um outro ponto que gostaria de aqui acentuar. Não podemos pertencer àquilo que ideologicamente se chama neutralismo. Aliás, acreditamos que ninguém pertença. Vamos falar por nós mesmos. O Brasil está entrosado num sistema. Esse é o sistema ocidental e continental. Continentalmente, estamos fazendo parte da Organização dos Estados Americanos. Assim, a idéia de um neutralismo como uma atitude política determinada, como uma iniciativa coerente, é estranha à nossa orientação. Na mensagem do Sr. Presidente da República enviada ao Congresso – V. Exas. talvez terão tido oportunidade de ler a parte de política internacional – isso está declarado expressamente.³⁴⁹

Sem esclarecer os motivos que o levaram a afirmar a descrença sobre o neutralismo, o chanceler brasileiro expõe as barreiras existentes entre a posição brasileira e o tipo de inserção internacional em questão. Sustentando historicamente, o pertencimento brasileiro ao sistema interamericano se torna um limite possível entre a PEI e o Não-Alinhamento, aspecto esse que Araújo Castro se questionava em seu relatório. Nesse sentido, a defesa da autonomia brasileira nas relações internacionais paradoxalmente passava pela valorização de um instrumento que atrelava o país aos interesses estadunidenses.

Apesar dessa construção, Afonso Arinos reconhecia que não ser neutralista não poderia simbolizar a inexistência de contatos com aqueles países, especialmente quando o tema era o agenciamento da paz. Esse espírito permearia as demais intervenções de Afonso Arinos sobre o tema, sintetizando uma posição que reunia o reconhecimento de uma

³⁴⁸ Ibidem, p.35.

³⁴⁹ Ibidem, p.87.

aproximação programática, mas de distanciamento institucional e ideológico, reforçando a singularidade da inserção internacional brasileira.

Ao Senado, estando diante de questionamentos sobre a possível participação brasileira na Reunião preparatória da I Conferência Não-Alinhada, o então chanceler sofisticaria seus argumentos sobre as relações entre a PEI e o Neutralismo. A começar pela distinção entre neutralismo e neutralidade:

A neutralidade é uma posição diplomática e jurídica suficientemente esclarecida, analisada, estudada, pesquisada e exposta pelos autores, para que aqui mereça uma explanação, não apenas profunda, como mesmo superficial; ao passo que o neutralismo representa, sem dúvida, com tôdas as vantagens, com tôda a importância desta ação, um determinado tipo de ação, que não é abstenção, que não é omissão, mas é – isto sim – influência e intervenção dentro de um determinado quadro de estrutura interna nacional e de perspectivas externas ou internacionais.³⁵⁰

Ao reivindicar aspectos de política interna e política externa para caracterizar o que seriam os países neutralistas e diferenciá-los em relação ao Brasil, Afonso Arinos expõe algumas características que sugerem certa homogeneidade institucional destes países, o que classificou como “estrutura político-constitucional” relativamente comum.³⁵¹ Quanto a esta, encontraríamos “o partido único teoricamente instituído, a concepção da liberdade política, determinadas restrições à livre empresa econômica, determinadas conexões com blocos internacionais”.³⁵² Apesar de genéricas, tais características conformavam um quadro de distinção entre os ditos neutralistas, homogeneizados no discurso do chanceler, em relação ao Brasil. Sua intervenção foi ainda além, demarcando a suposta superioridade brasileira frente a tais Estados:

Países sem a tradição do nosso, Países sem a formação, a experiência e a sedimentação cultural do nosso, ainda que certos problemas sejam assemelhados aos nossos, em vista de sua formação e tradição divergentes da nossa, claro é que não podem resolver seus problemas por aqueles processos. Consequentemente, a nossa integralização nos tipos internacionais, deve-se fazer pela homogeneidade das informações práticas, pela similitude das estruturas, pela coparticipação nas práticas jurídico-políticas.³⁵³

A inferioridade de tais países no âmbito da arquitetura global reforçava certa excepcionalidade brasileira, possibilitando dialogar com diferentes países e blocos sem comprometer sua posição e perder sua suposta autenticidade. Mesmo estereotipando os neutralistas, reduzindo-os a uma fórmula bastante discutível politicamente, Afonso Arinos volta a estabelecer uma porta de diálogo com tais países, reconhecendo elementos políticos e econômicos, ainda que não descritos, responsáveis por atrelar diplomaticamente o Brasil e

³⁵⁰ Brasil. Congresso. Discurso do Chanceler Afonso Arinos, *op. cit.*, p.282-283.

³⁵¹ *Idem*, p.283.

³⁵² *Ibidem*, p.283.

³⁵³ *Ibidem*, p. 283.

seus representantes. A posição de independência, afirmada a partir da negação ideológica e institucional do neutralismo, residia na construção de uma Política Externa sem prejuízo aos compromissos brasileiros com o Ocidente Democrático, apontando os limites da atuação diplomática brasileira.

No discurso feito à Câmara dos Deputados, no mês de julho, as linhas mais gerais do debate não mudaram. Ocorrida após a participação brasileira como observador na Reunião do Cairo, a intervenção de Afonso Arinos manteve as distinções entre neutralidade, neutralismo e independência. Desta vez, porém, aponta o neutralismo como sinônimo de Terceira Posição e condiciona a discussão em termos do binário Comunismo-Democracia, do qual o Brasil teria posição tomada. Um dos acréscimos mais importantes à reflexão do chanceler sobre o tema, reside na caracterização dos países neutralistas a partir da existência do que considera como lideranças individuais:

Não temos aquela possibilidade de liderança individual, que faz com que os governos dos países neutralistas possam tomar atitudes instantâneas; e a minha presença nesta casa, onde venho prestar contas ao corpo legislativo, é a prova de que a política internacional entre nós está condicionada à intercessão de uma série complexa de fatores. Não temos aquela configuração instantânea, desnuda, apenas nervos e músculos, que oferecem os países de governo individual, de governo pessoal.³⁵⁴

Mesmo não classificando tais líderes como ditadores ou déspotas, Afonso Arinos introduz na descrição dos neutralistas a tendência autoritária de seus governantes, aspecto que atravessou diversas construções sobre o tema por parte de outros sujeitos já trabalhados ao longo desse texto. Ao mais uma vez comparar as estruturas políticas brasileiras com o modelo que convencionou ao neutralismo, legitima também seu exercício de chanceler e intérprete da PEI, atento às suas obrigações enquanto chanceler e porta-voz do governo no tocante à Política Externa. Porém, a importância de sua comparação pode ser elevada ao considerarmos que a dicotomia proposta entre um governo brasileiro democrático versus países autoritários se insere numa conjuntura em que se questionavam os supostos vieses antidemocráticos existentes em Jânio Quadros. Com isso, não se pode descartar a importância desse reforço da identidade brasileira enquanto nação democrática a partir do suposto autoritarismo neutralista como um instrumento de defesa do próprio governo Jânio diante de seus opositores.

Anos depois, comentando as posições expressas pelo presidente Castelo Branco sobre a Política Externa, Afonso Arinos classificaria o neutralismo como “oportunista”, ao buscar maximizar seus ganhos no contexto da Guerra Fria.³⁵⁵ Ainda que não decline para os ataques

³⁵⁴ Trechos de exposição do ministro Afonso Arinos na Câmara dos Deputados. Álvaro da Costa Franco, *op. cit.*, p. 136.

³⁵⁵ Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, 1965.

de cunho moral feitos pelos sujeitos pertencentes a perspectiva Liberal-Associacionista, tal concepção introduz um novo elemento sobre o pensamento do já ex-chanceler sobre o tema ou, ao menos, uma percepção não evidente nos seus discursos e reflexões desenvolvidas ao longo de sua gestão em 1961.

Além da demarcação das diferenças entre o neutralismo e a PEI, Afonso Arinos também aprofundaria suas considerações sobre o Egito ao longo de seus principais escritos. Como Roberto Campos, a relação entre religião e política também lhe interessou. Para o chanceler brasileiro, o país de Nasser não poderia ser enquadrado como um satélite soviético e nem tampouco um Estado comunista:

A religião muçulmana é a cortina de ferro que impede e a ainda impedirá por muito tempo uma verdadeira fusão cultural com o mundo transmediterrâneo, fusão sem a qual um caso como o da evolução brasileira se torna historicamente impossível. Prova convincente do que acabo de escrever se encontra na repugnância de todos os Estados de formação muçulmana (inclusive os da Ásia) em se integrar realmente no bloco soviético. O socialismo afro-muçulmano, tanto o do Egito quanto o da Argélia, é anticomunista, considerado o comunismo como o sistema coordenado de pensamento europeu, fundado filosoficamente nos princípios anti-religiosos do materialismo histórico. A resistência árabe à ortodoxia marxista vem menos de posições sociais antagônicas, que de convicções incompatíveis no que toca ao problema religioso, com tôdas as conseqüências daí decorrentes para a vida das massas muçulmanas.³⁵⁶

Na oposição entre islã e marxismo, o udenista admite a existência de um tipo de socialismo no Egito que, do ponto de vista do jogo da Guerra Fria, não se traduzia num alinhamento frente aos soviéticos. Na historiografia sobre o mundo árabe, este aparente conflito foi mobilizado por alguns autores na tentativa de compreender os limites e as controvérsias nas relações com a URSS. Para Silvia Feraboli, o anticomunismo na região era um “grande problema” para Moscou na costura de uma maior influência na região.³⁵⁷ No conflito entre o islã e o comunismo, a interpretação de uma incompatibilidade ideológica se assentava na caracterização desse último enquanto “ateu”.

Contudo, a proposta de um socialismo no contexto do Mundo Árabe avançou nos anos 1950 e 1960. Inserido no contexto de produção de novas ideologias a partir do avanço dos processos de independência no continente africano e das lutas nacionalistas no Mundo Árabe,³⁵⁸ o socialismo defendido por Gamal Abdel Nasser se caracterizou por um relacionamento complexo tanto com o islã quanto com o próprio marxismo.

³⁵⁶ Idem, p.234.

³⁵⁷ Silvia Feraboli, *op. cit.*, p. 34.

³⁵⁸ Joseph Ki-Zerbo; Ali A. Mazrui; Christophe Wondji; A. Boahen. Construção da Nação e Evolução dos valores políticos. Ali A. Mazrui; Christophe Wondji (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. Conforme os mesmos autores, o socialismo floresceu inicialmente no ambiente

A influência do Islã em Nasser pode ser evidenciada em diversas passagens de documentos atribuídos a ele. Na *Filosofia da Revolução*, o *rais* do Egito defenderia a possibilidade de um aprofundamento nas relações entre os países muçulmanos mobilizando sua experiência pessoal em Meca. Disse o Coronel que ao estar “de pé diante da Kaaba, senti meu coração bater ao mesmo ritmo do mundo islâmico”.³⁵⁹ Sendo ele próprio adepto do islã, a sua formação religiosa influenciou sua vida política, ainda que de forma complexa e até controversa.

Estudando o pensamento político e a trajetória de Gamal Abdel Nasser, dentro da perspectiva de sua formação revolucionária, Felipe Paiva Soares tece algumas considerações sobre as interações do jovem Gamal com o islã. Vivendo nos conturbados anos 1930, teve contato com a ascendente Irmandade Muçulmana, mas já naquele tempo a considerava como um perigo aos destinos egípcios.³⁶⁰ Nesse sentido, afirmava-se uma dicotomia entre o reconhecimento do islã como um fator objetivo e subjetivo na vida de Nasser e dos egípcios, mas fora de um horizonte de formação de um Estado islâmico.

Entre os anos finais da experiência liberal egípcia e os primeiros passos após a queda de Farouk, a interação entre os atores defensores dessas perspectivas distintas foi variável. Na afirmação dos movimentos antibritânicos, a Irmandade Muçulmana manteve contatos com os Oficiais, visando treinamento e orientação nas atividades paramilitares na zona do Canal. Membros dos Oficiais Livres também pertenciam ou mantinham contatos constantes com a organização criada por Hassan Al-Banna. Esta proximidade rendeu uma percepção equivocada por parte dos Irmãos: a capacidade de intervenção nos rumos do país a partir da influência sobre o Comando da Revolução. Após anos de uma relação marcada por aproximações e distanciamentos, a Irmandade Muçulmana foi criminalizada por Nasser, sendo um de seus principais adversários internos. Daí sua tendência em reivindicar o islã em seus discursos políticos, porém demarcando sua diferença em relação a SIM. Isso pode ser visto, de forma implícita, numa passagem da Carta Nacional:

A liberdade de crença é um direito sagrado assegurado a todos os cidadãos.
Os valores espirituais eternos, que têm sua origem nas religiões, servem de guia ao homem e podem conferir-lhe aptidões ilimitadas no desejo de servir

intelectual africano favorecido por ao menos três fatores. Além da associação estabelecida entre capitalismo, imperialismo e colonialismo, o socialismo era concebido como uma alternativa imediata ao sistema capitalista e com raízes na própria cultura africana, valorizada a partir da dimensão do coletivismo.

³⁵⁹ Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1963, p.117.

³⁶⁰ De acordo com Felipe Paiva Soares, a principal crítica de Nasser a Irmandade Muçulmana dizia respeito ao ‘fanatismo religioso’, divergindo da perspectiva de islamização das instituições e da própria nação egípcia. Felipe Paiva Soares. *A Biblioteca do Selvagem: Leitura e Revolução na África Colonial: Os casos de Gamal Abdel Nasser e Kwame Nkrumah*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019, p.91.

à verdade. Em sua essência, tôdas as mensagens divinas constituem verdadeiras revoluções no sentido de devolver ao homem a dignidade e a fidelidade. Cada religião deve preservar a essência da mensagem divina. Essa essência não conflita com os fatos da vida social; a contradição surge sòmente em determinadas circunstâncias, quando as fôrças reacionárias intentam explorar a religião – contrariando a natureza e o espírito da mesma – para impedir o progresso. Essas fôrças reacionárias fabricam falsas interpretações religiosas em flagrante contradição com sua nobre e divina sabedoria.³⁶¹

No conflito discursivo entre progresso e reação, Nasser relacionava as tendências de islamização do Estado com uma perspectiva que ia de encontro aos interesses de modernização e desenvolvimento do Egito. Na alternativa para a constituição de uma separação entre religião e Estado, o secularismo defendido por Nasser não negava o peso do islã na formação sociocultural da maior parte dos egípcios, porém estabelecia um limite quanto ao seu papel na condução institucional do país africano e no interior de uma futura unidade árabe.

Em relação ao marxismo, o entendimento de sua relação com o socialismo árabe de Nasser também passa pelo reconhecimento de aspectos da trajetória do Coronel e do próprio Egito. Considerando a chamada Era Liberal, Selma Botman afirma que o socialismo e o comunismo influenciaram setores da intelectualidade do país,³⁶² mesmo diante das dificuldades na constituição de uma organização unificada ou mesmo de atingir setores mais amplos da sociedade. Organizações como o Movimento Democrático pela Libertação Nacional, o Iskra e o Novo Amanhecer faziam parte do complexo e fragmentado tecido militante das esquerdas locais. Mesmo o Partido Comunista Egípcio, criado em 1949, não conseguiu contornar o quadro de dissenso traçado anteriormente.

Influentes no campo das ideias em um contexto crítico na vida política do país, socialistas e comunistas buscaram incidir nos rumos do Egito com a derrubada da Monarquia. Conforme Joel Gordon,³⁶³ apesar da maioria dos Oficiais Livres se oporem ao comunismo, parte da organização estava em sintonia com diversos aspectos da crítica social defendida pelas esquerdas, chegando a contar inclusive com a colaboração intelectual de determinados sujeitos na produção de material. Os tempos de colaboração e apoio aos militares nos primeiros passos do país após Farouk deram lugar as tentativas de organização da oposição. Do ponto de vista do Movimento Democrático pela Libertação Nacional, o CCR se tornou um organismo fascista e submisso aos interesses do imperialismo.³⁶⁴ Entre momentos de maior

³⁶¹ Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1963, p.215.

³⁶² Selma Botman, *op. cit.*

³⁶³ Joel Gordon, *op. cit.*

³⁶⁴ Idem.

repressão ou tolerância limitada aos comunistas, o fato é que as esquerdas egípcias saíram frustradas com os rumos do regime nasserista. Mesmo no processo de aproximação entre Cairo e Moscou, o anticomunismo no Egito não deixou de existir. O próprio Nasser demarcava sua diferença em relação aos comunistas ao mobilizar sua condição enquanto homem muçulmano.

Entre os limites existentes no relacionamento com a URSS e as ressalvas de Nasser quanto a determinados setores da esquerda egípcia, a afirmação de um socialismo árabe já nos anos 1960 assumiu características bastante específicas. A partir da Carta Nacional, a concepção de socialismo proposta por Nasser se baseia na mobilização de princípios e linhas de ação um tanto genéricas como justiça, trabalho, igualdade de oportunidades e suficiência. Para o *rais* do Egito, “o socialismo é o caminho para a liberdade social”,³⁶⁵ entendida como uma conciliação entre desenvolvimento nacional e redistribuição da riqueza entre todos os cidadãos. Na crença de um sistema sociopolítico e econômico fundamentado na própria experiência egípcia, o uso do léxico e de parte da crítica social comum às esquerdas não impede Nasser em desenvolver uma demarcação de diferença frente ao marxismo:

A experiência nacional não aceita ‘a priori’ as teorias prévias, nem pode rejeitar, categoricamente, tôdas as soluções alcançadas por outros. Isto seria fanatismo, cujas consequências nenhuma experiência nacional pode suportar, especialmente quando o desejo de mudança social, ao assumir suas primeiras responsabilidades, passa por um estágio semelhante à adolescência intelectual, durante a qual necessita de todo amparo espiritual que se possa obter.³⁶⁶

Na fabricação de uma ideologia específica, o socialismo árabe de Nasser recorria à História e uma análise do contexto social, político, cultural e econômico do Egito para fundamentar sua proposta de Estado e sociedade. Não se pode também descartar a possibilidade deste movimento ser influenciada pelas pressões internas e externas em torno da proposta de um Estado socialista na região, ainda mais diante de um contexto de Guerra Fria. Contudo, ao longo de toda a Carta Nacional é possível verificar os traçados dessa busca pela especificidade. Um desses aspectos constituintes era a percepção sobre a luta de classes no Egito:

Devido aos monopólios de riqueza, os interesses reacionários tendem a chocar-se com os interesses do povo. Consequentemente, a solução pacífica da luta de classe não pode ser alcançada a não ser que o poder de reação seja primeiramente destituído de tôdas as suas armas. A remoção dos fatores de choque abrirá o caminho para soluções pacíficas da luta de classe. Não remove as contradições entre as classes sociais, porém cria uma oportunidade que possibilita resolvê-las pacificamente, isto é, por

³⁶⁵ Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1963, p.187.

³⁶⁶ *Idem*, p.171-172.

meio da ação democrática. Se, de outro lado, permite-se a continuação desse choque, o país corre o risco de ver-se mergulhado numa guerra civil, que fatalmente acarretará grandes prejuízos numa época de conflitos internacionais e de perigosa 'guerra fria'.³⁶⁷

No horizonte da formação de uma União Nacional em prol do desenvolvimento do Egito, o socialismo nasserista rejeitava a luta de classes, admitindo a necessidade de uma solução dita pacífica e democrática. Excluindo os setores reacionários, as diferenças entre as classes não se constituía num obstáculo completo, assemelhando-se com outras propostas socialistas no continente africano que também buscavam reduzir a dimensão dos conflitos e das divergências sociais.

Por detrás da definição de um socialismo afro-muçulmano como uma característica da política egípcia e argelina no início dos anos 1960, complexas questões permeavam os debates envolvendo Estado e religião no país de Nasser. Apesar de não ser considerado um ideólogo por alguns autores, o Coronel Egípcio não se furtou ao debate intelectual e político sobre a formação e a consolidação de projetos de Estado e Nação nos países em desenvolvimento, propondo uma concepção de socialismo que, na busca por uma legitimação histórico-social, evidenciava tensões e incertezas frente às características da sociedade egípcia.

Entre os defensores da PEI, outro ex-parlamentar que merece destaque é o sucessor de Afonso Arinos no Ministério das Relações Exteriores. Francisco Clementino de San Tiago Dantas foi o chanceler brasileiro durante o Gabinete Tancredo Neves, o primeiro do curto período parlamentarista após a renúncia de Jânio Quadros e a crise desencadeada nos dias subsequentes. Nascido no Rio de Janeiro em 1911, tornou-se bacharel pela Faculdade Nacional de Direito em 1928. Sua trajetória profissional ainda foi marcada por passagens no Ministério da Educação, junto ao Ministro Francisco Campos. Nos anos 1940, ocupou uma cadeira enquanto professor titular da Faculdade de Direito e Diretor da Faculdade de Filosofia.

Interagindo com grupos católicos e com o integralismo nos anos 1930, San Tiago Dantas foi mais um exemplo de giro em sua vida política nas décadas posteriores. Próximo ao que Pedro Dutra considera como o apogeu de sua trajetória, integrou as fileiras do trabalhismo, filiando-se ao PTB em 1955. Neste partido, envolveu-se ativamente no desafio de reinvenção do trabalhismo após a morte de Vargas, apontando para uma perspectiva política moderada, caracterizada, dentre outras coisas, pela defesa da reforma social, da

³⁶⁷ Ibidem, p. 182.

democracia e da construção de alianças políticas mais amplas.³⁶⁸ Sua inserção na cena política enquanto trabalhista moderado produziu desconfianças tanto dos setores mais conservadores, quanto de parcela das esquerdas. Nesse sentido, sua trajetória nos anos 1960 se caracterizaria por uma espécie de difícil equilíbrio, na busca de uma interação política complexa entre setores concorrentes.

Antes de ocupar o cargo de chanceler, San Tiago Dantas construiu uma experiência em temas de Política Externa, tendo integrado a Missão Abbink no governo Dutra e colaborado no governo Vargas, não somente por meio de assessoria pessoal ao presidente, mas também pelos seus laços com o então ministro João Neves da Fontoura. Neste período, segundo Renato Ferreira Ribeiro,³⁶⁹ San Tiago Dantas esteve como representante brasileiro na IV Reunião de Chanceleres Americanos (1951), além de ter participado da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Apesar de não ter legado uma produção de fôlego, sua condição enquanto um dos maiores intelectuais da PEB não nos parece apenas parte da construção de uma memória oficial do Itamaraty e da PEI, mas uma constatação feita a partir da diversidade de materiais em que se encontram registrada suas ideias.

As concepções do petebista sobre a política internacional se situam numa espécie de reconhecimento de uma dinâmica de transição da Guerra Fria. Ao contrário da concepção hegemônica no pensamento liberal-associacionista, San Tiago Dantas reconheceu a impossibilidade objetiva de um conflito total entre as duas superpotências, o que encaminha a competição sistêmica para uma esfera pacífica, admitindo a possibilidade de coexistência. Essa compreensão se torna central e estruturante nas suas intervenções sobre temas caros ao longo de sua chancelaria, tais como o reatamento de relações diplomáticas com a URSS e as posições sobre a situação cubana no sistema hemisférico. Nas duas situações, um ponto de convergência em favor de uma postura autônoma brasileira residiu na leitura de que a democracia sairia vitoriosa num contexto de coexistência com o socialismo. Este é, portanto, o terreno pelo qual San Tiago Dantas desenvolve os fundamentos de legitimação da PEI diante das oposições conservadoras que, ao contrário do chanceler, rechaçavam a coexistência e viam como preocupante os acenos brasileiros em direção aos países socialistas.

Princípios como autodeterminação dos povos, não-intervenção, defesa da paz e das soberanias nacionais se encontram inscritos nos discursos de San Tiago Dantas. Um dos aspectos mais importantes reside na intersecção entre política externa e os desafios

³⁶⁸ Ângela de Castro Gomes. *Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas*. In: *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

³⁶⁹ Renato Ferreira Ribeiro, *op. cit.*

conjunturais e estruturais da sociedade brasileira, num esforço de prevalência dos chamados interesses nacionais. Assim, as relações exteriores se tornavam estratégicas para a resolução de problemas como o elevado crescimento demográfico do país, o fortalecimento da democracia representativa e a construção das reformas sociais orientaram ações e propostas no sentido de ampliar a presença internacional brasileira.

Numa política constituída a partir da seleção de determinadas demandas nacionais e fundamentada na leitura de uma conjuntura internacional favorável ao exercício de uma inserção autônoma e universalizante, a posição de San Tiago Dantas sobre o neutralismo, semelhante a Afonso Arinos, transforma-se em objeto de defesa da própria Política Externa Independente. Antes de assumir a chancelaria, o trabalhista expõe em agosto de 1961 a distinção conceitual entre neutralismo e independência:

O neutralismo é uma posição de abstenção proposital diante de blocos que se defrontam, e que aqueles que se dizem neutros não desejam acompanhar. A independência é mais do que o neutralismo, porque não é sequer uma posição comprometida com essa obrigação muitas vezes egoísta de guardar meio-térmo. A independência é, acima de tudo, aquela posição que não se curva as vezes de um bloco nem de outro, que não deseja ver a sua conduta internacional predeterminada por uma aliança ou já decidida por determinadas afinidades políticas consideradas, de modo sistemático, como irremediáveis. Na verdade, a independência, é para nós uma posição, em que só nos ligamos, só nos vinculamos, só nos predeterminamos pela convicção democrática, fundamental ao nosso povo, pela concepção da paz e da ordem social, que nos dispomos a defender em todos os terrenos e para isso tanto podemos um dia estar com um bloco, como estar com outro, tanto fiscalizaremos os abusos e as injustiças de um, como os abusos e as injustiças de outro e também nos neutros, muitas vezes, veremos uma posição isenta, capaz de interpretar os vícios do grande número, como algumas vezes verificaremos algo que se limita a uma estratégia política.³⁷⁰

Sua concepção de neutralismo se confundia com neutralidade, vista como a necessidade de abstenção e equidistância frente a determinadas questões na política internacional. Na visão de um neutralismo estático e rígido, San Tiago Dantas construía a legitimidade da independência da Política Externa por ele conduzida, considerada a partir da sua capacidade de interação com os diferentes atores individuais e coletivos do sistema internacional, além da sua íntima vinculação com as características da nação e as suas demandas.

A liberdade de movimentos, característica dessa PEI traçada por San Tiago Dantas, também correspondia a uma consequência do próprio desenvolvimento do país. Apesar de não se debruçar minuciosamente sobre essa questão, o trabalhista também partilhava de um sentimento de superioridade do Brasil em relação aos Estados recém-independentes,

³⁷⁰ Francisco Clementino de San Tiago Dantas. *Coletânea de textos sobre política externa*. Renato Lessa; Cristina Buarque de Holanda [Org.]. Brasília: FUNAG, 2009, p.87.

característica de boa parte dos países neutralistas. Em seu discurso de Renúncia ao mandato de Deputado Federal, no contexto de sua nomeação como delegado permanente na ONU, San Tiago Dantas considerava tais países como majoritariamente inferiores ao Brasil em termos culturais, econômicos e sociais. Tal condição privilegiada tinha como consequência a tendência que:

Esses países se voltam para nós, vindo numa comunidade com a nossa expressão demográfica, com a nossa tradição política e com a nossa coerência cultural, um exemplo eterno de audiência, e muitas vezes de imitação.³⁷¹

A independência, marco da singularidade brasileira projetada no exterior, convergia também na perspectiva de construção de influência sobre outras nações, mesmo aquelas inferiorizadas na visão de mundo de um intelectual da Política Externa. Um país capaz de transitar entre diferentes blocos e Estados se tornava também um ator potencialmente relevante na cena internacional, ampliando o seu poder de ação no interior de um sistema desigual.

No ano de sua morte (1964), San Tiago Dantas reforçou suas concepções sobre um neutralismo rígido versus uma independência dinâmica. Comentando o discurso de Castelo Branco acerca da política externa do novo governo, o ex-chanceler dedicou um ponto em especial sobre a dicotomia entre independência e neutralismo. Neste contexto, San Tiago Dantas afirma que “a condenação do neutralismo favorece a consolidação da política externa independente, como expressão consciente da vontade do nosso país”.³⁷² No jogo discursivo entre os dois tipos de inserção internacional, a PEI encontrava sua defesa frente às investidas de seus opositores, transformando-se numa inserção internacional que convergia o respeito às tradições diplomáticas do país, a necessidade de adaptação da Política Externa às novas realidades nacional e internacional e a autenticidade brasileira.

Se, do ponto de vista da inserção internacional, egípcios e brasileiros estariam em caminhos relativamente distintos a partir do confronto entre a PEI e o Neutralismo, uma experiência marcante na trajetória de San Tiago Dantas o faria olhar de forma diferenciada para o país africano. Entre 22 e 31 de janeiro de 1962, ocorreu em Punta del Este a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, tendo como um dos temas centrais a situação de Cuba no Sistema Interamericano. Pressões externas e internas revestiam o encontro diplomático como um dos momentos de maior tensão da Política Externa no governo Goulart. Na contramão das propostas estadunidenses envolvendo sanções ao governo

³⁷¹ Idem, p.70.

³⁷² Ibidem, p.315.

Cubano e sua expulsão da OEA, o chanceler brasileiro buscou costurar alternativas ao possível isolamento forçado de Havana.

Além de buscar uma fundamentação jurídica para rechaçar as posições estadunidenses, o petebista recorreu às suas próprias percepções sobre as mudanças na política internacional nos anos 1950 e 1960. Para Dantas, medidas que significassem um afastamento de Cuba em relação ao sistema interamericano representariam um descompasso na segurança continental, na medida em que contribuiria ainda mais na aproximação da ilha caribenha com Moscou. Assim, coerente com as concepções de competição pacífica entre os dois sistemas e construção da paz mundial, o chanceler brasileiro reivindicou a experiência egípcia em Suez, com ênfase para a posição dos EUA, como um fator de legitimidade para a sua posição sobre Cuba:

Se, neste momento, se adotam medidas que conduzem o país a um isolamento sem alternativas, a sua gravitação para o bloco soviético não pode deixar de ser inevitável. Onde, porém, as potências ocidentais tiveram a clarividência de deixar uma porta aberta, para que, através dela, continuasse a processar-se o contato político, econômico e cultural com o Ocidente, não houve talvez um só caso em que a causa ocidental não tivesse acabado por prevalecer, ou na própria configuração das instituições políticas, ou pelo menos na definição da linha de conduta internacional do Estado. Está bem próximo de nós o exemplo do Egito. **Se, no momento da ocupação de Suez, os Estados Unidos não tivessem tido a clarividência de deixar ao governo do Egito uma alternativa em direção ao Ocidente, é bem provável que a República Árabe Unida não pudesse ter escapado à vis atractiva do bloco soviético, em direção ao qual teria sido isolada.**³⁷³

Apontando semelhanças entre a postura estadunidense frente ao aprofundamento da Crise de Suez e a possibilidade de uma alternativa construtiva para o caso cubano, San Tiago Dantas promoveu uma leitura sobre os eventos de 1956 que evidencia o papel decisivo de Washington em proporcionar uma “Porta Aberta” ao Egito na direção do Ocidente. No contexto de um conflito que envolvia aliados estratégicos dos EUA em nível regional e mundial, a postura enaltecida sugeria a capacidade da superpotência capitalista em agir assertivamente sem declinar em favor de uma solução favorável a aliança anglo-franco-israelense e com isso ampliar os caminhos para o estreitamento de laços entre URSS e Egito.

Após uma fase de deterioração nas relações entre Egito e EUA a partir de 1955, a posição de Washington sobre Suez era condicionada tanto por fatores sistêmicos quanto pelas perspectivas apresentadas sobre a política regional no Mundo Árabe. Inserido dentro da lógica bipolar, três elementos foram destacados por Peter Hahn como possíveis motivos para que

³⁷³ Francisco Clementino de San Tiago Dantas, *op. cit.*, 2011, p.119. Grifo Nosso.

Eisenhower trabalhasse pelo fim da Guerra de Suez.³⁷⁴ Contemporâneo aos acontecimentos da Revolução Húngara de 1956, os estadunidenses enxergavam o conflito envolvendo egípcios, ingleses, franceses e israelenses como um desvio da opinião mundial diante de uma crise dentro do bloco socialista. Além desse fator, a consciência de um possível aprofundamento nas relações com os soviéticos, caso Washington se eximisse da crise também empurrou os EUA para uma convergência com Moscou. Por fim, um terceiro aspecto diz respeito à possibilidade de intervenção do Kremlin em favor do Egito. Diante de uma decisão que envolvia fatores multifacetados, os desdobramentos da Crise de Suez foram concebidos enquanto um processo relevante num contexto de transformação do sistema internacional.

Coerente com os objetivos de contenção soviética em nível regional, a manutenção do status quo regional se encontrava em risco diante do agravamento da Crise após a nacionalização do Canal e o início do conflito armado. Demonstrações de solidariedade e apoio ao Egito em diversas partes do Mundo Árabe alimentavam ainda mais as tensões os rumos da política regional diante da postura das potências ocidentais. Nesse sentido, a rejeição da opção militar por parte dos EUA criava condições para a construção de laços políticos na região, substituindo ou ao menos se tornando uma alternativa ocidental capitalista diante do desgaste de Paris e Londres.

Apesar de não apontar as contradições existentes na postura estadunidense frente ao Egito com a chamada Doutrina Eisenhower, San Tiago Dantas estabeleceu uma narrativa em que as ações cultivadas em 1956 deram resultados positivos ao Ocidente quanto à inserção internacional egípcia. Rememorando tal episódio num momento em que Washington e Cairo possuíam uma nítida aproximação na esfera internacional, a mobilização dessa experiência alimentava as argumentações brasileiras sobre o possível destino Cubano no sistema interamericano de um sentido histórico coerente com as transformações em nível sistêmico. À luz de suas construções sobre o neutralismo, a abstenção ou equidistância característica à países como o próprio Egito se tornava fator positivo num contexto crítico para a sobrevivência da PEI.

O esforço discursivo de distanciamento entre a Política Externa Independente e o Não-Alinhamento nem sempre foi bem visto pelos sujeitos interessados em Política Externa e

³⁷⁴ Peter Hahn. National Security Concerns in US Policy toward Egypt, 1949 – 1956. In: David W. Lesch; Mark L. Haas. *The Middle East and the United States: History, Politics and Ideologies*. New York; London: Routledge, 2018.

relações internacionais. Alguém como o jornalista Moacir Werneck Castro,³⁷⁵ ligado ao periódico *Última Hora* e autor de *Dois Caminhos da Revolução Africana*, criticou o que considerava como esforço conciliatório da PEB. Sua análise sobre a PEI não deixa de reconhecer os aspectos positivos daquela experiência iniciada com o presidente Jânio Quadros, sem deixar de considerar as ambiguidades clássicas como o caso do colonialismo português e as relações com a União Sul-Africana, além da reivindicação de participação no chamado “Mundo – Livre”,³⁷⁶ o que, segundo o autor, aos olhos dos africanos significava convergência com as potências coloniais.

No tocante ao relacionamento com os países afro-asiáticos, a ideia de uma “Quarta-Força” na política internacional, representada pela posição brasileira, tornava-se a síntese de uma política incapaz de tomar posições firmes em temas sensíveis:

Sob a liderança de Jânio Quadros, o Brasil estreitou contato com o bloco afroasiático e começou a aproximar-se do ‘neutralismo positivo’ da terceira força. Havia, entretanto, certa dose de ingenuidade e diletantismo nessa aproximação. A doutrina política do neutralismo fôra elaborada no contexto das situações mais duras. Fixara-se num documento perfeito, a declaração de Bandung. Passou a constituir um corpo de idéias e interesses com suas contradições internas, mas exteriormente apresentando-se inteiriço, um corpo sem o qual é impossível configurar-se a fisionomia política do nosso tempo. Em contraste, o Brasil mantinha-se ainda ao sabor das definições improvisadas, contemporizando. O Brasil de Jânio Quadros queria estar ao lado desse agrupamento, mas como ‘quarta força’, ao mesmo tempo sem deixar de fazer parte do sistema interamericano.³⁷⁷

Contrastando-se com o que lhe parecia uma política com contornos definidos e algum grau de coesão, a Política Externa do governo Quadros estaria imersa num campo de incertezas, sem delimitar os rumos a serem tomados diante da necessidade de aproximação com os países afroasiáticos e os compromissos no sistema interamericano que historicamente constituíam a PEB. A ideia de uma “Quarta Força” assume nessa crítica não uma manifestação de independência ou mera afirmação da singularidade brasileira, mas a sugestão de uma política vacilante e pouco disposta em ultrapassar algumas das limitações reconhecidas em períodos anteriores.

Como recurso de legitimação política, as diferenças entre a PEI e o Neutralismo, a partir das propostas de Afonso Arinos e San Tiago Dantas, assumiam a condição de atributos de formação da identidade da Política Externa iniciada por Jânio Quadros. Em meio aos

³⁷⁵ Moacir Werneck Castro esteve no Egito no mês de Agosto de 1961. Na ocasião, quando teve a oportunidade de entrevistar o presidente Nasser, acompanhou a inauguração da nova linha aérea da PANAIR do Brasil em direção ao Cairo, aspecto a ser discutido no próximo capítulo.

³⁷⁶ Moacir Werneck de Castro. *Dois Caminhos da Revolução Africana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1962, p.09.

³⁷⁷ Idem, p.13.

questionamentos sobre a natureza das iniciativas nas relações exteriores, esse grupo de defensores da PEI alimentava a visão da especificidade brasileira no cenário internacional, capaz de ser, ao mesmo tempo, referência e liderança benevolente para os novos países em desenvolvimento sem perder o sentido da sua própria existência enquanto ator dotado de características próprias.

2.2.4. Faces de um neutralismo possível aos olhos de Eduardo Portella e Adolpho Justo Bezerra de Menezes

Na trajetória percorrida até aqui, reconhecemos diferentes olhares sobre o neutralismo, imersos num debate sobre política externa e política internacional. Entre aberta e violenta oposição, incerteza e demarcação de diferença, os sujeitos trabalhados até o momento expõem como as possíveis relações ou aproximações entre PEI e Neutralismo constituíam um dos temas mais sensíveis deste período, discussão essa inserida no âmbito das disputas em torno dos rumos da PEB.

Se em nenhum dos casos anteriores houve demonstração de simpatia para com o neutralismo, veremos agora posições que acenam com a possibilidade de construção desse tipo de inserção internacional no caso brasileiro, porém de formas bastante particulares. Tal discussão, porém, não se inicia em 1961 com o governo Jânio Quadros e a PEI. Ainda no início dos anos 1950, no seio de iniciativas intelectuais como o IBESP, posições favoráveis ao Não-Alinhamento e à constituição de uma terceira-força nas relações internacionais germinaram como parte das discussões sobre a inserção internacional brasileira.³⁷⁸ Nesse contexto de efervescência nacionalista, ações de organização dos intelectuais tais como o chamado Grupo de Itatiaia e o próprio IBESP pavimentaram o caminho para a construção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, em 1955. Na condição de uma “fábrica de ideologias”, este instituto ficou reconhecido pelo esforço de produção de diferentes sínteses ideológicas ao longo de seus nove anos de existência,³⁷⁹ estando alinhado com a perspectiva de formular soluções para o desenvolvimento brasileiro, preparar as elites nacionais e contribuir na afirmação de uma sociedade em transição, em direção a modernização de suas estruturas.

³⁷⁸ Simon Schartzman. Introdução. In: *O Pensamento Nacionalista e os 'Cadernos de Nosso Tempo'*. Brasília: UnB, 1979.

³⁷⁹ Daniel Pécault. Os intelectuais, o povo e a nação. In: *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. As sínteses destacadas por Pécault foram o nacional-desenvolvimento, nacional-populismo e o nacional-marxismo. Não entrando no mérito das categorias usadas para designar diferentes fases e linhas de pensamento no interior do ISEB, cumpre destacar a convergência do autor em relação à tendência de aproximação dos isebianos, especialmente já nos últimos anos de existência, com pautas ligadas aos objetivos de reforma-social.

A consciência de um Brasil próximo ao neutralismo nem sempre foi coesa nos olhares de determinados intelectuais. Este é o caso de Eduardo Portella. Tendo assumido a Coordenação do IBEEA em 1961, foi peça integrante de um grupo de intelectuais influentes na PEI. Junto com Maria Yedda Linhares, Cândido Mendes, Rubem Braga, Jorge Amado e outros tantos nomes, Portella esteve no interior de um “círculo” que, situado mais próximo do centro político do país, o Rio de Janeiro, esteve na defesa de uma política de aproximação com o continente africano, expressando sintonia entre suas ideias e as iniciativas propostas pela PEI de Jânio Quadros.³⁸⁰ Portella se situava entre aqueles intelectuais simpáticos ao Não-Alinhamento e a uma Política Externa autônoma, capaz de transpor as fronteiras conservadoras que, durante muito tempo, segundo seus defensores, fizeram do Brasil um ator incoerente com a sua própria condição enquanto uma democracia étnica, a mais apta no Ocidente para exercer um papel ativo entre os novos Estados emergentes com o processo de descolonização.

Esse é um dos argumentos principais de *África: Colonos e Cúmplices*, publicado em 1961. Na referida obra, Portella expõe os dilemas do continente africano na conquista das independências políticas e os desafios apresentados para a afirmação de seus países na cena internacional. Além de um panorama histórico, o autor analisou a inserção internacional dos novos países e a situação brasileira diante da derrocada colonial. Diante de uma África que não pode negar a influência ocidental em sua trajetória, a situação de um continente em busca de afirmação de seus próprios interesses estabelecia uma linha de ação autônoma, baseada na prioridade na resolução dos problemas internos e capaz de enfrentar os desafios do desenvolvimento e da elevação da condição de vida de seus cidadãos.

A prioridade aos aspectos internos não culminava com uma atitude desinteressada ou indiferente nas relações exteriores. Dentro do espírito de prevalência dos interesses nacionais, a inserção internacional dos países corresponderia aos objetivos de proteção de suas soberanias e articulação de condições de cooperação. Nas tramas da Guerra Fria, os blocos de poder buscavam expandir suas influências entre os novos Estados Independentes:

Ao compreender que as jovens repúblicas africanas poderão ser um fator de equilíbrio, de decisão ou – numa alternativa evidentemente melancólica – de

³⁸⁰ A importância do Rio de Janeiro na cena política nacional, mesmo com a transferência da capital para Brasília é ressaltada por Jerry Dávila em *Hotel Trópico*: “Embora a capital tivesse se mudado formalmente para Brasília, o Ministério das Relações Exteriores – o Itamaraty – continuou no Rio até 1970. Além disso, durante a década de 1960, os presidentes brasileiros mantinham escritórios e funcionários em Brasília e no Rio de Janeiro. Com isso, políticos, intelectuais, jornalistas, grupos étnicos e outros no Rio de Janeiro continuavam não só a exercer uma influência desproporcional sobre a política presidencial como também a colher recompensas desproporcionais”. Jerry Dávila, *op. cit.*, p.71-72.

agravamento da crise Ocidente-Oriente, as potências representativas desse antagonismo voltam-se utilitariamente para os povos a África.³⁸¹

No aprofundamento da sua “escalada lateral”,³⁸² o avanço da Guerra Fria pelo continente africano representava a simbiose entre insegurança e oportunidade. Priorizando a construção dos Estados e das nações, a busca pelo distanciamento de um conflito de maiores proporções no cenário internacional se confronta com a possibilidade de aproveitamento das oportunidades ofertadas pelo sistema internacional. Daí é possível compreender a distinção entre um neutralismo de natureza defensiva e outro de natureza utilitária. Para Portella, no primeiro caso, a segurança dos países encontraria recurso na possibilidade de diálogo com o Oriente diante de possíveis ameaças do mundo ocidental. Neste caso, o autor sugere a crise de Suez como a experiência histórica que afirmou esse tipo de neutralismo. Com relação ao utilitarismo, trata-se de uma maneira de maximização de resultados a partir do diálogo e da exploração das duas partes em conflito, permitindo aos países neutralistas barganharem sua posição.

Em sua leitura histórica sobre a trajetória africana na luta contra o colonialismo, a Crise de Suez foi muito além de servir de motor para a afirmação de um tipo de neutralismo. Para Eduardo Portella, a nacionalização do Canal, a vitória política de Nasser diante das potências europeias e a administração egípcia eram evidências para a desconstrução de um mito sobre os povos do continente negro:

No plano mais prático e objetivo, foi a eficácia dos combatentes africanos dos exércitos aliados que ajudou a desfazer a crença da inferioridade africana. Foram os triunfos do coronel Nasser na luta pela libertação do Egito e pelo Canal de Suez que, <<apesar de tódas as dificuldades enfrentadas – é uma confissão do próprio presidente da República Árabe Unida -, a renda anual, média, por pessoa, na região egípcia da RAU, aumentou de 70% no decurso dos 7 anos que se seguiram à nossa libertação>>. A vitória da administração egípcia no Suez mostrava igualmente o absurdo daquele argumento divulgado pelos impérios colonialistas segundo o qual o africano não estava <<amadurecido>> para governar-se.³⁸³

Como parte do sepultamento do mito da invencibilidade do homem branco europeu e da suposta incapacidade africana para o autogoverno, Eduardo Portella salienta o valor simbólico da vitória política do Egito Nasserista no contexto da Crise de Suez e, posteriormente, pelo desempenho positivo na administração da principal via de circulação entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho. A referência ao caso egípcio possuía também um contorno muito específico. No acirramento das lutas nacionalistas egípcias no Pós-Guerra,

³⁸¹ Eduardo Portella, *op. cit.*, 1961, p.131.

³⁸² Paul Kennedy, *op. cit.*, p.363.

³⁸³ Eduardo Portella, *op.cit.*, 1961, p.30-31.

um dos argumentos levantados pelos ingleses para sustentarem sua permanência militar na zona do Canal de Suez era a da suposta falta de condição dos egípcios para administrarem um instrumento considerado vital nas comunicações de Londres com o continente asiático e na própria estratégia do bloco ocidental no contexto da Guerra Fria.³⁸⁴

Outra vertente das impressões do intelectual residiu na expectativa quanto ao papel do Brasil frente às mudanças no panorama mundial. Criticando a postura brasileira diante dos movimentos de descolonização no continente africano, Portella apela para o rompimento com uma cumplicidade do país diante das potências coloniais, como no caso Português, para assumir então uma postura que lhe era reservada a partir das circunstâncias: o exercício de uma “liderança cordial” entre os afro-asiáticos.³⁸⁵ Partilhando da luta contra o subdesenvolvimento e estando potencialmente capaz de promover uma colaboração “sincera, eficaz e verdadeira” com os novos Estados independentes,³⁸⁶ poderia o Brasil virar uma página de colaboração ao colonialismo, linha essa estimulada por uma diplomacia anacrônica e por equívocos sobre as ligações entre Brasil – Portugal e África.³⁸⁷ As mudanças na Política Externa do país, numa direção mais simpática e colaboracionista com os países africanos e asiáticos, daria continuidade a um processo de ampliação do que o autor classifica como “ciclo dinâmico da Política Externa”,³⁸⁸ iniciado com a OPA.

Mas é em *Política Externa e Povo Livre*, já em 1963, que Eduardo Portella expôs um programa muito mais detalhado sobre a PEB. Assumindo o desafio de um ideólogo da Política Externa, capaz de despertar a consciência popular para a tomada de protagonismo na condução das relações exteriores e garantir a prevalência dos interesses nacionais. O sentimento favorável a uma política externa caracterizada pela independência, ao privilegiar os interesses nacionais, encontra-se expresso no olhar deste intelectual para a PEI. Vista como uma política sustentada pelo povo, a Política Externa iniciada pelo governo Jânio Quadros é elogiada pelo seu ambicioso programa internacional, congregando medidas de intensificação de relações com diferentes partes do mundo. Contrapondo-se à Política Externa dos governos anteriores, a PEI se situaria no âmbito da longa tradição de valorização dos interesses nacionais nas relações externas, trajetória essa que remontaria muito antes do país se tornar independente. Contudo, apesar de todo reconhecimento às mudanças na PEB, as contradições

³⁸⁴ Ginat Rami, *op. cit.*, 2017.

³⁸⁵ Eduardo Portella, *op.cit.*, 1961, p.145-146.

³⁸⁶ Idem, p.87.

³⁸⁷ De forma próxima à exercida por Honório Rodrigues e Hélio Jaguaribe, Portella também partilha de uma visão negativa sobre os diplomatas do Itamaraty e a condição da Política Externa do país. Classificando a diplomacia como “conservadora, estática e racista”, este autor critica a incapacidade da diplomacia em reagir às mudanças internacionais que culminavam com a descolonização. *Ibidem*, p.142.

³⁸⁸ *Ibidem*, p.145.

e ambiguidades de seu tempo não deixaram de ser pautadas por Portella. Como em 1961, este voltou a criticar a postura brasileira diante do colonialismo português, um dos entraves no exercício de uma política totalmente independente.

Se em 1961 suas considerações sobre o neutralismo privilegiaram a análise da inserção internacional dos países africanos, suas leituras, dois anos depois, tiveram como referencial a PEB. Analisando o Não-Alinhamento a partir da experiência de Genebra e dos esforços de paz, o autor elogia a postura brasileira no referido encontro e as possibilidades de um Neutralismo que, em verdade, tornava-se um compromisso pela paz:

A conveniência de uma posição externa independente se confunde com a causa mesma do desenvolvimento nacional. Sendo, no plano exterior, a melhor forma de servir a êsse desenvolvimento é, igualmente, o modo mais consequente de exercer uma militância em favor da paz. Que é paz se não a solução dos conflitos internacionais? E o que é política externa se não o instrumento de solução? **O não alinhamento é precisamente o alinhamento pela paz. E êste alinhamento nunca se fez tão necessário, quanto nesta hora em que vivemos todos a mesma.**³⁸⁹

E continua o autor:

A ação do Brasil tem sido incansável nesse sentido. As conversações de Genebra pela cessação dos testes nucleares, o seu constante esforço por uma canalização dos recursos, dos orçamentos de guerra, para o desenvolvimento das áreas periféricas, fêz dêle, perante a opinião mundial, um dos três grandes não-comprometidos juntamente com a Índia e a RAU. E estamos perfeitamente aptos para servir a esta causa, pela circunstância mesma de que não somos Ocidente.³⁹⁰

Na luta pela paz, o Não-Alinhamento foi visto de forma relativamente positiva por Portella, reconhecendo a possibilidade do Brasil - aliado aos também chamados de Não-Comprometidos - cumprir esse papel de defesa da diminuição das tensões internacionais. A posição de Eduardo Portella, ao ser confrontado com as palavras de Afonso Arinos, reforçava o contato entre o Brasil e parte desses países recém-independentes, porém avançava ao não propor uma diferenciação demasiadamente vertical.³⁹¹ Na defesa do desarmamento e do desenvolvimento, a relação entre o Brasil e os demais Não-Comprometidos ultrapassaria o diálogo entre duas partes outrora considerava distintas, mas caminhava para a constituição de uma identidade comum entre os países. Identidade essa negada mesmo por sujeitos que viam aproximações inevitáveis entre a PEI e os ditos neutralistas.

Chama atenção também a aparente mudança de posição sobre o lugar do Brasil no Ocidente. Se no contexto de defesa de uma política mais ativa para com o continente africano,

³⁸⁹ Eduardo Portella, *op. cit.*, 1963, p. 34. Grifo nosso

³⁹⁰ *Idem*, p.34-35.

³⁹¹ Um protagonismo brasileiro entre os Não- Comprometidos não deixa de existir no discurso de Portella. Sua posição privilegiada se sustentaria a partir do reconhecimento de um “país dotado de grandes possibilidades geoeconômicas e humanas, que já dispõe, presentemente, do mais alto nível de renda dentre as grandes nações subdesenvolvidas, e que tem uma das mais sólidas e comprovadas tradições pacifistas”. *Ibidem*, p.37.

a condição brasileira enquanto uma singular democracia étnica ocidental credenciava o país a manter laços privilegiados com os novos Estados independentes, a simpatia pelo Não-Comprometimento encontrava respaldo na ideia de um Brasil Não-Occidental, mas ocidentalizado, portanto, fora dos esquemas de segurança do Ocidente e relativizando os discursos sobre o suposto compromisso do Brasil com essa comunidade. Na busca pela paz a partir da diminuição das tensões internacionais, a capacidade de arbitragem e mediação dos países tachados como neutros foi vista como decisiva no plano internacional. Na visão de Eduardo Portella, a postura desses Estados contribuiria inclusive na disposição de setores pacifistas no interior dos dois blocos em fortalecerem suas posições frente aos belicistas. Assim, no âmbito dos Não-Alinhados, este autor via com bons olhos a possibilidade de uma inserção internacional brasileira mais ativa.

No ambiente diplomático, houve também quem defendesse a construção de uma inserção internacional do tipo neutralista, a partir das especificidades brasileiras. Adolpho Justo Bezerra de Menezes pode ser considerado um intelectual-diplomata ao se debruçar criticamente sobre as relações entre o Brasil e um Mundo Afro-Asiático no contexto do avanço das descolonizações e afirmação do chamado Terceiro Mundo nas relações internacionais. De acordo com Marcelo Alves de Paula Lima,³⁹² Bezerra de Menezes fez parte de uma geração de diplomatas do Pós-Guerra que, do ponto de vista do seu exercício profissional, buscava ir além das atividades burocráticas, colocando-se ao desafio de reflexão da inserção internacional brasileira nos anos 1950 e 1960.³⁹³ Sua inserção no interior dessa atmosfera conflituosa da qual buscamos reconstruir evidência a heterogeneidade do Itamaraty, imerso na disputa pelos rumos da PEB com outros atores da cena política e social do país. O pensamento de Menezes, assim como de outros diplomatas citados ao longo deste trabalho, expõem os dissensos existentes dentro da Casa de Rio Branco acerca da condução da Política Externa, apontando para outros caminhos a serem perseguidos pelo Brasil.

³⁹² Marcelo Alves de Paula Lima. History and Engagement in the work of Bezerra de Menezes. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.42 (1), p.103-124, Jan/Abr.2020.

³⁹³ A referência à nova geração de diplomatas, formados no âmbito do Instituto Rio Branco após a sua criação, rememora aos debates sobre o surgimento de novos perfis de diplomatas naquele contexto. Ao contrário dos “elitistas” e dos “organizacionistas”, dois grupos surgiram a partir dos anos 1940 e 1950, segundo Zairo Borges Cheibub. Convergindo na defesa de uma maior intervenção dos diplomatas na formulação da PEB, “economistas” e homens próximos a atividade política transformam a cena da diplomacia brasileira, num perfil muito mais próximo aos temas mais gerais que caracterizavam a vida política e social do país. In: Zairo Borges Cheibub. *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984. Nesse sentido, se Roberto Campos se caracteriza como alguém representante dessa preocupação econômica, Adolpho Menezes se situa muito mais dentro da perspectiva da atividade política. Porém, ambos estão dentro de uma linha muito mais ativa da Instituição diplomática.

Três obras, em especial, evidenciam parte da trajetória deste intelectual-diplomata na defesa de duas ideias-chave para a inserção internacional do país: a) A construção de uma Política Externa autônoma, que levasse em conta os interesses e as características do país; b) A construção de uma liderança internacional brasileira a partir dos países afro-asiáticos. Tais ideias atravessam as produções de *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano* (1956); *Ásia, África e a Política Independente do Brasil* (1961) e *Subdesenvolvimento e Política Internacional* (1963). Antes de mergulharmos sobre as suas ideias, entender as interações entre Menezes com esse dito mundo Ásio-Africano é fundamental.

Na sua carreira diplomática, Bezerra de Menezes acumulou passagens pelas representações brasileiras na Indonésia, na Tunísia e no Paquistão, além de breve passagem pelo Canadá. Seu envio à Indonésia, ao ser nomeado 2º Secretário na Embaixada brasileira, possui um enredo interessante, sendo uma janela de análise importante para compreendermos as características da diplomacia brasileira naquele período. Ao levarmos em conta os escritos do próprio Menezes sobre seu processo de nomeação, percebe-se o quanto a sua condição de jovem diplomata, desprovido de influência política, culminou com sua nomeação para postos secundários ou marginalizados por outros diplomatas. Expondo a existência de relações de apadrinhamento na chancelaria brasileira, a inexistência aparente de laços dessa natureza gerou certa frustração ao nosso personagem:

Se você tem ‘elementos’ sólidos, à paisana ou fardados, uma lista dos lugares onde você deseja servir é mais do que suficiente. Entretanto, se é apenas funcionário desconhecido nas ‘altas esferas’ terá fatalmente de passar pelo crivo desses impertinentes ‘Péres Josephes’. O Chefe do D.A tem mil e um afazeres de importância para que vá se ocupar da transferência de servidores de categoria modesta como secretários e cônsules.³⁹⁴

Para quem pensava em ser enviado para Beirute, Vaticano, Roma ou Madrid, coube apenas ter de escolher entre Taipé, Karachi e Jacarta, três postos situados no mundo do desconhecido e do renegado entre os círculos diplomáticos. Foi durante essa experiência em Jacarta que Menezes viveu, ainda que limitadamente, aquele Mundo Afro-asiático, aparentemente distante no cotidiano dos brasileiros. Parte de seu olhar sobre a Conferência de Bandung e sobre sua experiência no dito Oriente permaneceria vivo ao longo de suas obras, transformando também num marco pessoal aquilo que considerava ser o fechamento de um longo ciclo histórico e, portanto, a abertura de uma nova Era nas relações entre os povos afro-asiáticos.

Ao tomar como central o processo de transformação dos Estados Afro-asiáticos e a construção de uma inserção internacional brasileira mais ativa em tais continentes, Adolpho

³⁹⁴ Adolpho Justo Bezerra de Menezes. *Um diplomata no Oriente*. Rio de Janeiro: Ágora, 1997, p.2.

Justo situa a disputa entre EUA e URSS num plano secundário diante dos interesses dos países de independência recente. Mesmo em seu primeiro livro, escrito a partir de 1954, uma concepção bipolar rígida já era vista negativamente por este autor, considerando esta uma das fontes do fracasso estadunidense em conquistar a simpatia afroasiática. Sem descartar a luta ideológica entre socialismo e capitalismo, o diplomata direciona seu olhar em direção às experiências históricas dos povos colonizados, apontando para a necessidade de incorporação de demandas como a descolonização e a luta contra o racismo numa postura mais assertiva diante destes Estados.

A partir desse redirecionamento, sua proposta para a Política Externa de um país como o Brasil reconhece dois eixos de ação. O primeiro foi reconhecido como “geral e contemporâneo”:

Na primeira modalidade devemos seguir as linhas gerais da política dos Estados Unidos em sua luta ideológica contra a Rússia. Entretanto, tôdas as vezes que o ‘modus faciendi’ do Departamento de Estado aprovar aberta ou silenciosamente a continuação de qualquer resquício colonial de potência europeia; tôdas as vezes que qualquer mostra flagrante de força, qualquer tática hodierna de ‘big stick’ visando amedrontar a Rússia ou a China Comunista, possa ferir susceptibilidades de soberania, há pouco conquistadas e, maximé, tôdas as vezes que a política norte-americana titubear em questões de igualdade racial – o Brasil deveria apoiar o país africano ou asiático nos conclaves internacionais, manifestar simpatia pela causa da gente, raça, povo ou nação que haja sido vítima de discriminação e, mais ainda, inteira desaprovação pela atitude da potência ocidental.³⁹⁵

Além desta, o autor propõe uma perspectiva classificada como “particular e futuro”:

Na segunda modalidade, devemos seguir política inteiramente nossa, independente. Política mais vigorosa, discreta de longo alcance, na qual o Brasil vise a um extenso e persistente trabalho de sedução das massas africanas e asiáticas por meio do uso de nossa principal arma político-diplomática – igualdade racial e social quase perfeita existente no Brasil.³⁹⁶

No traçado de um país que, por sua formação social a partir mistura de raças, poderia se constituir em protagonista na política internacional, o sentido da política exterior apontava para a construção de uma autonomia crescente, capaz de evoluir numa política independente. A natureza Ocidental do Brasil, do ponto de vista de sua cultura, não culminava em submissão aos interesses das potências coloniais e nem dos EUA. A partir de suas especificidades sociais e históricas, estava a diplomacia brasileira credenciada a valer seus interesses no emergente mundo Afro-Asiático, assim como assumir uma postura de influência a partir do exemplo histórico de um país estável racialmente diante de Estados em efervescência.

Num olhar muito mais flexível sobre a situação da política internacional em relação à disputa ideológica, o neutralismo foi reconhecido como um tipo de inserção benéfica para a

³⁹⁵ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1956, p.329.

³⁹⁶ *Idem*, p.329-330.

construção de uma ordem internacional menos belicosa. Suas manifestações mais antigas datavam ao menos da Conferência de Colombo, caracterizada, segundo o autor, pela primeira reunião de Estados Não-Brancos, de forma autônoma. O Encontro também foi pioneiro em relação a chamada neutralidade militante:

Mas, mais ainda que essas demonstrações de nacionalismo nascente em quadra aguda, Colombo teve um grande mérito para todo o mundo. Ali manifestou-se pela vez primeira um movimento de neutralidade militante, uma neutralidade completamente diferente da espécie clássica, passiva, adotada pelos países escandinavos e pela Suíça. As ‘Combo Powers’ advogaram e advogam uma neutralidade sempre alerta, vigilante, às vezes mesmo importante, abelhuda, mas que poderá agir, como veio a agir mais tarde, com o aumento dos países participantes, como excelente freio para a belicosidade dos dois campos antagônicos.³⁹⁷

As potências de Colombo refletiam uma nova perspectiva de inserção internacional capaz de refletir ativamente na política mundial. No seio das aproximações entre os países asiáticos, formar-se-ia um “bloco” neutralista, responsável pela estruturação da I Conferência Afro-Asiática, uma das referências a Bandung. Relacionando o neutralismo aos movimentos anticoloniais, Menezes elogia a condução de tais Estados no sentido de materializarem a solidariedade afro-asiática a partir da colaboração com as lutas contra as potências coloniais. Sua perspectiva sobre a atuação internacional de tais países não reconhecia um antiocidentalismo e um comunismo intrínseco em seus líderes. Além de alimentar expectativas em torno de uma condenação do que classificava como “colonialismo soviético” num futuro próximo, a experiência de Bandung, ao não ser um espaço de propaganda comunista,³⁹⁸ reforçava certa autonomia dos seus principais atores frente ao enfrentamento entre EUA e URSS. Isso não significava dizer que não havia países próximos a Moscou. A heterogeneidade dos atores afro-asiáticos se manifestava ao longo do processo de aproximação e construção das Conferências, tornando-se nítida a partir das discussões sobre os convidados dos encontros, as resoluções a serem apresentadas e aprovadas, além das agendas prioritárias.

A visão positivada sobre o neutralismo, divergente das linhas que enxergavam moralmente tal questão, encontra certo limite ao confrontar-se com o potencial brasileiro. Diante da aptidão brasileira em ser muito mais influente nas relações internacionais, Menezes

³⁹⁷ Ibidem, p.273.

³⁹⁸ Um confronto de ideias entre Bezerra de Menezes e João Neves da Fontoura, autor do prefácio de *Brasil e O Mundo Ásio-Africano*, ocorre em relação ao tema da propaganda comunista em Bandung. Se o ex-chanceler do governo Vargas entendia a presença chinesa no evento como uma forma de persuadir a posição dos participantes em torno de um antiocidentalismo, o diplomata Menezes classificou a participação de Pequim como discreta, não fazendo de Bandung um encontro hostil ao chamado mundo democrático.

criticou o que considera como um complexo de “inferioridade” do país na Política Exterior, comparando nossa posição com uma das ditas potências de Colombo, a Índia:

Aliás, é doloroso ver a projeção da Índia, em política internacional, conseguida principalmente através do trabalho de seus grandes diplomatas Jawarhal Nehru e Khrishna Menon, quando a compararmos com a figura apagada do Brasil no concerto mundial. Ocorre-me a velha frase da gíria americana, como de todo verdadeira; What has she got that I haven't got? E com efeito, o que tem a Índia que o Brasil não possui ou não possa possuir? Bem ao contrário; as desvantagens são maiores do lado do país asiático. Problemas demográficos, linguísticos e políticos internos. Economia equilibrada por um fio, condições climáticas as mais desfavoráveis, analfabetismo de percentagem mais alta que a nossa; tôda uma série de hábitos, de pesos mortos milenares dos quais a Índia procura desembaraçar-se. E, no entanto, êsse país encontra maneira de projetar-se gigantescamente no panorama internacional, como um verdadeiro e sincero mediador, cuja estatura cresce de ano para ano.³⁹⁹

Reconhecendo na diplomacia indiana o exercício de um papel muito mais influente em relação a um país muito mais estável e de maior potencial como o Brasil, o exemplo do neutralismo asiático alimentava sua defesa de uma futura política independente do Brasil. Se algumas das condições para a construção de um Brasil Potência, tais como os “recursos econômicos, tamanho, solução adequada dos problemas raciais e sociais”,⁴⁰⁰ estariam dadas ou em vias de concretização, o giro na política exterior perpassava à adoção de uma inserção internacional correspondente ao peso e ao horizonte de progresso do país. Para tal mudança, além de investimentos no próprio Itamaraty, o diplomata destacou uma série de medidas de natureza geral, isto é, de responsabilidade dos mais diferentes setores da sociedade, além de medidas de natureza governamental, no sentido de conquistar a influência dos países afro-asiáticos. Chama atenção como, já em 1956, Bezerra de Menezes defenderia iniciativas que se concretizariam a partir da PEI, tais como a expansão de representações diplomáticas, o fornecimento de bolsas de estudo, o intercâmbio científico e acadêmico, dentre outros.

Algumas das ideias mais gerais, em especial, sobre o neutralismo e a perspectiva de uma projeção exterior brasileira mais autônoma e capaz de alcançar a esperada liderança internacional permaneceriam cinco anos depois, por meio da publicação de *Ásia, África e a Política Independente do Brasil*. Publicado em 1961, este livro reúne artigos do diplomata produzidos entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960. Chama atenção os textos que fazem referência à PEI. Menezes teceu diversos elogios à Política Externa do Governo Jânio Quadros e a sua manutenção no governo parlamentar, caracterizada pela atribuição de maior visibilidade e respeito ao país, pela produção de uma renovação no Itamaraty e por um

³⁹⁹ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1956, p.325.

⁴⁰⁰ *Idem*, p.17.

elevado ritmo de atividade diplomática. Numa perspectiva de confronto, tornando-se parte integrante da atmosfera conflituosa em torno da PEI, Bezerra de Menezes teceu críticas aos opositores da Política Externa de Quadros e San Tiago Dantas:

Notam-se, porém, agitações, maquinações, imiscuições daqueles que não se conformam com um Brasil 'dessatelizado', daqueles que, por pendor ou por interesse, só se sentem bem como escravos; daqueles que em matéria de política externa, só vêem duas alternativas: ou sujeição econômico-política disfarçada aos Estados Unidos e à Europa, ou escravização ditatorial comunista. A verdade é que jamais existiu tal alternativa. Continuar agitando êsse ridículo espantalho, isso, sim, é que é propugnar pelos interesses soviéticos.⁴⁰¹

Contrapondo aqueles que enxergavam a inserção brasileira nos marcos de uma rigidez bipolar e de um inescapável conflito moral, o diplomata estabeleceu as bases para a afirmação e defesa de uma Política Independente, direcionada para a já citada edificação de uma liderança internacional brasileira. Para Bezerra de Menezes, se havia um bloco pelo qual o Brasil fazia parte era daqueles países subdesenvolvidos. O Ocidente reivindicado nos discursos Liberais-Associacionistas e mesmo por outros sujeitos partícipes da disputa de rumos da PEB não passava de um estágio de desenvolvimento e civilização, inscrito não no presente, mas num possível horizonte brasileiro.

Suas considerações sobre o neutralismo refletem a consciência de um sentido crescente dessa inserção internacional entre asiáticos e africanos. Anos depois de *O Brasil e o Mundo Ásio Africano*, Bezerra de Menezes atribuí a legitimidade ao neutralismo a partir da experiência histórica de seus atores, extraindo aspectos como o histórico de conflito entre potências ocidentais e suas consequências para os dois continentes, os testes nucleares e o uso da bomba atômica, além da inexistência de sentido prático no conflito bipolar. Nesse sentido, uma inserção neutralista correspondia aos interesses dos países em se desvincularem de relações coloniais, em lutarem pelo desarmamento e pela paz, priorizando a cooperação e os desafios internos.

Do ponto de vista histórico, se o neutralismo na obra de 1956 esteve relacionado às Potências de Colombo, sua compreensão em 1961 recuava historicamente ao episódio da Guerra da Coreia, quando, segundo o mesmo autor, houve um interesse asiático em se comportar como mediador do conflito. Sem desconhecer a heterogeneidade dos ditos neutralistas, o diplomata chama atenção para o avanço neutralista em direção ao continente africano, não como atores secundários, mas como potencialmente líderes ou protagonistas desse movimento:

⁴⁰¹ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1961, p. 10-11.

Ademais, dentre aqueles governos oriundos de revoltas autenticamente populares, existe uma decidida tendência para o neutralismo. Nos países da África negra, cujo líderes se encontram sob o fogo cruzado dos dois grandes blocos antagonistas, não se notam apenas tendências; tem-se, mesmo, a impressão de que homens como Sékou Touré, da Guiné, ou Nkrumah, de Gana, estão dispostos a sobrepujar mestres do neutralismo, como Nehru e Nasser, na moderna tática do marivaudage diplomático, ou seja: ‘flertar’, desprezar e voltar a ‘flertar’, *ad infinitum*, como forma de sobrevivência política e de engrandecimento econômico. Para os neutralistas, essa inconstância política nada tem de imoral, como se julga entre nós. Eles partem da premissa de que num mundo como o atual a possibilidade de aplicação da violência, de se fazer guerra, está na dependência de uma enorme quantidade de fatores logísticos. Quanto maior seja o número desses fatores subtraídos àquelas potências capazes de uma guerra total, tanto menor a possibilidade da eclosão dessa espécie.⁴⁰²

Na produção de um dissenso sobre as acusações de um neutralismo imoral, segundo os setores mais conservadores, Bezerra de Menezes reconhece a validade e a importância desse tipo de inserção internacional, ao contribuir na busca de um mundo mais estável. Dentro de sua leitura fundamentada a partir da História, não seria o neutralismo mero oportunismo (ainda que reconheça a extração de vantagens para os países que o adotam) ou um estágio em direção ao socialismo, mas um modelo de Política Externa autônoma que, apesar das variações entre os países adotantes, reafirmava compromissos inscritos nas Conferências Asiáticas e Afro-Asiáticas, tais como a “coexistência pacífica, não agressão, não-interferência nos negócios internos de cada Estado, igualdade de soberania e vantagens econômicas recíprocas”.⁴⁰³ Na defesa do neutralismo a partir do estabelecimento de contrapontos a determinadas teses vinculadas por grupos ocidentais, o autor ainda considera não ser do interesse russo a existência de um bloco neutralista, pois este traria obstáculos aos supostos interesses de Moscou por uma hegemonia global.

A simpatia ao neutralismo, mais uma vez, contrasta com a expectativa em torno da liderança internacional brasileira. Ao reivindicar tal posição ao país, lamentando o fato de poucos vislumbrarem esse horizonte ázio-africano, Menezes questiona seus leitores se o Brasil continuará a perder tal posição para países considerados “menos categorizados”,⁴⁰⁴ citando Estados como a Índia, o Egito, Cuba, México e Venezuela. O reconhecimento do crescimento neutralista entre os países afro-asiáticos, associado ao que considera como uma tendência de aproximação entre o Brasil e o Não-Alinhamento, representavam passos no sentido de uma tomada de consciência para a concretização daquele destino histórico

⁴⁰² Idem, p.63.

⁴⁰³ Ibidem, p.62.

⁴⁰⁴ Ibidem, p.71.

brasileiro, país louvado pela sua aptidão em dialogar e liderar os novos Estados na direção de uma convergência de interesses.

Anos depois, em *Subdesenvolvimento e Política Internacional*, a fronteira entre PEI e Não-Alinhamento ou Neutralidade Dinâmica parecerão ainda mais tênues. Na crença de que o Não-Alinhamento contribuiu para a diminuição da tensão e das zonas de disputa entre EUA e URSS, o autor classificou países como Egito, Indonésia, Iugoslávia e Índia de “corajosos”,⁴⁰⁵ contribuindo positivamente com a política mundial, dentro da perspectiva de ampliação da cooperação, do desarmamento e da diminuição das tensões ideológicas. Dentro dessa linha, o autor projetava um cenário favorável para a neutralidade dinâmica na América Latina. Classificando tal inserção como uma atitude de “bom senso”,⁴⁰⁶ a construção de tal política no continente não perpassava o abandono dos compromissos interamericanos. A alternativa latino-americana residia numa atuação firme no interior da ONU ou por meio de um estreitamento com os países neutralistas. Mais uma vez, o otimismo se manifestou na perspectiva de constituição de um bloco de países, capaz de contrabalançar as alianças do conflito bipolar e contribuir para a diminuição das tensões internacionais.

As pretensões de uma liderança brasileira sobre os países africanos e asiáticos não foi abandonada em seu discurso. Se uma parcela das elites latino-americanas, incluindo a brasileira,⁴⁰⁷ inviabilizavam o exercício de uma política independente, o curto governo Jânio Quadros e a queda de Jiménez na Venezuela contribuíram para a construção de uma consciência popular em torno de uma nova política exterior, capaz de dialogar com os Estados subdesenvolvidos. No caso do Brasil, este novo tempo reafirmava a inevitabilidade de sua liderança internacional, classificada como “natural e justa”.⁴⁰⁸

De Eduardo Portella a Adolpho Bezerra de Menezes, faces de um neutralismo à brasileira foram inseridas nos debates sobre os rumos do PEB, tendo como eixo central a construção de uma autonomia nas relações exteriores, capaz de melhorar a posição brasileira no cenário global e cumprir com aquilo que parecia ser um destino histórico. A construção de uma Potência, em sintonia com as transformações no cenário internacional e nacional, não perdia de vista as especificidades brasileiras, seja sua condição enquanto uma democracia

⁴⁰⁵ Adolpho Justo Bezerra de Menezes. *Subdesenvolvimento e Política Internacional*. Rio de Janeiro: GRD, 1963, p.33.

⁴⁰⁶ Idem, p.35.

⁴⁰⁷ O papel das elites e do povo na Política Externa é alvo de controvérsia no pensamento de Bezerra de Menezes. Em *O Brasil e o Mundo Ásio – Africano*, o diplomata inicia suas considerações lançando um questionamento às elites do país sobre a construção do Brasil enquanto potência ou uma das potências mundiais. Porém, posteriormente atribui maior peso a posição do povo, ao culpabilizá-lo por não ter tomado consciência sobre o papel a ser cumprido pelo Brasil na política internacional.

⁴⁰⁸ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1963, p. 45.

racial ou então sua posição geoestratégica em relação às superpotências. O reforço de um país singular alimentava o sentimento de concorrência diante de outros Estados classificados como neutralistas na cena internacional, ao mesmo tempo em que a convergência a partir de um bloco de países subdesenvolvidos se tornava uma tendência do que José Humberto Cruz classificou como um “neutralismo que se rejeita a ser reconhecido como tal”.⁴⁰⁹ A simpatia ao Não-Alinhamento não condicionava à defesa de uma adesão pura e simples ao movimento, mas abria um dilema entre o reconhecimento de uma convergência programática entre tais países e a reivindicação de uma liderança diante de um conjunto heterogêneo de países e líderes de projeção internacional.

Inspirando a construção de diferentes sentidos, as aproximações entre a PEI e o Não-Alinhamento foram alvo de discussões por parte de diversos sujeitos interessados nos rumos da Política Externa e do cenário internacional num contexto de mudança e de elevação das tensões na Guerra Fria. Diante de um neutralismo ascendente, as iniciativas em torno de uma inserção internacional brasileira mais universal e autônoma vistas por parte de seus críticos como sintomas de um país em direção à onda Não-Alinhada, afetando o que acreditava ser a posição natural brasileira diante de suas características históricas, culturais e sociais: o Mundo Livre. Nesse ambiente, o diagnóstico sobre a PEI por parte de outros sujeitos que não necessariamente comungavam com a ideia de um cenário internacional caracterizado pela bipolaridade rígida também sofreu a influência dessa ofensiva mais conservadora, transformando a distinção entre a PEI e o Neutralismo em atributo de legitimidade da Política Externa iniciada por Jânio Quadros e seguida por Goulart. Em contrapartida, aqueles que saudavam o neutralismo como uma inserção internacional capaz de elevar a posição do Brasil no mundo e contribuir com a construção de um mundo mais estável, pacífico e cooperativo traçavam as linhas de uma Política Externa muito mais autônoma, capaz de ser reconhecida enquanto neutralista ou próxima de tal inserção, mas sem diluir o Brasil em meio ao conjunto de países recém-independentes.

No interior desse ambiente caracterizado pela desconfiança, medo, tensão, incógnita, mas também esperança e otimismo, o Egito foi peça relevante nas visões sobre o neutralismo, inserido nas leituras sobre o cenário internacional, propostas por tais sujeitos. Entre um possível rival brasileiro na construção de uma liderança internacional e uma das referências de uma estratégia de inserção a ser rechaçada por um país como o Brasil, passando pelas perspectivas pedagógico de sua trajetória recente na construção das posições brasileiras em

⁴⁰⁹ José Humberto Cruz, *op. cit.*, p.49.

agendas importantes como a questão cubana, as múltiplas posições sobre o neutralismo também contribuíram para a existência de visões distintas sobre o que significava o Egito na política internacional. Sobre elas, falaremos a seguir.

3. O EGITO DE NASSER A PARTIR DOS SUJEITOS DA PEI: DA CONDIÇÃO CONCORRENTE À IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

Nas marcas de uma atmosfera de conflitos em torno da PEI, o debate sobre as suas aproximações e distanciamentos frente ao chamado neutralismo mobilizou diferentes sujeitos. Na heterogeneidade de posições sobre os rumos da Política Externa e expectativas sobre o lugar do Brasil na política mundial, percepções sobre o Egito variaram inicialmente entre a sugestão de um alinhamento ideológico e geopolítico com a URSS e a manifestação de um tipo de inserção internacional autônoma. No seio de tais construções, outras questões específicas sobre o país africano foram levantadas e/ou respondidas pelos olhares brasileiros, como a natureza do socialismo reivindicado por Nasser e as relações entre Estado e o islã.

Neste cenário, para além de referencial político do chamado neutralismo, o Egito ocupou outro espaço nas perspectivas de política externa e leituras sobre a situação internacional promovida pelos sujeitos da PEI. No interior dos sentimentos de transformação interna e externa do Brasil, o xadrez da política internacional colocou egípcios e brasileiros em lados distintos do tabuleiro. Diante de certo otimismo quanto ao papel brasileiro entre os novos Estados independentes, a suposta condição privilegiada do Brasil na costura de sua influência externa encontrava no outro lado do Atlântico outros atores também em busca de maior protagonismo. Considerada por José Honório Rodrigues como “capital dos povos Não-Comprometidos”,⁴¹⁰ o protagonismo do Cairo entre os africanos, os árabes e os ditos Não-Alinhados chamava atenção daqueles que traçavam ousadas possibilidades de aproximação do Brasil com esse “outro mundo” não Ocidental. Assim, desenhava-se um cenário de concorrência entre brasileiros e egípcios na cena internacional, sugerido nas diferentes construções de Política Externa e Política Internacional de parte dos sujeitos aqui analisados.

Contudo, os traçados de uma rivalidade dividiam espaço com outras perspectivas de interação entre brasileiros e egípcios. Enquanto um ator regional de relevo, tal país esteve no mapa da diplomacia brasileira nos primeiros passos da PEI ainda no governo Jânio Quadros, tendo no presidente brasileiro um entusiasta no aprofundamento de relações. Além de admirador confesso do presidente Nasser, Jânio Quadros evidenciou interesse em ampliar as relações comerciais, culturais e políticas com o Egito, encaminhando diferentes orientações ao longo de seu mandato sobre possíveis medidas na direção do país africano. Nos marcos de uma aproximação incômoda, o Chefe de Estado brasileiro se tornou um fator de favorecimento para tais relações, fazendo uso de sua posição para tentar estimular a

⁴¹⁰ José Honório Rodrigues. O Presente e o Futuro das relações africano-brasileiras (I). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, 18, 1962, p.277.

ampliação nos contatos com um país considerado estratégico nos esforços de mundialização e multilateralização da PEB.

3.1. Um Egito concorrente? A utopia da liderança internacional brasileira e a influência egípcia no mundo afroasiático

Nos caminhos de um processo de mundialização e multilateralização da PEB com a PEI, as iniciativas do governo Jânio Quadros e seu sucessor, João Goulart, inseriam-se dentro de um cenário complexo de debates acerca do lugar do Brasil na arquitetura global. Nos medos e nas desconfianças daqueles que privilegiavam o alinhamento do Brasil ao Ocidente Capitalista, a trajetória da PEI representava um perigo diante de um cenário de avanço comunista em nível mundial, agravado no sistema interamericano pela questão Cubana. Para homens como o Almirante Carlos Penna Botto, a política de “braços dados a Tito, Suario, Nehru, Nasser, etc., e com alguns potentados tribais na África” levaria o país para um fatal destino: sua incorporação ao bloco socialista.⁴¹¹

Contudo, outros sentidos sobre as mudanças na Política Externa a partir de 1961 foram atribuídos a partir de sujeitos que simpatizavam com a PEI ou projetavam maiores expectativas quanto aos seus efeitos para a construção de uma posição mais relevante para o Brasil nas relações internacionais. Enquanto face de um Brasil em transformação, a Política Externa de Quadros e Goulart era vista como um passo necessário, porém nem sempre coerente na direção de um encontro entre passado, presente e futuro do Brasil. De diferentes maneiras, sujeitos como Afonso Arinos, San Tiago Dantas, Adolpho Justo Bezerra de Menezes e Eduardo Portella convergiam em torno de um otimismo quanto às possibilidades do Brasil em se tornar uma potência. Porém, divergiam sobre as fórmulas, a extensão e as consequências dessa operação que visava fazer o país cumprir com o seu “destino manifesto”.

A existência de um horizonte de expectativa em torno de um Brasil capaz de ser um ator relevante na política internacional antecede e muito aos anos da PEI. Numa perspectiva em longa duração sobre o pensamento brasileiro em relações exteriores, contornos de um interesse de projeção externa na direção da elevação da posição do país em nível externo podem ser vistos desde o Brasil Império. Para Maria Regina Soares de Lima,⁴¹² a crença em torno de uma estabilidade na trajetória das relações exteriores do Brasil tivera na percepção partilhada das elites nacionais sobre um papel ascendente do país nas relações internacionais como um de seus principais recursos. Neste sentido, diante de uma “construção conceitual da

⁴¹¹ Almirante Carlos Penna Botto, *op. cit.*, p.134.

⁴¹² Maria Regina Soares de Lima. Aspiração Internacional e Política Externa. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n.82 (Ano 19), p. 1-24, jan./mar. 2005.

diplomacia”,⁴¹³ com efeitos na produção acadêmica e intelectual sobre a Política Externa, a utopia de um Brasil capaz de ser uma potência mundial adquire relevância.

No que classificou como “substrato ideológico” do acumulado histórico da diplomacia brasileira,⁴¹⁴ Amado Cervo vê na “independência de inserção internacional” a perspectiva de existência de uma Política Externa que incorpora visões endógenas,⁴¹⁵ caracterizando-se pela expressão de autonomia em sua formulação. Ainda que submetida às variações do desenvolvimento da inserção internacional do país, tal característica remontaria desde o século XIX, sobrevivendo ao que o autor classificou como o paradigma Estado Desenvolvimentista após 1930.

Se tal afirmação pode parecer, a primeira vista, genérica diante de um olhar que enxergue a Política Externa dentro de um quadro de influência da luta social e política do país, não se deve negar a sugestão que existe no centro dessa construção. A defesa de uma visão de mundo própria e da afirmação de uma autonomia na formulação da PEB se torna uma porta de entrada para pensarmos como seus atores enxergavam os seus papéis e o potencial existente no pensamento brasileiro sobre a política exterior. Considerando a perspectiva de uma liderança internacional do Brasil como uma regularidade dentro do circuito histórico de ideias e formulações das relações exteriores, construções como a perspectiva de um Império nos trópicos ou mesmo uma hegemonia brasileira no Rio da Prata evidenciam como os interesses pela afirmação do país em nível externo passava pela constituição de uma posição privilegiada em nível regional ou então um diálogo estreito com os Estados protagonistas na arquitetura global em determinada época.

Uma manifestação dessa tendência pode ser vista a partir de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Segundo este autor, o conceito de América do Sul pautou “objetivamente” a PEB por quase dois séculos,⁴¹⁶ transformando-se numa zona privilegiada e estratégica de projeção dos interesses brasileiros no pensamento geopolítico nacional. A complexa conciliação entre construir sua zona de projeção e manter ou não uma relação assimétrica pode ser vista na perspectiva do Barão do Rio Branco. Sem recair numa visão mistificadora sobre sua atuação nas relações exteriores, a sua concepção sobre o lugar do Brasil na política continental a partir da constituição de uma relação estreita com os EUA:

José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, quando ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores (1903-1912), buscou consolidar as

⁴¹³ Idem, p.03.

⁴¹⁴ Amado Luiz Cervo, *op. cit.*, p.31.

⁴¹⁵ Idem, p.31.

⁴¹⁶ Luiz Alberto Moniz Bandeira. A integração da América do Sul como espaço geopolítico. In: *Integração da América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010, p.137.

fronteiras do Brasil, com todos os seus vizinhos, e sua política exterior pautou-se por diretrizes similares às do tempo da monarquia (1822-1889), ao considerar o continente uma espécie de condomínio, em que o Brasil exerceria livremente sua influência sobre a América do Sul, enquanto as Américas do Norte e Central, bem como o Caribe, teriam os Estados Unidos como polo de gravitação.⁴¹⁷

A possibilidade de elevação da posição do país a partir da conquista de uma posição protagonista em uma determinada região ou uma zona intercontinental e a definição de um relacionamento específico com um grande poder pautaria as construções de uma liderança internacional não somente no período Rio Branco, mas no Pós-Guerra.⁴¹⁸ Na construção geopolítica do General Golbery, o reconhecimento da primazia estadunidense no Ocidente capitalista e, no âmbito hemisférico, sua zona de influência do “irmão do norte” no Caribe acompanha não somente uma negociação da posição brasileira no Atlântico Sul,⁴¹⁹ mas também uma perspectiva mais ampla acerca da projeção exterior.

O mundo luso-brasileiro, o mundo latino, o mundo católico e o mundo subdesenvolvido apareciam como novos vetores de mudança na inserção internacional do Brasil a partir de Golbery. Sem renunciar aos laços estreitos do país com os EUA, tais zonas descontínuas se transformavam em peças de um horizonte positivo sobre a PEB num contexto de transformação nacional. Do mundo subdesenvolvido, a crença em um Brasil capaz de ser “intérprete” entre tais Estados e o Ocidente mostrava uma capacidade de exercer um papel ativo nas relações exteriores em nome não apenas do país,⁴²⁰ mas de sua aliança no plano da Guerra Fria.

Assim, no contexto de transformação do sistema internacional a partir das dinâmicas da Guerra Fria e dos processos de descolonização no continente africano e asiático, sujeitos como o general Golbery construíam um horizonte de expectativa sobre a posição do Brasil frente a tais acontecimentos, transformando-os em janelas de oportunidade para a materialização de uma utopia de um país capaz de liderar outros atores na cena internacional. No contexto da PEI, a aproximação entre o Brasil e o continente africano ou os países subdesenvolvidos representaria uma peça na construção intelectual de diferentes atores políticos e sociais que disputaram os rumos da PEB.

⁴¹⁷ Idem, p.138.

⁴¹⁸ Essa afirmação dialoga com a construção de Rubens Ricupero sobre a existência de dois eixos que dão sentido à trajetória da PEB ao longo de mais de um século. Compreende-se como o eixo assimétrico um nível de relacionamento desigual entre o país e as grandes potências, tais como Grã-Bretanha e EUA. Em contrapartida, um eixo simétrico diz respeito a construção de relações com Estados ou regiões de “categoria de poder comparável à nossa”. Rubens Ricupero. *O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular*. In: José Augusto Guilhon Albuquerque; Ricardo Seitenfus; Sérgio Henrique Nabuco de Castro. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p.46.

⁴¹⁹ Golbery do Couto e Silva, *op. cit.*, p.49.

⁴²⁰ Idem, p.198

3.1.1. Cruzada dos emergentes: embates entre um dito Brasil cristão e pró-Occidental e um Egito islâmico

Do ponto de vista do lugar ocupado pelo Egito nos olhares de sujeitos como Eduardo Portella e Adolpho Justo Bezerra de Menezes, a tensão entre o sentimento de concorrência daquele país na conquista de uma posição privilegiada entre os países afroasiáticos e sua importância num processo efetivo de ampliação das fronteiras geográficas de atuação exterior do país se tornou evidente. Circunstâncias históricas ou culturais, ambições pessoais ou análises acerca da situação política mundial impulsionaram visões distintas sobre o lugar ocupado pelo Egito no cenário internacional e seus reflexos para a política brasileira.

Entre os atores privilegiados nesse estudo, a expressão mais notável de um Egito concorrente do Brasil na ampliação de sua presença internacional em direção aos novos Estados independentes foi vista no pensamento do diplomata Bezerra de Menezes. Antes mesmo da PEI, em sua obra *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*, as bases desse choque de interesses foram estabelecidas.

Na perspectiva de uma liderança internacional capaz de mediar as tensões existentes no cenário internacional e impulsionar novas formas de conquista de protagonismo a partir das características próprias de um país proclamado como democrático racialmente, Bezerra de Menezes estabeleceu discursivamente algumas das pontes possíveis para a afirmação do Brasil como uma potência mundial. Numa ofensiva político-diplomática que reunia desde investimentos institucionais no Itamaraty até uma maior presença cultural brasileira no mundo afro-asiático, passando pela construção de novos canais de informação e publicidade do país, a utopia de um Brasil Potência em Bezerra de Menezes visava traduzir no hoje para colher no amanhã as políticas que estimulassem o aproveitamento das condições históricas e sociais do Brasil em ser um candidato singular na construção de uma zona de influência sobre um mundo em efervescência:

Que temos muitos traços de aproximação não só étnicos como espirituais com a África e com a Ásia. Que só as distâncias nos separam, pois que os ideais são os mesmos. Que somos tão anticolonialistas como qualquer outro país que tenha participado de Bandung, porquanto, se bem que o colonialato português no Brasil tenha sido dos mais brandos e patriarcais em seus aspectos sociais, no lado político e econômico, foi dos mais ríspidos e sufocantes. Que tivemos um Tiradentes, que tivemos gente degredada que também possuímos nossos mártires, nossas vítimas, nossos patriotas como qualquer outra colônia da Ásia e da África os teve e os está tendo. Que ademais de colônia de Portugal fomos vítimas também da cobiça de franceses e de holandeses que chegaram de fato a tomar e a exercer longo mando sob grandes tratos de nosso território. Que somos por índole, e já o provamos, inteiramente anti-imperialistas. Que tivemos a Banda Oriental em nossas mãos e nos curvamos às inclinações de seus habitantes; que ganhamos sangrenta e demoradas guerra e respeitamos a integridade do

Paraguai; que com imensas fronteiras e considerável número de vizinhos pudemos fixá-las numa sinfonia de pacifismo e respeito mútuo, sob a batuta mágica do Rio Branco.⁴²¹

Na seleção de supostos desafios enfrentados e superados no passado e no presente brasileiro, além de determinados princípios na atuação externa e interna do país, o diplomata construiu linhas de aproximação entre o Brasil e os países afroasiáticos dentro de uma perspectiva de valorização da condição brasileira em liderar os Estados recém-independentes ou em luta contra o domínio colonial. Na busca por alcançar esses novos atores do sistema internacional e trazer-lhes para a estratégia política brasileira no plano internacional, a devoção de um Brasil miscigenado e capaz de exercer uma influência externa distinta de qualquer expressão de uma dominação colonial aparece como recursos de legitimidade do projeto traçado por Bezerra de Menezes.

Nesse sentido, a presença brasileira entre os afroasiáticos diferia de qualquer outra experiência dos Estados ditos Ocidentais nos dois continentes, os quais colhiam erros e fracassos históricos e não compreendiam os novos rumos da política internacional. Contudo, a posição brasileira se contrapunha também a outros atores como o Egito. No que considera ser um “erro” das potências ocidentais, o racismo expresso nas políticas para com o mundo afroasiático pavimentava o caminho de outros atores internacionais na conquista daqueles povos. Além do suposto favorecimento soviético, o diplomata brasileiro via o mundo muçulmano e um de seus protagonistas como beneficiados pela postura Ocidental:

O outro setor não racista (e êsse é inegavelmente), é o muçulmano. Essa virtude que já ajudou a expandir-se descomunal e repentinamente, há treze séculos, empresta-lhe grande importância política na formação da África moderna e na ressurreição da Ásia. Em vista das práticas perigosamente ilógicas da União Sul-Africana e de outros setores coloniais onde se admira a política aparteísta, não deverá constituir surpresa se em cinquenta anos tôda a África negra estiver independente debaixo, por exemplo, da liderança egípcia e, não só independente, mas tôda ela maometana, odiando sem quartel o mundo branco e cristão.⁴²²

Numa fase de transição nas relações internacionais a partir do fim do colonialismo, a emergência de novos atores influenciando os rumos do continente africano aparecia também influenciada pelas atitudes do Ocidente em relações historicamente marcadas por vacilações. No horizonte de construção de um Brasil capaz de ser uma grande potência, o crescimento da influência egípcia no continente negro aparecia como um fator de desconforto para um ator que teria naquela mesma região pretensões de liderança.

Para Bezerra de Menezes, o islã apresentava a mesma credencial antirracista que o Brasil, aspecto sedutor para um projeto de aproximação com Estados e sociedades que

⁴²¹ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1956, p.330.

⁴²² Idem, p.28

sofreram com as práticas coloniais assentadas na discriminação. No caso da religião, o histórico de 13 séculos de relacionamento com os povos africanos também foi mobilizado como um fator de atenção. Sem avaliar a natureza das relações entre o islã e o continente nesse longo período, a caracterização do papel da religião na construção de uma África Moderna e seu papel enquanto fator de resistência também alimentam os temores de uma nova expansão no continente, dessa vez capitaneado pelo Egito.

Depois de demarcar um quadro de possível avanço soviético e egípcio no continente africano, o diplomata retomou esse tema após sugerir diversas medidas a serem adotadas pelo governo brasileiro no sentido de ampliar sua presença no outro lado do Atlântico e conquistar o apoio dos novos Estados. Alimentando a perspectiva de que a construção de uma liderança internacional do Brasil era uma obra a ser iniciada ainda em seu presente, a urgência na construção de uma política firme para o mundo afroasiático era reforçada diante do potencial dos adversários:

Nós, brasileiros, então, estaríamos semeando, para excelentes e fartas colheitas futuras. Estamos, sem dúvida, nos descuidando desta valiosa oportunidade. Que esperamos? Que o negro vá ainda cair de amores pelo seu tradicional opressor anglo-saxão? Vamos dar tempo a Moscou e à sua insidiosa propaganda; tempo para que ela frutifique inteiramente na alma do negro africano? Ou vamos permitir que a liderança egípcia, por exemplo, transforme toda a África negra num continente muçulmano inteiramente alheio às nossas tradições, idéias e maneiras de ser ou, o que é mais certo, ficaremos de braços cruzados até que mais fortes, pesando na balança mundial de daqui há meio século, o africano venha a enfeixar todo o homem branco em seu ódio, sem distinção de países.⁴²³

Nas diferenças entre uma projeção brasileira e um avanço egípcio no continente africano, uma disputa de natureza cultural e civilizatória marcaria os possíveis rumos vislumbrados para os países recém-independentes. Sob a bandeira do islã, o Egito despontava como um possível novo influente na política africana, capaz de garantir sucesso frente a um mundo em ascensão e futuramente decisivo na arquitetura política do mundo. Qual a alternativa para barrar um avanço do Cairo? Para o diplomata, além de seguir um heterogêneo programa de aproximação com o continente africano, caberia ao Brasil também destacar os “pontos fracos” do comunismo, pensando no caso soviético, e do “mundo árabe”, em relação à penetração egípcia. Nesse último caso, Bezerra de Menezes entraria em contradição sobre as credenciais do islã no continente africano e seus reflexos na construção de uma liderança egípcia. Na contenção do potencial deste país, deveria a diplomacia brasileira destacar a permanência dos “métodos escravistas completamente obsoletos” do mundo árabe.⁴²⁴

⁴²³ Ibidem, p.357-358.

⁴²⁴ Ibidem, p.358.

A relação entre o novo regime egípcio e a religião islâmica se tornou um tema de interesse de Bezerra de Menezes ao longo de sua obra. No contraponto entre modernidade e atraso, o diplomata brasileiro via no “fanatismo” religioso uma das causas para as dificuldades dos povos árabes em empreenderem uma política de desenvolvimento ao longo da primeira metade do século XX. O Egito de Nasser e sua política proclamada como “moderna” iria na contramão dessa tendência ao ter estabelecido os limites da religião na organização social e institucional do país. Para Bezerra de Menezes, o país africano convivia com duas formas distintas e concorrentes de encarar o papel social e político da religião, encarnadas em Nasser e na Irmandade Muçulmana:

A atitude do novo Egito parece, pois, bastante ponderada e dá bem a medida do pensamento do árabe moderno: - construção de estados fortes, militar, política e economicamente no estilo ocidental; ânsia de respeito e de compreensão por parte do Ocidente; extirpação completa do elemento religiosos fanático que busca e sonha com um mundo muçulmano do século VII; mostras por atos e palavras que uma vez tratados de igual para igual poderão afastar-se das linhas ultra-rígidas do Corão; busca de um denominador comum com a cristandade; para o estabelecimento de uma área de maior compreensão entre os dois mundos religiosos, não só no campo econômico e político, mas também no espiritual.⁴²⁵

Escrevendo num contexto de acirramento das tensões entre Nasser e a Irmandade Muçulmana,⁴²⁶ Bezerra de Menezes vê na nova elite dirigente egípcia as marcas de um novo tipo de relacionamento entre Estado e islã, na perspectiva do que ficou conhecido como arabismo secular. Contudo, ainda que na sua concepção o Estado tenha o controle sobre as instituições religiosas, limitando-as em seu campo de atuação, o caso egípcio lhe chamava atenção para a permanência da religião como uma “base de conduta”, peça integrante na luta nacionalista. Nesse sentido, as concepções do diplomata brasileiro sobre o Egito passavam pela exploração complexa de duas dicotomias. Num primeiro plano, as possibilidades de construção de um relacionamento construtivo com o mundo Ocidental e Cristão *versus* os supostos interesses expansionistas egípcios feitos em nome do Islã e sobre áreas influenciadas pelo Ocidente no continente africano. Num segundo plano, a representação do Egito enquanto um oásis de modernidade no Mundo Árabe a partir da opção secularista *versus* a compreensão do islã como uma arma política.

⁴²⁵ Ibidem, p.248-249.

⁴²⁶ O interesse de Adolpho Justo Bezerra de Menezes sobre as relações entre Nasser e a Irmandade Muçulmana em *O Brasil e o Mundo Asio-Africano* pode ser explicado pelas tensões contemporâneas ao momento inicial de escrita deste autor. Conforme o diplomata, o livro começou a ser escrito ainda em 1954, um ano antes da Conferência de Bandung. In: Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1961. No mesmo ano de início da produção da referida obra, a Irmandade Muçulmana foi posta novamente na ilegalidade, após um atentado promovido por um sujeito ligado à organização contra Nasser. Conforme Joel Gordon, encerrava-se assim uma era de relativa cooperação entre a SIM e o regime. In: Joel Gordon, *op. cit.*

Chama atenção como o país de Nasser foi vinculado ao movimento mais amplo de uma nova expansão do islã no contexto dos anos 1950. Enquanto um fator de resistência ao colonialismo em determinadas sociedades,⁴²⁷ a religião paradoxalmente se beneficiou das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas ao longo da primeira metade do século XX. No processo de avanço do islã sobre outras sociedades no continente africano, fatores como o avanço do ensino islâmico e a relativa tolerância das autoridades coloniais, a urbanização, o desenvolvimento do transporte e os deslocamentos populacionais foram alguns fatores elencados como fundamentais.⁴²⁸ Tal processo se acentuou com o avanço da descolonização, permitindo com que o islã ultrapassasse fronteiras históricas de sua presença na África:

Um dos mais importantes resultados do processo de descolonização consistiu em permitir a ultrapassagem dos limites locais impostos ao islã pelo colonialismo e na possibilidade de recolocar a ênfase nos aspectos universais e internacionais do islã. As peregrinações, o movimento pan-islâmico e os intercâmbios de eruditos permitiram relançar e desenvolver os contatos com o Oriente Médio. Desta forma, os grandes movimentos do Oriente Médio como o fundamentalismo xiita, do Irã de Khomeiny e a ideologia revolucionária radical de el-Khadafi, tiveram um impacto na África. Mas, não é certo que seja possível atribuir a influências internacionais os movimentos radicais antimodernistas do islã popular, específicos de certas regiões, como o movimento maitatsino, no Norte da Nigéria.⁴²⁹

Nesse contexto de uma nova expansão do Islã pela África e de sua vinculação enquanto um fator constituinte das novas nações, o Egito era visto por um olhar brasileiro como um dos principais expoentes desse movimento, atribuindo a tal processo a característica de Política de Estado. Na *Filosofia da Revolução*, Nasser vê no mundo muçulmano um segundo círculo de identidade e de influência do Egito. Religião majoritária na sociedade egípcia, os caminhos do islã interligariam o Egito para fora do Mundo Árabe, num percurso que o aproximava de regiões como o Sudeste Asiático e partes do próprio continente africano. Tal pertencimento ao mundo do Islã simboliza uma intersecção entre passado, presente e futuro. Gamal fundamenta o pertencimento egípcio a essa zona a partir do reconhecimento do islã presente desde o século VII,⁴³⁰ mas também por meio do que chama de “causas

⁴²⁷ Conforme Elikia M'Bokolo, o papel do islã frente ao colonialismo foi objeto de divergência por parte de determinadas leituras. Para alguns olhares políticos, o islã teria ocupado um lugar colaboracionista em contextos de administração indireta, sobretudo em áreas dos Impérios Francês e Britânico. In: Elikia M'Bokolo, *op. cit.*, p.690.

⁴²⁸ Tshishiku Tshibangu; J. F. Ade Ajayi; Lemim Sanneh. Religião e evolução social. In: Ali A. Mazrui; Christophe Wondji (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

⁴²⁹ Idem, p. 622.

⁴³⁰ A conquista árabe do Egito ocorreu em 641 d.C. Conforme Mohammed El-Fasi e I. Hrbek, o processo de islamização do país envolveu diferentes elementos, tais como “conversões religiosas sinceras, busca de vantagens fiscais e sociais, temor de perseguições, decadência da Igreja Copta, imigrações muçulmanas”. Mohammed El-Fasi; I. Hrbek. Etapas do desenvolvimento do Islã e da sua difusão na África. In: _____.

históricas”.⁴³¹ Nasser demonstra confiança na unidade muçulmana. Ao relatar sua experiência em Meca,⁴³² o egípcio pretende ver naquele ato de fé individual, reunindo milhares de crentes ao redor de vários continentes, num movimento político de força possa colocar em contato povos tão diferentes, mas unidos por uma comunidade espiritual.

Apesar de não se aprofundar sobre o que seriam essas ‘causas históricas’ no documento de 1954, acreditamos que é na Carta Nacional que Nasser melhor relacionou a dimensão temporal das relações entre o Egito e o islã. No texto de 1962, o Coronel egípcio reivindicou para os egípcios uma condição de vanguarda na defesa do islã em diferentes contextos históricos, tais como as Cruzadas. A preservação de Al-Azhar enquanto centro intelectual e religioso foi valorizado como a materialização desse legado.

Contudo, uma liderança egípcia no mundo islâmico parecia estar distante das expectativas de Nasser e mesmo dos temores brasileiros. Conforme Adeed Dawisha, apesar do reconhecimento do Islã enquanto uma força fundamental em nível regional e inserida para além das fronteiras do mundo árabe, o Egito carecia de um “status islâmico”,⁴³³ não tendo a seu favor santuários sagrados e estando diante de outros potenciais rivais com maiores credenciais, tais como a Arábia Saudita.

O traçado de disputa de posição com os sauditas esteve presente nos escritos de Adolpho Justo Bezerra de Menezes. Em texto publicado na segunda edição da RBPI em 1958 e republicado enquanto capítulo de *Ásia, África e a Política Independente do Brasil* em 1961, o diplomata analisou a situação política no continente africano, dando destaque para o florescimento do que chamou de “africanismo”. Compreendendo-o como uma espécie de síntese dos anseios de libertação política no continente a partir dos interesses dos próprios africanos. Tal demarcação ocupa lugar relevante quando confrontado com outras forças político-ideológicas de raízes exógenas. Além do afroamericanismo e do afrocomunismo, o autor enxerga no afroislamismo uma força com interesses bastante particulares e distintos dos objetivos da África Negra.

História Geral da África, III: África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010, p.74. Esse processo de islamização também foi acompanhado de um movimento de arabização de boa parte da sociedade egípcia. Para Thierry Bianquis, “contrariamente aos persas e aos turcos, os quais adotaram o islã mas conservaram ou retomaram a sua língua nacional, gozando assim de uma autonomia cultural, os egípcios foram englobados no conjunto linguístico árabe, do Atlântico à Mesopotâmia”. Thierry Bianquis. O Egito desde a conquista árabe até o final do Império Fatímida (1171). In: Mohammed El-Fasi; I. Hrbek. *História Geral da África*, III: África do século VII ao XI. Brasília: UNESCO, 2010, p.204.

⁴³¹ Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1963, p.102.

⁴³² Nasser esteve em Meca no ano de 1954, acompanhado de Ministros e funcionários do governo egípcio. In: Adeed Dawisha, *op. cit.*, 1976

⁴³³ Idem, p. 90.

Do ponto de vista histórico, Bezerra de Menezes reitera as bases de um relacionamento vertical entre árabes-islâmicos e africanos. Para o diplomata, “rapinagem” e “escravidão” fizeram parte dos objetivos árabes no continente africano. Contudo, no contexto do Pós-Guerra e da descolonização, o interesse dessa vez seria a conquista de postos políticos, num processo que confrontaria diferentes faces do chamado mundo Islâmico. Uma delas, o Egito, foi caracterizada da seguinte maneira:

Não há, porém, uma ação conjunta perfeitamente delineada. São vários os mentores islâmicos que fomentam o nacionalismo negro e alguns deles se contrapõem mesmo, em suas finalidades e alianças, como o Egito, a Arábia Saudita e o Marrocos. De todos, o mais coordenado, o que mostra mais vitalidade e maior possibilidade de sucesso rápido é o egípcio. A propaganda do Cairo para as bandas do sul é constante. Suas difusoras vêm irradiando diariamente em Swahili, desde o início da rebelião de Mau-Mau, pois o Quênia é considerado como um dos pontos mais nevrálgicos do Continente. Para os bantos da África apartaísta, são transmitidas, também palavras de constante encorajamento nas suas lutas contra o que o Egito denomina ‘a pior marca de imperialismo, a hegemonia anglo-bôer’. A política de Nasser para a África, foi exposta na Filosofia da Revolução, obra em que ele sustenta a teoria de que o Egito é o coração de três círculos vitais – o dos Estados árabes, o do Mundo Muçulmano e o do continente africano. O Cairo é, hoje em dia, para o africanismo, o que Paris representava no século passado para o nacionalismo balcânico. Para ali rumam todos os líderes de movimentos libertadores, quase todos os patriotas perseguidos.⁴³⁴

Da Península Arábica, Riad se constituiria num segundo expoente do afroislamismo, favorecida pela capacidade financeira e pela sua posição frente ao Ocidente:

Outra fonte de muçulmanização é a Arábia Saudita, com o seu dinheiro fácil e com o prestígio das suas novas alianças ocidentais, conseguidas à custa do petróleo. A influência saudita se faz sentir, sobretudo, através das Somálias e do Sudão. Há ainda, a considerar a influência direta dos maometanos e paquistaneses, fixados na África Central.⁴³⁵

Fazendo referência à posição saudita diante dos EUA e do bloco Ocidental, Bezerra de Menezes sugere um quadro heterogêneo quanto ao afroislamismo, apresentando fissuras de natureza ideológica e geopolítica entre seus principais expoentes. A sugestão de uma disputa entre sauditas e egípcios na passagem dos anos 1950 e 1960 revelava a existência de transformações importantes no âmbito da política regional, com reflexo na projeção dos Estados árabes em outras partes do globo, inclusive no continente africano. Conforme Michael Doran,⁴³⁶ Riad e Cairo possuíram uma importante aliança entre os anos 1940 e 1950. Divergindo quanto ao grau de influência britânica no Oriente Médio, os dois países constituíram a chamada Aliança do Triângulo junto com a Síria, opondo-se à Entente Turco-

⁴³⁴ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1961, p.37.

⁴³⁵ *Idem*, p.37-38.

⁴³⁶ Michael Doran. *Pan-arabism before Nasser: Egyptian Power Politics and the Palestine Question*. New York: Oxford University Press, 1999.

Hashemita.⁴³⁷ Tais laços sobreviveram durante curto tempo após a derrubada da Monarquia egípcia. Após a Crise de Suez e a conformação de uma hegemonia egípcia no Mundo Árabe, os temores sauditas acerca de uma possível influência egípcia entre os militares do país e o próprio papel de Nasser enquanto um protagonista do nacionalismo árabe distanciaram os dois países.⁴³⁸

Em suas observações sobre o Egito, percebe-se como este autor, em alguma medida, teve contato com a *Filosofia da Revolução*, justificando a posição egípcia dentro dessa força a partir dos próprios escritos de Nasser. Seu conhecimento sobre o Egito contemporâneo abarca também o reconhecimento da influência daquele país no continente africano e suas múltiplas estratégias de aproximação com os movimentos de libertação. Ao comparar o Cairo do Pós-Guerra com a Paris do Século XIX, o diplomata atribui ao Egito uma condição de força centrípeta dos nacionalismos africanos, evidenciando o protagonismo do país de Nasser diante das transformações em nível continental com o desgaste da ordem colonial.

Apesar de uma trajetória específica quanto ao desenvolvimento de seu próprio processo de independência, o engajamento egípcio na descolonização africana pode ser notado em diferentes aspectos. Antes mesmo da derrubada da monarquia, a aproximação com os movimentos de descolonização ocorreu em diferentes contextos, tais como a participação no chamado grupo afroasiático na ONU ou o apoio ofertado aos membros tunisianos do *Neo-Destour* no Cairo. Ainda na luta dos países magrebins contra o domínio francês, o Egito de Nasser se destacou na ajuda oferecida aos argelinos. Ainda que tal papel tenha sido superdimensionado pelos franceses, o Cairo teve um papel relevante na manifestação de simpatia à causa argelina e no oferecimento de recursos para a Frente de Libertação Nacional:

O problema argelino ganhava doravante uma dimensão internacional, os países árabes, asiáticos e socialistas defendiam a independência argelina perante a ONU e numerosos regimes árabes progressistas ofereciam a sua ajuda sob diversas formas: pelo fornecimento de armamento, pela prestação de formação militar e pela concessão de financiamentos. Na primeira linha destes países figurava o Egito – na ocasião da crise de Suez de outubro de 1956, um dos objetivos franceses era depor o presidente Al- Nasser, em razão do apoio que ele prestava à revolução argelina.⁴³⁹

O papel egípcio não foi circunscrito apenas aos processos de descolonização na África do Norte. Ao sul do Saara, outros movimentos contaram com o apoio de Gamal Abdel Nasser ou a ele buscavam na perspectiva de angariar apoio político. Conforme Leila Leite

⁴³⁷ Conforme Michael Doran, tal divisão correspondia às perspectivas dos Estados do Oriente Médio acerca do nível de influência britânica na região. Enquanto turcos, iraquianos e jordanianos defendiam um estreitamento de laços com Londres, inclusive do ponto de vista securitário, Egito, Síria e Arábia Saudita defendiam um nível maior de autonomia. In: Idem.

⁴³⁸ Silvia Feraboli, *op. cit.*

⁴³⁹ I. Hrbek, *op. cit.*, 161.

Hernandez,⁴⁴⁰ egípcios e o *Zanzibar Nationalist Part*, organização política árabe da ilha do Oceano Índico, possuíam relações de natureza política e comercial ainda nos anos 1950. Outros líderes nacionalistas encontravam na capital egípcia um ponto de apoio para a organização de suas lutas contra os colonizadores:

O Egito não esqueceu a África em sua nova importância no mundo árabe. Como escrevera Nasser, não poderia ‘se manter indiferente à batalha terrível e apavorante’. O Cairo, que já era um lar para os líderes nacionalistas refugiados do norte da África, agora hospedava outros do sul do Saara. Felix Moumié, dos Camarões, e John Kale, do Congresso Nacional de Uganda, estavam entre os muitos que estabeleceram escritórios no Cairo. Na prática, o chefe de qualquer partido ou grupo nacionalista envolvido na luta contra o domínio colonial, recebe facilidades para abrir uma agência no Cairo, um salário de £ 100 por mês e passes livres para viajar para onde queira. Em alguns casos, onde o movimento nacionalista está dividido, como estão os sul-africanos, entre o Congresso Nacional Africano e o Congresso Pan-Africanista, ambas as facções têm escritórios na capital egípcia. A R.A.U., de início, considerava o esquerdista U.P.L.A. como representante do movimento nacionalista angolês. Mais tarde, mudou para o reconhecimento oficial do Governo Provisório de Holden Roberto, junto com a maioria dos Estados da O.U.A. A política egípcia, em geral, tem sido no sentido de bem acolher os delegados de todos os movimentos nacionalistas e se qualquer partido ou grupo africano não tem representante no Cairo é por sua própria vontade e não do governo egípcio.⁴⁴¹

Na afirmação de um protagonismo no apoio aos movimentos de libertação, o Egito se tornava uma ponte entre tais organizações e outros atores da cena internacional. Tal condição contribuiu, por exemplo, na intensificação de laços entre a África e o Mundo Árabe. Conforme Locksley Edmondson, se o Egito cumpria um papel ainda “modesto” na construção de vínculos entre a África,⁴⁴² o Mundo Árabe e a Ásia no início dos anos 1950, seu peso na construção desses laços se elevou a partir dos tempos de Nasser, inserido em diferentes iniciativas de aproximação entre os países do chamado Terceiro Mundo.

A compreensão contemporânea do diplomata Bezerra de Menezes sobre o uso do rádio como instrumento de luta política por parte de Nasser demonstra hoje sintonia com algumas considerações historiográficas extemporâneas acerca do papel do Egito na luta pelas independências no continente africano. Para além da reconhecida *A Voz dos Árabes* no contexto da oposição egípcia ao chamado Pacto de Bagdá na primeira metade dos anos 1950 no Mundo Árabe, a voz nasserista ecoava no continente africano. Conforme Eden Kodjo e David Chanaiwa, “A Rádio Le Caire foi, no continente africano, o primeiro órgão internacional de difusão das ideias revolucionárias. Ela emitia em árabe, em inglês, em

⁴⁴⁰ Leila Leite Hernandez. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 230.

⁴⁴¹ Peter Mansfield, *op. cit.*, p.98.

⁴⁴² Locksley Edmondson, *op. cit.*, p.1028.

francês, mas, igualmente em Kiswahili, antes de ampliar as suas emissões em outras línguas mais”.⁴⁴³

O compromisso egípcio com a luta anticolonial é visto de forma controversa por parte do brasileiro. Se do Cairo ecoavam vozes em favor do fim do colonialismo europeu, da mesma cidade egípcia também ecoariam novas formas de dominação externa. Constituindo uma África em si mesma, o país de Nasser seria o principal representante de outra forma de submissão externa dos povos africanos: o colonialismo ideológico. Concebendo o colonialismo como uma forma de “parasitismo internacional”, Bezerra de Menezes traça um quadro de desgaste do domínio formal europeu e ampliação de outras modalidades de dominação externa a partir de outros atores na cena internacional. Além do colonialismo econômico ou indireto, cultural, científico e estratégico, o autor sugere a existência de três curiosos colonialismos ideológicos:

São três as espécies de colonialismos ideológicos que podem, atualmente, ser enxergadas no mundo. A primeira, e mais forte, é expressa pela ideologia comunista; seus intérpretes são a U.R.S.S. e a China Popular, que procuram - a primeira, por todo o mundo, e a segunda, principalmente, entre os países afroasiáticos - usar essa eficientíssima arma em seu favor. A segunda espécie é representada pelos Estados Unidos, que procuram agrupar os países num mundo rotulado de livre, imbuí-los todos de seu americanismo, do que é conhecido por American way of life. São extraordinárias as somas despendidas por Washington para espalhar, mundo afora, seus modos de vida, a fim de assim melhor manter as vantagens já adquiridas pelo colonialismo indireto ou econômico. O outro representante do colonialismo ideológico é o mundo árabe, e o seu maior porta-voz é o Egito de Nasser, que tem na África negra seu grande campo de experimentação.⁴⁴⁴

Situando o país africano entre os principais expoentes de diferentes perspectivas de organização socioeconômica e cultural existentes no Mundo Contemporâneo, a ideia de um colonialismo ideológico a partir do Egito se confronta com o apoio ofertado aos movimentos anticoloniais pelo continente africano.⁴⁴⁵ Assim, a desconfiança sobre um expansionismo de Nasser, apresentada em *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*, ganharia ainda mais força 6 anos depois. Nas marcas de uma concorrência entre brasileiros e egípcios pela construção de influência sobre os novos países independentes, as características de uma liderança internacional brasileira se distinguem de uma projeção egípcia no continente africano a partir

⁴⁴³ Eden Kodjo; David Chanaiwa. Pan-Africanismo e Libertação. In: In: Ali A. Mazrui; Christophe Wondji (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.919

⁴⁴⁴ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1961, p.52.

⁴⁴⁵ A referência do Egito como um expoente do colonialismo ideológico não sobreviveu à obra de 1963. Em *Desenvolvimento e Política Internacional*, Adolpho Justo Bezerra de Menezes citou o apartheid como um exemplo de “parasitismo econômico-ideológico” no lugar do dito colonialismo árabe. Além do comunismo e do capitalismo estadunidense, o *apartheid* foi visto como “o exemplo mais gritante de uma ideologia posta a serviço do parasitismo econômico”. In: Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1963, p.70.

do sentimento de um relacionamento visto como benéfico e fundamentado histórica, econômica, social e culturalmente:

Quem melhor que nós [O Brasil], povo descomplexado, construtor da maior civilização em zona tropical para compreender e defender os anseios de um formigueiro humano, situado quase por inteiro, também, em países que se estendem em latitudes idênticas às de nossa terra? Mas, se motivos desse elevado teor ainda não conseguem polarizar a opinião pública brasileira, é mister apontar-lhe as vantagens econômicas que adviriam, para nós, com tal linha de conduta internacional. Por exemplo, raciocinando a *contrario sensu*, o não-fomentar, por todos os modos ao nosso alcance, a aceleração da independência dos povos negros e árabes é além de ingratidão – pois temos em nossa gente copiosa dose de sangue africano e levantino – extraordinária falta de visão e um atentado contra nosso potencial econômico.⁴⁴⁶

No entusiasmo do diplomata quanto às possibilidades do Brasil em assumir uma posição de destaque entre os africanos e os asiáticos, somada à sua insatisfação quanto à postura relutante de setores da sociedade brasileira, o reconhecimento dos possíveis adversários brasileiros constituía também uma via de afirmação das condições privilegiadas do Brasil para o exercício de tal liderança. Se em sua primeira obra, Bezerra de Menezes enfatizava a importância da promoção de propagandas institucionais contra a concorrência soviética e árabe na África Negra, sua trajetória intelectual evidenciaria o seu engajamento pessoal nessa ação, valorizando os supostos pontos positivos da presença brasileira em detrimento dos aspectos negativos da presença soviética e do expansionismo árabe, capitaneado pelos egípcios.

Esse expansionismo egípcio atrelado ao islã esteve também no horizonte de Eduardo Portella. Em *África: Colonos e Cumplices*, o intelectual vê no pan-arabismo uma força que se assemelha ao afro-islamismo descrito por Bezerra de Menezes. Na inexistência de fronteiras precisas entre o ser árabe e o ser muçulmano, Portella descreve a influência árabe no continente africano enquanto um fator de produção de unidade:

O que verificamos, porém, da parte dos intérpretes africanos é um firme propósito de preservar a unidade continental, facilmente identificável através de diferentes manifestações. Uma delas é o tradicional pan-arabismo. Impelidos por aquele <<tradicional sentimento islâmico de unidade>> de que nos fala Toynbee, os árabes se dirigem inicialmente no sentido de um pan-arabismo e depois talvez de um pan-africanismo. Os árabes, prioritariamente os egípcios, manipulados por uma sede de liderança do coronel Nasser, acreditam e confiam na islamização da África Negra. Confiam porque, a partir do século XI até hoje, é fácil notar-se um progressivo processo de islamização: eles costumam afirmar com certo orgulho que um ser humano sobre seis é muçulmano. Os predicadores dessa islamização não escondem seu entusiasmo diante da percentagem animadora

⁴⁴⁶ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1961, p.71.

de muçulmanos observada recentemente na ex-África Ocidental Francêsa: Mauritânia 99%, Niger 75%, Sudão e Guiné 60%.⁴⁴⁷

Na intersecção entre o interesse pessoal de Nasser e o interesse coletivo dos árabes em promover o avanço do islã pela África, a concepção de um expansionismo egípcio competia com o reconhecimento de um cenário favorável para o avanço brasileiro na construção de um relacionamento positivo com o mesmo continente. Considerado como “a verdadeira democracia étnica do Ocidente”,⁴⁴⁸ estaria o Brasil em condições para apresentar aos novos Estados o produto de uma formação sociocultural capaz de ser tomada como exemplo nos desafios contemporâneos. Nesse sentido, além de supostamente contribuir para a preservação de parte do legado Ocidental no continente africano, caberia aos brasileiros dar-lhes um direcionamento possível diante dos desafios internos e externos na construção das nações.

Se o sentido de concorrência entre brasileiros e egípcios a partir de determinados sujeitos da PEI apelava para a existência de um horizonte expansionista do Egito, as considerações de Nasser sobre o continente africano alimentavam percepções sobre a possibilidade de uma liderança egípcia para além do Saara. Nesse caso, a vinculação se sustenta numa argumentação geográfica e geoestratégica:

Se nos referirmos ao segundo círculo, diremos que êle é o Continente Africano. Não creio que exagero afirmando que em caso algum podemos ficar alheios – quer o queiramos ou não – à luta sangrenta e terrível que se desenrola, neste momento, no continente entre 5 milhões de colonos, de um lado, e 200 milhões de africanos, do outro. A razão principal é que nós próprios nos encontramos na África, e que os povos da África continuarão a depender de nós, porque guardamos a porta setentrional do continente e lhe servimos de ligação com o mundo exterior. Em nenhuma circunstância podemos deixar de lado o compromisso formal que assumimos, de ajudá-los a todos na medida do possível, mesmo aquêles que habitam os lugares remotos das selvas.⁴⁴⁹

Do ponto de vista dos objetivos, a segunda zona também representa um espaço possível para protagonismo e liderança egípcia. Círculo mais populoso que a zona árabe, poderia o Egito valer-se de sua vantagem enquanto Estado independente para agir positivamente diante dos conflitos em prol da descolonização da maioria dos territórios africanos. As diferenças entre as relações egípcias entre uma zona e outra não param por aí. Se no primeiro círculo o pertencimento é histórico e cultural, no caso africano a vinculação é puramente geográfica, desconsiderando a existência de outros laços com os povos do continente negro. Numa espécie de um Egito na África, mas não totalmente africano,⁴⁵⁰ o

⁴⁴⁷ Eduardo Portella, *op. cit.*, 1961, p. 82-83.

⁴⁴⁸ *Idem*, p.142.

⁴⁴⁹ Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1963, p.115-116.

⁴⁵⁰ Uma complexa inserção egípcia entre o continente africano e o Mundo Árabe pode ser percebida nos escritos de Adolpho Justo Bezerra de Menezes. Em capítulo de *Ásia, África e a Política Independente do Brasil*, o

cultivo de uma posição geográfica privilegiada no continente se transforma num atributo importante nas relações políticas com outros Estados. Ao se colocar como “Porta da África”, a condição de país nas fronteiras setentrionais atribuiria aos egípcios certa vanguarda nos contatos com o mundo exterior, o que pode ser visto como a construção de uma interlocução entre os novos países independentes e os demais atores do sistema internacional.

Esse sentimento de destaque para com as relações do Cairo com as demais partes da zona africana reforça também determinadas linhas de continuidade entre antigas aspirações egípcias e os objetivos traçados por Nasser. Conforme apontado pelo trecho destacado anteriormente, cooperar com os povos africanos se torna uma questão de cumprimento de palavra, além de parte do próprio destino egípcio. O mais intrigante, porém, é que, dentro da zona traçada a partir do pensamento nasserista, a coesão geográfica não necessariamente se traduz num olhar horizontalizado para com as populações do continente negro. Para Nasser, dois motivos particulares em seu interesse por essa zona residem no Nilo, cuja nascente se situava no coração africano, além das aspirações em torno do Sudão, classificado como um “Irmão” dos egípcios. Essas duas considerações assumem grande importância no pensamento de Nasser sobre a África. Se o pertencimento egípcio ao continente é mais restrito do que aquele apresentado em relação ao mundo árabe, a fonte de vida do país se encontra estritamente vinculada ao mundo africano, mais especificamente no Leste. Não seria possível, portanto, desvincular-se politicamente dessa zona, pois a ela se resguardavam questões vitais para a sobrevivência da nação egípcia. Por fim, a proposta de laços familiares para designar as relações entre Sudão e Egito representa uma continuidade entre o pensamento de Nasser e as antigas aspirações de políticos e intelectuais do país em construir a chamada Unidade do Vale do Nilo. Tal proposta, um dos pontos de conflito com os ingleses após a independência do país, permaneceu como um dos primeiros objetivos dos Oficiais Livres, contudo sendo derrotada após o plebiscito sudanês que encaminhou aquele país para sua independência em 1956.

As perspectivas de exercício de uma liderança também assentada pela cooperação na zona africana revelam estereótipos e o reforço de uma singularidade egípcia em relação aos seus vizinhos continentais. O compromisso egípcio com os povos ao Sul de seu território era estendido até ao desconhecido e ao exótico. A selva no discurso de Nasser, conforme pontuou

diplomata considera o Egito como uma parte específica da chamada África Árabe. Ao lado do Maghreb, a “África de Nasser” foi classificada como “propagandística, carismática e meio asiática”. Na concepção de outras Áfricas, o continente negro ainda apresentaria divisões de natureza ideológica (África nacionalista-socializante), política (África monárquica) ou organizada a partir das potências coloniais (África Francesa). In: Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1961, p. 103.

Felipe Paiva Soares,⁴⁵¹ sugere certo papel civilizatório aos egípcios, responsáveis por atingir os confins africanos com os instrumentos necessários para o desenvolvimento, numa ótica evolutiva. Nesse sentido, o protagonismo egípcio nessa zona se reveste numa afirmação de superioridade em relação aos povos do Sul.

Um aspecto que não pode ser desprezado nas considerações de Nasser sobre o continente africano se encontra nas suas preocupações sobre a ação do homem branco em fragmentar o território. Tal esforço é visto como contrário aos interesses egípcios, na medida em que não podia ser acompanhado de forma passiva. Mesmo na ausência de um aprofundamento sobre as possíveis medidas a serem tomadas diante desse quadro, é sintomático como, ainda em 1954, Gamal Abdel Nasser introduz certo interesse pela integração africana, com efetiva participação egípcia. Anos depois, o Cairo seria sede de uma Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, além de um dos integrantes do chamado Grupo de Casablanca. Esta movimentação, já no início dos anos 1960, simbolizava não apenas uma reação conjuntural aos acontecimentos da chamada Crise do Congo, mas também um esboço possível das relações interafricanas. Junto com o Egito de Nasser, Gana, Guiné Conakri, Mali, Marrocos, Líbia e o governo provisório da Argélia defenderam, dentre outras coisas, uma união política mais sólida, a cooperação entre os Estados Africanos, um sistema de segurança e defesa em nível continental, o Não-Alinhamento como uma das bases das relações internacionais, além da liquidação das diferentes formas de domínio estrangeiro.⁴⁵² Apesar de priorizar a zona árabe, Nasser evidenciava sintonia em relação aos ventos pan-africanos de integração continental, estando ao lado daqueles que optavam por uma saída mais radical na construção dos novos Estados e suas respectivas inserções na esfera internacional.

Na perspectiva de concretização dos sonhos de uma liderança internacional do Brasil a partir de sua aproximação com os países africanos e asiáticos, Eduardo Portella e Adolpho Justo Bezerra de Menezes apontaram caminhos e desafios a serem encarados diante de um quadro de mudança nas relações internacionais com o fim do colonialismo. Na “Cruzada dos Emergentes”, a suposta excepcionalidade brasileira se misturava com o sentido de oportunidade captado a partir do desgaste da ordem colonial, criando condições objetivas e subjetivas para a projeção brasileira no continente negro. Contudo, enquanto força centrípeta na luta anticolonial e na organização de um movimento de revisão da ordem internacional, o Egito foi encarado como um dos principais concorrentes do Brasil na conquista de maior

⁴⁵¹ Felipe Paiva Soares, *op. cit.*

⁴⁵² S. K. B. Asante; David Chanaiwa. O Pan-Africanismo e a Integração Regional. In: Ali A. Mazrui; Christophe Wondji (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

influência sobre os novos Estados independentes. Como atores regionais de relevo, brasileiros e egípcios se situariam em lados opostos do xadrez geopolítico, reunindo distintas motivações e recursos para atraírem os países ao Sul do Saara e, ao mesmo tempo, maximizarem suas respectivas posições na cena internacional.

3.1.2. Outros sentidos de liderança internacional a partir de Afonso Arinos e Roberto Campos

Se a ideia de um Egito expansionista esteve viva nos escritos de Portella e Bezerra de Menezes, o sentimento de disputa entre o Brasil e outros atores ditos Não-Alinhados foi alvo de considerações genéricas ou pontuais de outros sujeitos da PEI. De forma menos detalhada, Afonso Arinos também deu pistas sobre as possibilidades de concorrência entre o Brasil e os países neutralistas. Sem citar diretamente o Egito ou qualquer outro Estado possuidor de protagonismo no Terceiro Mundo, o ex-chanceler relatou um episódio ocorrido ainda em 1960, quando fizera parte da comitiva que acompanhou o então candidato Jânio Quadros em sua visita a Cuba. Naquilo que constituía um possível trunfo de Jânio diante dos esforços de seus detratores em tachá-lo de entreguista,⁴⁵³ os limites da suposta atitude independente do futuro presidente foram expostos no relato de Arinos sobre uma conversa com Dorticós. Ao ser questionado sobre a possibilidade de engajamento brasileiro na construção de uma reunião neutralista em Cuba, Arinos afirma ter respondido o presidente cubano da seguinte maneira:

Depois de um jantar oferecido pelo Presidente Osvaldo Dorticós, em reunião reservada na qual, do lado cubano estavam o Presidente e o Chanceler Roa, e, do lado brasileiro, Jânio, Leitão da Cunha e eu, fui incumbido de responder ao Presidente sobre a sugestão de que o Brasil, no primeiro ano do Governo Quadros, apoiasse uma reunião de governos neutralistas em Cuba, compreendendo todos os Estados afro-asiáticos. Declarei, então, que o Brasil não concordaria com tal reunião, porque a liderança e até a personalidade de qualquer país latino-americano, se veriam submergidas em uma conferência na qual o nosso Continente seria minoritário, em face dos numerosos Estados da Ásia e da África, cujo recentíssimo processo de independência muito divergia do nosso, e havia determinado a adoção de uma filosofia política diferente. Lembro-me bem de que Dorticós declarou reconhecer a procedência da objeção, e também me recorde com nitidez de que, ao sairmos, Jânio deu caloroso assentimento ao que eu dissera.⁴⁵⁴

Fundamentando sua ressalva a partir de aspectos quantitativos, a recusa apresentada por Afonso Arinos evidenciava a existência de uma expectativa brasileira quanto a uma possível liderança em uma iniciativa multilateral daquela natureza, frustrada diante do cálculo apresentado pelo udenista. Na crença de um cenário adverso para uma projeção brasileira entre os ditos Neutralistas, Afonso Arinos fundamentaria sua contrariedade quanto ao possível engajamento brasileiro perante a proposta Cubana. Contudo, a negativa aos cubanos não se

⁴⁵³ Castilho Cabral. *Tempos de Jânio e Outros Tempos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

⁴⁵⁴ Afonso Arinos de Mello Franco, *op. cit.*, 1965, p.246-247.

sustentou em 1961. Como se verá mais a frente, ao longo do curto mandato de Jânio, novas tentativas de persuasão para a participação brasileira partiriam de Havana, mas também de outros atores da cena internacional, inclusive o Egito.

Se a noção de um possível confronto entre brasileiros e egípcios se encontra evidente nas concepções de Adolpho Justo Bezerra de Menezes e Eduardo Portella ou possível a partir dos olhos de Afonso Arinos, outros sujeitos contemporâneos a PEI também alimentaram debates sobre a projeção egípcia, sem necessariamente contrapô-la diante dos objetivos brasileiros. Ao analisar as condições para a efetividade de uma inserção internacional do tipo neutralista, Roberto Campos reconheceu duas subcondições para a possibilidade do exercício de uma barganha:

A possibilidade real de um aumento do poder de barganha, caso adotada a postura neutralista, coisa que, por sua vez, pressupõe duas subcondições. Uma, preenchida pelo nosso país, é ter suficiente distanciamento do centro de poder, para que o neutralismo não seja considerado uma ameaça intolerável, como foi a da Hungria para a União Soviética e da Guatemala, em relação aos Estados Unidos; no caso brasileiro, não só a distância nos protege, como a própria massa demográfica e territorial nos capacita para optar pelo neutralismo, sem receio de sanção militar. A outra subcondição, esta não satisfeita pelo Brasil, é a de servir de hífen entre culturas e posições ideológicas através de liderança sôbre regiões em relativa disponibilidade ideológica. É o caso do Egito, em relação ao mundo árabe, e da Índia, no tocante ao Sudeste da Ásia, países que por isso mesmo adquiriram grande poder de barganha, seja em relação ao Ocidente, seja em relação ao Kremlin. A posição brasileira é algo diferente, pois que, na América do Sul, inexistem áreas não compromissadas, que pudéssemos influenciar tão facilmente como nos casos precitados.⁴⁵⁵

Apresentando-se enquanto um protagonista entre os Estados Árabes, o Egito visto a partir de Roberto Campos colheria os frutos de tal condição ao ter maior poder de maximização de seus interesses frente às superpotências. Nesse sentido, sua condição de líder entre os árabes lhe credencia não apenas regionalmente, mas também dentro do próprio sistema bipolar ao se constituir enquanto uma espécie de interlocutor entre os Estados da região. Apesar de tal construção merecer ressalvas quanto à “facilidade” sugerida pelo autor, chama-nos atenção que, ao perseguir a hipótese de possível um neutralismo brasileiro, o diplomata veja na condição egípcia dentro do Mundo Árabe um modelo desse tipo de inserção internacional.

Referencial de liderança regional no contexto de afirmação de um neutralismo ideológico a partir dos escritos de Roberto Campos, a relação do Egito com o nacionalismo

⁴⁵⁵ Roberto de Oliveira Campos, *op. cit.*, 1961, p.07.

árabe e o pan-arabismo não obedeceu a uma trajetória linear.⁴⁵⁶ Nos escritos de Nasser, sua proposta dos três círculos de identidade e projeção exterior do Egito passava pelo reconhecimento de um país profundamente árabe, numa relação assimétrica com os demais níveis (africano e muçulmano). A partir de critérios de ordem cultural, histórica e geográfica, o *rais* egípcio sedimentava intelectualmente um sentido de pertencimento e hegemonia egípcia entre seus vizinhos a Oeste e Leste:

Não podemos olhar o mapa mundial de maneira ingênua, sem procurar compreender qual a nossa parte, e qual papel que nos está destinado. Não podemos esquecer que estamos rodeados por uma zona árabe e que esta zona é uma parte de nós próprios, na própria medida em que constituímos um dos seus elementos. Não podemos esquecer que a nossa História se identificou com essa zona, e que seus interesses estão unidos aos nossos por laços firmes; o que acabo de afirmar não é uma simples fórmula, mas constitui um fato concreto.⁴⁵⁷

Em outro contexto, a crença de uma nação árabe foi qualificada pelo presidente egípcio:

Proclamamos aqui nossa fé na nação árabe unida e falando a mesma língua. Pois a unidade de língua significa unidade de pensamento. Ademais, a nação árabe sempre usufruiu da unidade histórica, o que equivale a unidade de consciência.⁴⁵⁸

Ao recorrer a uma História mais do que milenar, Nasser propôs um protagonismo árabe na formação identitária egípcia. A vinculação ao mundo árabe se tornaria inevitável diante de um sentimento de pertencimento tomado enquanto um fato. Apesar dos contornos sólidos atribuídos a esse relacionamento, tal discurso contrastava com os debates sobre a nacionalidade egípcia ao longo da segunda metade do século XIX e primeira metade do XX. Se para Nasser ser árabe era um aspecto intrínseco ao ser egípcio, para outros pensadores que lhe antecederam historicamente essa relação não estava presente. Um dos discípulos de Muhammad Abduh, Lufti al-Sayyid afirmava que a nação egípcia era definida a partir de um critério territorial, incorporando todos aqueles que faziam daquele chão a sua própria terra. Nesse sentido, ser egípcio não se vinculava necessariamente aos aspectos religiosos ou linguísticos, o que reforçaria a sua perspectiva de uma comunidade política cosmopolita. De acordo com Albert Hourani,⁴⁵⁹ apesar da manifestação de simpatia aos árabes, o Egito não era visto como parte daquele conjunto, aspecto que seguia as impressões de outros autores.

⁴⁵⁶ A distinção entre Pan-Arabismo e Nacionalismo Árabe foi proposta por Adeer Dawisha. Conforme o autor, o termo pan-arabismo não aparece nos textos árabes contemporâneos. Seus usos extemporâneos estariam relacionados com a crença de uma unidade cultural entre os árabes. Por outro lado, a ideia do “nacionalismo árabe” dizia respeito ao sentido político de construção da unidade, aspecto que marcou a relação dos principais Estados da região. In: Adeer Dawisha, *op. cit.*, 2016.

⁴⁵⁷ Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1963, p.101.

⁴⁵⁸ Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1972, p.92.

⁴⁵⁹ Albert Hourani. *O pensamento árabe na era liberal: 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Mesmo reconhecendo a existência de um passado árabe, o Egito dos tempos faraônicos era concebido como motivo de orgulho e experiência a ser considerada no presente.

Para Mustafá Kamil, a nação egípcia também pertencia a três círculos distintos. No entanto, sua construção se baseava no reconhecimento de um vínculo com o mundo otomano, um mundo muçulmano e um mundo oriental. Nesse sentido, uma identidade árabe não aparecia enquanto um dos vetores formadores da nação egípcia, ainda que estivesse indiretamente presente nos três mundos citados. Mesmo para Taha Hussein, relativamente contemporâneo a Nasser, um aspecto árabe na cultura egípcia foi somada ao passado faraônico e as contribuições recebidas do exterior ao longo da História. Ainda que considere, como o *rais*, a identidade arábica, Hussein via um Egito historicamente pertencente à Europa, na conformação de uma civilização mediterrânea.

Se em sua construção, Nasser mantém a configuração de uma nação egípcia composta por uma soma “contraditória” e complexa entre várias características,⁴⁶⁰ o seu esforço de naturalização histórica do pertencimento ao mundo árabe consistiu em mais uma evidência de uma identidade mutável, submetida às manifestações de uma solidariedade árabe em momentos como a Revolta da Palestina e a posterior Partilha desse território, como também aos rumos da luta política e social naquele país desde a Segunda Guerra Mundial.⁴⁶¹ Não é mera coincidência que num momento em que uma liderança egípcia no mundo Árabe se torna uma possibilidade, intelectuais do país começaram a tentar legitimar histórica e culturalmente esse empreendimento.

Tal perspectiva parece também nortear a concepção de Nasser. A vinculação ao Mundo Árabe não foi traçada num ponto de vista horizontal. Conforme o próprio autor propõe, não são os interesses egípcios que se somam aos interesses árabes, e sim o oposto. Tratadas de modo uniforme, as aspirações encontrariam os objetivos egípcios, num movimento de coesão da zona. Diante da sua concepção de buscar interpretar o papel possível do Egito no mundo, pode-se aí ver um sentimento de liderança e protagonismo do país em relação aos demais Estados dessa comunidade.

Aos olhos de outros sujeitos da PEI, tal protagonismo teria suas origens na identificação de Nasser com o próprio Mundo Árabe. Autor de um prefácio de uma das obras atribuídas à Gamal Abdel Nasser, traduzidas para a língua portuguesa, Amílcar Alencastre via

⁴⁶⁰ Felipe Paiva Soares, *op. cit.*, p.56.

⁴⁶¹ Nesse processo de revisita ao passado como parte da construção de uma determinada identidade, Kathryn Woodward caracteriza tal processo como um movimento de “redescoberta do passado”, mas que diz muito mais a respeito do presente do que necessariamente dessa suposta trajetória em reivindicação. In: Kathryn Woodward, *op. cit.*, p.12.

no Coronel a responsabilidade de ter levado o Egito na direção de uma liderança no Mundo Árabe:

Com tôdas essas realizações extraordinárias, o ‘Rais’ Nasser, poderia com um sentimento menos magnânimo, levar sua nação de volta ao passado glorioso de seus ancestrais que deram ao mundo uma das maiores civilizações da antiguidade. Mas não Nasser, que desde os primeiros dias de sua marcha histórica, levantou o pavilhão do Egito Árabe. Não se isolou em suas vitórias, mas preferiu reparti-las com todos os seus irmãos árabes, espalhados em todos os recantos do mundo árabe, que começa na Ásia, atravessa a África e vem até o Atlântico. Nasser não pensava em termos de um Egito isolado, mas em nome do Mundo Árabe, com uma superfície semelhante à da China e habitada por mais de uma centena de milhões de criaturas. Em tôda a sua vida, marcada por uma grande simplicidade, ressalta o seu desejo de preferir ser apenas um árabe, quando poderia ter sido o faraó do Egito Moderno, no sentido de que teve condições para pensar somente em termos de uma nação egípcia.⁴⁶²

Como um faraó que optou por ser árabe, Nasser transpôs o Egito de uma *wataniyya* para a conquista de uma posição histórica entre os Estados árabes. Assim, sua imagem se confundia com um fenômeno ascendente na política regional. Como um dos principais expoentes do nacionalismo árabe, o presidente egípcio se tornava, ao mesmo tempo, ator e autor de um fenômeno que ultrapassava as fronteiras de seu país, atingindo direta e indiretamente outros atores políticos da região.

Esse horizonte de um Egito prioritariamente e líder da zona árabe se assentaria não apenas no subjetivo de Nasser. Tal esforço objetivava traduzir discursivamente uma possibilidade assentada em condições objetivas. Sendo o Estado mais importante da região, o Egito visava fazer valer de suas condições para promover uma coesão árabe a partir de sua ação. Mesmo fora das fronteiras egípcias, havia quem defendesse que uma unidade só era possível a partir de uma participação ou mesmo liderança da nação do Nilo. Conforme Adeed Dawisha, determinados políticos e intelectuais não egípcios reconheciam o papel do país na concretização política da unidade árabe.⁴⁶³ No caso sírio, uma mudança de postura em relação aos egípcios e ao próprio Nasser se deu ainda nos anos 1950. De acordo com Elie Podeh,⁴⁶⁴ o partido Baath observou com ceticismo a derrubada da monarquia no Egito. Michal Aflaq, um de seus principais líderes, criticavam o que consideravam como uma “indiferença” egípcia em relação ao mundo árabe.⁴⁶⁵ Contudo, tal perspectiva foi alterada ao longo dos eventos de 1955. Neste mesmo ano, uma primeira proposta de unidade entre Egito e Síria evidenciaria os novos ares na direção do Cairo.

⁴⁶² Amílcar Alencastre. Um Faraó que preferiu ser árabe. In: Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1972, p. 28.

⁴⁶³ Adeed Dawisha, *op. cit.*, 2016.

⁴⁶⁴ Elie Podeh, *op. cit.*, 1999.

⁴⁶⁵ Idem, p. 26-27.

Neste sentido, a liderança egípcia observada por Roberto Campos em 1961 constituía parte de um complexo processo histórico envolvendo as tentativas de afirmação das múltiplas identidades egípcias, sua posição estratégica entre o Mundo Árabe e o continente africano e a movimentação de diversos atores num contexto de avanço dos movimentos nacionalistas e independentistas nessas duas zonas. Longe de ser um aspecto estável, o protagonismo egípcio a partir do olhar do diplomata não se distanciava do estabelecimento de um horizonte de limites e possibilidades do Brasil na cena internacional. Como um dos sujeitos da PEI, Roberto Campos conectava Brasil e Egito dentro de uma perspectiva de análise e interpretação acerca do futuro da inserção externa do país, construindo interpretações e análises sobre a experiência histórica egípcia para compreender os rumos brasileiros.

Nos sonhos de ver no Brasil uma grande potência, alguns dos sujeitos que construíram socialmente a PEI em tempos conflituosos levantavam limites e possibilidades quanto à expansão da influência brasileira pelo mundo. Num contexto de transformações no sistema e na ordem internacional a partir dos processos de descolonização e da coexistência entre momentos de maior tensão e distensão na Guerra Fria, o caminho brasileiro até a África, a Ásia e os demais atores do dito Terceiro Mundo foi permeado de desafios, inclusive na identificação de possíveis concorrentes. Sendo o Egito um deles, leituras quanto ao suposto expansionismo liderado pelo Cairo predominaram nos olhares daqueles que costuravam possíveis alternativas para transformar o Brasil em ator privilegiado entre o dito Ocidente Capitalista e os novos Estados emergentes no Pós-Guerra. Dentro desse espírito, sob a bandeira do islã ou do Ocidente Cristão, egípcios e brasileiros foram colocados em lados distintos do tabuleiro de xadrez das relações internacionais, num cenário de disputa que reconhecia o papel do Cairo dentro da arquitetura política global, mas evidenciava as inquietações existentes quanto às relações exteriores daquele país e de sua organização enquanto Estado e Sociedade.

Nos tempos da PEI, outros sujeitos viam o país africano de modo relativamente distinto. Este foi o caso de Jânio Quadros. Do sentido de concorrência entre brasileiros e egípcios, passaremos a ver agora sentimentos e gestos de aproximação empreendidos a partir do então candidato e, posteriormente, presidente do país em 1961.

3.2. Jânio Quadros e a PEI: horizontes de aproximação entre Brasil e Egito

Em meio aos sonhos de uma liderança internacional brasileira ou aos medos de uma opção neutralista nas relações exteriores, um personagem se destacava na visão de defensores e detratores da PEI. Eleito presidente em 1960, Jânio Quadros na sua curta passagem por Brasília deixou marcas quanto à sua relação com a Política Externa. Se na concepção do

Almirante Penna Botto, o presidente de “ideias socializantes” era um dos principais responsáveis pela condenável política exterior, para Eduardo Portella o sentido era distinto:

Quem emprestaria ao desenvolvimento brasileiro as possibilidades de um comportamento internacional viril seria o Presidente Quadros. Sustentado por uma visão universalizante da presença brasileira, e entendendo que a própria sorte continental da nossa política externa ou se deixaria influir pela parcela de capitalização nossa em outras áreas, o presidente Jânio Quadros abria diante de nós horizontes inéditos. Ao mesmo tempo em que enfatizava as consequências de uma política brasileira na África e na Ásia, promovia encontros argentino-brasileiros, com o propósito de fortalecer velhas alianças. Anunciava o reatamento de relações com a União Soviética e, até com sacrifícios pessoais, não vacilava em prestigiar a revolução cubana. **Tôda uma sequência de iniciativas inovadoras apressaria em fazer de seu programa internacional o mais rico de tôda a nossa moderna história republicana.**⁴⁶⁶

As marcas do presidente nos rumos da PEI estariam inscritas na definição de seu próprio traçado, tendo sua concepção sobre as relações exteriores como a origem das principais iniciativas de seu curto mandato. Nessa mesma perspectiva, José Honório Rodrigues confere à Jânio a autoria da “reviravolta da política externa, não só no sentido da independência, como no da ampliação dos horizontes de visão”.⁴⁶⁷ A conquista de tal posição refletia características próprias do presidente e de seu mandato, tais como a sua disposição em ser uma espécie de segundo ministro, orientando o Itamaraty a partir de seus bilhetinhos, mas também reformulando determinadas diretrizes. Porém, antes mesmo de alcançar à presidência, deixou seu nome na História ao ser o presidente que conheceu “o outro mundo”:

Mudara o processo histórico, mudara a nossa posição neste processo, e, portanto, deviam mudar os objetivos e os métodos de nossa política exterior. Porque se tratava do primeiro Presidente brasileiro que conhecia o outro mundo, que não visitara, como sempre apenas a Europa e os Estados Unidos, onde se ouvia sempre a mesma lengalenga sôbre o nosso destino à margem do precipício, era possível pensar que sua visão era ampla e universal, como exigia nossa nova condição de Potência Média, um dos países-chave da chamada área livre do mundo.⁴⁶⁸

Ultrapassando as fronteiras do chamado Mundo Livre, Jânio Quadros reconhecia um “outro mundo” que não poderia mais ser descartado pela diplomacia brasileira. Nesse sentido, sua longa viagem entre o continente asiático, africano e europeu, considerando os países socialistas, seria um ponto de partida para alguém que mudaria a trajetória da PEB, conforme se pode observar a partir de Honório Rodrigues. Esse ponto de vista, em certa medida, foi compartilhado pelo diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes:

⁴⁶⁶ Eduardo Portella, *op. cit.*, 1963, p.19-20. Grifo Nosso.

⁴⁶⁷ José Honório Rodrigues, *op. cit.*, 1962a, p.503.

⁴⁶⁸ Idem, p.503.

Era Jânio Quadros, o próprio candidato desses jornais de tradição ocidentalista que, em sua longa viagem pré-eleitoral aos países da África e da Ásia, revelava-se arguto internacionalista e, abarcando tempo e espaço, divisava, não só a importância futura daqueles dois continentes, mas a necessidade de que nossa política externa lhes concedesse apoio, agora em suas horas de luta e desespero, em troca de gratidão e prestígio amanhã, em seus dias de glória e bonança.⁴⁶⁹

O entusiasmo se torna mais evidente ao observarmos uma comparação entre Jânio Quadros e Napoleão Bonaparte:

O estadista Quadros soube, em poucos meses de governo – graças à adoção de atitudes coerentes, morais e corajosas, no plano internacional – conseguir para o Brasil um alto crédito de apreço e confiança, não só dos povos subdesenvolvidos, comprometidos ou não, mas, também dos dois blocos antagônicos.

Em 200 dias de governo, ou seja, no dôbro, apenas, dos consumidos por Napoleão para perder tudo que êle havia obtido para a França, Jânio Quadros conseguiu plantar os alicerces de uma política externa inteiramente nova e independente e tornar o Brasil acatado mundialmente.

Um país, conhecido até então unicamente através de notícias esportivas ou do relato de algum malogrado golpe revolucionário, passou a ser discutido e, mesmo, respeitado pelos maiores comentaristas da imprensa internacional.⁴⁷⁰

Para alguém que anos antes defendeu a construção de uma liderança internacional brasileira a partir de uma política mais autônoma, Bezerra de Menezes encontrou em Jânio Quadros as condições para a materialização daquela utopia. Como um Napoleão às avessas, o presidente brasileiro em pouco tempo estabeleceria os alicerces de uma política que elevaria o patamar brasileiro entre as nações de todo o mundo.

Os olhares de determinados atores contemporâneos à PEI sugerem como Jânio esteve engajado na produção de iniciativas que mudariam os rumos das relações exteriores do Brasil. Entre detratores e defensores, lá estava o “homem da vassoura”, produzindo inúmeras pistas sobre seu interesse particular na formulação da PEB. Tomando como ponto de partida as impressões mobilizadas acima, discutiremos como Jânio Quadros foi uma peça integrante dentro desse quadro de “aproximação incômoda” entre brasileiros e egípcios a partir de seu governo. No interior de suas concepções acerca da política internacional e dos rumos da política externa, Jânio atribuiu ao Egito uma condição de ator relevante na arquitetura da política mundial e nos objetivos da PEB em direção dos países em desenvolvimento. Além dessa condição estratégica, as particularidades do Egito para Jânio Quadros se iniciam a partir de um personagem central na história daquele país: o Coronel Gamal Abdel Nasser. Ao conhecer o “outro mundo”, Jânio conheceu Nasser e o Egito. A partir de agora, veremos

⁴⁶⁹ Adolpho Justo Bezerra de Menezes, *op. cit.*, 1961, p.73.

⁴⁷⁰ Idem, p.07.

algumas das marcas desse encontro e de uma admiração que evidenciaria um interessante enlace entre política externa e política interna.

3.2.1. Jânio Quadros e Gamal Abdel Nasser: o traçado de uma admiração

Jânio Quadros iniciou sua viagem em 3 de março de 1959, quando embarcou no *Titjalengka*. A organização de um amplo roteiro envolvendo diferentes países e meses de viagem possuía um sentido político interno relevante. Segundo Vera Chaia, o ex-governador de São Paulo deixou um “staff” responsável pelas articulações políticas em torno de seu nome para a presidência da República. Mantendo contatos com esse pequeno grupo, Quadros não desconhecia os rumos das negociações entre os partidos e figuras públicas. Ao se distanciar fisicamente desse processo, o candidato “procurava preservar a sua imagem de político que não transigia e não negociava”,⁴⁷¹ visando reforçar a posição de um candidato supostamente acima dos partidos políticos e das articulações.

Seu roteiro internacional abarcou vários países. Além do Egito, Jânio esteve no Japão, URSS, Iugoslávia, Itália, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Índia, Turquia e outros países na Europa e no continente asiático. Na seção de Política de *O Cruzeiro*, edição de 25 de julho e 1959, tem-se uma breve nota sobre a viagem ainda em curso:

A viagem do Sr. Jânio Quadros ao Japão foi feita, do ponto de vista financeiro, da seguinte forma: o governo japonês deu-lhe passagens de ida e volta e hospedagem por um mês no Japão; os governos da Índia, Irã, Egito, Síria, Líbano, Israel e Itália o hospedaram oficialmente ou o tempo todo ou a maior parte do tempo; e agora será hóspede oficial da Iugoslávia e da Inglaterra; no mais, vendeu o Sr. Jânio, por um milhão de cruzeiros, um terreno que possuía em São Paulo e recebeu de dois amigos íntimos um presente de cinco mil dólares.⁴⁷²

A viagem de Quadros ao “outro mundo” assumiu contornos de encontros extraoficiais ou oficiais, mesmo este ainda não tendo passado pelo crivo dos eleitores brasileiros.⁴⁷³ Além das hospedagens ofertadas pelos governos em alguns dos países que passou, Jânio teve a oportunidade de se encontrar com Chefes de Estado e governo. Em *Jânio e a volta ao Mundo*, Maurício Vita e Mauro Escobar publicaram diversas caricaturas do candidato, enfatizando aspectos bem humorados e curiosos sobre sua viagem.

Encontros com Josip Broz Tito e Nikita Krushev foram tematizados de forma bastante descontraída, sem perder o sentido político dos momentos e da própria produção

⁴⁷¹ Vera Lúcia Michalany Chaia. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1991, p.155.

⁴⁷² Em Confiança. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1959, p.49.

⁴⁷³ Ainda que ocorrida após a eleição presidencial, vale apenas comparar o roteiro traçado por JK em sua viagem internacional no início de 1956 com os caminhos percorridos por Jânio Quadros em 1959 e 1960. Conforme Pedro Sampaio Malan, a viagem de Juscelino envolveu os EUA e nove países europeus, com objetivos essencialmente econômicos. Enquanto isso, Jânio diversificou o seu roteiro, incorporando países asiáticos, africanos e do Leste Europeu. In: Pedro Sampaio Malan, *op. cit.*

artística. Acompanhando a imagem do Marechal iugoslavo, uma frase chama atenção para o que poderia ser uma possível fala de Jânio Quadros. “Meu governo poderá ser de punhos de ferro, mas não de <<cortina de ferro>>”.⁴⁷⁴ Na interação entre as duas linguagens, a promessa de uma administração forte sem uma concessão ao comunismo se tornava ainda mais presente diante da presença de Tito na cena. Sob o comando da Iugoslávia, o *ex-partizan* romperá com Stalin ainda em 1948, adotando uma via nacional do socialismo. Além de aproximar-se do Ocidente, Belgrado se destacou por empreender um fortalecimento nas relações com os países afroasiáticos, tornando-se parte integrante dos movimentos que culminariam com o fortalecimento do Não-Alinhamento nas relações exteriores.

Figura 1 – Jânio Quadros e Josip Broz Tito



Fonte: Maurício Vita; Mauro Escobar⁴⁷⁵

Nesse sentido, imagem e texto, associadas ao contexto de construção da candidatura de Jânio Quadros, poderiam cumprir um importante papel diante das controvérsias existentes em torno de sua figura, ressaltando sua posição firme quanto à gestão do Estado sem recair supostamente em uma solução antidemocrática. Entre as diversas caricaturas sobre sua ida à Moscou, duas merecem destaque. Jânio Quadros aparece caindo de paraquedas sobre o Kremlin. A imagem acompanha uma curta frase que outra vez sugere ser uma fala do então candidato. “Comigo não há <<Cortina de Ferro>> que resista”.⁴⁷⁶ A construção de um Jânio em meio a um jeito inusitado para chegar à URSS reforça a ideia de um homem que transpunha as barreiras existentes entre o Brasil e o bloco soviético, num contexto de diversificação das parcerias econômicas do país e controvérsias sobre o estabelecimento de relações formais com Moscou.

⁴⁷⁴ Maurício Vita; Mauro Escobar. *Jânio e a volta ao mundo*. São Paulo: Behar, 1959, p.68. Conforme Carlos Alberto Leite Barbosa, Tito recebeu Jânio na ilha de Brioni. O brasileiro teria ficado “impressionado com o carisma e a determinação do dirigente iugoslavo”, reconhecendo aspectos de sua trajetória e características da inserção internacional daquele país. In: Carlos Alberto Leite Barbosa, *op. cit.*, p.224.

⁴⁷⁵ Maurício Vita; Mauro Escobar, *op. cit.*, p.69

⁴⁷⁶ Idem, p.44.

Figura 2 – Jânio Quadros em Moscou

Fonte: Maurício Vita; Mauro Escobar⁴⁷⁷

Em outra imagem sobre essa mesma parte da viagem, Jânio aparece em frente à Nikita Krushev que, munido de um livro escrito “regime comunista”, aparenta estar ouvindo Quadros. Antes da caricatura, uma frase chama muita atenção. “Meu amigo, somos ricos em teorias. Precisamos é de dinheiro”.⁴⁷⁸ Diante de uma figura supostamente doutrinária, Jânio Quadros evidenciava uma dose de pragmatismo, estabelecendo como prioridade às necessidades materiais do país que governaria por apenas sete meses.

Figura 3: Jânio Quadros em conversa com Nikita Krushev

Fonte: Maurício Vita; Mauro Escobar⁴⁷⁹

Nessa perspectiva, a construção da viagem de Jânio Quadros a partir das caricaturas, das curtas e humoradas frases de Maurício Vita e Mauro Escobar revela a dimensão política de sua experiência internacional, numa complexa simbiose entre objetivos externos e internos. Assim, os caminhos traçados pelo ex-governador de São Paulo podem ser um interessante ponto de partida para o reconhecimento de sua interação com temas internacionais e questões

⁴⁷⁷ Ibidem, p.45.

⁴⁷⁸ Ibidem, p.62.

⁴⁷⁹ Ibidem, p.63.

sensíveis de sua construção política. Nesses caminhos, o Egito e Gamal Abdel Nasser tiveram um peso relevante.

Para analisar a importância interna e externa da viagem de Quadros ao país africano, discutiremos como determinadas edições de *O Cruzeiro* a partir de 1959 abordaram esse tema. A escolha dessa revista se deu por três motivos. Em primeiro lugar, ao acessar a literatura sobre a renúncia de Jânio Quadros em Agosto de 1961, deparamo-nos com um livro de Carlos Castello Branco, seu secretário de imprensa. Em *A Renúncia de Jânio*, Branco comentou sua versão sobre a inesperada saída de Jânio da presidência, mas também aspectos mais particulares da relação do Chefe de Estado com seus ministros e outras figuras da política brasileira naquele contexto. Este autor também relatou aspectos da construção da candidatura de Jânio Quadros, sugerindo certa proximidade com o presidente mesmo antes de exercer um cargo em seu governo.

Em seu testemunho sobre a Renúncia do Presidente, o conceituado jornalista ofereceu algumas pistas sobre a aproximação entre Jânio e Nasser. Rememorando os preparativos da viagem de Jânio à Cuba em 1960, Castello Branco afirmou que esta ultrapassou a condição de “simples manobra visando a substituir o tema da renúncia ainda fresca do candidato”.⁴⁸⁰ Tal ato representava uma espécie de afirmação de uma linha de Política Externa acenada um ano antes com a viagem internacional de Jânio, momento em que demonstrara “entusiasmo por Nasser, Tito e Nehru”.⁴⁸¹ Em outra passagem, ao sugerir ressalvas de Jânio Quadros sobre o Partido Comunista, afirmou que o presidente chegara a dizer que os comunistas brasileiros receberiam “tratamento idêntico ao que lhe dispensava Nasser, do Egito”.⁴⁸²

Partindo para outros textos de Castello Branco, escritos para *O Cruzeiro*, deparamo-nos com entrevistas e artigos sobre a viagem de Jânio Quadros, ressaltando, de forma direta e indireta, impressões do presidente e de outros atores acerca deste evento. Entrevistas e artigos apontavam alguns sentidos possíveis sobre o roteiro traçado por Jânio, estabelecendo relações com a política interna e a concepção de inserção internacional do presidente. Um segundo motivo para a escolha de *O Cruzeiro* diz respeito ao lugar destacado dessa revista na imprensa brasileira neste contexto. Criada em 1928, a revista se tornou um fenômeno de inovação e alcance no país entre os anos 1940 e 1950. Para Tânia Regina de Luca, fotografia e

⁴⁸⁰ Carlos Castello Branco. *A Renúncia de Jânio*: um depoimento. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 111.

⁴⁸¹ Idem, p. 111.

⁴⁸² Ibidem, p.74.

reportagem “ganharam novos sentidos e asseguraram à revista a liderança no mercado nacional”.⁴⁸³

Pertencente aos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, a revista alcançava números impressionantes:

O Grupo dos Associados criou um fenômeno de tiragem dos anos 1940 e 1950, a revista ilustrada *O Cruzeiro*, que atingiu uma média de 720 mil exemplares semanais (1954), num país de quase 52 milhões de habitantes, predominantemente rural e semianalfabeto. O sucesso da revista era perceptível nas ruas das capitais, circulava ‘boca a boca’ e dava vazão ao apelo popular de uma publicação impressa em quatro cores, para a qual a tv ainda não representava menor concorrência. A receita publicitária vinha dos anúncios da indústria de bens de consumo duráveis, recém-implantada no Brasil.⁴⁸⁴

Como parte de uma “imprensa em transição”,⁴⁸⁵ a revista se destacou tanto do ponto de vista gráfico e técnico quanto pela sua inserção na vida política e social. Uma edição especial após o suicídio de Vargas chegou a atingir a marca de quase 750 mil exemplares comercializados. Conforme Helionardo Oliveira de Carvalho, apesar do grau de autonomia existente em determinados setores da gestão da revista, os interesses de seu proprietário não deixaram de estarem presentes na produção de alguns textos.⁴⁸⁶ Chateaubriand teve uma curta vida pública, sendo senador pela Paraíba e posteriormente pelo Maranhão, filiado ao PSD. Chegou a ser nomeado embaixador do Brasil no Reino Unido por JK, mas divergiu do mesmo quanto ao rumo do Plano de Metas e a transferência da capital federal.⁴⁸⁷

⁴⁸³ Tânia Regina de Luca. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla Bassanezi Pinsky (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p.121.

⁴⁸⁴ Ana Maria de Abreu Laurenza. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. Ana Luíza Martins; Tânia Regina de Luca (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2ªEd. São Paulo: Contexto, 2012, p.189-190. Os Diários Associados de Assis Chateaubriand correspondiam a uma grande cadeia de meios de comunicação, composta por jornais, emissoras de televisão e rádio. Segundo Ana Maria de Abreu Laurenza, em seu auge, Chatô teve quase 90 empresas vinculadas ao Diários. Sua presença na História da Imprensa no Brasil chama atenção para uma característica levantada por Nelson Werneck Sodré sobre o controle da imprensa no Brasil. Para este autor, “os jornais são aqui controlados pelos seus proprietários; como se contam pelos dedos os grandes jornais, contam-se pelos dedos esses proprietários: Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Bittencourt, Nascimento Brito e uns pouco mais”. In: Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021, p.609.

⁴⁸⁵ Compreende-se como uma fase de transição na imprensa brasileira o período que se inicia após a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela formação da chamada grande empresa jornalística. Segundo Alzira Alves Abreu, esse novo modo de organização da imprensa se destacou pelo forte poder econômico, pela implantação de inovações técnicas, gráficas e editoriais, além da profissionalização da atividade jornalística. Apesar da tendência de valorização da informação e dos contornos de uma objetividade jornalística, este momento também foi reconhecido como de intensa atuação política dos grandes periódicos, envolvidos enquanto atores em um momento de maior liberdade para a circulação de ideias. In: Alzira Alves de Abreu. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

⁴⁸⁶ Helionardo Oliveira de Carvalho. *O discurso da revista O Cruzeiro e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

⁴⁸⁷ Para Mateus Dalmáz, as posições de Chatô estavam mais próximas de uma “ala liberal e conservadora da elite brasileira”. In: Mateus Dalmáz. *Democracia e concerto americano: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas Relações Internacionais (1946-1966)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p.28-29.

Em terceiro lugar, uma análise prévia sobre os textos de política internacional em *O Cruzeiro* revela uma tendência mais conservadora no seu olhar. Nomes como o estadunidense Drew Pearson, os brasileiros Theóphilo Andrade e David Nasser foram figuras presentes na produção de artigos sobre temas internacionais e de Política Externa, apresentando uma perspectiva próxima do que chamamos de corrente liberal-associacionista ao longo desse tema. Diante disso, a análise das abordagens sobre a viagem de Jânio Quadros se torna ainda mais interessante diante do lugar social e político do qual *O Cruzeiro* buscava falar com setores da sociedade brasileira.

Assim, acreditamos que a revista em questão é uma fonte possível para conhecermos como um setor da imprensa, vinculando posições de tendência mais conservadora na Política Externa, abordou o processo de interação de Jânio Quadros com os temas internacionais, naquilo que constituiria a “desagradável surpresa” de seus apoiadores após a sua chegada à presidência.⁴⁸⁸

Na edição de 11 de julho de 1959, uma entrevista de Carlos Castelo Branco com Jânio Quadros repercutia a reação de Jânio frente aos pontos programáticos estipulados pela UDN para apoio de sua candidatura. Realizada em Istambul, o texto de Castelo foi composto por preciosos detalhes sobre a relação de Jânio com os udenistas e as repercussões de sua longa viagem em suas concepções sobre temas nacionais e internacionais.

Os primeiros parágrafos do texto principal abordavam as opiniões de Jânio sobre os referidos pontos, encaminhados em carta escrita por Magalhães Pinto. Mesmo afirmando concordar com todos, Jânio se dispõe a comentar cada um deles individualmente. Além dos compromissos estabelecidos com temas sobre reforma agrária, política cambial, mudanças na política da Previdência, liberdade e autonomia sindical e reforma educacional, dois pontos merecem uma atenção especial. No décimo segundo, Jânio comentou sua posição sobre a Política Externa, com ênfase para as relações com os EUA:

Ainda ontem dizia eu a um jornalista estrangeiro aqui em Istambul: não sou contra nem a favor dos Estados Unidos. Mas a favor do Brasil e das nações centro e sul-americanas. No desenvolvimento do nosso País desejamos o apoio e a compreensão do poderoso irmão do Norte. Precisamos de ajuda técnica e financeira, mas desejamos respeito absoluto à nossa soberania. Há muito, ultrapassamos a fase colonial e não são todos que o compreendem. Vou além. Se não tivermos, no Continente, êsse auxílio, entendo que êle deve ser procurado onde quer que se encontre.⁴⁸⁹

⁴⁸⁸ Rodrigo Patto Sá Motta, *op. cit.*, p.288-289.

⁴⁸⁹ Carlos Castello Branco. *O Cruzeiro e uma carta* (da UDN) percorreram 12.000 quilômetros para um encontro com Jânio. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 11 jul.1959, p. 45

Um ano após a iniciativa juscelinista da OPA e da manifestação do interesse em diversificar as parcerias econômicas do país diante das dificuldades externas e internas, o candidato Jânio Quadros manifestava um tom de continuidade na perspectiva de revisão do pan-americanismo em benefício dos países da América Latina e na possibilidade de mudança na inserção internacional brasileira na busca de eixos alternativos. Diante de um tema sensível para seus aliados mais conservadores, Jânio mantinha discursivamente princípios vinculados à existência de relações especiais entre Brasil, América Latina e EUA, mas não descartava empreender mudanças no sentido de atender as necessidades do país, caso assumisse a presidência.

Contudo, foi no segundo ponto que as marcas da passagem de Jânio pelo Egito começaram a se tornar mais evidentes. Diante do sensível tema do monopólio estatal do petróleo, Quadros reivindicou sua experiência internacional para legitimar sua posição:

Sempre fui a favor da livre empresa e continuo a sê-lo, mas, no que respeita ao petróleo, ela falhou entre nós. Teve a iniciativa privada nacional e estrangeira longos anos para explorar nosso petróleo e suspeitamente não o fez. Não há de ser no instante em que o Estado o faz vitoriosamente que se entregue êsse patrimônio técnico, financeiro e econômico, social e político. Enganam-se, pois, os que imaginam na nossa terra ou fora dela que eu seja a missa de sétimo dia da Petrobrás. Se chegar à Presidência, não só a mantenho, mas prestigio-a com tôdas as minhas forças, ainda que deva desviar recursos de outros setores para fazê-la mais operante e dinâmica. Venho da Ásia e de contatos pessoais com homens como Nehru e Nasser. Petróleo é soberania.⁴⁹⁰

Frente a uma das agendas mais importantes nos anos 1950, Jânio Quadros demarcou uma posição favorável ao monopólio estatal do petróleo, desviando-se de prováveis questionamentos quanto a uma postura “entreguista” ou antinacionalista. Mesmo um governo de orientação mais conservadora no plano econômico, como Café Filho, não conseguiu reformular tal política. Conforme Luiz Alberto Moniz Bandeira, as oposições que ocuparam postos chave após o suicídio não conseguiram “reverter completamente a obra de Vargas”.⁴⁹¹ A questão petrolífera não foi alterada apesar das pressões estadunidenses e das posições de homens como Eugênio Gudín e Juárez Távora.⁴⁹² Nesse sentido, mesmo apoiado por adeptos da tese de abertura ao capital estrangeiro, Quadros demarcava uma diferença frente ao tema,

⁴⁹⁰ Idem, p.44.

⁴⁹¹ Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.*, 2011, p.63.

⁴⁹² Convém lembrar que Juárez Távora foi um dos expoentes na segunda metade dos anos 1940 da tese de maior participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera. Divergindo das posições favoráveis ao monopólio estatal, Távora via “preparo insuficiente da administração pública para assumir tal empreendimento”. In: Plínio de Abreu Ramos. *A imprensa nacionalista no Brasil*. In: Alzira Alves Abreu. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p.78.

assumindo uma postura convergente com setores nacionalistas e defensores de uma participação maior do Estado em setores estratégicos da economia.

A inovação em seu discurso foi a associação de sua posição aos encontros com Nasser e Nehru. Aproximando-se de duas figuras representativas das lutas no antigo mundo colonial, Jânio avançava na ultrapassagem das linhas mais tradicionais de atuação da diplomacia brasileira para encontrar suposta inspiração em homens que representavam uma época de transição: a luta contra o colonialismo e a defesa das soberanias nacionais na África e na Ásia. De dois dos três ditos “revolucionários radicais” que se tornaram figuras centrais na conformação do Movimento dos Não-Alinhados,⁴⁹³ Jânio Quadros reivindicava um sentido político de suas lutas na defesa da soberania de Estados subdesenvolvidos. Diante de um país que aprofundava seus olhares sobre as assimetrias existentes no âmbito Norte-Sul, Nehru e Nasser se tornavam faces centrais de experiências mais próximas de uma realidade brasileira marcada pela luta contra os entraves ao seu próprio desenvolvimento.

No caso do Coronel egípcio, os olhares de Jânio Quadros iam além do reconhecimento de expressão de soberania. Os reflexos de sua ida ao Egito renderam um intertítulo na reportagem de Carlos Castello Branco. Em “Nasser, a maior figura que já conheceu”, contornos de seu encontro com o *rais* são traçados a partir das impressões do jornalista sobre a conversa com Jânio. Após afirmar positivamente a experiência de Jânio nos países asiáticos em termos de aprendizado, Branco dedicou algumas linhas para relatar o quanto a passagem no Egito foi significativa para o candidato à presidência:

A entrevista do Sr. Jânio Quadros acabou aí. Da conversa que mantemos a seguir, haverão de interessar algumas referências, registradas em versão livre. Acha êle que a viagem deveria ser uma imposição aos homens públicos, tal a ampliação de perspectivas que traz. Muito aprendeu no Japão, na Índia, no Paquistão, no Irã, na Síria, no Egito e, agora, na Turquia. **De todas as suas impressões de viagem, uma se distancia das demais e o põe em estado de exaltação: o conhecimento pessoal de Nasser, a figura mais impressionante que já conheceu em tôda a sua vida.** Jantou com êle no Cairo, sentado à sua esquerda, enquanto à direita estava “Che” Guevara e, nos demais lugares, ministros e altos representantes oficiais. Nasser trata seus ministros com liberdade e carinho, pilheria com eles e recebe de bom humor seus comentários, numa camaradagem digna. ‘Não há confusão – explica – êle se eleva alguns centímetros acima dos outros’. Ouviu dêle exposição do caso de Suez, muito impressionante, e ficou certo de que Nasser é um homem capaz de unir todos os árabes, promovendo sua ascensão econômica e social. **O ex-governador endossa vários desmentidos, entre os quais: Nasser não é comunista e Nasser não é um opressor do seu povo. O povo na rua, o ama e obedece à sua liderança numa perfeita identificação. É um homem honesto e seu horror à**

⁴⁹³ Éric J. Hobsbawm, *op.cit.*, p.350.

corrupção foi um dos aspectos que mais sensibilizou o Sr. Jânio Quadros.⁴⁹⁴

Transformando os contatos estabelecidos com Nasser num marco na vida política de Jânio Quadros, Castello Branco elencou algumas características destacadas pelo ex-governador de São Paulo quanto à personalidade e a liderança do Coronel do Egito. Do ponto de vista da sua relação com a administração pública, Nasser se destacaria pela moralidade administrativa e por um relacionamento saudável com setores de seu governo, a tal ponto de tal relação assumir contornos de uma “camaradagem”. Sem abrir mão de sua autoridade, o presidente egípcio conseguiria supostamente cultivar certa harmonia na construção de seu governo, o que pode ser entendido a partir da sugestão da inexistência de confusão e da sua postura diante dos demais membros.

Em seguida, a referência a Suez e a capacidade de liderança de Nasser exprimem um sentido de sua projeção exterior. Num contexto de auge do nacionalismo árabe, tal passagem relacionou a imagem do presidente do Egito à sua condição de possível liderança regional, capaz de desenvolver não apenas seu país, mas todo o mundo árabe. Diante de seu histórico em favor da soberania nacional, materializado no sugerido episódio da luta contra a agressão tripartite, Nasser foi visto como um “homem do progresso”, uma força centrípeta entre os árabes e responsáveis pela transformação de suas sociedades.

Chama atenção ainda o esforço em desmitificar determinadas características atribuídas à Nasser e ao seu governo. Após exaltar a imagem do líder egípcio, as impressões de Branco sobre o relato de Jânio acerca de sua experiência no Egito se voltam para temas sensíveis acerca de um país e de um governo com relações próximas à URSS e considerado uma referência autoritária por determinados interlocutores na política brasileira. Afirmando o seu não pertencimento ao comunismo, a ideia de soberania nacional presente na construção da imagem de Nasser a partir desse olhar foi reforçada. O sentido de independência na defesa dos interesses egípcios e árabes ultrapassaria as fronteiras da divisão ideológica do mundo, contrapondo os olhares desconfiados sobre o estilo do nacionalismo apregoado pelo presidente do Egito.

⁴⁹⁴ Grifos Nossos. Carlos Castello Branco, *op. cit.*, 11 jul. 1959, p.45. Não encontramos maiores detalhes acerca do suposto encontro entre Nasser, Jânio Quadros e Che Guevara. Contudo, conforme Mohamed Hassanein Heikal, o revolucionário argentino esteve no Cairo durante 15 dias no mês de junho de 1959, objetivando conhecer melhor a experiência da reforma agrária no Egito. In: Mohamed Hassanein Heikal, *op. cit.*, p.219. Para Federico Véllez, a aproximação entre Havana e o Cairo nesse contexto se inseria dentro de uma perspectiva mais ampla do governo cubano em inscrever sua revolução no âmbito das transformações ocorridas no mundo afroasiático. In: Federico Véllez. *Latin American revolutionaries and the Arab world: from the Suez Canal to the Arab spring*. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2016.

Mesmo não presente na passagem destacada, é possível supor que tal leitura também convergia com a defesa da possibilidade de restabelecimento de relações formais com a URSS. Ressaltando a integridade ideológica do Egito, sua condição de um dos maiores parceiros de Moscou no Terceiro Mundo não aparece como um aspecto negativo para a sua organização social e política. Esse não-dito na entrevista se torna mais significativo quando consideramos que foi também em 1959 que o Brasil reatou relações comerciais com os soviéticos, tema que se estendia ainda anos antes.

Outro contraponto estabelecido dizia respeito à relação de Nasser com o seu povo. Se as interações com setores de seu governo se davam dentro de um espírito supostamente agradável às partes, sem quebra da hierarquia existente entre o presidente e seus subordinados, a visão de Nasser como alguém aprovado pelos egípcios recebeu destaque. Rebatendo as supostas características ditatoriais existentes naquele país segundo outros olhares brasileiros, Jânio Quadros teria reconhecido uma sintonia entre governante e governados, num relacionamento que traduzia os melhores sentimentos dos últimos em relação ao primeiro. Nesse sentido, Nasser foi visto enquanto uma expressão do interesse dos egípcios, alguém capaz de, dentro de uma relação de poder, exercê-la a partir do consentimento de seus dominados a tal ponto de prevalecer à lógica do consentimento. Assim, antes de se tornar uma liderança entre os árabes, Nasser possuiria o estatuto de ser o primeiro entre todos os egípcios, garantindo a legitimidade de seu governo.

As características destacadas acima, quando confrontadas com aspectos da vida política de Jânio Quadros, permitem-nos afirmar sobre a existência de uma identidade política compartilhada entre o brasileiro e o líder egípcio. Ao traçar aspectos políticos sobre Nasser, Jânio destacou elementos que faziam parte de sua trajetória política antes mesmo de se tornar presidente, sejam bandeiras de campanha como o combate à corrupção, o anticomunismo e o sentido de liderança frente aos seus governados, sejam aspectos mais controversos de sua vida pública, tais como o relacionamento com as instituições.

A partir de uma figura ascendente na política mundial nos anos 1950, Quadros correlaciona sua própria imagem com a do líder egípcio. Conforme Jefferson José Queler, a associação da imagem de Quadros à Nasser assumia não somente uma dimensão simbólica quanto às diretrizes de Política Externa defendidas pelo futuro presidente, como também a construção da visão de “alguém à altura de confrontar poderosos interesses internacionais, quando o assunto fosse a defesa do monopólio estatal do petróleo e a promoção de reformas

sociais no país”.⁴⁹⁵ Convergindo com essa perspectiva, acreditamos que a instrumentalização da figura de Nasser nos olhares de Jânio Quadros possuía um contorno muito mais complexo ao traduzir não somente alguns dos objetivos do presidente na política externa, mas também alimentar expectativas quanto sua atuação em questões sensíveis à sua trajetória política ou agendas controversas em nível interno.

Ao transformar o presidente egípcio na “figura mais impressionante” que conheceu em sua viagem,⁴⁹⁶ Jânio buscou naquele “outro mundo” pouco conhecido da diplomacia e da sociedade brasileira alguns dos atributos para sua legitimidade política enquanto candidato à presidente. No Nasser traçado a partir dos olhos do ex-governador de São Paulo, aspectos que soavam contraditórios para diferentes segmentos da política brasileira e que marcariam a passagem de Jânio pela presidência eram enaltecidos. Anticomunismo e defesa da moralidade administrativa, pautas de interesse dos setores mais conservadores, confundiam-se com o exercício de uma política externa independente e a defesa do desenvolvimento nacional, aspectos valorizados por grupos mais progressistas. Assim, se rejeitamos à concepção de um Jânio enquanto um “corpo estranho” dentro do sistema político vigente desde 1945 e transformado após a morte de Vargas,⁴⁹⁷ devemos reconhecer que a sua construção política era capaz de interagir de forma complexa com atores heterogêneos do cenário nacional.

O sentido de valorização da experiência de sua viagem ao Egito e aos outros países de fora dos roteiros mais tradicionais da política exterior do Brasil continuaria presente em reportagens de *O Cruzeiro*. Em nova edição de 25 de julho de 1959, Carlos Castello Branco foi autor de uma reportagem sobre a viagem de Jânio Quadros, propiciando ao leitor uma riqueza de detalhes acerca das impressões do candidato quanto ao percurso traçado na Ásia e na África. Em destaque, o título “Ásia e África mudaram Jânio” ditou o tom de um discurso que faz da viagem internacional do presidente um marco na sua vida política,⁴⁹⁸ representando um possível ponto de mudança quanto aos rumos de sua candidatura à presidência e as ideias sobre a Política Externa.

Em seguida, o subtítulo reforça esse sentido. “Busca de mercados no Oriente e simpatia pela ‘terceira posição’ entre orientais e ocidentais”.⁴⁹⁹ Duas possíveis agendas de Jânio na Política Externa são sugeridas. De um lado, o interesse janista em desenvolver relações comerciais a partir do estímulo na formação de novas parcerias. Por outro, uma

⁴⁹⁵ Jefferson José Queler, *op. cit.*, p. 77-78.

⁴⁹⁶ Carlos Castello Branco, *op. cit.*, 11 jul. 1959, p.45.

⁴⁹⁷ Thomas E. Skidmore, *op. cit.*

⁴⁹⁸ Carlos Castello Branco. Ásia e África mudaram Jânio. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1959, p. 52.

⁴⁹⁹ Idem, p.52.

mudança na inserção internacional que não se resumiria às questões comerciais, mas ultrapassaria na direção de uma nova percepção sobre as mudanças no sistema internacional e o lugar a ser ocupado pelo Brasil no mundo.

O texto reúne tanto impressões de Castello Branco sobre as agendas de Jânio Quadros no exterior, quanto intervenções diretas do candidato sobre o mesmo tema. O jornalista que acompanhou Quadros em parte de sua viagem, revela nessa primeira dimensão algumas questões importantes que nos ajudam a compreender alguns dos sentidos dos deslocamentos e das declarações de Jânio Quadros no exterior enquanto instrumentos para a luta política em âmbito interno.

Abordando aspectos da construção da candidatura de Jânio e a formação de seu arco de alianças, Castello Branco reforçou a preocupação do ex-governador de São Paulo em se esquivar da pecha de “entreguista”:

No que respeita à questão militar, que apenas esboça nas informações que êle vai recebendo, o Sr. Jânio Quadros se limita a fazer declarações de confiança na politização das nossas Fôrças Armadas e no seu legalismo. Os políticos que estiveram com êle, em Roma, entretanto, registraram tal ou qual nervosismo do candidato em relação às dificuldades que poderão cercar a própria realização do pleito. Esperava êle, aliás, com ansiedade, sinal do Rio à repercussão das suas primeiras declarações, nas quais acentuava sua posição nacionalista não só no campo petrolífero, como em vários outros, pois está êle convencido de que as dificuldades eventuais que surjam em referência ao pleito se relacionem com a campanha dos seus adversários procurando apresentá-lo como um político vinculado a grupos econômicos e comprometido com uma linha antinacionalista.⁵⁰⁰

A distância física em relação ao Brasil não se traduzia num afastamento da dinâmica da luta política. Do exterior, Jânio Quadros agia e reagia frente à construção da sua candidatura e da movimentação dos atores políticos diversos. Pelo exposto por Castello Branco, os acenos de Jânio às posições consideradas como “nacionalistas” em campos estratégicos como a defesa do monopólio estatal do petróleo e a política externa se convertiam também em recursos favoráveis para sua candidatura. Na tentativa de contrabalançar as posições de parcela de seus aliados, vinculados ao chamado “entreguismo”, Quadros explorava seu discurso de independência frente aos partidos políticos, divulgando posições que iam de encontro com parte de seus correligionários.

O temor acerca da aproximação de sua imagem ao antinacionalismo persegue a construção da reportagem. No parágrafo seguinte à citação apresentada, Castello Branco classifica Jânio Quadros como “a vanguarda mais avançada” da política nacionalista.⁵⁰¹ Para justificar tal qualificação, o jornalista afirma que o candidato apresentaria não apenas

⁵⁰⁰ Ibidem, p.52.

⁵⁰¹ Ibidem, p 52.

“soluções nacionalistas para os problemas de nosso desenvolvimento econômico e da preservação de nossas riquezas minerais”,⁵⁰² como também defendia revisar a posição brasileira na política internacional. Nesse sentido, ainda que não se explicita a ideia de uma Política Externa Independente através do uso dessa nomenclatura, as impressões de Branco sobre as consequências da viagem e das declarações de Jânio expõem a existência de traçados gerais da política externa que seria defendida pelo presidente um ano depois em sua campanha e implementada a partir de 1961.

Sob o signo de “oriente”, os países visitados por Jânio interessariam do ponto de vista comercial. Segundo Branco, Jânio Quadros enxergava possibilidades de expansão das exportações brasileiras, especialmente em produtos primários, para aqueles mercados. Num contexto de dificuldades no mercado internacional de café, a proposta apresentada por Jânio se vinculava ao interesse do setor exportador brasileiro, abrindo possibilidades de diversificação do comércio e exploração do potencial vislumbrado fora do eixo Europa – Estados Unidos.

O sentido político de sua viagem foi novamente tratado pelo jornalista no último parágrafo de sua autoria. Além de uma nova aproximação entre Nasser e o anticomunismo, os resultados da viagem de Jânio Quadros foram vistos com grande expectativa sobre o que viria a ser os rumos da própria disputa presidencial e os seus efeitos para a inserção internacional brasileira dentro de um espírito otimista:

O Sr. Jânio Quadros prefere não formular, por enquanto, com precisão, as conclusões de sua viagem ao Oriente, mas quem conversa com êle pode identificá-las no conjunto de observações que vai fazendo sôbre tudo o que viu. Muito provavelmente, ao voltar ao Brasil, equacione sua campanha política nos termos das conclusões de sua viagem e teremos, então, pela primeira vez, um candidato à Presidência da República a postular uma alteração revolucionária relativamente à posição do Brasil no mundo. Trata-se, evidentemente, de acontecimento que marcará uma nova época na vida brasileira, com reflexos sôbre o conjunto da política continental. O Sr. Jânio Quadros tem posição definida contra o comunismo e a todo momento invoca a posição do Coronel Nasser, que se considera o maior baluarte anticomunista do Oriente, sem que por isso tenha deixado de revolucionar o mundo árabe e de quebrar o sistema de relações internacionais de todo o Oriente Médio. Se o Sr. Jânio Quadros, confirmando os indícios que colhemos nesses dias de contato com êle, marchar no rumo previsto, o Partido Comunista Brasileiro terá diante de si um problema novo, uma situação diferente, que poderá influenciar a atitude do conjunto de fôrças de esquerda do Brasil, relativamente à sucessão presidencial.⁵⁰³

Produzindo mais evidências sobre o conteúdo da admiração de Jânio Quadros por Gamal Abdel Nasser, Carlos Castello Branco sugere como a capacidade em ditar novos

⁵⁰² Ibidem, p. 52.

⁵⁰³ Ibidem, p.53.

caminhos nas relações internacionais sem abandonar a luta contra o comunismo se tornou um aspecto de interesse do brasileiro sobre a experiência mobilizada do egípcio. Se a viagem de Jânio Quadros possuía um potencial de marcar positivamente sua candidatura e a trajetória das relações exteriores do Brasil, um dos aspectos relacionados pelo jornalista residia na instrumentalização e adaptação das experiências reconhecidas no dito “oriente” desbravado pelo candidato.

Chama atenção a relação feita entre a projeção de uma “revolução” na Política Externa do Brasil e a compreensão de suas consequências para a política continental. Ainda que tal ideia não encontre maior desenvolvimento ao longo do tempo, tal construção contribui para a suposição de que Castello Branco possuía também certa atenção para com a recepção das ideias de Jânio Quadros dentro do sistema interamericano. A continuidade da citação reforça isso. Ao reconhecer em Nasser a autoria da redefinição dos rumos da política regional no Mundo Árabe, a impressão que fica diz respeito à possibilidade das concepções de Jânio servirem como motor para mudanças na política regional. Mais uma vez, a relação entre texto e contexto nos parece útil. Um ano após o lançamento da OPA, as ideias expressas por Branco sobre Jânio e Nasser se conectam com um espírito de revisão do pan-americanismo a partir das demandas latino-americanas, bem como da perspectiva de fortalecimento dos laços comerciais dos países regionais.

Nesse sentido, esquivando-se não apenas da pecha de entreguista, mas também do rótulo de “comunista”, a relação entre Jânio Quadros e o Coronel egípcio se torna útil para afirmar uma linha de atuação composta por elementos capazes de agradar tanto setores nacionalistas quanto indivíduos vinculados ao anticomunismo. O Nasser mobilizado nas ideias de Jânio Quadros ou nos discursos de Castello Branco sobre o ex-governador paulista se tornava o símbolo de um tipo de governo possível, reunindo uma inserção internacional autônoma, forte liderança interna, combate à corrupção e outras características enaltecidas ao longo dos textos de *O Cruzeiro*.

O sentido de valorização da experiência nasserista aparece em outro momento do texto de Castello Branco. Dessa vez, as impressões são atribuídas diretamente ao próprio Jânio Quadros. Sobre o “moderno Egito”, o então candidato teria dito:

‘No Oriente Próximo, a grande revelação é a do moderno Egito. Não há dúvida de que Kishi e Nehru são personalidades excepcionais, mas me parece que o político mais vigoroso dos que conheci é o presidente Nasser. Tranquilo, franco e objetivo, vem procurando com um grupo de colaboradores, todos jovens, construir uma nação sobre o passado e o presente de ignorância e miséria que se chama Egito. A reforma agrária por êle promovida é, sem dúvida, uma das sólidas barreiras já erguidas contra o

comunismo. De fato, milhões de felás recebem com títulos de domínio as suas glebas aráveis que plantam sob forma cooperativa com a orientação e o auxílio técnico do governo. Extensas obras de recuperação do solo e de irrigação estão sendo empreendidas. Indústrias fundamentais, como a do petróleo, a do cimento, a do aço, a dos fertilizantes apareceram em poucos anos. Ocupa Nasser com muita habilidade o que se denomina a terceira posição na política internacional. Não é pró e nem contra qualquer dos blocos e entende que dentro dessa posição, não só erige o país em fiador da paz, como apressa o seu desenvolvimento econômico, na cõrte que lhe fazem ocidentais e russos. Tem pelo Brasil singular carinho e um dos sonhos que acalenta é ver a América do Sul e África nessa equidistância. O que não se discute é que logrou êxito, quer na política interna, quer na externa, e conseguiu encarar o legítimo nacionalismo dos povos árabes, que não é xenófobo nem tem coloração avermelhada. O que pretende, e só, é a colaboração e a cooperação com todos os povos indistintamente, ressalvadas a soberania e as conveniências internacionais.⁵⁰⁴

Na produção de uma síntese de uma experiência considerada exitosa, o trecho atribuído ao candidato Jânio Quadros expõe outros aspectos sobre a singularidade de seu olhar para com Nasser. O presidente egípcio foi revestido como um fenômeno de natureza interna e externa. Se para a História do país Nasser representava um divisor entre épocas de miséria, ignorância ou atraso frente ao Egito moderno, industrializado e forte nas relações internacionais,⁵⁰⁵ externamente o *rais* representava uma importante personalidade naquele dito “oriente”, alguém capaz de ultrapassar suas fronteiras e encontrar no Brasil, dito Ocidental, um admirador de sua obra.

Ao separar o passado e o presente do Egito, o Nasser visto por Jânio Quadros também foi motor de uma projeção otimista de futuro. O destaque feito à reforma agrária, agenda que o candidato brasileiro já acenara positivamente em outro momento, transforma-se em outro aspecto de valorização da experiência egípcia e projeção desta nas concepções de Quadros sobre temas estratégicos nacionalmente. Como exposto, a relação entre reforma agrária e o combate ao comunismo aponta certa afinidade de Jânio com o binômio segurança-desenvolvimento. Neste caso, a História egípcia sobre a reforma agrária traduziria um

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 55.

⁵⁰⁵ Essa mesma percepção foi encontrada em um relatório produzido pela Embaixada Brasileira no Egito sobre os acontecimentos políticos no país no mês de Outubro de 1956, especialmente os desdobramentos da crise e da Guerra de Suez. Para desenvolver o tema, o autor recorre à uma leitura histórica sobre o Egito, considerando a derrubada da monarquia e a ascensão posterior de Nasser como marcos dentro de uma perspectiva que pode ser considerada como de Longa Duração: “Conforme registra a história, a grande maioria do povo egípcio, há muitas centenas de anos, tem sofrido enormemente, tratado onde foi como escravo, mesmo pelos seus compatriotas, desde os tempos dos Faraós, assim como por algumas potências estrangeiras [...] Em agosto de 1952, imediatamente após a Revolução, que implantou a República e expulsou automaticamente, o Rei Farouk e seu regime, as condições gerais do país começaram a melhorar, paulatinamente, quando assumiu o Governo o General Mohamed Naguib, que, a 14 de novembro de 1954, passou a chefia ao Tenente-Coronel Gamal Abdel Nasser [...] O presidente Nasser, ao tomar conta do Governo, esforçou-se, imediatamente, no sentido de elevar o nível de vida de seus concidadãos, sobretudo os pertencentes às classes menos favorecidas e que representam cerca de 80% da população do país”. In: Brasil. Ministério das Relações Exteriores. 1956. Embaixada no Cairo. Ofício nº 399 – 26 de Novembro de 1956.

receituário, cuja distribuição de terra num contexto de miséria e agitação social se transformaria em alternativa material para o combate à penetração comunista. Assim, do baluarte no combate ao comunismo no dito Oriente, Jânio Quadros extraía a importância da reforma agrária num contexto de acirramento da luta social e política no Brasil, com destaque para a situação das relações sociais no campo.

Do ponto de vista econômico, duas supostas lições aprendidas por Jânio receberam destaque em seu discurso. Uma delas foi o compromisso de Nasser com a industrialização. Perseguindo desenvolver o país em setores estratégicos como o petróleo, a experiência nasserista foi valorizada também desse ponto de vista. Se outrora o coronel egípcio foi louvado a partir da relação entre petróleo e soberania, na citação exposta acima Nasser apareceu enquanto defensor do desenvolvimento industrial do Egito. A construção dessa imagem a partir de um candidato à presidência brasileira se tornava sintomática num contexto de elevado crescimento econômico e avanço da industrialização no país. Nesse sentido, em outra agenda estratégica dentro da luta política brasileira, a reivindicação de Nasser no discurso de Jânio Quadros supunha um aceno do candidato aos objetivos industrializantes, mesmo diante de um cenário de dificuldades econômicas e defesa de políticas austeras.

Um segundo elemento que também se destacava economicamente, mas ultrapassava essa agenda diz respeito à política externa. A relação feita entre Nasser e a chamada “Terceira Posição” ou neutralismo evidencia a instrumentalização desta em favor dos objetivos de desenvolvimento econômico. Ao citar a velocidade da construção do Egito Moderno, Jânio sugere como a inserção internacional daquele país foi um dos fatores responsáveis para a maximização de seus ganhos. Ainda como característica de sua política externa, a capacidade de arbitragem internacional aparece implícita dentro do discurso de valorização da defesa da paz, expondo a importância do Não-Alinhamento dentro da projeção egípcia na política mundial. Cooperação e universalismo também se situavam entre as qualidades enaltecidas por Jânio Quadros sobre o Egito de Nasser.

Dois outros elementos mereceram destaque. A citação feita às expectativas de Nasser quanto a América do Sul e a África sugere um aspecto da visão do presidente egípcio acerca das potencialidades do Não-Alinhamento, traduzido equivocadamente como “equidistância” por Jânio Quadros. Ao interagir com aquele que seria eleito presidente do Brasil em 1960, país esse que possuiria supostamente um carinho, é de supor que o horizonte traçado por Nasser sobre os rumos do neutralismo na África e na América foi debatido junto à Jânio. Diante de um candidato que em outras oportunidades destacadas apresentava interesse em mudar os rumos da PEB, não podemos descartar a possibilidade de o presidente egípcio ter

alimentado expectativas quanto à adesão brasileira ao Não-Alinhamento. Como se verá a partir de uma análise dos bilhetinhos, o encontro entre Jânio Quadros e Gamal Abdel Nasser se traduziu também em iniciativas concretas sobre a Política Externa e as relações Brasil – Egito.

Ainda nos olhares sobre o Egito, a definição do nacionalismo árabe como não xenófobo e anticomunista incidia sobre uma importante controvérsia que ultrapassava as fronteiras brasileiras. Como visto no capítulo 1, a Doutrina Eisenhower visava também conter o avanço do nacionalismo árabe protagonizado por Nasser. Contribuindo com governos de orientação mais conservadora, a política estadunidense representava um ponto de tensão com o Egito num momento favorável para uma hegemonia do Cairo no Mundo Árabe. Nesse sentido, ainda que não de forma direta, o nacionalismo árabe era visto como um adversário aos esforços dos EUA em combaterem o avanço soviético na região.

No Brasil, algumas perspectivas neste período também apresentavam certa sintonia quanto à relação entre o nacionalismo árabe e o avanço comunista. Em *Geopolítica do Brasil*, o General Golbery do Couto e Silva classificou o nacionalismo árabe como uma “agressão disfarçada em revolução libertadora”,⁵⁰⁶ situando tal manifestação como um germinar para a infiltração comunista na região. Nasser foi visto como o protagonista desse momento de tensão no Mundo árabe:

Em áreas restantes, assinalam-se zonas várias de instabilidade extremamente perigosa, seja no Oriente Médio onde o nacionalismo de Nasser galvaniza os espíritos em torno de um ideal anticolonialista e pan-arábico indiscutivelmente sadio, mas agressivo, imaturo e turbulento, que a presença progressista de Israel ainda mais excita até o paroxismo sem freios e os interesses formidáveis em torno do petróleo e do Canal de Suez, a todo instante agudizam, enquanto sopram de Moscou, incansáveis e habilmente manejados, os ventos da cizânia e da discórdia de envolta com promessas de ajudas e régios presentes de armas.⁵⁰⁷

Num olhar permeado pelas tramas da Guerra Fria, a concepção de um conflito inescapável implicou numa correlação entre os efeitos do nacionalismo árabe e o expansionismo comunista.⁵⁰⁸ Se Nasser se tornava um agente ativo ao ditar os caminhos da

⁵⁰⁶ Golbery do Couto e Silva, *op. cit.*, p.244.

⁵⁰⁷ Idem, p.187.

⁵⁰⁸ Ecos desse tipo de discurso também atingiram o Itamaraty. Em artigo publicado na oitava edição da RBPI, o diplomata Antônio Mendes Vianna relacionava o “movimento pan—árabe” aos objetivos da URSS contra o Ocidente. De forma também equivocada, este autor vinculava tanto à criação da RAU quanto a união Hashemita ao mesmo propósito. A relação do Egito com a política soviética foi também relacionada ao movimento de escolha daquele país para sediar uma “Conferência da Solidariedade Afroasiática” em 1957. Segundo Mendes Viana, diante das impossibilidades de Moscou e Pequim sediarem um encontro dessa natureza, coube ao Egito, considerado “simpatizante ao comunismo”, sediar e ser um dos protagonistas do encontro. In: A. Mendes Vianna. O Mundo Afroasiático: sua significação para o Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, n.8, ano II (1959), p.18-20.

política árabe, sua relação com o conflito global o fazia como um ser passivo diante dos interesses russos. Nesse sentido, a perspectiva securitária de Golbery traduz uma postura cautelosa e mesmo crítica sobre o nacionalismo árabe, considerando seus ideais como contribuintes para as forças adversárias do Ocidente. Como contraponto indireto a essa visão, Jânio Quadros atribuiu um sentido positivo para este fenômeno na política árabe, legitimando a experiência de Nasser e do Egito como possíveis de serem consideradas por um ator internacional como o Brasil.

As tensões entre as posições de Jânio sobre a Política Externa e as perspectivas de setores do seu arco de alianças se fizeram notar mesmo antes da sua eleição. Sua admiração por Gamal Abdel Nasser não era ponto pacífico entre indivíduos e organizações que apoiariam o candidato. Na seção de política da edição de 15 de agosto de 1959, um texto repercutia o modo como a viagem e as declarações de Jânio foram recepcionadas pelas diferentes correntes políticas nacionais, sintetizadas sob o signo de “nacionalistas” e “udenistas”. O argumento central do texto residia na constatação de um quadro de “omissão” de aliados e adversários de Jânio sobre as posições expressas ao longo de sua viagem. Se aos “nacionalistas” não interessava destacar tais declarações, pois estas constituiriam “matéria-prima para a campanha lottista”.⁵⁰⁹ Sobre isso, não há maiores informações a não ser a revelação das fricções existentes entre Lott e os setores nacionalistas.⁵¹⁰ Contudo, cumpre destacar que durante a campanha de 1960, o general candidato pelo PSD criticava as propostas para a Política Externa do seu adversário, atribuindo-lhe o rótulo de neutralista.

No tocante aos aliados de Jânio, a omissão proposta no texto se transformaria em inquietação logo nos parágrafos seguintes. Os acenos de Quadros com uma possível revisão nos rumos da PEB poderiam virar um ônus para o candidato em relação ao seu arco de alianças, especialmente setores da UDN:

Da parte dos correligionários do Sr. Jânio Quadros, registrou-se também o mesmo silêncio prudente em relação às suas declarações e isso decorre, obviamente, do fato de que os principais dirigentes da UDN não aceitam as ideias que o ex-governador paulista tem ventilado. O nacionalismo da UDN

⁵⁰⁹ Novas idéias de Jânio inquietam os nacionalistas e os udenistas. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1959, p.104.

⁵¹⁰ Apesar de ter recebido o apoio do PCB e ser bem visto por setores do PTB, as relações do General Henrique Teixeira Lott com determinados grupos de esquerda sofreu com tensões decorrentes de fatores como o anticomunismo do candidato, expresso na sua relutância em propor o reatamento de relações diplomáticas como a URSS. Outros fatores foram elencados por Lucília de Almeida Neves Delgado: “a firme posição nacionalista de Lott, que defendia a concessão do direito de voto aos analfabetos e a restrição das remessas de lucro para o exterior, não foi, apesar do apoio de petebistas e comunistas, suficiente para garantir-lhe o apoio irrestrito das forças de esquerda, que não acreditavam, com unanimidade, nos propósitos e no comprometimento reformista do Marechal. À incapacidade agregadora de Lott, somaram-se outras dificuldades relacionadas à sua pouca habilidade política, ao seu rigor militar e fraco carisma eleitoral”. In: Lucília de Almeida Neves Delgado, *op. cit.*, p.230.

limita-se à defesa do monopólio estatal do petróleo e à preservação dos minerais atômicos, combinados com o estrito respeito à técnica econômica da iniciativa privada, formalmente defendida pelo Sr. Jânio Quadros, mas num esquema que começa a inquietar a UDN pela inspiração que foi buscar nas idéias políticas do Coronel Nasser, do Egito. A UDN é ciosa da participação do Brasil na luta do mundo democrático, pois os ideais liberais udenistas encontram seu pleno sentido numa luta comum com as potências ocidentais contra o comunismo. Marchando para uma terceira posição, ou seja, para neutralizar o Brasil na guerra entre os dois mundos, o Sr. Jânio Quadros rompe com o sistema até mesmo programático da UDN, que, em sua lei básica, caracteriza, no campo internacional, uma política de solidariedade continental e ocidental, de defesa dos princípios democráticos.⁵¹¹

A manifesta admiração de Jânio por Nasser, associada às suas propostas no campo da Política Externa, transformaram-se em ingredientes de atrito entre o candidato e setores da UDN. Ainda que tais inquietações não fossem manifestadas de forma explícita, como o texto deixa a entender, a caracterização das divergências evidencia como de fato tal questão estava presente ainda em 1959. Se a viagem de Jânio era motivo de questionamento de seus detratores e curiosidade por parte daqueles que acompanhavam atentamente seus passos na construção da candidatura,⁵¹² seus aliados se inquietavam com os acenos feitos pelo presidente na direção de atores como o Egito, transformando a Política Externa num elemento complexo nas relações políticas costuradas para a eleição de 1960.

É o que se pode enxergar a partir das memórias de Roberto Campos. Em *Lanterna na Popa*, o diplomata recordou algumas de suas experiências durante o governo Jânio Quadros. Segundo Campos, as propostas de Jânio na área da Política Externa foi um fator de distanciamento entre esses dois conterrâneos:

Jânio talvez tivesse estranhado meu silêncio e ausência após a eleição. Dávamos bem antes da posse. Como dois mato-grossenses, éramos até certo ponto aves raras no cenário político. Quando presidente do BNDE, visitara-o várias vezes, em São Paulo, para discutir financiamentos para projetos de energia elétrica e armazenagem agrícola. Minha visita mais demorada fora em 11 de novembro de 1958, quando, a pedido de Lucas Lopes, lhe levei um exemplar do Programa de Estabilização Monetária de Juscelino, que pareceu despertar nele maior interesse que no próprio Juscelino. Eu simpatizava com a ênfase de Jânio sobre a austeridade administrativa e sua crítica à ineficiência do 'Estado patrão'. Cheguei a preparar alguns textos para sua campanha presidencial, aos quais sabidamente ele não deu atenção, pois entendia de comunicação popular muito mais do que qualquer escriba. Senti-me desorientado quando Jânio deu sua guinada 'esquerdista' em política externa. Eu fora machucado pela irracionalidade nacionalista, no

⁵¹¹ Novas idéias de Jânio inquietam os nacionalistas e os udenistas, *op. cit.*, 15 ago. 1959, p.104.

⁵¹² Segundo Vera Lúcia Chaia, opositores de Jânio Quadros protestaram contra a sua viagem internacional, relacionando-a com possíveis financiamentos do setor privado e sua dependência em relação a estes. Apesar de ser de conhecimento a participação financeira de setores do empresariado para a realização desse empreendimento, Oscar Pedrosa da Horta teria defendido o presidente ao afirmar que os custos da viagem foram arcados pelo próprio Jânio e suas estadias bancadas pelos países em que passou. In: Vera Lúcia Chaia, *op. cit.*

caso do petróleo da Bolívia e da ruptura de Juscelino com o FMI, e esperava de Jânio uma boa dose de racionalidade e pragmatismo, ingredientes faltantes na cena brasileira.⁵¹³

A frustração de Roberto Campos se somava aos temores de indivíduos como o Almirante Carlos Penna Botto e outras figuras como Eugênio Gudim e Carlos Lacerda. O sentido de “pragmatismo” e “racionalidade” reivindicado por Campos se contrapunha aos ideais ditos “nacionalistas” na Política Externa, num jogo de palavras cujo interesse residia na defesa simbólica de suas posições diante de um cenário de mudanças a partir das mãos de um candidato que entusiasmou setores mais conservadores. Nas recordações de uma política que traduzia um espírito janista de “dar uma no cravo e outra na ferradura”,⁵¹⁴ a PEI foi vista por Campos como uma tática de cooptação e desvio dos nacionalistas diante da linha conservadora internamente. Na compreensão do diplomata, os primeiros passos da PEI foram dados na viagem internacional de Jânio:

Ao lançar as bases da ‘política externa independente’ administrada por Afonso Arinos e depois desenvolvida por San Tiago Dantas no Itamaraty, Jânio retomava parte do ideário da Operação Pan-Americana de Kubitschek, adicionando-lhe uma nuance nacionalista, e explorava a margem de flexibilidade deixada pelo impasse entre as superpotências na era da bipolaridade. No plano concreto, as manifestações heterodoxas de Jânio começaram antes da posse, com as exóticas visitas a Cuba e ao Egito. Vieram depois [a] As críticas ao patrocínio americano na invasão da Baía dos Porcos, em nome do princípio de não-intervenção; [b] A ênfase sobre o anticolonialismo, através da política africanista, depois retomada no governo Médici; [c] A ênfase sobre o comércio com os países do Leste (como alternativa ingênua à hegemonia ocidental; e (d) O apoio ao restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética (concretizada por San Tiago Dantas no governo Goulart) e com a China (concretizada no governo Geisel).⁵¹⁵

Na singularidade que entusiasmava homens como José Honório Rodrigues e Adolpho Justo Bezerra de Menezes, a viagem de Jânio e seu roteiro por países de fora dos roteiros mais tradicionais da diplomacia e do executivo brasileiro eram vistas de forma negativa por Roberto Campos. No lugar do “exótico”, Jânio evidenciou os primeiros passos de uma “estratégia de pirraça”,⁵¹⁶ segundo o diplomata. Assim, ao ultrapassar as fronteiras do mundo hemisférico-ocidental, Jânio Quadros se destacava positivamente frente aos defensores de uma mudança nos rumos da PEB e negativamente diante daqueles que optavam por uma inserção internacional dentro das características da diplomacia brasileira no Pós-Guerra.

Carlos Castello Branco voltaria a citar a viagem de Jânio Quadros em *O Cruzeiro* no final de 1960. Em reportagem sobre a passagem do presidente em Londres, o jornalista traçou

⁵¹³ Roberto de Oliveira Campos, *op. cit.*, 1994, p. 391.

⁵¹⁴ *Idem*, p. 390.

⁵¹⁵ *Ibidem*, p.433-434.

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. 403.

algumas perspectivas sobre aquilo que constituiria a “grande ambição” do presidente eleito: mudanças na Política Externa, imprimindo-lhe um sentido considerado “revolucionário”.⁵¹⁷ A lembrança das impressões sobre o encontro entre Jânio e Nasser viria acompanhada de um suposto fato novo. Após citar a recusa do futuro Chefe de Estado brasileiro em ir aos EUA visitar o então presidente Eisenhower e as dificuldades existentes na construção de um encontro com o sucessor Kennedy, Castello Branco revelou a existência de um convite feito por Tito a Jânio:

Ao mesmo tempo em que adotava tal atitude em relação aos Estados Unidos, o Sr. Jânio Quadros não hesitou em aceitar um convite do Marechal Tito para uma visita de duas semanas à Ilha de Brione, na Iugoslávia, onde o Presidente eleito do Brasil irá encontrar-se também com o Premier Nehru, da Índia, e o Presidente Nasser, do Egito, dois líderes da ‘terceira posição’.⁵¹⁸

Ao contrapor a aceitação do convite do presidente Iugoslavo com a recusa na visita aos EUA, o jornalista reforçou o discurso de um sentido de mudança na PEB a partir da eleição de Jânio. Sendo um fator de coerência frente aos textos sobre a viagem do presidente em 1959, a afirmação de uma Política Externa mais autônoma e capaz de interagir com atores do dito Não-Alinhamento alimentava as expectativas de um possível engajamento do Brasil frente a tais atores. A sequência da própria reportagem evidencia isso. Ao se inspirar no chamado neutralismo, Jânio Quadros estaria supostamente conciliando a ideia de uma transformação nas relações exteriores com doses de ineditismo e responsabilidade diante das incógnitas existentes entre aqueles que não compreendiam seus acenos no plano exterior:

Procurando transferir para a Europa, notadamente para Londres, o eixo da política financeira do Brasil, recusando-se a visitar os Estados Unidos no momento em que aceita um convite do Marechal Tito, o Sr. Jânio Quadros vai dando início ao seu programa, anunciado ante o cepticismo geral, desde o momento em que se fez candidato à Presidência da República, de levar o nosso país a uma posição internacional inédita. O presidente brasileiro poderá efetivamente revolucionar a tradição da política externa do País, lançando as bases de uma revisão da política continental, menos dramática certamente do que a tentativa revolucionária de Fidel Castro, porém mais profunda por força da importância do Brasil no continente.

Deve-se, contudo, acentuar, desde logo, que o Sr. Jânio Quadros, ao invés de inclinar-se para o mundo bolchevista, procura no neutralismo da ‘terceira posição’ a inspiração de sua nova política externa.⁵¹⁹

Desmistificando qualquer relação entre a perspectiva de política externa do presidente e uma possível aproximação político-ideológica com o bloco socialista, Carlos Castello Branco apontava a existência de uma simpatia do presidente eleito pelo neutralismo, aqui considerado enquanto um tipo de inserção internacional distinta de rótulos como “filo-

⁵¹⁷ Carlos Castello Branco. Jânio em Londres: Brasil vai mudar de Rumo. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1960, p.152.

⁵¹⁸ Idem, p.152.

⁵¹⁹ Ibidem, p.152.

comunismo” ou qualquer outra manifestação disfarçada em prol de Moscou. Como atributo de legitimidade dessa “revolução” responsável na Política Externa, a inspiração neutralista não se filia às supostas tradições diplomáticas do Brasil, mas ao presente que legou democraticamente à Jânio o cargo de presidente e as diferenças expressas frente ao exemplo cubano, mobilizado pelo autor.

Não encontramos maiores evidências sobre a materialização do convite apontado por Castello Branco. Contudo, a partir dos olhares de alguém que acompanhou Jânio em momentos da construção de sua candidatura e, posteriormente, em seu curto mandato, as perspectivas do jornalista se tornam um interessante objeto para um aprofundamento na noção de uma aproximação entre Quadros e líderes como Gamal Abdel Nasser. Nos sentidos das visões positivadas do presidente sobre o Coronel a partir das páginas de *O Cruzeiro*, a construção de uma identificação com um representante de um movimento de contestação da ordem internacional e ator vinculado aos ideais nacionalistas e autonomistas faria das ligações entre Jânio e Nasser um objeto de inquietação, transformando-se num complexo instrumento que transcende qualquer perspectiva de fronteira entre política interna e política externa.

A admiração de Jânio por Nasser foi alvo de outros olhares já no contexto de seu governo. As marcas de proximidade entre o presidente brasileiro e o Coronel egípcio foram registradas por alguns de seus contemporâneos. Primeiro embaixador negro do Brasil, o jornalista Raymundo de Sousa Dantas se lembrou de Jânio ao entrar no gabinete presidencial de Kwane Nkrumah:

Osagyefo recebeu-me na sua sala de trabalho, pouco espaçosa e muito baixa, discretamente mobiliada. Via-se nas paredes um mapa geral da África, outro de Gana e fotografias de Nasser, Tito, Sukarno e também de Modibo Keita e Sekou-Touré. Lembrei-me de outro Gabinete presidencial, onde um homem em muita coisa parecido com êste outro, governou por pouco mais de seis meses, empenhado em luta que os aproximava⁵²⁰

As imagens de Nasser e de outros líderes do Terceiro Mundo o fizeram lembrar das aproximações construídas por Jânio com os países Não-Alinhados. Tal lembrança também poderia ser estimulada pelas características do gabinete do presidente brasileiro. A existência de um quadro em homenagem a Nasser foi confirmada por Moacir Werneck de Castro. Visitando o Egito em Agosto de 1961, o jornalista brasileiro entrevistou o presidente daquele país. Em passagem sobre as conexões entre Nasser e Jânio, Castro citou as origens do quadro existente no gabinete do presidente brasileiro:

Nasser não manifestou surpresa nem desvanecimento quando lhe informaram que o Sr. Jânio Quadros tinha um retrato dele em seu gabinete de trabalho. Disse que já sabia do fato pelo Embaixador Thompson Flores,

⁵²⁰ Raymundo de Souza Dantas. *África Difícil: missão condenada*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965, p. 55.

ali presente, e que foi o coordenador da entrevista. O retrato fôra dado quando Jânio passou pelo Cairo, antes de ser eleito Presidente, ocasião em que puderam conhecer-se, num encontro de que lhe ficou excelente impressão.

Na parede de Jânio Quadros, o retrato de Gamal Abdel Nasser simbolizava não apenas a existência de uma reverência ao presidente egípcio, mas também a continuidade dos laços construídos a partir de um encontro que teria marcado o então Chefe de Estado brasileiro. Se o brasileiro projetava no egípcio algumas características que assemelhavam ao seu discurso político, um olhar mais apurado sobre o conteúdo dessa admiração evidencia que 1959 também permaneceu vivo em Jânio quanto às suas concepções de Política Externa. Como se verá a seguir, Nasser e o Egito representavam muito mais do que uma identificação política do brasileiro ou um recurso para a legitimação de suas posições no plano interno. No país africano, Quadros encontraria um dos principais parceiros em sua PEI, almejando intensificar as relações com o Cairo a partir de orientações que atingiriam diferentes esferas de interação entre os dois países.

3.2.2. O presidente que conheceu “o outro mundo”: a dimensão estratégica do Egito nas concepções de Política Externa de Jânio Quadros

A importância do Egito para Jânio Quadros não se resumiria apenas na admiração deste pelo presidente daquele país. Um olhar mais apurado sobre suas concepções de Política Externa e política internacional revela um protagonismo do Estado africano dentro de um movimento mais geral de aproximação entre o Brasil e os países subdesenvolvidos. Por meio das orientações conferidas ao Ministério das Relações Exteriores e outros setores de seu governo a partir dos memorandos, foi possível identificar o nível de interesse de Jânio quanto às relações entre brasileiros e egípcios, conferindo uma dimensão estratégica para o país de Nasser no tocante aos contatos bilaterais e multilaterais.

Para Sérgio Danese, compreende-se como diplomacia presidencial “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente”.⁵²¹ Tal conceito traduz uma característica importante sobre as relações de Jânio Quadros com a PEI. Ao longo de seu curto mandato, é possível perceber diversas iniciativas que demonstram o interesse do presidente em assumir um papel muito mais ativo nas relações exteriores, começando pela definição da própria Política Externa:

Na Política Externa Independente (PEI), Jânio Quadros assumiu o papel de protagonista já na própria definição do que seria a nova política externa do Brasil, numa mensagem ao Congresso Nacional em 15 de março de 1961, sendo posteriormente publicada em um artigo sobre a temática no *Foreign Affairs*.⁵²²

⁵²¹ Sérgio Danese. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. Brasília: FUNAG, 2017, p.67.

⁵²² Ariane Roder Figueira. *Introdução à análise de política externa*. São Paulo: Saraiva, 2011, p.99.

Na atmosfera conflituosa em torno da PEI, o próprio Jânio Quadros se transformou em ator desse contexto, evidenciando os sentidos da Política Externa de seu governo. Contudo, além dessa condição de intérprete, Quadros buscou exercer também um papel de formulador da Política Externa, apontando diferentes medidas a serem executadas pela diplomacia no sentido de dinamizar as relações exteriores a partir de seu olhar sobre o lugar do Brasil no mundo.

Também conhecido como bilhetinhos, os memorandos foram os instrumentos de transmissão de suas ideias. Enquanto uma via de comunicação direta com setores de seu governo, os memorandos faziam parte da trajetória política de Jânio antes mesmo de alcançar o cargo de presidente. Sua inserção na vida pública de Quadros se relacionava diretamente com suas críticas sobre a administração pública, defendendo a moralidade e uma atuação mais eficiente desse setor. Segundo J. Pereira, os mais entusiastas viam nessa prática um papel central dentro do estilo de Jânio Quadros em governar:

Alguém já disse que podem eles ser definidos como uma espécie de <<filosofia de governo>>. A verdade é que, ríspidos e agressivos comumente; humanos, não raro; bem humorados algumas vezes; filosóficos quando se oferecia a oportunidade; líricos às vezes, levantando, assim, o véu da <<dureza>> do seu coração; enérgicos invariavelmente, porém visando sempre solucionar um problema – operando o milagre de equacioná-lo de maneira efetiva – os <<bilhetinhos>>, queiram ou não ou que os combateram, reergueram São Paulo.⁵²³

Como uma marca de sua administração do governo de São Paulo, J. Pereira relacionou os bilhetinhos ao êxito de Jânio durante aqueles quatro anos (1955-1958). Sua passagem pelo executivo paulista seria favorecida tanto pelo acordo com Café Filho quanto pelos efeitos da política nacional-desenvolvimentista do governo JK para o estado de São Paulo. Contudo, o louvor aos memorandos merece uma ressalva. Se sua intenção era estabelecer uma comunicação eficiente com o seu governo, a recepção dessas mensagens por parte dos seus destinatários não foi favorável à Jânio:

Seu estilo de administrar, por meio de ‘bilhetinhos’, não foi aceito pelos funcionários de algumas repartições públicas. Com seu centralismo, Jânio extrapolava as funções de um governante. Ao se dar conta de que seus bilhetes não eram levados a sério, deixou claro o que aconteceria caso seus despachos não fossem aplicados.⁵²⁴

Anos depois, Jânio incorporaria essa experiência dúbia para lidar com setores de seu governo, enquanto presidente da República. Na historiografia sobre o governo Jânio Quadros, os bilhetinhos foram alvos de controvérsias entre os pesquisadores sobre o seu significado quanto às concepções e a práxis política de Jânio. Para Maria Victoria Benevides, esse tipo de

⁵²³ J. Pereira. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo: Musa, 1959, p.15.

⁵²⁴ Vera Lúcia Michalany Chaia, *op. cit.*, p.125.

comunicação revelaria um “tacanho autoritarismo de um governo que erigiu como norma o controle burocrático personificado”.⁵²⁵ Compartilhando dessa posição, Henrique Altemani Oliveira classificou os bilhetes como “uma forma característica e autoritária de governar”.⁵²⁶ Não é objetivo dessa dissertação discutir as relações de Jânio Quadros com as instituições, seus métodos e seus supostos horizontes autoritários. Contudo, ao pensarmos a relação entre Jânio Quadros e a PEI, os bilhetinhos adquirem um sentido distinto. Ao buscar influenciar os rumos da Política Externa a partir das orientações expressas nessas curtas mensagens, o presidente nos ofereceu algumas pistas sobre suas concepções de Política Externa e Política Internacional. Os memorandos foram sintomas de um Jânio Quadros partícipe da PEI. Alguém que, dentro de sua perspectiva, buscava alterar o circuito de formulação e execução da PEB a partir da movimentação de outros atores na condução das relações exteriores.

Tabela 1 – Memorandos por Mês de Produção.

Mês	Números
Fevereiro	18
Março	50
Abril	69
Maiο	84
Junho	62
Julho	72
Agosto	57
Total	412⁵²⁷

Fonte: Do autor, a partir dos dados analisados no CHDD

Ao longo de seus quase sete meses de mandato, Jânio Quadros encaminhou pouco mais de 400 bilhetes ao Itamaraty. Reunindo diferentes orientações sobre a Política Externa, um mesmo bilhete poderia apresentar um ou mais temas, chamando atenção quanto ao ritmo e a intensidade da presença do presidente frente à formulação das relações exteriores. Essa característica foi destacada por Afonso Arinos Filho:

Exagerava em minúcias, das quais não se deveria ocupar um chefe de estado, e cobrava com autoridade. O interesse que demonstrava ao mesmo tempo absorvente e dispersivo (chegou a enviar do seu gabinete ao do ministro, por telex, sete memorandos no mesmo dia), imprimia um ritmo quase histérico aos serviços do Itamarati. Estes se esforçavam em atendê-lo com a urgência

⁵²⁵ Maria Victoria Benevides, *op. cit.*, 1982, p.20.

⁵²⁶ Henrique Altemani Oliveira, *op.cit.*, p.93.

⁵²⁷ Chegamos a tal número a partir da contagem manual dos bilhetinhos transcritos e publicados na oitava edição do CHDD. Contudo, a quantidade exata é objeto de controvérsia. Conforme Carlos Alberto Leite Barbosa, ao Itamaraty teriam sido destinados 411 bilhetes, considerando o recorte temporal “entre 23 de fevereiro a 22 de agosto, o que daria aproximadamente uma média de três mensagens diárias”. In: Carlos Alberto Leite Barbosa, *op. cit.*, p.44. A partir da contagem realizada, considerando o mesmo recorte sugerido pelo autor, encontramos um total de 395 bilhetes. Cumpre destacar que o número total não altera as conclusões tiradas a partir da análise desta documentação.

quase sempre solicitada, prejudicando o estudo refletido e aprofundado muitas vezes exigido pelos temas em pauta.⁵²⁸

Vindo de alguém inserido nas fileiras da Casa de Rio Branco, a crítica sobre o uso dos bilhetinhos se insere dentro de uma perspectiva mais ampla do relacionamento de Jânio Quadros com o Itamaraty.⁵²⁹ Conforme Luciano da Rosa Muñoz, houve um “estranhamento recíproco” entre o presidente e os setores de carreira da chancelaria brasileira.⁵³⁰ Além do interesse em exercer um papel mais ativo nas relações exteriores, o presidente apoiou uma reforma no Itamaraty, caracterizada pela criação de “divisões específicas para as novas regiões para onde se ampliava a diplomacia brasileira”,⁵³¹ com destaque para o surgimento da Divisão da África. Somado a isto, o corte de 20% no salário de categorias da chancelaria brasileira, no intuito de financiar bolsas de estudo para estudantes africanos, representou outra medida que afetava diretamente o relacionamento do presidente com o Ministério das Relações Exteriores. Nesse sentido, além de evidenciar certo interesse em retirar o protagonismo do Itamaraty na formulação da PEB, as medidas citadas alimentavam embates entre o presidente e setores da diplomacia.

Determinadas iniciativas defendidas pelo presidente da República não encontraram a simpatia de alguns diplomatas. Foi o caso de Pio Corrêa. Em suas memórias, este classificou um dos primeiros atos de Jânio Quadros como uma “cínica e vergonhosa conviência com um ato criminoso”.⁵³² Tratava-se da ruptura de relações com os países bálticos. Considerando que tal medida seria o primeiro passo para o reatamento de relações diplomáticas com a URSS, para o diplomata esta era mais uma evidência de uma política que visava supostamente atrair as esquerdas, na tentativa de contrabalançar uma política dita “autocrática” ou “reacionária”.⁵³³

Outro sintoma das dificuldades no relacionamento entre Jânio Quadros e a diplomacia profissional foi o interesse do presidente em nomear diversas figuras de fora da carreira para postos no exterior. Tal postura não era exclusiva do mandato janista. Contudo, no caso desse curto governo, essa iniciativa traduzia uma perspectiva do presidente em contar com figuras de confiança ou grandes personalidades na construção da PEI. Além de Raymundo de Souza Dantas, indicado para a Embaixada Brasileira em Gana, outros nomes como Rubem Braga

⁵²⁸ Afonso Arinos Filho, *op. cit.*, p.160.

⁵²⁹ Rubens Ricupero também teceu críticas ao presidente Jânio Quadros no seu relacionamento com os temas de Política Externa. Presente no gabinete do Ministro Afonso Arinos neste período, Ricupero classificou como “bruscos e chocantes” o estilo diplomático do presidente, marcado também pela imprevisibilidade e a intimidação, em determinados momentos. In: Rubens Ricupero, *op. cit.*, 2017, p.415.

⁵³⁰ Luciano da Rosa Muñoz, *op. cit.*, p.236.

⁵³¹ Paulo Fagundes Vizentini, *op.cit.*, 2004a, p.150.

⁵³² Manoel Pio Corrêa. *Pio Corrêa: o mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994, p.739.

⁵³³ Idem, p. 741.

(Marrocos) fizeram parte das indicações de Jânio para representações diplomáticas do Brasil no exterior.

Em depoimento ao CPDOC, Vasco Leitão da Cunha minimiza tal postura ao considerar que tais nomeações não eram numericamente significativas.⁵³⁴ Porém, se quantitativamente não significavam um incômodo para a Casa de Rio Branco, qualitativamente o engajamento do presidente na formação de uma “rede” de Embaixadores de sua confiança não possuía limites quanto à possível quebra de hierarquia social existente dentro do Itamaraty. Evidência disso pode ser encontrada na autobiografia de Roberto Campos. Segundo o diplomata, ao recusar um posto oferecido pelo presidente na Embaixada Brasileira em Paris, justificou que não possuía “graças sociais” para ocupar tal posição.⁵³⁵ Furioso com a resposta, o presidente questionara se “um embaixador de Jânio Quadros” precisaria de tais credenciais.⁵³⁶

Outra manifestação dessa tensa relação também pode ser encontrada nas memórias de Afonso Arinos. Em *A Alma do Tempo*, o chanceler criticou a postura de setores do Itamaraty:

Finalmente o próprio pessoal do Itamaraty (refiro-me às chefias e aos velhos diplomatas), esclerosado em uma diplomacia epicurista, de salões e viagens, de reverências e falsas tradições, reagia contra aquela nova orientação, que podia contrariar os formalismos e vazias solenidades. Certos ciosos defensores das tradições do barão são incapazes, ainda hoje, de identificá-las na sua essência. O barão foi a vida inteira um estudioso, um intelectual desprendido de todas as exterioridades mundanas, e nunca um salonnard uniformizado e condecorado. O barão se preocupava com documentos antigos e não com móveis antigos. Os que defendiam suas ‘tradições’ contra a independência e o progresso, defendiam, no fundo, as tradições do mordomo do barão (o Salvador, que eu ainda conheci), e nunca as do barão, que ria dele. Tudo aquilo que podia representar cultura, inteligência, independência, trabalho, nacionalismo – tradições verdadeiras do barão, não existia para a maior parte do grupo dominante do Itamaraty. Como ainda não existe para os últimos espécimes dessa fauna declinante. Já a geração moça de diplomatas que, na sua totalidade, despreza os velhos chefes, tem outra forma de pensar e outra esperança de agir.⁵³⁷

Nesse cenário, os bilhetinhos continuam uma peça integrante do quadro de desconfiança mútua entre Jânio e a diplomacia brasileira. No universo de centenas de memorandos, uma análise quantitativa sobre as orientações referentes às relações entre o Brasil e os países africanos e do Oriente Médio contribuiu para um olhar sobre a importância do Egito nas concepções de política externa e política internacional do presidente. Para isso, contabilizamos toda e qualquer referência nominal aos países, as suas capitais ou aos seus

⁵³⁴ Vasco Leitão da Cunha, *Diplomacia em Alto-Mar*: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁵³⁵ Roberto de Oliveira Campos, *op. cit.*, 1994, p.392.

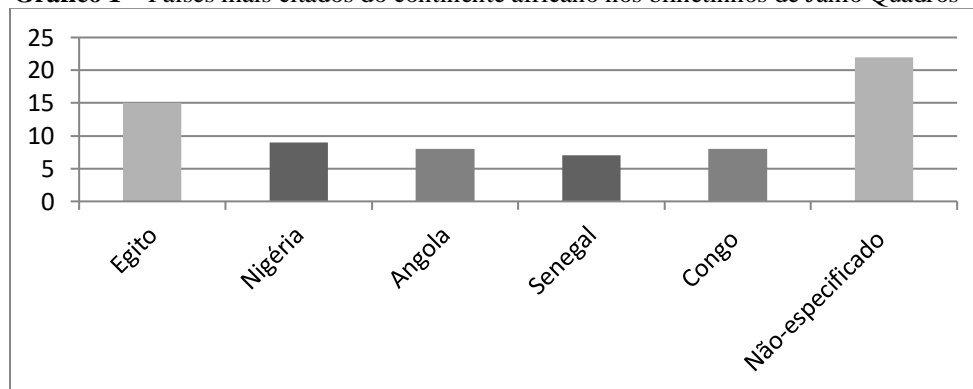
⁵³⁶ *Idem*, p.392.

⁵³⁷ Afonso Arinos de Melo Franco. *A Alma do tempo*: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018, p.1156.

líderes políticos, no intuito de realizar um mapeamento das citações de cada Estado ao longo dos meses de produção dos bilhetinhos.

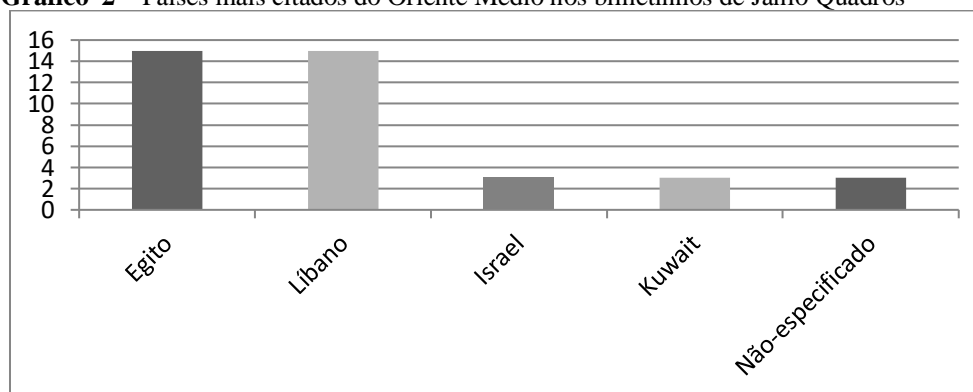
Diante disso, verifica-se que o Egito ocupou um lugar de destaque entre os países africanos, sendo o mais citado nos bilhetinhos. Em relação ao Oriente Médio, os egípcios estiveram também em maior evidência, empatados com o Líbano. É o que mostra os gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Países mais citados do continente africano nos bilhetinhos de Jânio Quadros⁵³⁸



Fonte: Do autor, a partir dos dados analisados no CHDD

Gráfico 2 – Países mais citados do Oriente Médio nos bilhetinhos de Jânio Quadros

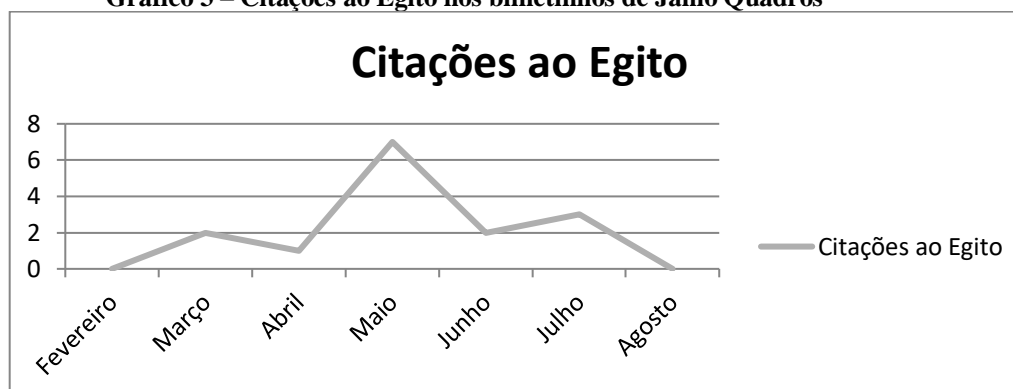


Fonte: Do autor, a partir dos dados analisados no CHDD

Os 15 bilhetes identificados traduzem a condição do Egito enquanto ator relevante dentro do horizonte de projeção externa de Jânio Quadros. Reunindo diferentes medidas que visavam aprofundar as relações entre brasileiros e egípcios, os memorandos sobre o país africano não obedeceram a uma regularidade em termos de produção e encaminhamento para a chancelaria brasileira. Quase metade dos bilhetes datava de maio de 1961:

⁵³⁸ Ao longo da análise dos bilhetes, nem sempre foram nítidas as distinções entre o antigo Congo Belga (atual República Democrática do Congo) e o também antigo Congo Francês (atual República do Congo). Apesar de não comprometer a nossa análise, cumpre destacar que um processo maior de revisão sobre as orientações atribuídas a esses países poderá interferir na quantidade de menções aos mesmos, exigindo reparos nos gráficos.

Gráfico 3 – Citações ao Egito nos bilhetinhos de Jânio Quadros



Fonte: Do autor, a partir dos dados analisados no CHDD

Em 4 de Março de 1961, Jânio Quadros encaminhou o primeiro bilhete ao Ministério das Relações Exteriores contendo orientações sobre o Egito. Nesta ocasião, afirmou o presidente que “não cogitou o governo de suprimir a representação brasileira no Suez, aliás indenizada nas suas [desp]esas, como é natural, pela ONU”.⁵³⁹ Ao deliberar a permanência da presença brasileira na Missão de Observação, Jânio atribuía um sentido de continuidade em relação à uma iniciativa tomada pelo governo JK, sendo esta um ponto de interação entre brasileiros e egípcios.

Fruto das deliberações da Assembleia Especial de Emergência da ONU, ocorrida em novembro de 1956, a FENU foi criada para garantir a “supervisão do cessar-fogo, à retirada das forças francesas, inglesas e israelenses do Sinai”⁵⁴⁰, oportunizando espaço para a inserção de países não diretamente inseridos nos blocos de poder da Guerra Fria. A partir dessa configuração, o Brasil se inseriu num esforço que reuniu outros nove países. Contudo, a participação brasileira não foi feita sem tensões em nível interno e externo. Do ponto de vista doméstico, divergências entre os atores políticos marcaram os debates sobre o envolvimento do país numa iniciativa multilateral das Nações Unidas. Externamente, uma aparente desconfiança de Nasser quanto à participação brasileira contribuiria para retardar o envio dos contingentes nacionais ao país africano. Segundo Norma Breda dos Santos, apesar da relutância do *rais* egípcio ser confirmada em diferentes fontes sobre o tema, os reais motivos quanto a esta postura não foram evidenciados.

Contudo, conforme Bruno Rezende Santos Chagas, os EUA visaram influenciar na composição da Missão de Manutenção de Paz,⁵⁴¹ estimulando a presença de países aliados.

⁵³⁹ Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p.329.

⁵⁴⁰ Norma Breda dos Santos, *op. cit.*, 2002, p.271.

⁵⁴¹ Bruno Rezende Santiago Chagas, *op. cit.* De acordo com Mônica Herz e Andreia Hoffman, a experiência da FENU se tornou inovadora ao introduzir o conceito de “operação de manutenção de paz”. Na caracterização de tais autoras, esse tipo de operação reúne “um contingente maior, armado para a autodefesa, tendo como função

Numa tentativa de contrabalançar o peso dos Estados Neutralistas, a presença do Brasil nesse arranjo se constituía numa possibilidade de contar com um país situado mais próximo do bloco capitalista dentro de uma importante iniciativa para o Oriente Médio.

Apesar da relevância da Missão para a projeção exterior do país, a presença brasileira chegou a ser ameaçada diante da divergência sobre o financiamento dos contingentes. Após sinalizar com a possibilidade de abandonar a FENU, o Brasil conquistou junto à ONU recursos para a manutenção de suas tropas, ainda em 1959.⁵⁴² Ao mobilizar o aspecto financeiro dentro de um contexto de austeridade que atingia o próprio Itamaraty,⁵⁴³ o presidente Jânio Quadros estabelecia um dos primeiros passos na direção da constituição de um vetor de aproximação entre brasileiros e egípcios, considerando também canais multilaterais previamente constituídos pela diplomacia do país.

Em sua viagem ao Egito, Jânio esteve com os contingentes brasileiros em Suez. Registrando impressões sobre a entrevista com o então candidato, Carlos Castello Branco indicou a emoção de Quadros em ir ao encontro dos soldados do país no Egito:

Para o Sr. Jânio Quadros, sua viagem teve um momento dramático, quando visitou o Batalhão Suez. ‘Eu o fiz chorando’, disse, descrevendo a solidão dos nossos soldados num deserto minado e feroz, sem sequer um consolo de usar a própria Bandeira, pois ali só é permitida a bandeira da ONU. Lamentou que não houvesse maior interesse de autoridades e de jornalistas pelos nossos pracinhas, que raramente recebem visitas. No entanto, eles prestam um serviço inestimável, e o Brasil torna-se conhecido em todo o Oriente, graças à sua presença ali.⁵⁴⁴

Ao descrever o ambiente em que Jânio encontrou os contingentes brasileiros na FENU, Carlos Castello Branco reforçou a importância da presença daqueles homens no deserto egípcio. Encarando a solidão e compartilhando a bandeira da ONU com iugoslavos, indianos e outras nacionalidades que compunham à Missão, tais homens simbolizavam a presença do Brasil em terras ainda desconhecidas ou pouco significativas para a diplomacia brasileira. Dois anos antes de assumir a presidência, Jânio Quadros evidenciava a importância

principal a interposição entre forças hostis”, objetivando a estabilização e a vigilância dos acordos efetuados entre forças beligerantes. Mônica Herz; Andreia Hoffman, *op. cit.*, p.101.

⁵⁴² Ao comentar sobre essa tentativa de saída do Brasil da FENU, Norma Breda dos Santos revela que o Itamaraty cogitou propor a manutenção das tropas a partir da aquisição de condições favoráveis no acerto dos empréstimos obtidos junto aos EUA. Porém, tal proposta não se concretizou, não saindo do campo da especulação. In: Norma Breda dos Santos. *Brasil e Israel: Diplomacia e sociedades*. Brasília: UNB, 2000.

⁵⁴³ Conforme Miriam Limoeiro Cardoso, o discurso de austeridade foi parte da ideologia do fortalecimento nacional que caracterizou o governo Jânio Quadros. Além de “norma política”, o sentido da austeridade se amplia na direção do “plano econômico –a contenção de gastos no governo e nas empresas, e a diminuição do consumo, para o público em geral; no plano socio-político – a compreensão de todos quanto à necessidade da autorestrição das pressões reivindicatórias”. In: Miriam Limoeiro Cardoso, *op. cit.*, p.261.

⁵⁴⁴ Carlos Castello Branco, *op. cit.*, 11 jul. 1959, p. 45.

do Batalhão Suez na aproximação do Brasil com um Oriente que o inquietara a partir de suas experiências políticas.

Ocupando três dos quinze bilhetinhos, outro tema presente nas orientações de Jânio Quadros foi o fornecimento de bolsas de estudo para egípcios. Conforme citado, dentro do processo de reforma proposto pelo presidente, o corte parcial de salários envolvia o interesse pelo financiamento da vinda e manutenção de estudantes africanos no Brasil. Em 10 de março de 1961, um memorando do presidente da República estabeleceu metas quanto à liberação de bolsas até o fim de seu mandato e estipulou um importante critério para a escolha dos países contemplados:

Excelência,

- 1) Aprovo o trabalho referente a bolsas de estudo para africanos, autorizando a concessão de 20, ainda esse ano; 40 em 1962; 60 em 1963; 80 em 1964 e 100 em 1965.
- 2) Limitá-las, em 1961, à medicina, farmácia, odontologia, arquitetura, agronomia e veterinária.
- 3) Distribuí-las pelas nações africanas de maior representação política, econômica e cultural e, com exclusividade, às jovens nações que acabam de lograr independência, inclusive, o Egito.⁵⁴⁵

Considerada como “a mais eficaz arma para se construir uma nação e favorecer a mudança social, com vistas a descolonizar os espíritos e assegurar o desenvolvimento econômico”,⁵⁴⁶ a educação assumiu uma condição estratégica para parte dos nacionalistas africanos, em meio ao desafio de construção dos Estados e das Nações. No processo de desmantelamento do colonialismo político, uma convergência de aspectos como o histórico de dominação externa, as restrições ao acesso ao ensino superior por parte dos nativos e a saída do corpo técnico e administrativo atrelado às antigas metrópoles alimentou ainda mais o desafio africano na formação de novos quadros para a ocupação de importantes postos no pós-independência.

Conforme Raymundo de Souza Dantas, mesmo diante de um “acelerado” tempo africano de transformações, o ritmo das mudanças no continente negro ainda era relativamente gradual diante das “necessidades” dos novos Estados após as independências.⁵⁴⁷ Nesse espírito, a cooperação educacional apareceu como uma via de atração aos novos Estados, representando uma possível saída para o atendimento de uma demanda urgente e estruturante na afirmação dos países independentes.⁵⁴⁸ No desenvolvimento de uma política

⁵⁴⁵ Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p.331.

⁵⁴⁶ Akililu Habte; Teshome Wagaw; J F. Ade Ajayi. Educação e Mudança Social. In: Ali A. Mazrui; Christophe Wondji (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.820

⁵⁴⁷ Raymundo de Souza Dantas, *op. cit.*, p.15.

⁵⁴⁸ O interesse dos países africanos pela cooperação educacional foi evidenciado por Luíza Nascimento dos Reis. No estudo sobre as interações entre Brasil e África a partir do Centro de Estudos Afro-Orientais em Salvador,

africana, a proposta brasileira se tornava um braço fundamental na aproximação com o continente africano, vinculando tal proposta aos objetivos estratégicos de uma liderança internacional.

Pouco mais de um mês depois, em 17 de abril de 1961, um novo bilhete apresentou uma proposta do presidente Jânio Quadros sobre a divisão das bolsas entre os países. Das 20 bolsas estipuladas para 1961, seis países seriam contemplados:

Excelência,

- 1) Aprovo a celebração de acordos culturais com Marrocos, Senegal, Gana, Tunísia e Nigéria.
- 2) Aprovo o programa de bolsas de estudos:
 - a) oferecimento de 14 bolsas de estudos, a estudantes universitários do Senegal, de Gana e da Nigéria, com a duração de 4 a 6 anos.
 - b) oferecimento de 2 bolsas de aperfeiçoamento a estudantes pós-graduados da RAU, com a duração de 1 a 2 anos
 - c) oferecimento de 2 bolsas de aperfeiçoamento a estudantes pós-graduados do Marrocos, com a duração de 1 a 2 anos
 - d) oferecimento de 2 bolsas de aperfeiçoamento a estudantes pós-graduados da Tunísia, com duração de 1 a 2 anos.⁵⁴⁹

Dentro do primeiro quantitativo reduzido de bolsas, o Egito seria contemplado. Se considerarmos como válido o critério exposto pelo presidente no bilhete anterior, a proposta de seleção traçada expunha a condição egípcia enquanto um ator relevante entre os Estados africanos. O bilhete também chama atenção para um fato pouco reconhecido quanto aos interesses de Jânio. Se a prioridade brasileira em sua política africana esteve voltada para os países da África Negra, mais especificamente, da parte ocidental do continente, não se deve menosprezar também a importância da África do Norte dentro do traçado de uma das iniciativas mais importantes da PEI para o outro lado do Atlântico.

Apesar de estar na relação do presidente como um dos países selecionados, não encontramos registros da vinda desses egípcios. Tal descompasso se torna ainda mais curioso, tendo em vista que um bilhete de 27 de junho registrou uma orientação do presidente para a liberação de um avião da Força Aérea Brasileira para buscar os contemplados no país de Nasser. Segundo Luíza Nascimento dos Reis, dos estudantes africanos que chegaram a Salvador ainda em 1961, contabilizaram-se cerca de 14 num primeiro momento e, posteriormente, mais um, fechando um número de 15.⁵⁵⁰ Quanto aos países de origem,

esta autora destacou uma carta de Vivaldo da Costa Lima a esta mesma instituição. O remetente sugeriu a existência de um quadro favorável para a distribuição dessas bolsas na Nigéria, tendo em vista o interesse de parte da população em adentrar ao ensino superior. In: Luíza Nascimento dos Reis. *O centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: Intercâmbio Acadêmico e Cultural entre Brasil e África (1959-1964)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

⁵⁴⁹ Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p.361.

⁵⁵⁰ Luíza Nascimento dos Reis, *op. cit.*

registraram-se estudantes provenientes do Senegal, Nigéria, Gana, Camarões, Cabo-Verde e Guiné Bissau. Portanto, das 20 vagas, nenhum país da África do Norte, incluindo o Egito, teria sido efetivamente preenchida.

Outra fonte também atestou a ausência dos egípcios entre os contemplados com bolsas em 1961. Segundo o relatório do Ministério das Relações Exteriores do mesmo ano, num contexto de aumento no número de vagas ofertadas pelo Brasil para outros países do mundo, o texto destacou que também “foram oferecidas bôlsas a diversos países na Ásia e na África que não foram utilizadas pelos beneficiários”.⁵⁵¹ Na lista oferecida pelo relatório, foram registradas 22 bolsas para estudantes africanos em 1961, não necessariamente oferecidas a partir do mandato de Jânio Quadros. Além de 10 estudantes do Senegal, 5 de Gana e 6 da Nigéria, o documento registrou a presença de 1 estudante da União Sul-Africana. Com relação aos países asiáticos, de 3 bolsas registradas, 1 correspondia à um estudante da Tailândia e 2 do Japão.

A ausência do Egito nos registros sobre as bolsas efetivamente preenchidas merece destaque por dois aspectos. Um primeiro reside na relativa distância entre os bilhetinhos e as ações efetivamente empreendidas. Conforme visto, em outros momentos de sua vida política, Jânio se queixou sobre a falta de concretização de suas orientações. Isso não foi diferente em sua passagem na Presidência da República. Ainda que diversas medidas sugeridas pelo executivo, inclusive no tocante às relações com o Egito, tenham sido efetivadas durante seu governo, outras propostas não saíram do papel por motivos nem sempre fáceis de identificar. Na disputa pelos rumos da PEI, a condição de Jânio enquanto um formulador era parte de um cenário de disputa e interação com outros atores que gozavam de condição semelhante, inclusive o próprio Itamaraty.

Além disso, outro fator nos parece plausível. Ao contrário de outros países do continente, o Egito se tornava um receptor de estudantes estrangeiros, inclusive africanos. Acompanhando uma tendência regional, o ensino superior foi expandido naquele país ao longo dos anos 1940 e 1950. De acordo com Albert Hourani, se antes da II Guerra Mundial havia menos de 10 universidades nos países árabes, em 1960 esse número passou pra 20.⁵⁵² Peter Mansfield expõe um quadro mais detalhado sobre os efeitos dessa expansão no Egito:

Por volta de 1961 a população escolar atingiu a 3,5 milhões e hoje se aproxima de quatro milhões. O número de estudantes universitários subiu de

⁵⁵¹ Relatório do MRE apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart, presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Ministro de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação, 1961, p.168.

⁵⁵² Albert Hourani, *op. cit.*, 2006.

38.000, em 1951, para 53.000 em 1961. Abriram uma nova universidade em Assiut, em 1957, enquanto que a antiga Universidade Islâmica de al-Azhar foi parcialmente transformada numa mais moderna, em 1961, acrescentando as faculdades de ciências, medicina e engenharia. O número de estudantes estrangeiros nos estabelecimentos de ensino do Egito passou de 3.200, em 1952 para 18.845, em 1962; uma procura de oportunidades que é compensada, apenas parcialmente, por um aumento no número de estudantes egípcios no estrangeiro, de 1.948 para 5.575, no mesmo período. O orçamento do Ministério da Educação cresceu de £ 1.600. 000, em 1920 para 40,2 milhões, em 1951, e para 96,5 milhões, em 1964.⁵⁵³

Mesmo diante de um cenário de elevado crescimento demográfico do país, o desenvolvimento do sistema de ensino superior no Egito acompanhou também um processo de ampliação na presença de estudantes estrangeiros no país. Conforme Peter Mansfield, havia 2000 africanos de países não árabes em universidades egípcias, beneficiados por bolsas fornecidas pelo Cairo. Além de ser “um centro educacional para os jovens africanos”, o Egito também se notabilizou pela exportação de centenas de professores por todo o continente africano, sendo este mais um braço de uma ativa política de cooperação com os novos Estados.

Anos antes desse crescimento, Nasser defendeu uma política de aproximação com o continente africano também a partir da dimensão cultural e educacional. O Coronel egípcio considerava que o Egito era a “porta setentrional do continente”, um dos eixos de sua conexão com o mundo.⁵⁵⁴ Além dessa capacidade de articulação nas relações dos novos Estados com o sistema internacional, o líder egípcio também projetava seu país como uma possível força centrípeta na reorganização do continente. No que considerava como um “sonho” pessoal,⁵⁵⁵ Nasser afirma querer construir um Instituto de pesquisas africanas, visando contribuir com o progresso do continente.

Nesse sentido, o cruzamento entre os bilhetinhos e outras referências sobre o fornecimento de bolsas de estudo para estudantes africanos no governo Jânio Quadros evidencia muito mais do que o olhar abrangente do presidente quanto a essa iniciativa. O provável insucesso quanto à vinda de egípcios para o Brasil denota como os dois países, enquanto atores regionais, buscavam ocupar uma mesma posição no novo concerto político africano, aproximando-se dos novos Estados também por meio de uma política ativa de ampliação da cooperação educacional num momento crítico em que, mais do que nunca, “conhecimento significava poder”.⁵⁵⁶

⁵⁵³ Peter Mansfield, *op. cit.*, p.120.

⁵⁵⁴ Gamal Abdel Nasser, *op. cit.*, 1963, p.115-116.

⁵⁵⁵ *Idem*, p.116.

⁵⁵⁶ Éric J. Hobsbawm, *op. cit.*, p.346.

Dois outros bilhetinhos evidenciam a diversificação das marcas de aproximação entre brasileiros e egípcios a partir dos interesses de Jânio Quadros. Em memorando de 5 de maio de 1961, o presidente expressava a urgência para a formação de um grupo de trabalho destinado a estudar novas possibilidades para as relações entre o Brasil e a então República Árabe Unida:

Excelência,

Constituir um grupo de trabalho para o fim especial de examinar o intercâmbio econômico e cultural entre o Brasil e a República Árabe Unida. Considerar, cuidadosamente, os itens de importação e exportação do interesse da província do Egito e da província da Síria.

Solicitar do nosso embaixador no Cairo sugestões urgentes no que respeita à possível colocação de produtos agrícolas, minérios e produtos industriais brasileiros nesse mercado.⁵⁵⁷

A proposta em questão articulava o interesse de Jânio pela aproximação entre brasileiros e egípcios com um dos eixos mais centrais da PEI. Na busca pela ampliação dos mercados externos, um dos objetivos do grupo de trabalho residia na possibilidade de identificação e execução do potencial existente no comércio com os egípcios. No texto encaminhado pelo presidente, exigia-se uma atenção especial para as especificidades econômicas de Egito e Síria, no âmbito da República Árabe Unida.

Apesar de não haver condições para medir os conhecimentos do presidente sobre a RAU, tal sugestão evidencia certa atenção para o quadro existente dentro desse arranjo político liderado por Nasser. Na busca pela afirmação da união entre os dois estados, as diferenças econômicas resistiram às tentativas de reforma proposta por Nasser. Surpreendido pelo poder dos capitalistas sírios,⁵⁵⁸ o peso do setor privado naquele país contrastava com o protagonismo do Estado na economia egípcia. Conforme Pedro Curado, os anos de existência dessa união foram marcados por um “processo de subordinação econômica da Síria”,⁵⁵⁹ favorecido pela expansão do capital egípcio em direção daquela província, aspecto que, associado às tentativas de nacionalização de setores econômicos e o distanciamento da classe econômica em relação ao novo centro político promoveriam inquietação entre as elites sírias.

Nesse ambiente de economias heterogêneas, Jânio Quadros apontava também para um processo de diversificação das exportações para o Egito e para a Síria. Como parte do contexto de expansão do capital monopolista, o crescimento industrial verificado desde meados dos anos 1950 estimulava a abertura de um novo setor potencial no comércio exterior do país, suprindo as dificuldades do mercado doméstico. Contudo, os principais produtos da

⁵⁵⁷ Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p.383-384.

⁵⁵⁸ Arthur Goldschidt Jr, *op.cit.*

⁵⁵⁹ Pedro Rocha Fleury Curado, *op.cit.*, p.215.

pauta exportadora brasileira ainda eram minerais e produtos agrícolas, tais como o café, algodão, cacau, minério de ferro e açúcar.⁵⁶⁰ Nesse sentido, ao estabelecer as três possibilidades para as exportações do Brasil em direção à RAU, Jânio evidencia a perspectiva de uma economia em transição, marcada pela necessidade de ampliação dos mercados para produtos que já caracterizavam o comércio exterior do país, mas também a introdução de industrializados.

Como um Estado inserido entre o continente africano e o Oriente Médio, uma intensificação nas relações comerciais entre Brasil e a RAU teria impacto nas características do mercado brasileiro para as duas regiões. No tocante ao comércio com os países do Oriente Médio, Ricardo Wahrendorff Caldas identificou uma estabilidade nessas relações entre 1956 e 1960, permanecendo na casa dos US\$ 54 milhões de dólares. Este autor também citou o desequilíbrio na balança comercial, tendo em vista o maior volume de importações brasileiras, especialmente gás natural e petróleo. Contudo, as perspectivas de elevação das exportações estavam inscritas no Relatório do Ministério das Relações Exteriores em 1961. Segundo este documento, havia um potencial econômico nas relações entre brasileiros e médio orientais, ainda que tais relações não tivessem atingido um “estágio satisfatório”.⁵⁶¹

Com relação aos países africanos, metade das exportações brasileiras era destinada à União Sul-Africana.⁵⁶² Do ponto de vista das importações, Henrique Gerken Brasil afirma que a Argélia ocupava um dos lugares de destaque, pelo menos até 1963.⁵⁶³ Nesse sentido, considerando as dinâmicas comerciais expressas com os dois continentes, o incremento nas relações comerciais entre o Brasil e a RAU possibilitava diminuir o peso da África do Sul no comércio brasileiro com o continente negro e explorar parcela do potencial existente nas relações com os países do Oriente Médio, jogando peso em direção a um dos principais protagonistas da região neste contexto.

⁵⁶⁰ Pedro Sampaio Malan, *op. cit.*

⁵⁶¹ Relatório do MRE apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart, presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Francisco Clementino de San Tiago Dantas, *op. cit.*, p.43.

⁵⁶² José Flávio Sombra Saraiva, *op.cit.*

⁵⁶³ Henrique Gerken Brasil, *Relações Externas Brasil – África: Da Política Externa Independente ao Governo Lula*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. O processo de aproximação do Brasil com os países da África do Norte durante a PEI atendia principalmente aos objetivos comerciais. Conforme Carlos Alberto Leite Barbosa, Jânio Quadros encaminhou João Dantas para a Tunísia em 1961, visando acenar positivamente para a independência da Argélia e estabelecer contatos com o então presidente tunisiano Bourguiba. Quadros alimentava a expectativa de garantir mercados para a importação de gás para o país. In: Carlos Alberto Leite Barbosa, *op. cit.* Esse movimento de estreitamento de laços com os países do Maghreb foi marcado pelo estabelecimento de relações formais com Marrocos (1961), Líbia (1961) e Argélia (1962).

Como se pode ver a seguir, o nível comercial entre Brasil e Egito estava aquém dos números registrados no comércio entre o país e a União Sul-Africana:

Tabela 2 - Comércio Brasil – Egito e Brasil – União Sul – Africana (1956-1962)				
Cr\$ 1 000				
Egito			União Sul-Africana	
Ano	Exportação	Importação	Exportação	Importação
1956	13 338	2 422	192 714	5 964
1957	334 375	1 304	258 541	50 141
1958	168 108	63 354	205 538	87 009
1959	43 574	68 703	418 960	89 320
1960	2 144	81 913	936 080	116 104
1961	39 582	129	1 273 576	140 796
1962	114 926	14 267	1 758 455	211 485

Fonte: Do autor, a partir dos dados encontrados no Anuário Estatístico do Brasil (1959) (1960) (1961) (1962) (1963)⁵⁶⁴

De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil (1962), a balança comercial entre Brasil e a RAU foi superavitária para o primeiro em 1961, revertendo uma tendência deficitária nos dois anos anteriores. Nesse sentido, dentro dos objetivos de incremento comercial com o país de Nasser, o interesse na aproximação com este Estado favoreceu ganhos comerciais para o Brasil, num processo de mundialização da PEB, abarcando também uma diversificação nas parcerias econômicas do país.⁵⁶⁵

Ainda no mês de Maio, outro aceno ao Egito proposto por Jânio foi a proposta de um convite ao presidente Gamal Abdel Nasser para visitar o Brasil:

Excelência,

- 1) Tendo em vista o exposto por Vossa Excelência, autorizo formalizar os convites para a visita oficial ao Brasil, no corrente ano, interessando os seguintes chefes de Estado:
 - a) o primeiro-ministro Nehru, da União Indiana
 - b) o presidente Nasser, do Egito
 - c) o presidente Prado, do Peru.⁵⁶⁶

No mesmo dia em que orientou o convite ao primeiro-ministro indiano Nehru, Jânio também sugeriu a articulação para a vinda do Coronel egípcio ao país. Em outro bilhete, solicitou a formalização de convite para o presidente Tito da Iugoslávia. Nesse sentido, as principais lideranças do Não-Alinhamento estavam entre os nomes de interesse de Quadros

⁵⁶⁴ Os dados sobre o Egito aparecem de forma separada mesmo considerando o período de existência da união com a Síria. Porém, cumpre destacar que os dados sobre esta província da RAU merecem uma análise mais apurada. Em 1960, os registros do Anuário Estatístico do Brasil dão conta de exportações brasileiras para a Síria na ordem de 58 783, contudo não encontramos dados sobre as importações. Nos dois anos seguintes, os Anuários não apontam nem importações e nem exportações para aquele país.

⁵⁶⁵ Conforme Antônio Carlos Moraes Lessa, o desenvolvimento das relações exteriores do Brasil sob a ótica do universalismo teve importantes consequências econômicas. Para este autor, tal processo se caracterizou pela “incorporação de novos mercados consumidores (tanto para os produtos tradicionais do setor agroexportador, quanto para os frutos da sua notável estratégia de industrialização) e de fontes supridoras alternativas de capitais, tecnologia e energia”, ocupando um lugar destacado na engrenagem do capitalismo brasileiro. In: Antônio Carlos Moraes Lessa, *op. cit.*, 2008, p.42.

⁵⁶⁶ Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p.387.

para uma recepção no Brasil. Ao contrário do presidente iugoslavo, os bilhetinhos não revelam outros aspectos do convite, nem tampouco a articulação do governo brasileiro para a recepção. A ausência de uma data mais precisa também chama atenção.

José Flávio Sombra Saraiva sugeriu que a visita, anunciada pelo próprio presidente egípcio, deveria acontecer “no final de 1961”.⁵⁶⁷ Porém, esta jamais aconteceu.⁵⁶⁸ Uma pista sobre o convite feito a Nasser é a sua entrevista ao jornalista Moacir Werneck Castro. Estando no país africano em agosto de 1961, o brasileiro afirmou que até então a vinda de Nasser não tinha dada confirmada. Segundo Castro, “deveria ser neste verão, mas êle alega que ‘problemas imediatos, mais urgentes’, o impediram de marcar a data”.⁵⁶⁹ Não houve maiores informações sobre quais seriam os referidos problemas, porém cumpre destacar que o mês de Setembro de 1961 foi marcado por dois grandes eventos na trajetória da RAU. O primeiro deles a realização da I Conferência dos Não-Alinhados em Belgrado, na qual Nasser esteve presente e cumpriu um papel de destaque. O segundo a saída da Síria da união a partir de um golpe empreendido pelos militares, mas apoiado por setores das elites econômicas daquele país. Porém, acreditamos que a renúncia de Jânio tenha também desmobilizado essa iniciativa. Se tomarmos como referência o caso do Marechal Tito, o convite para sua visita ao Brasil em setembro ou outubro de 1961 não se concretizou. O líder iugoslavo esteve no país apenas em 1963, abreviando sua visita diante da agitação de setores anticomunistas no país.

Conforme o chanceler Afonso Arinos, diferentes Chefes de Estado foram convidados a estarem no Brasil:

Visitantes estrangeiros de marca sucediam-se. Na primeira quinzena de maio o presidente da Indonésia, Sukarno, esteve no Rio e em Brasília. Em princípios de junho, o ilustre Adlai Stevenson manteve com o presidente e comigo as mais cordiais conversações. Em fins de julho foi recebido o presidente do Peru, Manuel Prado, com quem Jânio se entreve sobre a integração continental. Representantes de novos Estados africanos, inclusive o imperador Selassié, da Etiópia, vieram também, pessoalmente, prestigiar a nossa política internacional. Outros encontros e contactos estavam sendo programados e organizados até às vésperas da inesperada renúncia do presidente brasileiro.⁵⁷⁰

Como um fator de prestígio para a PEI, a vinda de personalidades dos mais diferentes cantos do mundo representava também uma possibilidade no estreitamento de laços com os seus respectivos países. Apesar de Nasser não ter vindo ao Brasil, o interesse manifesto por Jânio em tê-lo no país evidencia o exercício de uma política de aproximação formal entre os

⁵⁶⁷ José Flávio Sombra Saraiva, *op. cit.*, p.67.

⁵⁶⁸ Apesar do interesse na vida do presidente Nasser ao Brasil em 1961, a primeira visita de um Chefe de Estado egípcio ao país somente ocorreu em 2013, com o então presidente Mohamed Morsi. In: Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho Gonçalves, *op. cit.*

⁵⁶⁹ Moacir Werneck Castro, *op.cit.*, p.80.

⁵⁷⁰ Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, 2018, p.1273-1274.

Chefes de Estado, movimento esse que possuía antecedentes desde ao menos a visita de Jânio Quadros ao Egito, dois anos antes.

Outro aspecto que preocupava Jânio Quadros era as comunicações com o Egito. Alguns bilhetinhos sugerem como o presidente brasileiro queria melhorar as conexões com a Embaixada Brasileira no Egito e com o próprio país. No primeiro caso, um bilhete de 6 de maio de 1961, Jânio orientou o Ministério das Relações Exteriores a investigar se o seu boletim do alcançava a representação diplomática do país em Londres e também em cidades do Oriente Médio, tais como Cairo, Beirute e Tel-Aviv. Em caso contrário, cumpriria à chancelaria estudar as melhores condições para que tal comunicação chegasse às embaixadas brasileiras.

Outra medida relevante foi o interesse pelo estabelecimento de uma linha aérea entre o Brasil e Egito. Este tema apareceu em quatro memorandos. Em 5 de maio de 1961, Jânio solicitava a atuação da embaixada no Cairo para abrir os caminhos em favor da PANAIR do Brasil:

Enviar instruções categorias ao nosso embaixador no Cairo, para que, junto ao presidente Nasser e em meu nome pessoal, solicite todas as facilidades à PANAIR DO BRASIL, no sentido de serem estendidas nossas linhas de aviação até o Cairo. Nasser prometeu-me conceder sem demora tais facilidades, desde que o problema lhe fosse exposto pessoalmente.⁵⁷¹

Indicando como a representação diplomática deveria proceder, Quadros apresentou tal medida como um dos produtos de seus contatos com o próprio Nasser, a quem visitou no primeiro semestre de 1959. Indicando a importância de tal solicitação ser feita em seu nome, Jânio visava explorar suas credenciais junto ao *rais* do Egito, traduzindo sua presença enquanto Chefe de Estado brasileiro e alguém com laços internacionais em vantagens para o incremento das relações com o país africano.

Surgida no fim da década de 1920 com a fusão de três empresas, a Pan-American Airways deu seus primeiros passos nos EUA. Ainda em 1930, ocupou as estruturas da Nyrba criando a Panair do Brasil S.A. No país, teve atuação destacada em diferentes regiões, interligando diferentes partes do país e contribuindo na construção e modernização de aeroportos. A nacionalização da empresa ocorreu ainda no contexto da Segunda Guerra Mundial, tendo como personagem de destaque Paulo de Oliveira Sampaio, tornado diretor presidente e gerente geral da empresa. Já enquanto PANAIR do Brasil, a empresa ganhou os céus de diferentes partes do mundo no Pós-Guerra:

Mas o céu definitivamente não era o limite. Apesar do crescimento acelerado, a companhia apresentava resultados financeiramente satisfatórios,

⁵⁷¹ Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p.383.

e, assim que começaram a chegar os Douglas DC-3, em 1945, teve início o planejamento da expansão para o mercado internacional. Paulo Sampaio visava ligar o Brasil a Portugal, França e Inglaterra pelas asas da Panair. Estava tão ansioso pela abertura das linhas que, às 2h30 da madrugada de 9 de maio daquele ano, discutia o assunto com o primeiro-ministro português Antônio de Oliveira Salazar em Lisboa. O armistício que marcara o fim das atividades bélicas da Segunda Guerra fora declarado em Tóquio no dia anterior, e, até aquele momento, a Europa se conectava ao resto do mundo por via aérea apenas através dos Estados Unidos.

De porte de credencial assinada pelo brigadeiro Henrique Fleuss, chefe do gabinete do ministro da Aeronáutica, o engenheiro partiu em viagem à Europa que duraria sessenta dias. Nesse período, percorreu Portugal, Grã-Bretanha, França, Itália, Suíça, Alemanha e Turquia. Depois, rumou ainda para Líbano, Egito e Espanha. As negociações provaram-se extremamente difíceis, uma vez que, em alguns desses países, nem a poderosa Pan-American havia conseguido entrar. Ainda assim, Sampaio tratou diretamente com o Foreign Office, na Inglaterra, o general Charles de Gaulle, na França, e com os demais chefes de Estado. Uma a uma, as autoridades de todas as nações, após longos, árduos e complexos entendimentos, cederam aos pedidos da brasileira Panair.⁵⁷²

Em pouco tempo, a PANAIR se transformou numa referência brasileira na aviação aérea, conectando o país com diferentes partes do globo. Conforme Daniel Leb Sasaki, a empresa “passou a usar da sua notoriedade mundial para projetar a cultura brasileira no exterior, por meio de exposições, mostras e envio de material jornalístico”.⁵⁷³ A importância da empresa foi reconhecida também por Carlos Lacerda. Em viagem rumo ao Egito, o jornalista destacou o lugar da PANAIR na aviação internacional:

Sòzinha, sem subvenção, nascida há dezoito anos de pai norte-americano e mãe brasileira, a Panair preparou-se para, mal terminada a guerra, cruzar o Atlântico e enfrentar a concorrência nos céus de outros continentes. Ei-la, assim, na Europa, na África e na Ásia.⁵⁷⁴

A partir dessa posição destacada, a PANAIR recebeu um relativo peso dentro das propostas de projeção internacional do país no contexto da PEI. Não encontramos os motivos pelos quais as conexões entre Brasil e Egito feitas pela empresa foram cessadas ao longo dos anos 1950. Contudo, num contexto de crise econômica no setor aéreo em 1961, Jânio Quadros traçou importantes objetivos para este modal:

Quadros colocou o transporte aéreo entre as pautas prioritárias de seu governo. Em março, à medida que estabelecia o que chamava de ‘a verdade cambial’, determinou ao Ministério da Aeronáutica a anulação do despacho que concedera à Real-Aerovias a linha regular entre o Rio de Janeiro e Nova York. Em sua comunicação, surpreendeu o mercado, declarando: ‘O governo adotará a política do *pool* entre as empresas brasileiras para as linhas internacionais’. Ele se inspirava no modelo da SAS, aérea multinacional da Dinamarca, Noruega e Suécia. Às 15 horas do dia 3 de abril, o chefe da

⁵⁷² Daniel Leb Sasaki. *Pouso Forçado: A história por trás da destruição da PANAIR do Brasil pelo regime militar*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p.74.

⁵⁷³ Idem, p.75.

⁵⁷⁴ Carlos Lacerda, *op. cit.*, 1963, p.62.

Nação recebia em Brasília o ministro da Aeronáutica, o diretor da DAC e os presidentes da Panair, da Real e da Varig para uma reunião. Ali, comunicou oficialmente seu desejo de que passassem a operar em *pool* no campo externo.

Durante a conferência, os executivos da Panair e da Varig contextualizaram sua situação. Explicaram que as três empresas vinham operando em condições altamente deficitárias, mas que os prejuízos da Panair e Varig decorriam de suas respectivas malhas domésticas, pois ambas atuavam externamente em boas condições. Quadros, por sua vez, explicou o peso político que as linhas internacionais teriam dentro dos objetivos de seu governo. Manifestou a intenção de estender o apoio de que o transporte aéreo necessitava assim que o regime de colaboração no campo externo fosse cumprido.⁵⁷⁵

Nesse sentido, a proposta de ampliação dos serviços da PANAIR ao Egito correspondia tanto aos interesses da própria empresa, em vias de estabelecer novas redes de comunicação com a África e com o Oriente Médio, quanto aos objetivos do governo Jânio Quadros. Na perspectiva da mundialização da PEB e da concretização dos eixos que compunham a PEI, o setor aéreo aparecia como uma das vias de dinamização das relações do Brasil com outras partes do mundo, pavimentando os caminhos para a materialização de acordos e conexões com países em desenvolvimento.

A relação entre setor aéreo e ampliação das relações diplomáticas não foi exclusiva às concepções de Jânio. Conforme Luíza Nascimento dos Reis, citando carta de Agostinho da Silva, aquele que fundaria o CEAO defendeu o estabelecimento de uma linha da PANAIR conectando Brasil e Angola, além do estabelecimento de um consulado naquele país.⁵⁷⁶ Assim, o modal aeroviário se situava também nas preocupações de Agostinho da Silva, servindo como uma das bases para a sedimentação de novas relações do país com outros atores internacionais.

A proposta de Jânio para o Egito avançou no mês de Julho. Em bilhete encaminhado ao Ministério da Aeronáutica e ao Ministério das Relações Exteriores, o presidente afirmou que “O governo do Egito já autorizou a extensão da linha da Panair até o Cairo”,⁵⁷⁷ restando ao governo estabelecer os contatos com a PANAIR. Em 22 de julho, três dias após o bilhete destacado, Jânio encaminhava novo bilhete solicitando a necessidade de contato com o governo italiano, numa operação ágil para a concessão de licença:

Tenho notícias de que a extensão da linha da Panair para o Cairo está na dependência de licença do governo italiano já que o governo egípcio concedeu essa licença. Solicito de Vossa Excelência as imediatas gestões necessárias.

⁵⁷⁵ Daniel Leb Sasaki, *op. cit.*, p.90-91.

⁵⁷⁶ Luíza Nascimento dos Reis, *op. cit.*

⁵⁷⁷ Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p.450.

Repito: Solicito de Vossa Excelência as imediatas gestões necessárias junto ao governo italiano para que a linha possa ser operada ainda este mês, eis que o governo egípcio já concedeu a licença.⁵⁷⁸

Apesar das expectativas de uma rápida execução dos trâmites para a atuação da PANAIR no Egito ainda em julho de 1961, o voo inaugural ocorreu no mês seguinte, conforme comprova Moacir Werneck Castro. Nos passos da “aproximação incômoda”, os bilhetinhos de Jânio revelam não apenas as intenções do presidente da República, mas também importantes parcelas do processo de execução de iniciativas que partiam do Palácio do Planalto sobre a Política Externa.

Os bilhetinhos sobre o Egito versaram também sobre a participação brasileira na Reunião de Cúpula dos Não-Alinhados, na cidade do Cairo. O tema apareceu em três memorandos durante o mês de maio e em um no mês de junho. Nos primeiros, as principais discussões foram a seleção do representante brasileiro ao encontro e a linha política a ser adotada. Nas transcrições publicadas pelo CHDD, um bilhetinho datado de 2 de maio de 1961 sugere a escolha de João Augusto de Araújo Castro como o observador brasileiro, no encontro que deveria ocorrer em “5 de junho próximo”.⁵⁷⁹ O próprio editor sugere que houve um possível equívoco na numeração do memorando, pois apesar de ter sido registrado com o número 152, este foi encontrado entre os números 85 e 87.

As fontes consultadas sugerem que é improvável o envio do memorando no início do mês de maio. Se considerarmos a ordem crescente na numeração de alguns bilhetinhos,⁵⁸⁰ tanto o 150 quanto o 153 foram encaminhados no dia 2 de junho de 1961, isto é, um mês depois da data registrada no documento citado. Outro fator diz respeito à dinâmica da circulação de informação entre a chancelaria brasileira e João Augusto de Araújo Castro, escolhido observador da Reunião.

Dois bilhetinhos de 31 de maio de 1961 abordaram a escolha do enviado brasileiro e uma síntese sobre a linha política a ser seguida. No primeiro, a sugestão de um engajamento de três dos principais Estados Não-Alinhados pela participação brasileira:

Excelência,
Com referência a recente carta que me foi endereçada por Suas Excelências os presidentes Ahmed Sukarno, da República da Indonésia, Gamal Abdel Nasser, da República Árabe Unida, e Josip Broz Tito, da República Popular da Iugoslávia, solicitando o envio de um representante do Brasil, em nível de embaixador, ao encontro preparatório da conferência de chefes de Estado não-alinhados, encontro esse a se verificar no Cairo, a 5 de junho próximo,

⁵⁷⁸ Idem, p.453.

⁵⁷⁹ Ibidem, p. 380.

⁵⁸⁰ Cumpre destacar que nem todos os bilhetinhos foram numerados. Considerando as transcrições disponíveis na oitava edição dos Cadernos do CHDD, apenas 278 foram identificados numericamente. Porém, a mesma edição apresenta os mais de 400 memorandos.

determino seja convidado o embaixador Leitão da Cunha, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, a comparecer ao mesmo, na qualidade de observador brasileiro.⁵⁸¹

Como visto, a indicação de Vasco Leitão da Cunha não se concretizou.⁵⁸² Contudo, o bilhete chama atenção para a ação diplomática de egípcios, indonésios e iugoslavos na tentativa de persuadir o Brasil a participar da Reunião do Cairo. Os contatos diretos ao presidente Jânio Quadros foram reafirmados pelo relatório de Araújo Castro sobre o encontro:

Os primeiros contatos (Zulfikar Sabri, vice-ministro das Relações Exteriores da RAU; Rato Dugonijic, embaixador da Iugoslávia no Cairo e pessoa intimamente ligada a Tito; Raul Roa, chanceler de Cuba) preocupavam-me profundamente, porque todos os três interlocutores me insinuavam existir, da parte do presidente Jânio Quadros, uma atitude francamente afirmativa no que toca à possibilidade de seu comparecimento à Conferência de Cúpula. Os dois primeiros referiam-se a conversas que teriam ocorrido, em Brasília, entre o presidente e os representantes diplomáticos da RAU e da Iugoslávia.⁵⁸³

Ao considerar as tensões expressas pelo representante brasileiro, verifica-se a existência de uma relevante presença de egípcios e iugoslavos quanto à adesão brasileira ao encontro de preparação da I Conferência dos Não-Alinhados.⁵⁸⁴ A articulação direta com Jânio Quadros significava também ampliar as possibilidades de engajamento brasileiro na iniciativa que reuniu dezenas de países afroasiáticos e americanos. Na hipótese da participação do Chefe de Estado Brasileiro, o nível de engajamento brasileiro se elevaria, sendo possivelmente difícil sustentar uma posição cautelosa diante de uma agenda que produzia controvérsias entre os diferentes sujeitos interessados pelos rumos da PEB.

Uma pista interessante sobre o interesse pela participação brasileira pode ser encontrada no interior das divergências entre os principais países participantes da Reunião de Cúpula e da I Conferência. Conforme Jovan Cavoski,⁵⁸⁵ a Iugoslávia aguardava um maior engajamento dos países latino-americanos na Conferência de Belgrado, tendo em vista o estabelecimento de um contrapeso às posições ditas radicais de Cuba. Assim, numa

⁵⁸¹ Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p.411.

⁵⁸² A sugestão do nome de Vasco Leitão da Cunha para representar o Brasil na Reunião do Cairo pode ser alvo de uma análise mais apurada. Porém, pelas características do então secretário-geral do Itamaraty e pelos objetivos expressos por Jânio Quadros quanto à participação brasileira, uma hipótese a ser testada reside na importância dos compromissos do diplomata com as linhas mais tradicionais da PEB. Segundo Luciano da Rosa Muñoz, Cunha foi um crítico da OPA. Sobre o contexto da PEI, criticou a postura do presidente Jânio Quadros, incluindo sua relação com o Itamaraty. In: Luciano da Rosa Muñoz, *op. cit.*

⁵⁸³ Relatório do ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil à Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados. Álvaro da Costa Franco, *op. cit.*, p.97-98.

⁵⁸⁴ Em *Evolução da Crise Brasileira*, Afonso Arinos reforçou a ideia de um engajamento de membros dos Não-Alinhados para a participação brasileira na Conferência de Belgrado, realizada três meses depois da Reunião do Cairo. Segundo o chanceler, sempre teria comunicado ao “Embaixador da Iugoslávia que não o poderíamos fazer, porque, partidários de uma política realmente independente, não nos poderíamos comprometer com teses ou interesses que podiam não ser nossos”. In: Afonso Arinos de Melo Franco, *op. cit.*, p.254.

⁵⁸⁵ Jovan Cavoski, *op. cit.*, 2014

concepção abrangente do Não-Alinhamento, um país como o Brasil se tornava fundamental para o xadrez iugoslavo na perspectiva de construção de um fórum de debates sobre os problemas internacionais e elevação das vozes dos atores do Terceiro Mundo.

No jogo entre aproximação e distanciamento, a linha política a ser adotada pelo representante brasileiro traduzia o espírito de Jânio Quadros acerca da iniciativa dos Não-Alinhados:

Solicito de Vossa Excelência designar o ministro-conselheiro João Augusto de Araújo Castro para representar o Brasil, na qualidade de observador, na conferência internacional a realizar-se no Cairo, a 5 de junho próximo.
2) Transmitir instruções a Sua Excelência o observador. Estou enviando esse memorando a Sua Excelência o ministro de Estado. As instruções que desejo sejam transmitidas ao observador designado são as pertinentes a nossa política externa. Deve o observador, sem comprometer-se exceto nas demonstrações de simpatia a todos os esforços por paz e, ainda exceto, na reiteração dos nossos princípios básicos de defesa da autodeterminação dos povos e da sua plena soberania e, ainda, de combate frontal ao racismo e ao colonialismo, proceder como simples, embora categorizado, observador.⁵⁸⁶

Combinando uma atuação discreta entre os ditos Não-Alinhados, mas assertiva quanto à defesa de temas de interesses do país, a participação brasileira na Reunião do Cairo expunha possibilidades e limites quanto ao envolvimento do país com os Estados afroasiáticos e americanos identificados com aquela estratégia de inserção internacional. Elencando agendas que constituíam direta ou indiretamente os eixos da PEI e parte de um movimento mais amplo de contestação da ordem internacional, a interação entre o Brasil e os dois participantes no Cairo se daria principalmente dentro de temas genéricos, sem necessariamente colocar em xeque as posições do país sobre aspectos específicos da conjuntura internacional.

A relação entre os princípios exaltados e a atuação do país entre os Não-Alinhados refletia algumas das concepções presentes em documentos governamentais sobre a PEI. Na Mensagem ao Congresso de março de 1961, o presidente Jânio Quadros reafirmou a relação entre política externa e política interna, tomando a primeira como uma “projeção, no mundo, do que ele [o Brasil] é intrinsecamente”.⁵⁸⁷ Nas características enaltecidas, a crença de uma democracia racial, um país tolerante, capaz de vencer os desafios do subdesenvolvimento e sem compromissos considerados “anacrônicos ou oportunistas”,⁵⁸⁸ daria o tom de um discurso supostamente anticolonialista, contrário ao racismo, em favor de um quadro de estabilidade e favorável aos países do Sul global.

Contudo, o descompasso entre discurso e prática se tornou evidente. Além do interesse em estreitar relações comerciais com a África do Sul, agendas como o anticolonialismo

⁵⁸⁶ Bilhetes do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores, *op. cit.*, p.411.

⁵⁸⁷ Mensagem presidencial ao Congresso Nacional. In: Álvaro da Costa Franco, *op. cit.*, p. 49.

⁵⁸⁸ *Idem*, p.49.

adquiriram contornos imprecisos e contraditórios no contexto da PEI, ainda que se considerem os relativos avanços diante da trajetória da PEB nos anos 1950. A cautela presente no discurso de Jânio Quadros quanto aos limites da aproximação entre o Brasil e os Não-Alinhados encontra sintonia em uma das expectativas de Araújo Castro. No seu relatório, o diplomata brasileiro apontou as fronteiras entre o compromisso brasileiro com uma agenda de interesse dos países afroasiáticos e as características da inserção internacional do país num momento de tensão interna e externa:

Coisa muito mais importante: o teor das declarações, proclamações e resoluções a serem formuladas na Iugoslávia terá um cunho de radicalismo anticolonialista, que estaremos dificilmente em condições de aceitar, sem reservas. Muito embora sejam muito amplos e gerais os termos da agenda, tudo indica que a França e Portugal, principalmente o último, receberão a mais forte e contundente condenação; tudo indica, outrossim, que uma posição muito firme será tomada na questão de bases militares estrangeiras.⁵⁸⁹

Na afirmação de novos caminhos para a PEB, a PEI vivia a tensão entre um ontem e um hoje. A afirmação dos supostos compromissos com as potências ocidentais e as relações privilegiadas com Portugal tencionavam as possibilidades de inserção com atores que ascendiam na cena internacional a partir de agendas como o anticolonialismo. Se a PEI despertava a curiosidade de determinados participantes da Reunião, as expectativas pela materialização do discurso brasileiro em ações favoráveis ao interesse afroasiático aumentavam a pressão sobre a diplomacia brasileira. Nesse sentido, a ideia de uma “Quarta Força” nas relações internacionais, conforme criticou Moacir Werneck Castro, sintetizava os dilemas de alguém que, dentro de um espírito de transformação, visava ampliar as possibilidades de ação externa do país sem causar rupturas que produzissem inquietação ou controvérsias dos setores interessados pela PEB.

Um Egito de oportunidades e limites foi traçado nos bilhetinhos de Jânio Quadros. Enquanto um dos protagonistas nas iniciativas orientadas pelo presidente sobre a aproximação com países africanos e do Oriente Médio, o país de Nasser foi visto como um ator partícipe de um possível novo momento da PEB e da própria política internacional. Nas diversas agendas sugeridas, interesses comerciais e políticos se traduzem na busca pelo fortalecimento dos diálogos bilaterais e multilaterais, explorando um momento aparentemente favorável com a presença de Quadros como Chefe de Estado do país. Contudo, as movimentações brasileiras para a participação da Reunião de Cúpula e da I Conferência dos Não-Alinhados revelam parte das tensões existentes nessa iniciativa do país. Indo ao encontro de um espaço

⁵⁸⁹ Relatório do ministro João Augusto de Araújo Castro, observador do Brasil à Reunião Preliminar da Conferência de Chefes de Estado e Governo de Países Não-Alinhados. Álvaro da Costa Franco, *op. cit.*, p.111.

protagonizado por Nasser, Tito, Nehru e outras figuras de relevo da política afro-asiática, Jânio Quadros alimentava ainda mais controvérsias e inquietações sobre sua política externa.

No seio de uma movimentação favorável à diversificação de contatos entre Brasil e Egito, o presidente brasileiro evidenciava seu interesse particular pelo país africano, atribuindo-lhe dimensão estratégica no traçado da Política Externa de seu próprio governo. Desde os contatos desenvolvidos com Nasser em 1959, passando pelas controvérsias em torno de sua admiração pelo presidente egípcio até aos esforços de ampliação das relações entre Brasil e Egito a partir dos memorandos, Jânio Quadros se constituiu em peça relevante nos marcos da chamada aproximação incômoda, alimentando expectativas acerca do futuro dos laços com o Cairo. Nos roteiros da mundialização e da multilateralização da PEB nos primeiros passos da PEI, o Egito da desconfiança, do temor e da cautela dava lugar ao país da esperança e da confiança na construção de um Brasil mais forte na arquitetura política global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de mais de um século de História, as relações Brasil – Egito foram pouco analisadas pela historiografia da PEB. Entre as lacunas temporais existentes na produção especializada, a PEI constituiu um relevante momento de aproximação entre os dois países, impulsionado pelos esforços de mundialização e multilateralização das relações exteriores. Considerando o período que se inicia a partir da posse de Jânio Quadros enquanto presidente e tem seu término com a saída de San Tiago Dantas do Ministério das Relações Exteriores, os egípcios constituíram uma peça integrante na atmosfera conflituosa em torno da Política Externa, reflexo da condição estratégica dos temas relativos à inserção internacional para os sujeitos contemporâneos aos últimos da experiência democrática brasileira.

Na intersecção entre a História das Relações Internacionais, a renovada História Política e a História da Experiência Democrática Brasileira, este estudo privilegiou a relação entre os atores sociais e a PEI, enfatizando a dimensão do conflito entre distintas perspectivas de relações exteriores e leituras acerca do cenário internacional apresentadas pelos intelectuais, ex-parlamentares, militares e diplomatas selecionados para esse estudo, revisitando parcelas de suas respectivas produções políticas e intelectuais. Nos temores do Almirante Carlos Penna Botto, nas incógnitas registradas por Roberto Campos, nos esforços de defesa da PEI a partir de Afonso Arinos e San Tiago Dantas ou nas esperanças depositadas por Adolpho Justo Bezerra de Menezes e Eduardo Portella, o diversificado quadro de disputa sobre os rumos das iniciativas de Jânio Quadros e João Goulart em relações exteriores proporcionou lugares distintos ao Egito nas percepções daqueles sujeitos.

Enquanto arquiteto do dito Não-Alinhamento, o país de Nasser foi concebido enquanto um dos principais referenciais políticos desse tipo de inserção internacional para os atores da PEI. Diante das semelhanças entre a Política Externa de Jânio e Jango e o chamado neutralismo, as tentativas de análise e interpretação sobre as mudanças nas relações exteriores do Brasil a partir desses homens encontravam no Egito uma peça integrante de suas preocupações ou aspirações.

Visto como um modelo de Política Externa a ser condenado no contexto do conflito entre o chamado Mundo Livre e o Comunismo, o neutralismo egípcio representava para alguém como o Almirante Carlos Penna Botto um possível e perigoso caminho a ser seguido erroneamente por Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos. Nas inquietações de Roberto Campos, o país africano simbolizava um tipo de neutralismo ideológico enraizado em características externas e internas distintas daquilo que supostamente seria as condições brasileiras. O sentido de diferença também se tornava nítido nas considerações de Afonso

Arinos e San Tiago Dantas. Sem se remeterem especificamente ao Egito, os dois chanceleres elaboraram um quadro conceitual distintivo entre a PEI e o neutralismo, criando atributos de legitimidade às mudanças na Política Externa a partir de sua condição enquanto materialização da suposta especificidade brasileira. Já Eduardo Portella e Adolpho Justo Bezerra de Menezes evidenciavam maior simpatia ao Não-Alinhamento, projetando a possibilidade de exercício desse tipo de inserção internacional por parte do Brasil, ainda que sob as tensões entre a valorização da possibilidade de um maior protagonismo brasileiro e a convergência de agendas entre a diplomacia do país e os ditos neutralistas.

A partir das considerações sobre os caminhos possíveis para a afirmação de uma liderança internacional brasileira, identificou-se outro lugar ocupado pelo Egito nas construções sobre política externa e política internacional a partir dos sujeitos da PEI. No contexto de transição entre uma desgastada ordem colonial e a formação dos Estados independentes na África e na Ásia, o Egito de Nasser foi visto enquanto um concorrente brasileiro na disputa por influência entre os novos Estados. Com ênfase para as expectativas do papel brasileiro na África Negra, Adolpho Justo Bezerra de Menezes e Eduardo Portella almejavam uma inserção de natureza mediadora entre o Ocidente Capitalista e os novos atores internacionais, apelando para as características étnicas, culturais, sociais e políticas do Brasil como fator fundamental para a nova posição do país. Em contrapartida, a identificação do potencial brasileiro vinha acompanhada de uma análise sobre a situação do continente africano e a emergência de novos atores com objetivos expansionistas. Tais sujeitos viam no Cairo um possível adversário, mobilizado pelos interesses pessoais de Nasser ou então pela bandeira do islã. Outros sujeitos como Afonso Arinos de Melo Franco viam o mesmo sentido de concorrência presente entre o Brasil e os ditos Não-Alinhados ainda na conformação do Movimento, estabelecendo ressalvas no processo de aproximação do Brasil com tal iniciativa multilateral.

Se a condição de Neutralista e possível concorrente brasileiro representavam diferentes incômodos na expectativa de relacionamento entre brasileiros e egípcios, outro olhar acerca do país africano apontaria entusiasticamente para a construção de pontes de aproximação entre Brasília e o Cairo. Além de admirador do presidente egípcio, Jânio Quadros via no país africano um parceiro estratégico dentro do processo de aproximação do Brasil com os países do continente negro e os Estados do Oriente Médio. A partir das impressões de Jânio ou atribuídas a ele por parte de setores de uma imprensa em transição, a qualificação da admiração do brasileiro diante do egípcio reunia elementos decisivos da luta política interna, tais como a dicotomia entre entreguismo e nacionalismo, mas também

possíveis referenciais quanto ao sentido de liderança e autonomia nas relações exteriores, a organização do Estado e da sociedade e mesmo o encontro de uma experiência possível de ser considerada para os novos passos da modernização e desenvolvimento do Brasil.

Após assumir a presidência, Jânio empreendeu centenas de orientações ao Itamaraty, demonstrando interesse particular em incidir sobre os rumos da Política Externa de seu governo. Nesse movimento, os mais de quatrocentos bilhetinhos evidenciavam um tipo de diplomacia presidencial impulsionado pela desconfiança janista acerca da principal instituição da diplomacia brasileira, mas também pelo protagonismo dos temas de Política Externa entre as preocupações do novo mandatário. A importância do Egito para Jânio foi constatada a partir de uma análise quantitativa e qualitativa dos bilhetinhos.

Além de numericamente ser o principal país do continente africano e um dos protagonistas entre os Estados do Oriente Médio em termos de quantidade de orientações dadas ao Ministério das Relações Exteriores entre fevereiro e agosto de 1961, o conteúdo dos memorandos sobre o país de Nasser sugere a existência de diferentes movimentos para o estreitamento de laços entre Brasília e Cairo. Nos sentidos de afirmação da relevância do Egito nas concepções de Política Externa de Jânio, evidenciamos o seu interesse pela ampliação nas comunicações entre os dois países, as perspectivas de incremento nas relações culturais e comerciais, os acenos favoráveis para o estabelecimento de ações de cooperação e a diversificação de contatos a partir de iniciativas bilaterais ou multilaterais.

Enquanto um dos formuladores da PEI, o Egito de oportunidades mobilizado a partir dos olhares de Jânio Quadros traduz uma perspectiva de reabilitação de sua imagem dentro da historiografia brasileira. “Figura popularesca e ameaçadora”,⁵⁹⁰ “Semeador de Vento”⁵⁹¹ ou “corpo estranho”,⁵⁹² imagens caricatas sobre Jânio coexistiram com seu suposto estilo autoritário de governar, influenciando nas construções contemporâneas e extemporâneas sobre seu governo.⁵⁹³ Na contramão disso, observamos como o então candidato e, posteriormente, presidente da República foi parte integrante de uma atmosfera conflituosa em torno da Política Externa, inserindo diretamente nos debates sobre o rumo da inserção internacional brasileira a partir de um conjunto de perspectivas que divergiam de sua própria base de apoio político. Nesse sentido, a relação entre Jânio Quadros e a Política Externa

⁵⁹⁰ Boris Fausto, *op. cit.*, 1995, p. 436.

⁵⁹¹ Lilia Schwarcz; Heloisa Starling, *op. cit.*, p.586

⁵⁹² Thomas E. Skidmore, *op. cit.*, p.231.

⁵⁹³ As controvérsias sobre a imagem de Jânio Quadros foram analisadas criticamente por Jefferson José Queler. Segundo este autor, uma “mitologia política veiculada por seus opositores”, caracterizada pela tendência em atribuir ao “personalismo” e a “mistificação” da figura de Jânio Quadros, influenciou a produção historiográfica e as ciências sociais. In: Jefferson José Queler, *op. cit.*, p.16.

adquire um sentido muito mais profundo, indo além de episódios cristalizados como a condecoração de Che Guevara em Agosto de 1961. Nas aproximações entre o brasileiro, o Egito e Gamal Abdel Nasser, estavam as expectativas da materialização de iniciativas de transformação da Política Externa que, não sendo exclusivas ao presidente da República, evidenciavam o quadro de disputa em torno das características da inserção internacional brasileira.

No jogo entre possibilidades de aproximação *versus* a existência de constrangimentos domésticos e externos permeando as relações entre brasileiros e egípcios dentro do recorte temporal sugerido, a importância da informação como fator de influência nas decisões e concepções sobre Política Externa não pode ser menosprezada. Na análise sobre os lugares ocupados pelo Egito nas concepções de relações exteriores e leituras sobre o cenário internacional a partir dos sujeitos da PEI, seus olhares sobre o país africano evidenciavam aspectos acerca do nível de conhecimento destes sobre o objeto em questão. Das tensões relativas às relações entre o Egito Nasserista e o islã ou das naturezas das suas políticas interna e externa, as construções apresentadas sugerem a existência de um conhecimento relativo sobre o país africano, evidenciado na mobilização da teoria dos três círculos como fator explicativo de sua política externa ou mesmo a relevância de seu presidente na condução dos assuntos internacionais. Contudo, imerso num contexto de aproximação entre o Brasil e o continente africano, determinados temas ainda pareciam pouco nítidos para os olhares brasileiros, tais como as diferentes concepções acerca da natureza do relacionamento entre Egito e URSS, além da dimensão da identidade islâmica como componente das relações exteriores egípcias.

Não se pode também deixar de comentar sobre os silenciamentos. Se do ponto de vista da política externa, aspectos como a interação egípcia com o bloco socialista, sua condição enquanto arquiteto do Não-Alinhamento ou seu papel na expansão do islã no continente africano foram aspectos destacados pelos sujeitos da PEI, a desconsideração sobre sua aproximação com os EUA chama atenção para os limites existentes nos olhares brasileiros. Lidando com transformações contemporâneas em diferentes esferas, as mudanças ocorridas a partir do surgimento da RAU e sua relação com a dinâmica da Guerra Fria no Mundo Árabe foram pouco compreendidas pelos atores sociais destacados. Exceto a noção de San Tiago Dantas acerca de uma “Porta Aberta” entre o Egito e o Ocidente Capitalista, o sentimento de um país autônomo nas relações exteriores passava muito mais pelo reconhecimento de sua margem de manobra com os soviéticos e seu papel no Terceiro Mundo do que frente a aproximação entre Cairo e Washington no fim dos anos 1950. Tal constatação não invalida a

importância depositada nesses olhares sobre o Egito, porém chama atenção para o reconhecimento do desafio de compreensão da inserção egípcia no sistema global.

Das Potências Não-Alinhadas de Genebra, as relações entre brasileiros e egípcios nos passos iniciais da PEI estiveram atreladas aos tempos de crise dos últimos anos da experiência democrática brasileira, evidenciando a inexistência de fronteiras entre o *interno* e o *externo* a partir das características do diversificado debate sobre os rumos das relações exteriores do Brasil a partir do governo Jânio Quadros.⁵⁹⁴ Se o Brasil permaneceria como um mero observador das Conferências dos Não-Alinhados ao longo das décadas subsequentes, numa posição aparentemente estável, os primeiros momentos na interação com essa iniciativa multilateral de rediscussão da ordem internacional se demonstrariam instáveis, conforme evidenciado nos diferentes lugares ocupados pelo Egito no debate intelectual sobre política externa e cenário internacional a partir do início dos anos 1960.

No contexto de acirramento da luta política e social no Brasil, a Política Externa desempenhou um papel relevante nos debates sobre modernização, desenvolvimento, segurança e identidade nacional. Nos sonhos de um Brasil Potência, nos temores acerca de um deslocamento brasileiro em relação ao bloco capitalista ocidental ou no difícil equilíbrio entre uma Política Externa dita Independente e a valorização da posição brasileira na arquitetura da Guerra Fria, lá esteve o Egito de Nasser. Como ator relevante para os sujeitos da PEI, as diferentes perspectivas sobre as relações Brasil – Egito ou sobre os lugares dos egípcios na política internacional evidenciam o potencial existente na investigação sobre os esforços de mundialização da PEB a partir do governo de Jânio Quadros. Não sendo meramente um discurso ou uma política externa considerada a frente de seu tempo, a PEI representou a consolidação de movimentos contestatórios e alternativos sobre a inserção internacional brasileira, chamando atenção para novos horizontes externos em busca do atendimento de demandas consideradas centrais do país.

Ao pensar os lugares do Egito no interior desse momento de transformação na PEB, determinadas iniciativas sugeridas ou empreendidas para as relações entre o Brasil e o país africano demonstram a sua importância para a geografia da Política Externa. Porém, a condição de ator hegemônico no mundo árabe na passagem dos anos 1950 e 1960, um dos protagonistas no continente africano e arquiteto dos Não-Alinhados fez do país de Nasser uma peça intrigante para os sujeitos da PEI. Força centrípeta de uma ordem e um sistema internacional em transformação, Nasser e o Egito emergiam como desafios para uma política

⁵⁹⁴ Jean Baptiste Duroselle, *op. cit.*

de afirmação da posição brasileira no Terceiro Mundo ou de renegociação da posição brasileira dentro da aliança ocidental. Nas fronteiras entre a reivindicação de uma suposta independência e a luta por uma autonomia submetida aos constrangimentos internos e externos, o país africano esteve a meio caminho das possibilidades e limites existentes para a PEB a partir dos debates intelectuais destacados e das iniciativas apontadas ao longo deste trabalho, traços de um tempo em que Política Externa era objeto de entusiasmo ou preocupação dos mais diferentes atores sociais que viveram e agiram sob uma conjuntura conflituosa.

FONTES

Anuário Estatístico do Brasil

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1959-1963. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>

Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro (RJ)

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 1956. Embaixada no Cairo. *Ofício* nº 399 – 26 de Novembro de 1956.

_____. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao excelentíssimo Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart, presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Senhor Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações da Divisão de Documentação, 1961. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relat%C3%B3rio%201961.pdf>.

Arquivos do Senado Federal

BRASIL. Congresso. Senado. Discurso do Senador Novaes Filho. *ASF*. 6ª Sessão da 3ª Sessão Legislativa, Extraordinária, da 4ª Legislatura. 7 de Março de 1961a, p.94-97.

BRASIL. Congresso. Senado Discurso do Chanceler Afonso Arinos, seguido das interpelações feitas pelos Senadores. *ASF*. 62ª Sessão da 3ª Sessão Legislativa, da 4ª Legislatura. 7 de Junho de 1961, p.275-316.⁵⁹⁵

Artigos, Resenhas e Documentos da Revista Brasileira de Política Internacional

CAMPOS, Roberto de Oliveira. Sobre o Conceito de Neutralismo. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano IV (1961), n.15, p.5-12.

DECLARAÇÃO dos Chefes de Estado ou de Governo dos Países Não Compromissados. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano V (1962), n.17, p.156-164.

REPÚBLICA Árabe Unida. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano I (1958), n.2, p.214-216.

RODRIGUES, José Honório. O Presente e o Futuro das relações africano-brasileiras (I). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, 18, 1962, p.263-284.

_____. O presente e o futuro das relações africano brasileiras (II). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano V (1962), n.19, p.501-517.

⁵⁹⁵ Como consta na inscrição da transcrição do discurso de Afonso Arinos, apesar da publicação ser encontrada no interior dos registros sobre os trabalhos do Senado em 7 de Junho, a participação do chanceler ocorreu efetivamente em 6 de junho.

VIANNA, A. Mendes. O Mundo Afroasiático: sua significação para o Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, ano II(1959), n.8, p.05-23.

Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital

O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1959-1961. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática

BILHETES do Presidente Jânio Quadros ao Ministério das Relações Exteriores. In: *Cadernos do CHDD*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, ano V, n. 8, p. 313-484, 2006. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-777-cadernos_do_chdd_ano_5_numero_8_2006

Livros:

ARINOS FILHO, Afonso. *Diplomacia Independente: Um legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.

_____. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. *Subdesenvolvimento e Política Internacional*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

_____. *Um diplomata no Oriente*. Rio de Janeiro: Ágora, 1997.

BOTTO, Almirante Carlos Penna. *A Desastrosa Política Exterior do Presidente Jânio Quadros*. Petrópolis: Vozes, 1961.

CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e Outros Tempos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CASTRO, Moacir Werneck de. *Dois Caminhos da Revolução Africana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1962.

CORRÊA, Manoel Pio. *Pio Corrêa: o mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

CUNHA, Vasco Leitão Da. *Diplomacia em Alto-Mar: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil: missão condenada*. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Coletânea de textos sobre política externa*. LESSA, Renato; HOLLANDA, Cristina Buarque de [Org.]. Brasília: FUNAG, 2009.

_____. *Política Externa Independente*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Evolução da Crise Brasileira*. São Paulo: Nacional, 1965.

_____. *A Alma do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018

FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). *Documentos da Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

GUDIN, Eugênio. *Análise de Problemas Brasileiros, 1958-1964*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1965

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992

JAGUARIBE, Hélio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958

LACERDA, Carlos. *O Brasil e o Mundo Árabe*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1948

_____. *O poder das ideias*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963.

PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961.

_____. *Política Externa e Povo Livre*. São Paulo: Fulgor, 1963.

RODRIGUES, José Honório. *Interesse Nacional e Política Externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

VITA, Maurício; ESCOBAR, Mauro. *Jânio e a volta ao mundo*. São Paulo: Behar, 1959.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos

ÁLVARES, Vera Cinthia. Reflexões sobre o surgimento da Política Externa Independente no Governo Jânio Quadros. *Cadernos do IPRI*, Brasília, n.2, p.58-64, 1989.

BARROS, José D'Assunção. História Política: dos Objetos Tradicionais ao Estudo dos Micropoderes, do discurso e do Imaginário. *Escritas*, Araguaína, v.1, p.1-26, 2008.

CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente (1961-1964). *Cadernos do IPRI*, Brasília, n.2, p.65-78, 1989.

CRUZ H.; PEIXOTO M. Na Oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. In: *Projeto História*, São Paulo, nº35, p.253-270, dez. 2007.

FERREIRA, Frederico Antônio. Relações entre Brasil e o norte da África no XIX. *Faces da História*, v.6, n.2, p.100-116, 16 dez. 2019.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. Política externa brasileira: padrões e discontinuidades no período republicano. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 29, p. 15-32, mar. 2011.

GAYFFIER-BONEVILLE, Anne-Claire de. La Guerre du Canal, 1951-1952. *Cahiers de la Méditerranée*, 70, p111-136, 2005.

LIMA; Maria Regina Soares de. Aspiração Internacional e Política Externa. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n.82 (Ano 19), p. 1-24, jan./mar. 2005.

LIMA, Marcelo Alves de Paula. History and Engagement in the work of Bezerra de Menezes. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.42 (1), p.103-124, Jan/Abr.2020.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.35, n.1, p.11-41, 2013.

MOREIRA, Danilo Sorato. Reinvenções do Anticomunismo na Política Externa Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, Niterói, v.11, n.22, p.187-207, 2019.

PENNA FILHO, Pio. África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.44, n.1, p.69-93, jan./jun.2011.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, p.85-91, 1996.

RUIZ, José Briceño. Del Panamericanismo al ALCA: la difícil senda de las propuestas de una comunidade de intereses em el continente americano. *Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*, v.3, pp.145-167, 2016

SALGADO NETO, Luiz. A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). *Cantareira* (UFF), v. 1, p. 87-104, 2012

SANTOS, Mateus José da Silva. Conexões Rio de Janeiro-Cairo: possibilidades analíticas acerca das relações Brasil – Egito a partir da imprensa escrita (1950-1954). *Faces da História*, Assis, v. 6, n. 2, p. 117-138, 16 dez. 2019.

SAUVY, Alfred. Trois Mondes, Une Planète. In: *Vingtième Siècle: Revue d'histoire*, nº12, out./dez.1986, p.81-83.

VÉLEZ, Federico. Do Suez ao Canal do Panamá e além: A influência de Gamal Abdel Nasser na América Latina. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n.55, p.163-191, jan/ abr. 2015

Dissertações e Teses

BRASIL, Henrique Gerken. *Relações Externas Brasil – África: Da Política Externa Independente ao Governo Lula*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRUM, Thiago Pereira Caldas. *Ruptura e continuidade: as correntes historiográficas da política externa independente*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Helionardo Oliveira de. *O discurso da revista O Cruzeiro e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

CASTRO, Isabelle Christine Somma de. *Do Islã à Política: a expansão da Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (1936-1949)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CATERINA, Gianfranco. *Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

CHAGAS, Bruno Rezende Santiago. *O Batalhão Suez e a projeção internacional do Brasil (1956-1967)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia, diplomas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

CURADO, Pedro Rocha Fleury. *A Guerra Fria e a 'cooperação ao desenvolvimento com os países não-alinhados: um estudo de caso sobre o Egito Nasserista (1955-1967)*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DALMÁZ, Mateus. *Democracia e concerto americano: a visão de O Cruzeiro sobre a Argentina nas Relações Internacionais (1946-1966)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DECOL, René Daniel. *Imigrações Urbanas para o Brasil: o caso dos judeus*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

FRANCISCO, Paula Elena Vidoveli. *Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: uma análise da construção da tradição*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010

LESSA, Antônio Carlos Moraes. *A Parceria Bloqueada: As relações entre França e Brasil, 1945-2000*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LOUREIRO; Filipe Pereira. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. *Intelectuais, militares, diplomatas: uma genealogia da autonomia no Brasil (1946-1974)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PREISS, José Luiz Silva. *Brasil e Argentina no Oriente – Médio: do Pós-Segunda Guerra Mundial ao final da Guerra Fria*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

REIS, Luíza Nascimento dos. *O centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: Intercâmbio Acadêmico e Cultural entre Brasil e África (1959-1964)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

RIBEIRO, Renato Ferreira. *Nacional-desenvolvimentismo e política externa brasileira: o pensamento político de San Tiago Dantas entre 1950 e 1960*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SOARES; Felipe Paiva. *A Biblioteca do Selvagem: Leitura e Revolução na África Colonial: Os casos de Gamal Abdel Nasser e Kwame Nkrumah*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SOUZA, Creomar Lima Carvalho de. *Do Conservadorismo ao Desinteresse: Três estudos de caso sobre o posicionamento brasileiro frente à descolonização Afro-asiática (1946-1961)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SOUZA, Arlindo José Reis de. *O Orientalismo no (Luso) trópico americano: perspectivas brasileiras sobre a Conferência de Bandung*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

Livros

ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Braz José. A Política Externa no Governo Jânio Quadros. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon Albuquerque. *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.

ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, David. O Pan-Africanismo e a Integração Regional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. A integração da América do Sul como espaço geopolítico. In: *Integração da América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

_____. *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARBOSA, Carlos Alberto Leite. *Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros*. São Paulo: Atheneu, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982

BERNSTEIN, Serge; Milza, Pierre. *História do Século XX (1945-1973)*. São Paulo: Companhia Nacional, 2007.

BIANQUIS, Thierry. O Egito desde a conquista árabe até o final do Império Fatímida (1171). In: El-Fasi, Mohammed; Hrbek, I. *História Geral da África, III: África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO, 2010

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 3ªEd. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.

BOTMAN, Selma. *Egypt from Independence to Revolution, 1919-1952*. Nova York: Syracuse University Press, 1991

BRANCO, Carlos Castello. *A Renúncia de Jânio: um depoimento*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000

BREDA DOS SANTOS, Norma Breda dos. *Brasil e Israel: Diplomacia e sociedades*. Brasília: UNB, 2000

_____. Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas. DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Orgs.). *Israel – Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BUENO, Clodoaldo. Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961); A Política Externa Independente do Apogeu do Populismo (1961-1964). In: CERVO, Amado Luiz; _____. *História da Política Exterior do Brasil*. 4ª Ed. Brasília, UNB, 2011.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. *A Política Externa do governo Kubitschek*. Brasília: Thesaurus, 1996

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: _____. *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce [Org.]. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p.341-345.

_____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CARVALHO; Thiago Bonfada de. *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva*. Brasília: FUNAG, 2009

CAVOSKI, Jovan. Between Great Powers and Third World Neutralists: Yugoslavia and the Belgrade Conference of the Non – Aligned Movement, 1961. In: MISKOVIC, Natasa; FISCHER-TINÉ, Harald; BOSKOVSKA, Nada (Orgs.). *The Non – Aligned Movement and the Cold War: Delhi – Bandung – Belgrade*. Nova York: Routledge, 2014

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. 4ªEd. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHACON, Vamireh. *Qual a Política Externa conveniente ao Brasil?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1991.

CHENNTOUF, Tayeb. O Chifre da África e a África Setentrional. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. Brasília: FUNAG, 2017

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DAWISHA, Adeed. *Egypt in the Arab World: The Elements of Foreign Policy*. New York: John Wiley & Sons, 1976

_____. *Arab Nationalism in The Twentieth Century: From Triumph to Despair*. Nova York: Princetown University Press, 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DER THIAM, Iba; MULIRA, James. A África e os países socialistas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

DORAN, Michael. *Pan-arabism before Nasser: Egyptian Power Politics and the Palestine Question*. New York: Oxford University Press, 1999

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

EDMONDSON, Locksley. África e as regiões em vias de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

ELAIGWU, J. Isawa. “Construção da Nação e Evolução das Estruturas Políticas”. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

EL-FADL, Reem Abou. *Foreign Policy as Nation Making: Turkey and Egypt in the Cold War*. Cambridge University Press, 2019.

EL-FASI, Mohammed; HRBEK, I. Etapas do desenvolvimento do Islã e da sua difusão na África. In: _____. *História Geral da África, III: África do século VII ao XI*. Brasília: UNESCO, 2010

EL-SADAT, Anwar. *Anwar El-Sadat*: autobiografia. Trad. Francisco M. da Rocha Filho. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: EdUSP, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: USP, 1995.

FERABOLLI, Silvia. *Relações Internacionais do Mundo Árabe*: os desafios para a realização da utopia pan-arabista. 2.Ed. Curitiba: Juruá, 2013.

FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.

FIGUEIRA, Ariane Roder. *Introdução à análise de política externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas?* Alternativas democráticas à crise política (1961-1964). São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GADDIS, John Lewis. *História da Guerra Fria*. Rio de Janeiro, Penguin Books, 2006.

GOLDSCHIDT JR, Arthur. *A Brief History of Egypt*. New York: Facts on File, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: _____. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

GONÇALVES, Williams da Silva. História das Relações Internacionais. In: LESSA; Mônica Leite; _____. *História das Relações Internacionais*: teoria e processos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

GONÇALVES, Luis Eduardo Fonseca de Carvalho. *Egito*: revolução e contrarrevolução (2011-2015). Brasília: FUNAG, 2017.

GONÇALVES, Fernanda Nanci; PINHEIRO, Letícia. *Análise de Política Externa*: o que estudar e por quê? Curitiba: Intersaberes, 2020.

GORDON, Joel. *Nasser's Blessed Movement*: Egypt's Free Officers and the July Revolution. New York: Oxford University Press, 1992

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Afonso Arinos de Mello Franco: atualidade e paradoxo. PIMENTEL, José Vicente de Sá [Org.]. *Pensamento Diplomático Brasileiro*: formuladores e agentes da política externa (1750-1950), v.3. Brasília: FUNAG, 2013.

HABTE, Aklilu; WAGAW, Teshome; AJAYI, J F. Ade. Educação e Mudança Social. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII*: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010

HAHN, Peter. National Security Concerns in US Policy toward Egypt, 1949 – 1956. In: LESCH, David W.; HAAS, Mark L. *The Middle East and the United States: History, Politics and Ideologies*. New York; London: Routledge, 2018

HEIKAL, Mohamed Hassanein. *Les documents du Caire*. Paris: Flammarion, 1972.

Hernandez, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

HIPPOLITO, Lúcia. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOBBSAWM, Éric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOURANI, Albert. *O pensamento árabe na era liberal: 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

_____. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HRBEK, I. A África Setentrional e o Chifre da África. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

IBRAHIM; Hassan Ahmed. Política e Nacionalismo no Nordeste da África, 1919-1935. Albert Adu Boahen (Org.). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: Unesco, 2010

JUDT, Tony. Ilusões Perdidas. In: _____. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2011.

KENEDY, Paul. Estabilidade e mudança num mundo bipolar, 1943-1980. In: _____. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.363.

KI-ZERBO, Joseph; MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe; BOAHEN, A.. Construção da Nação e Evolução dos valores políticos. MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

KODJO, Eden; CHANAIWA, David. Pan-Africanismo e Libertação. In: In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2ªEd. São Paulo: Contexto, 2012.

LACOSTE, Yves. *Geografia do Subdesenvolvimento*. 4ª.Ed. Trad. T. Santos. São Paulo: DIFEL, 1975.

LESCH, David W. Abdel al-Nasser and the United States: Enemy or Friend? In: PODEH, Elie; WINCKLER, Onn. *Rethinking Nasserism: Revolution and Historical Memory in Modern Egypt*. Gainesville: University Press of Florida, 2004

LESSA, Antônio Carlos. Israel e o Mundo Árabe no cruzamento das escolhas internacionais do Brasil. In: Norma Breda dos Santos (Org.). *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: UNB, 2000

_____. Hélio Jaguaribe: a geração do nacional-desenvolvimentismo. PIMENTEL, José Vicente de Sá [Org.]. *Pensamento Diplomático Brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*, v.3. Brasília: FUNAG, 2013.

LESSER, Jeffrey. *A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração*. São Paulo: UNESP, 2015.

LEWIS, Bernard. *A crise no Islã: guerra santa e terror profano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LIGIERO, Luiz Fernando. A Política Externa Independente (1961-1964). In: _____. *A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes e políticas semelhantes?* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LINHARES, Maria Yêdda Leite. Descolonização e luta de libertação nacional. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge; ZENHA, Celeste [Org.]. *O século XX*. 4ª Ed. Rio de Janeiro, 2008, p.35-64.

MAJZOUB, Ismail. Desenvolvimento das relações Árabe-Brasileiras. In: Fundação Alexandre de Gusmão. *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção de perspectivas*. Brasília: FUNAG, 2011, p.55-80. Anais do Seminário Internacional realizado em Brasília, junho de 2000.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (Ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.11. 4ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MANSFIELD, Peter. *Nasser e a Revolução Egípcia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. *Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964)*. Curitiba: Juruá, 2009

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964). In: FAUSTO, Boris [Org.]. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol.4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MUNHOZ, Sidney J. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris, 2020

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. Documento nº4: Etnia afro-brasileira e política internacional. In: _____. *O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASSER, G. A. *A Revolução no Mundo Árabe*. Trad. Luiz Toledo Machado. São Paulo: EDARLI, 1963.

_____. *Minha Missão no Mundo Árabe*. Trad. Amílcar Alencastre. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972.

OLIVEIRA, Paulo Salles de. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: _____ [Org.]. *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “A Operação Panamericana e a Política Externa Independente”. In: _____. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

OSTELLINO, Piero. Não-Alinhamento. In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: UNB, 1998.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais, o povo e a nação. In: _____. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, J. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo: Musa, 1959.

PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PODEH, Elie. *The Decline of Arab Unity: the rise and fall of the United Arab Republic*. Brighton; Portland: Sussex Academic Press, 1999

PURDY, Sean. O século americano. In: KARNAL, Leandro [et&al]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; FARIAS, Rogério de Souza. *Análise da Política Externa*. São Paulo: Contexto, 2021.

RAMI, Ginat. Nasser and Soviets: A Reassessment. PODEH, Elie; WINCKLER; Onn. *Rethinking Nasserism: Revolution and Historical Memory in Modern Egypt*. Gaineville: University Press of Florida, 2004.

_____. *Egypt and the Struggle for Power in Sudan: From World War II to Nasserism*. Cambridge University Press, 2017.

RAMOS, Plínio de Abreu. A imprensa nacionalista no Brasil. In: Alzira Alves Abreu. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

REY, Matthieu. ‘Fighting colonialism’ versus ‘non-alignment’: Two Arab points of view on the Bandung Conference. In: Natasa Miskovic; Harald Fischer-Tiné; Nada Boskovska (Orgs.). *The Non – Aligned Movement and the Cold War: Delhi – Bandung – Belgrade*. Nova York: Routledge, 2014.

RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. O breve período da constituição de 1946: do governo Dutra ao golpe militar de 1964. In: _____. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROTHERMUND, Dietmar. The era of non-alignment. In: MISKOVIC, Natasa; FISCHER-TINÉ, Harald; BOSKOVSKA, Nada (Orgs.). *The Non – Aligned Movement and the Cold War: Delhi – Bandung – Belgrade*. Nova York: Routledge, 2014

ROUSSILON, Alain. Republican Egypt interpreted: revolution and beyond. In: Daly, M. W. (Org.). *The Cambridge History of Egypt: Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century*. Cambridge University Press, 2008

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora UnB, 1996.

SASAKI, Daniel Leb. *Pouso Forçado: A história por trás da destruição da PANAIR do Brasil pelo regime militar*. Rio de Janeiro: Record, 2015

SCHLAIM, Avi. *A Muralha de Ferro: Israel e o Mundo Árabe*. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. Introdução. In: _____ [Org.]. *O Pensamento Nacionalista e os 'Cadernos de Nosso Tempo'*. Brasília: UnB, 1979.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGRILLO, Angelo. *Os Russos*. São Paulo: Contexto, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 10. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

TSHIBANGU, Tshishiku; AJAYI, J. F. Ade; SANNEH, Lemim. Religião e evolução social. In: Ali A. Mazrui; Christophe Wondji (ed.). *História Geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VÉLEZ, Federico. *Latin American revolutionaries and the Arab world: from the Suez Canal to the Arab spring*. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2016.

VICTOR, Mário. *Cinco Anos que Abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIGEVANI, Tullo. *Terceiro Mundo: conceito e História*. São Paulo: Ática, 1990.

_____; SARAIVA, Miriam Gomes. Política Externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004a.

_____. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004b.

_____. A Guerra Fria. REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). *O século XX: O tempo das Crises: Revoluções, Fascismos e Guerras*. 3ªEd. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.